







REVISTA

DA UNIVER-

SIDADE DE COIMBRA

❁ VOLUME VII ❁



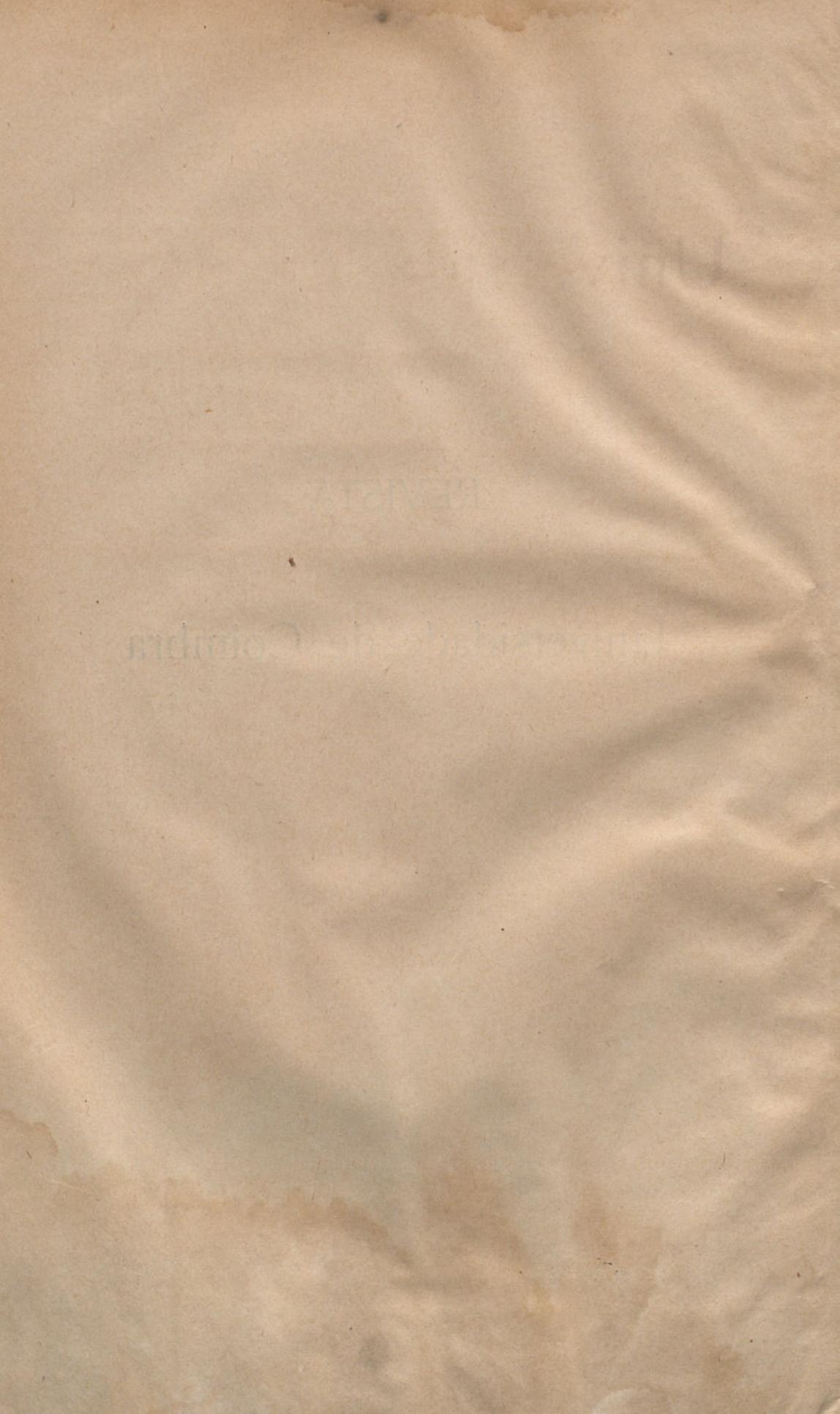
Imprensa da Universidade  
❁ ❁ Coimbra, 1918 ❁ ❁



REVISTA

DA

Universidade de Coimbra



REVISTA  
DA  
Universidade  
de Coimbra

VOLUME SÉTIMO



LEITO CIÊNCIA VIVA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS



COIMBRA  
IMPrensa DA UNIVERSIDADE  
1918





DR. JÚLIO HENRIQUES



## Festa de homenagem ao Dr. Júlio Henriques

A 15 de Janeiro do ano passado completou 80 anos de idade o eminente professor de Botânica desta Universidade Sr. Dr. JÚLIO HENRIQUES, a quem pouco depois foi concedida a aposentação. No dia 29 de Maio, 52.º aniversário do seu ingresso no professorado, realizou-se em sua honra, na sala dos Actos Grandes da Universidade, uma sessão solene, que decorreu por forma brilhante.

Estiveram presentes, além da maioria do professorado e academia conimbricenses, o Sr. Ministro da Instrução Pública, que também representava o chefe do Estado, o Sr. Bispo-conde, o Sr. director geral da Repartição de Instrução Universitária, representantes das Universidades de Lisboa e Pôrto e respectivas academias<sup>1</sup>, representantes de escolas e sociedades científicas<sup>2</sup>, autoridades civis e militares, representantes de associações locais e da imprensa, e inúmeras pessoas sem representação especial. Teve lugar reservado na sala a família do festejado. Só este não compareceu à cerimónia: recebeu cumprimentos numa sala do Museu Botânico, sendo-lhe então lidas duas mensagens, uma da Faculdade de Ciências do Pôrto, e outra da Universidade de Coimbra com as assinaturas de todo o corpo docente.

Abriu a sessão com uma alocução o reitor da Universidade, passando-se, em seguida, à leitura de numerosos officios e telegramas de felicitação<sup>3</sup>. Tomou depois a palavra o Sr. Ministro da Instrução,

---

<sup>1</sup> Da Universidade de Lisboa: Drs. Pedro da Cunha, reitor, Queirós Veloso, director da Faculdade de Letras e Teles. Palhinha, professor de Botânica. Da Universidade do Pôrto: Drs. Ferreira da Silva, vice-reitor, Gonçalo Sampaio, professor de Botânica e Augusto Nobre, professor de Zoologia. Da Federação Académica de Lisboa: Sr. A. Quintanilha, assistente da Faculdade de Ciências.

<sup>2</sup> Da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais: Dr. Pedro Roberto Chaves, assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa e Sr. A. Quintanilha. Da Sociedade de Ciências Agronómicas de Portugal: Sr. António Cardoso de Meneses, professor da Escola Nacional de Agricultura, a qual também representava.

<sup>3</sup> Telegrafaram ou oficiaram as seguintes colectividades: Academia das Ciências

que começou por lêr um telegrama do Sr. Presidente da República, fazendo um brilhante e eloquente improviso, cujo sumário exacto não foi possível obter infelizmente. Seguiram-se: uma erudita conferência do Sr. Dr. Gonçalo Sampaio sôbre a obra científica do Dr. Júlio Henriques, breves palavras congratulatórias do Sr. Dr. Pedro Roberto Chaves, em nome da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, uma conferência do Dr. Ferraz de Carvalho sôbre a acção do Dr. Júlio Henriques no Jardim Botânico de Coimbra e, por último, o discurso de encerramento do director da Faculdade de Ciências, a promotora da festa.

Nos intervalos, cantou primorosamente, encantando o auditório, o orfeão académico de Coimbra, sob a regência magistral do Dr. Elias de Aguiar.

Vão publicados na íntegra, pela sua ordem natural:

O telegrama do Sr. Presidente da República, as duas conferências, os dois discursos de abertura e encerramento e as duas mensagens.

## PALAVRAS DO REITOR DA UNIVERSIDADE DR. MENDES DOS REMÉDIOS

*Ao inaugurar a sessão de homenagem ao Dr. Júlio Henriques*

SENHOR MINISTRO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

A festa que aqui nos reúne para prestar homenagem ao venerando Mestre Sr. Dr. JÚLIO HENRIQUES, honra e glória da Universidade de

---

cias de Portugal; Associação dos Farmacêuticos Portugueses; Câmara de Coimbra; Conselho de Administração do Jardim Colonial e do Museu Agrícola Nacional; Conselho da Escola de Medicina Veterinária; Faculdade Técnica do Pôrto; Federação Académica de Lisboa; Instituto Superior de Agronomia; Instituto Superior de Comércio; Redacção da *Brotéria*; Redacção da *Gazeta das Aldeias*; Sociedade de Geografia de Lisboa; Sociedade das Ciências Agronómicas de Portugal; Sindicato Agrícola de Cabeceiras de Basto; pessoal do Jardim Botânico de Lisboa; empregados da Secretaria da Universidade de Coimbra.

Entre os telegramas particulares merece registo especial o seguinte, expedido de Lisboa: «Recordando bons tempos idos, como estudantes de Direito da Universidade desde o curso de 1866-71 até modernos tempos, saudamos V. Ex.<sup>a</sup>, acompanhando de aqui devidas homenagens ao professor distinto, amigo da Academia e defensor da Sociedade Filantrópica, além de outras mais qualidades prestimosas a elogiar». — *Vicente Monteiro, Carvalho Monteiro, Domingos Pinto Coelho, Pereira Alves, Fernandes Nogueira, António Cerqueira, Julio Sousa, Morais Carvalho, Gaspar Monteiro.*

Coimbra, é da iniciativa da nossa Faculdade de Ciências. Ela não quis que êsse benemérito Professor abandonasse a vida activa da sua gloriosa carreira incansável sem dizer à Escola em que êle ensinou ininterruptamente durante cinquentá anos — eis um teu colaborador, que encheu bem o seu tempo, arroteou e lavrou e semeou muito do grão fecundo que agora colhes. Sem dizer à Mocidade dessa Escola — fixa esta nobre figura de octogenário, teve um cérebro lucilante, que batalhou por ti durante mais de meio século na arena incruenta da Ciência.

Sem dizer a Portugal inteiro — eis um teu filho que te serviu e te enobreceu, e que, servindo-te é enobrecendo-te, te glorificou, fazendo das humildes e silenciosas plantas, suas amoráveis companheiras de sempre, os instrumentos dêsse maior valor e dessa maior glória.

Assim, minhas Senhoras e meus Senhores, a homenagem eloquentemente simpática de iniciativa da Faculdade de Ciências não podia restringir-se ao âmbito duma Corporação por mais distinta que fôsse, e tornou-se uma festa da Universidade de Coimbra.

Não é uma festa da Faculdade, é uma «festa nossa».



Mas, por isso que o Sr. Professor Dr. JÚLIO HENRIQUES é uma glória da ciência portuguesa brilhando nos meios intellectuais do nosso País como astro de primeira grandeza, e porque, sôbre todos que neste cantinho do mundo se ocupam e preocupam de investigações botânicas êle espalhou uma parcela dos seus merecimentos, contando na sua longa carreira em cada um dêsses especialistas um sincero admirador e em quási todos, decerto, um discípulo, a festa perde o carácter restrito da nossa Universidade e alarga-se até ser, embora humilde, uma autêntica, uma verdadeira celebração nacional. Eis porque a nós jubilosamente se associaram tantas autoridades, tantas corporações, aqui representadas distintíssimamente e tantas personalidades exímias, cumprindo-me enaltecer a presença do illustre Ministro da Instrução Pública, representante do prestigioso Chefe da Nação, a quem neste momento se levanta, no espírito de tódos os que me escutam, a saúdação mais sincera, mais leal e mais entusiástica.



Mas o nome do Sr. Professor Dr. JÚLIO HENRIQUES passou de há muito as fronteiras do nosso pequeno País e é em toda a parte do Universo, onde há o culto científico da árvore, desde Kiew ou Yoko-

hama a Amsterdam e a Upsala, desde Melbourne a Paris ou Berlim, em toda a parte onde scintila a chama imperecível do saber no árduo labor de descobrir os segredos do reino vegetal, pronunciado com respeitosa estima. Lá fora, portanto, onde se conhecer ou se conhecesse esta homenagem, um mesmo idêntico aplauso se juntaria aos nossos.



E, se admitíssemos, num sonho de hipótese que a muitos, sem ser aos poetas, sorri, que as plantas teem o sentimento do que as rodeia, —então elas, que nunca atravessaram tempos mais angustiosos, nem mais trágicos, estações mais calamitosas, nem mais horríveis, do que as dos nossos dias, ah! —então, a nossa festa poderia considerar-se verdadeira apoteose em que colaboraria a mais bela, a mais útil, a mais inofensiva, a mais dócil, a mais universal, a mais fecunda das fôrças da Natureza!

Agora mesmo reverdecem as meigas calceolárias, esmaltam-se os jardins das estrêlas virentes das dalias, ostentam os catos tristes os seus cálices de púrpura e azul-celeste, e acorda por êsses campos toda uma sinfonia de perfumes e de côres.

Ó Natureza, ó Mãe-comum, olha o teu cultivador, que recolhe a casa e ainda, com mais razão, pode exclamar como o grande Épico

*«Vão os anos decendo, e já do estio  
Ha pouco que passar até o outono».*

*Lusitadas, X, 9.*

Vê que êle marcha já, ao pôr-do-sol da vida, mas carregado de messes, sorridente ainda, bondoso sempre, erguendo ao Deus criador a sua prece de crente agradecido e satisfeito.

Vem tu de mansinho e pouso-lhe sôbre a cabeça aureolada de cans

*«... as capelas tecidas de ouro»  
Do bácaro e do sempre verde louro.*

*Lusitadas, III, 97.*



#### MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Sinto-me feliz por colaborar nesta sessão memorável em que todos se juntaram para a abrilhantar, desde a presença do Sr. Dr. ALFREDO DE MAGALHÃES e do venerando Sr. Bispo-Conde, à das digníssimas

autoridades civis e militares, à do elemento docente da nossa e das Universidades e Estabelecimentos scientificos de Lisboa e Pôrto, à dos briosos Académicos de todas as Faculdades, e à das Senhoras, que em tão grande número e tão brilhantemente aqui acorreram a imprimir a tudo a sua nota de gentileza e de graça!

¡Está aberta a sessão!

---

## TELEGRAMA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

«Como chefe do Estado, antigo discípulo, colega no professorado e amigo, associo-me com vivo prazer e muito affectuosamente à justa consagração da Universidade de Coimbra, do admirável exemplo de integridade moral, dedicação pelo ensino e amor pelo trabalho, assim como dos altos merecimentos scientificos evidenciados na sua gloriosa carreira, tão fecunda em obras para o desenvolvimento das sciências, serviços relevantes à pátria e à humanidade». *Sidónio Pais.*

---

## A OBRA SCIENTÍFICA DO DR. JÚLIO HENRIQUES

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

O periodo em que viveram JOÃO LOUREIRO, CORREIA DA SERRA e AVELAR BROTERO, hoje consagrados em todo o mundo culto como três clássicos da botânica, foi sem dúvida alguma um periodo excepcionalmente brilhante na história da sciência portuguesa. O nosso país, que até aí se conservara pouco menos que alheio ao trabalho de investigação scientifica original, entra então quasi de repente no movimento que caracteriza as raças criadoras do progresso; mas entra com tal impulso e com tão prodigioso esforço que conseguiu immediatamente marcar o seu lugar de honra e adquirir durante esse curto mas inolvidável momento da sua vida histórica a justa reputação de um povo digno e mentalmente válido.

Sabe-se como realçaram então a actividade e as qualidades superiores da nossa intelligência em vários ramos do saber; mas é indiscutível que foi sobretudo nas sciências da natureza, muito especial-

mente na ciência botânica, que Portugal alcançou nessa época um singular destaque. O jesuíta JOÃO LOUREIRO oferece ao mundo com a sua *Flora cochinchinensis*, em 1790, os dois volumes de ciência mais notáveis que tem produzido a raça portuguesa; o abade CORREIA DA SERRA, secretário perpétuo da *Academia Real das Ciências*, que então se fundara, é proclamado pelos sábios estrangeiros como um dos maiores carpologistas de todos os tempos e o mais profundo conhecedor da fisiologia dos vegetais; AVELAR BROTERO, finalmente, dá-nos a *Flora lusitânica*, em 1804, e outras obras célebres, como o seu *Compêndio de Botânica*, do qual escrevia o professor LINK, o grande e reputado naturalista alemão, que nenhum havia na sua pátria que o pudesse igualar. Além destes, que são os maiores, outros botânicos de valor se destacaram ainda, como VELOSO DE MIRANDA, SEIXAS BRANDÃO, DIAS BAPTISTA e HENRIQUE DE PAIVA, que mereceram pela pena de estrangeiros a inscrição dos seus nomes ilustres na história das ciências da natureza.

Foi uma época de triunfos, em que os nossos primeiros sábios eram recebidos e festejados pelas academias estrangeiras e as suas obras proclamadas como produtos primaciais de talento e erudição.

Infortunadamente, porém, este período de grandeza pouco durou. As invasões francesas e, seguidamente, a série de agitações políticas e de guerras civis que durante bastantes anos perturbaram o país, foram causa de que pouco e pouco se enfraquecesse o movimento científico que entre nós tão pujantemente se afirmara, paralizzando-o por fim e fazendo-nos regressar a um estado de inutilidade cerebral, que traduziria simplesmente uma fraqueza, se não constituísse uma verdadeira afronta à já majestosa civilização do século XIX.

Dera-se um facto análogo com a renascença científica da Europa, no século XVI. Após o seu incremento prodigioso na segunda metade desse século, o progresso das ciências naturais fez uma súbita suspensão com a entrada do século XVII, suspensão que permanece por mais de cinquenta anos, isto é, por todo o tempo em que duraram as guerras políticas que então agitaram as nações, cobrindo-as de luto e de infortúnios.

Tem-se dito que a guerra é a vida; mas esta afirmativa, que pode prender certos espiritos pelo seu aspecto paradoxal, não é de forma alguma um interessante paradoxo: é simplesmente uma mentira. Pelo contrário, a guerra é a morte, e foi sem dúvida a guerra, com o seu hálito de fogo, que fez secar aquela nossa esplendorosa efflorescência científica da época de BROTERO.

Tudo se desfez em pouco. JOÃO LOUREIRO desaparece sem deixar um continuador no estudo dos nossos vastos domínios coloniais;

CORREIA DA SERRA perde-se sem ter conseguido firmar a corrente mental que tanto se esforçara por desenvolver na sua pátria e, finalmente, em 1828 morre misantropo o grande AVELAR BROTERO, sem lhe suceder um único discípulo digno do seu nome, nem mesmo dentro da sua Universidade de Coimbra, onde quasi nada fica a mais da gloriosa tradição do seu grande mestre. O Jardim da Ajuda, até o próprio Jardim da Ajuda, esse original e magnífico instituto que não tinha similar em parte alguma do mundo, decaí quasi de repente e reduz-se às condições de um simples pergaminho, que só serve para nos conferir o titulo, aliás honroso, de inventores ou criadores dos *jardins de aclimação*.

E foi assim, num meio criado pelas convulsões políticas e absolutamente hostil ao labor intenso do pensamento, que volvemos a essa espécie de torpôr mental que bem se poderia tomar por uma inferior característica da nossa raça, se o curto período áureo que findara não clamasse enérgica e abertamente ao mundo uma afirmação contrária. Mas nada restava, no entanto; pois tão completa foi a nossa brusca decadência que, quando voltou a firmar-se a paz interna, ao fim de longos anos passados em inquietações e balbúrdias belicosas, o alheamento do país aos estudos fitológicos era, por assim dizer, completo. Publicações que demonstrassem qualquer modesta tentativa de investigação própria não apareciam desde havia muito; e em 1866, época em que o Sr. DR. JÚLIO AUGUSTO HENRIQUES entrou para professor da Universidade de Coimbra, a nossa decadência tinha chegado a termos tais que certamente não se encontrariam dois portugueses que conhecessem regularmente os vegetais já inventariados da sua própria terra. A ciência nacional ia, quando muito, até à publicação de alguns catálogos de jardins botânicos, e por aí se ficava arquejante, como que extenuada pela enorme violência do esforço realizado.

Pelo que diz respeito ao ensino, nesse tempo não poderia êle passar de uma simples banalidade verbal, tão fastidiosa como estéril, desprovidos como estavam os nossos institutos de material pedagógico inteiramente indispensável. O Sr. DR. JÚLIO HENRIQUES não encontrou, ao entrar para o corpo docente da sua Faculdade, nem museu exclusivamente botânico, nem laboratórios, nem herbários devidamente organizados, nem biblioteca actualizada que lhe permitissem desenvolver desde logo as suas altas qualidades em proveito do ensino ou da ciência. São do illustre professor as seguintes palavras: «Desde a criação da cadeira de botânica existiu o Jardim Botânico, como auxiliar indispensável ao ensino. As colecções de plantas secas, de produtos vegetais, etc., tiveram pequeno desenvolvimento durante quasi um século. Foi em 1871 que sob a direcção do Dr. AN-

TONINO J. RODRIGUES VIDAL começou o movimento que conduziu ao estado actual. Autorizado por este professor, coligi na antiga sacristia do colégio de S. Bento tudo quanto encontrei no Museu de História Natural e que dizia respeito ao reino vegetal. Na mesma sala reuni todos os livros de botânica que pude encontrar na biblioteca do Museu e ainda na da Universidade, e desta forma foram começados a biblioteca, o museu e o herbário»<sup>1</sup>.

Em 1873 o Sr. DR. JÚLIO HENRIQUES tomou posse da direcção do Instituto Botânico e cinco anos depois, a seguir a uma visita a estabelecimentos análogos da Inglaterra, França e Bélgica, foi que começou com mais particular empenho a dar-lhe o desenvolvimento que levou as suas instalações à considerável importância que oferecem actualmente, e que fazem delas as primeiras da península e das mais notáveis de toda a Europa. Instalações amplas, ocupando largas salas, cheias de luz e de frescura. A biblioteca é riquíssima, sobretudo em obras modernas; o herbário constitue um grande e precioso arquivo, compreendendo o herbário português, o herbário geral europeu, o herbário extra-europeu, em que está representada a nossa flora colonial, o herbário do professor WILKOMM e colecções valiosas de criptogâmicas, tanto indígenas como exóticas. O museu ocupa três salas, onde se encontram representados não só os produtos naturais, segundo o ponto de vista económico, teratológico, taxinómico e paleontológico, mas também numerosos e excelentes modelos para o ensino. A galeria dos trabalhos práticos dos alunos está provida de magnífico material de laboratório para as manipulações da fitoistologia e da microfotografia vegetal.

Só os que lidam com cousas desta natureza é que poderão compreender quantas dificuldades de toda a ordem seria necessário vencer, num meio como o nosso, para a realização de uma obra assim, dispondo-se de dotações exíguas e não se contando senão com o próprio esforço. E é porque as compreendo e sinto, cavador humilde da mesma agra, que nunca poderei esquecer o respeito e a admiração com que um dia ouvi ao mestre ilustre a narração das suas lutas contínuas e dos seus trabalhos sem conta para adquirir, migalha a migalha, as inapreciáveis riquezas acumuladas já hoje no seu magnífico instituto.

Mas não era unicamente a questão restrita do ensino, à qual procurava dar condições materiais para se poder realizar com carácter prático e moderno, aquela que absorvia toda a sua invencível actividade. Sabendo e compreendendo claramente que a missão das Uni-

---

<sup>1</sup> *Boletim da Sociedade Broteriana*, x, pág. 3.

versidades não é, como a de outros organismos docentes, uma simples função didática, porque juntamente com esta lhes cabe particularmente a de contribuir para o desenvolvimento da própria ciência, o Sr. Dr. JÚLIO HENRIQUES propôs-se um plano bem mais grandioso e difícil de executar: constituir o seu instituto num centro director de investigação científica, que determinasse no país o renascimento dos estudos botânicos, reabilitando-o e pondo-o novamente em relações com os meios cultos do estrangeiro, e reünisse, ao mesmo tempo, os materiais necessários para a publicação de uma boa Flora Portuguesa.

Era, sem dúvida, um projecto gigantesco, perante o qual teria desfalecido muita vontade forte. Dotado, porém, de uma férrea tenacidade de minhoto, guiado pelo seu claríssimo talento e impellido pela irresistível vocação que o levava a encetar o curso de Filosofia Natural, depois de bacharelado em Direito, êste homem verdadeiramente excepcional não hesitou um breve momento em meter ombro à obra que deveria constituir a sua maior glória e consagrá-lo no respeito de todas as gerações.

Cumpria, em primeiro lugar, cercar-se de bom pessoal auxiliar dentro do seu próprio instituto, mas para a resolução dêste caso seria preciso um critério especial de que só raros podem dispor. A forma, porém, como soube escolher o seu naturalista adjunto, o seu inspector dos jardins e o próprio colector di-la a maneira honrosa como, educados e dirigidos por êle, todos se desempenharam sempre das suas árduas funções. O distintíssimo naturalista Dr. JOAQUIM DE MARIZ, infelizmente já falecido, o inspector Sr. Adolfo Moler e o empregado Manuel Ferreira foram três auxiliares do Sr. Dr. JÚLIO HENRIQUES, que de modo algum seria justo esquecer, pela enorme valia dos serviços que prestaram à sua obra, servindo como poucos os interesses morais do seu país.

Tendo-se oferecido nessa época o ensejo de se adquirir, por compra, o herbário de WILLKOMM, não quis o Sr. Dr. JÚLIO HENRIQUES deixar perder a feliz ocasião de dotar os seus gabinetes com uma collecção opulentíssima em espécies mediterrânicas, especialmente colhidas na Espanha, que constituiriam um recurso de primeira ordem para o estudo comparativo das plantas portuguesas. A aquisição de obras botânicas indispensáveis e a colheita de exemplares para desenvolver o herbário faziam-se com toda a intensidade compatível com as pequenas dotações do instituto.

Por esta forma, a secção universitária dirigida pelo Sr. D. JÚLIO HENRIQUES encontrava-se já em 1879 suficientemente habilitada, em pessoal e material, para constituir-se em centro propulsor e orientador

de uma acção ampla, em todo o país. Foi então que o incansável organizador lançou as bases da *Sociedade Broteriana*.

A nova agremiação, perfilhada pela Faculdade de Filosofia mediante proposta do seu fundador, apresentava-se como um modelo de simplicidade. Os seus membros não pagavam nem joia nem quotas periódicas; não tinham diploma da associação, nem medalhas, nem distintivos de qualquer natureza; não havia corpos gerentes, nem directores, nem secretários. O que havia era sómente uma comissão de organização e revisão, formada pelo Sr. Dr. JÚLIO HENRIQUES e pelo Dr. JOAQUIM DE MARIZ, sócios da *classe A*, que concorriam para o herbário central com qualquer número de plantas ou que auxiliavam por qualquer modo o estudo da flora portuguesa, e sócios da *classe B*, que tinham de remeter para o herbário central, em épocas fixas do ano, um certo número de exemplares de seis espécies pelo menos, para aí serem classificadas e distribuídas, com etiquetas impressas e numeradas, por todos os associados dessa classe.

Os sócios fundadores, em número de dezassete da *classe A* e de vinte e dois da *classe B*, foram especialmente recrutados, por convite, entre amadores da botânica, agrónomos, intendentess de pecuária, médicos, estudantes, professores e pessoal científico das Politécnicas de Lisboa e Pôrto. Escrevia em 1882 o Sr. Dr. JÚLIO HENRIQUES: «O resultado desta minha tentativa foi excelente, pois desde então diversos individuos, colocados quási todos em pontos muito distantes, forneceram elementos importantísimos para o conhecimento da flora portuguesa...»<sup>1</sup>.

Logo no ano seguinte ao da fundação da Sociedade foram distribuídas pelos respectivos sócios cento e vinte seis espécies de fanerogâmicas e criptogâmicas, e em 1883 publicava-se o primeiro volume do boletim, contendo o seu regulamento, a lista das espécies distribuídas até aí, instruções para a colheita e preparação dos produtos botânicos e notas científicas diversas.

Neste *Boletim da Sociedade Broteriana*, que conta já vinte e sete volumes, encontra-se hoje reunido quási tudo quanto actualmente se conhece sôbre a nossa flora, e o número dos documentos ali publicados é deveras avultado: estudos de revisão das famílias vegetais representadas no país, com chaves dicotómicas para auxiliar a determinação das espécies e dados valiosos para o conhecimento da sua dispersão geográfica; estudos de flóruas locais; apontamentos de viagens, notas sôbre diversos assuntos, como nomenclatura e histologia, subsídios variados para a história da botânica em Portugal, etc.

---

<sup>1</sup> *Boletim da Sociedade Broteriana*.

A obra realizada até ao presente pela *Sociedade Broteriana* é imensa. Congregando aptidões dispersas pelo país e estimulando-as ao trabalho, criou entre nós uma corrente científica deveras notável, determinando uma exploração botânica tão importante que difficilmente poderia ser alcançada por outra forma; promoveu a formação de herbários valiosos; desenvolveu a actividade em todos os nossos institutos superiores de botânica; deu origem, emfim, ao aparecimento de especialistas nos diferentes ramos da fitografia, especialistas que pelos seus trabalhos e pelas suas publicações, quer em livros quer em revistas nacionais e estrangeiras, estão contribuindo poderosamente para elevar os créditos da nossa pátria. Deve-se dizer que o complexo estudo da vegetação do nosso solo se pode considerar actualmente como feito, pelo que respeita às espécies vasculares, de modo que a publicação de uma boa *Flora Portuguesa* constituirá para qualquer botânico um trabalho meramente secundário. Pelo que toca a plantas celulares, a acção dos últimos anos tem igualmente adiantado muito o seu conhecimento, encontrando-se alguns dos respectivos grupos quasi completamente tratados e estando os restantes em estado que nada desonra a nossa capacidade de investigação.

E toda esta fecunda actividade foi não só criada mas dirigida sempre pelo Sr. Dr. JÚLIO HENRIQUES, em volta de quem todos se congregaram, tomando-o por mestre e amigo. A todos animava e a todos auxiliava, pondo sempre e da melhor boa vontade à disposição dos que trabalhavam não só o seu conselho, sempre douto e proveitoso, mas ainda quaisquer meios de estudo e de consulta que o seu instituto pudesse facultar-lhes. Os herbários e a biblioteca do *Jardim Botânico de Coimbra* tem sido, por esta forma, um recurso constante para os que, em qualquer ponto do país, veem realizando uma acção botânica de maior valor.

Mas não chegava êste formidável trabalho da direcção da *Sociedade Broteriana* acumuladamente com os serviços das aulas, com a gerência dos jardins e com tudo quanto era necessário fazer pelo desenvolvimento dos seus gabinetes, para absorver a soma extraordinária de energias de que dispunha sempre o Sr. Dr. JÚLIO HENRIQUES. É assim que, em 1886, inicia a distribuição pelos principais centros estrangeiros, mediante troca, de uma *Flora lusitanica exsiccata*, tornando desta maneira a flora portuguesa conhecida nos herbários lá de fora. Ao mesmo tempo, as herborizações executadas pelo seu pessoal auxiliar chegavam a todos os recantos do país e tinham como resultado principal a descoberta de numerosas espécies cuja existência na nossa terra era ainda ignorada, e até de algumas inteiramente novas para a sciência.

As férias nunca foram para o Sr. Dr. JÚLIO HENRIQUES um período de descanso, mas sim uns trabalhosos dias em que mais intensamente se exercia a sua inesgotável actividade, em pleno campo. Era então que as nossas montanhas mais ásperas, a Estrêla, o Gerez, o Marão e a Gralheira, o viam chegar, escalando-lhes os cerros e transpondo-lhes as quebradas, muitas vezes sob um sol ardente, em busca de material botânico, que deveria ser estudado depois, na serenidade austera do seu gabinete de trabalho. E tanta era a sua devoção pela ciência e tamanho era o seu interêsse pelos progressos da fitografia portuguesa, que há bem poucos anos ainda, numa idade avançada já, não hesitou em aventurar-se aos incómodos de uma viagem marítima para visitar a ilha de S. Tomé e ultimar aí observações e estudos que a outros botânicos haviam ficado incompletos.

Poder-se há supôr que, dispersando por tantos campos a sua acção, o Sr. Dr. JÚLIO HENRIQUES não pudesse dispôr de tempo para realizar estudos de investigação pessoal e produzir uma obra de publicidade importante. Mas não é assim. O seu descomunal trabalho não fica apenas marcando-o como um poderoso organizador, cheio de decisão, de pertinácia e de critério; marca-o também como uma autêntica ce-rebração de sábio e como um escritor científico dos mais fecundos. Contam-se por muitas dezenas os seus escritos, dispersos em jornais de divulgação e de agricultura, em revistas de ciência pura e aplicada, em relatórios científicos, em boletins de corporações sábias e em volumes avulsos.

A sua colaboração no *Boletim da Sociedade Broteriana*, que dirige, é das mais distintas e variadas, compreendendo revisões de muitas famílias da flora portuguesa, notas biográficas e bibliográficas, estudos de flora local, contribuições para o estudo da flora africana e outros artigos botânicos. Entre todos estes trabalhos convêm mencionar, pela sua maior importância: *A vegetação da serra do Marão*; *A vegetação espontânea do Bussaco*; *A vegetação da serra do Gerez*; *Uma excursão botânica à serra do Caramulo*; *De Macieira até Castro Daire*; *Flora de S. Tomé*; *Subsídios para o conhecimento da flora da África ocidental*; *Contribuições para a flora africana*; *Hepáticas colhidas em Portugal*; *Amaryllideas de Portugal*; *Os musgos*; *Contribuições para a flora de Portugal: Gymnospermicas*; *Cryptogamicas vasculares*; *Plantaginaceae*; *Gramineas*.

De todas estas memórias originaes, algumas das quais pela sua extensão e dificuldade da matéria lhe exigiram um esforço considerável, resultou principalmente o conhecimento de numerosas espécies inéditas para o país e das seguintes, completamente novas para a ciência: *Avena Hackeli*, Henrq., *Iris Boissieri*, Henrq., *Narcisus*

*scaberulus*, Henrq., *Armeria Langeana*, Henrq., para a flora continental, e *Pandanus thomensis*, Henrq., *Chailletia Bocageana*, Henrq., *Philippia thomensis*, Henrq., *Maesa Borjaeana*, Henrq., *Jacquemontia thomensis*, Henrq., *Epithema thomensis*, Henrq., *Clerodendron Silvaenum*, Henrq., *Elatostema thomensis*, Henrq., [*Dialium Englerianum*, Henrq., e *Anisophylla Cabolé*, Henrq., para a flora colonial africana. Além disto, são muitos os pontos obscuros, controversos, ou erróneos da flora portuguesa que o Sr. Dr. JÚLIO HENRIQUES esclarece nos seus trabalhos, com uma delicadeza de critica e profundo saber.

Entre os seus escritos não insertos naquele boletim, que são em número muito elevado, convêm mencionar os seguintes:

*Contributiones ad floram criptogamicam lusitanicam*, que representaram na época do seu aparecimento, em 1880, a satisfação de uma necessidade urgente, catalogando com ordem todas as espécies de criptogâmicas portuguesas que eram citadas em publicações diversas, ou que se encontravam apenas em colecções de alguns botânicos ou amadores;

*Expedição científica à Serra da Estrêia — secção de Botânica*, que é, inquestionavelmente, o melhor trabalho português de flora local, e que deve ser tomado como modelo em estudos dêste género.

Como obras didáticas e de divulgação podemos apontar os excelentes *Rudimentos de Botânica*, muito úteis aos estudantes das escolas superiores, como auxiliar para o conhecimento da nossa terminologia clássica, os *Elementos de Botânica e Agricultura*, para uso no ensino normal primário, e o *Esbôço da Flora da Bacia do Mondego*, que é a única flora regional aparecida até hoje em Portugal. Das traduções feitas pelo Sr. Dr. JÚLIO HENRIQUES não se devem esquecer o *Compêndio de Botânica*, de HOOKER, a *Chave para a determinação das familias das phanerogâmicas*, de F. THONER, e o *Dicionário das plantas úteis*, de MULLER.

O último e recente trabalho do Sr. Dr. JÚLIO HENRIQUES é *A ilha de S. Tomé sob o ponto de vista histórico-natural e agrícola*, extensa e excelente monografia, profusamente ilustrada, em que o seu illustre autor fornece dados muito completos e interessantes para o conhecimento dessa rica e modelar colónia portuguesa.

#### MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Em presença do Sr. Dr. JÚLIO AUGUSTO HENRIQUES, está-se em presença de uma das mais nobres personalidades que tem produzido a

nossa raça. É uma figura perfeita pelo conjunto admirável de virtudes que o caracterizam; e, se os que temos vivido com êle lhe não medimos ainda toda a estatura, é porque, como disse alguêm, os grandes homens são como as montanhas, que só dão a verdadeira impressão da sua pujança quando vistas, não de perto, mas a uma certa e necessária distância.

Carácter imaculado, pela correcção moral da sua longa vida; homem atraente como poucos, pela extrema bondade do seu coração e pelo encanto do seu trato; patriota modelar, porque sem a menor ambição política consagrou toda a sua existência ao engrandecimento do seu país. O que foi como professor, di-lo o quanto lhe querem os seus colegas e o muito que o adoram os seus discípulos; o que foi como organizador, proclama-o êsse verdadeiro monumento que lega à sua Universidade, o Instituto Botânico de Coimbra; o que foi como sábio, atestam-no os seus inúmeros trabalhos de investigação original e a alta estima que lhe tem patenteado os maiores botânicos contemporâneos. O seu nome, cujo lugar está desde há muito marcado para a história científica, ficará eternamente junto do das espécies novas que descreveu, e será lembrado sempre pelo das muitas outras que botânicos de quási todos os países lhe consagraram.

Realizou obras de tal ordem que bastaria uma delas para lhe firmar a reputação; mas a sua maior glória é a de ter criado no seu país uma época de actividade botânica que nunca poderá ser esquecida. A época de JOÃO LOUREIRO, de CORREIA DA SERRA e de BROTERO não é obra de um só homem, porque foi determinada por um conjunto de coincidências felizes; a época actual é, e ficará sendo denominada, a época de JÚLIO HENRIQUES, porque foi criada exclusivamente por êle.

Rendo-lhe em meu nome e no da minha Universidade, aqui representada por professores e estudantes, a mais respeitosa homenagem a que tem direito pelos seus altíssimos méritos. E concluo por um voto: É que no mesmo Jardim Botânico onde, por iniciativa do Sr. Dr. JÚLIO HENRIQUES, se levanta êsse primor artistico da estátua de BROTERO, sejam também erigidas, um dia, as de GARCIA DA ORTA e do fundador da *Sociedade Broteriana*, para que essa trindade gloriosa fique ali testemunhando a todos que esta antiga e sábia Universidade de Coimbra tem tradições científicas com que se não envergonha perante as dos estranhos.

## O ENSINO DA BOTÂNICA E O JARDIM BOTÂNICO

Por causa de um luto recente não pode o Dr. LUÍS CARRISSO tomar parte nesta festa. Era sua intenção falar-nos do Jardim Botânico sob a direcção do Dr. JÚLIO HENRIQUES. Actual professor de Botânica e director do Jardim, conhecendo bem a sua história, o Dr. CARRISSO poria em relêvo a soma de trabalhos ali realizados pelo seu venerando predecessor.

O ilustre professor da Universidade do Pôrto Dr. GONÇALO SAMPAIO acaba de nos apresentar uma análise completa da obra do Dr. JÚLIO HENRIQUES, como naturalista. Botânico português dos mais distintos, ninguém melhor do que Sua Ex.<sup>a</sup> poderia fazer o estudo dos trabalhos de quem à Botânica votou toda a sua longa vida científica.

Não posso tomar o lugar do Dr. CARRISSO dentro do programa que traçara. Cabendo-me tarde, há poucos dias, a honra de me associar a estas homenagens prestadas ao Dr. JÚLIO HENRIQUES, faltaram-me o tempo e os meios para analisar com a amplitude exigida uma só parte da obra do nosso querido colega.

Tentarei, portanto, sómente apresentar da sua vida universitária uma ligeira notícia.

Como professor, como director do Jardim Botânico, como organizador do Herbário, da Biblioteca e do Museu de Botânica, prestou à antiga Faculdade de Filosofia, à Universidade, os mais altos serviços.



De 1860 a 1879, a Faculdade de Filosofia entrou num período de renovação dos seus processos de ensinar. Os laboratórios desenvolveram-se, e procurou-se atrair para êles a frequência de estudantes. Ao mesmo tempo o ensino teórico elevou-se, abandonando formas que nalgumas cadeiras atingiam as raias do escândalo.

Eram antigas as aspirações da Faculdade para se levantar da condição inferior em que vivia. Faltando-lhe sempre a indispensável assistência financeira do Estado, que arrecadara os bens da Universidade, via instantes reclamações desprezadas ou apenas satisfeitas numa parte mínima. São a êste respeito interessantíssimas as representações ao Govêrno em Abril de 1851 e em Junho de 1855. Esta última é um brado sentido contra o abandôno a que a Faculdade era

votada. Faziam-se comparações entre a recusa sistemática em satisfazer os seus pedidos e os benefícios recebidos pelas Faculdades de Direito e Medicina. Mas continuaram *representando*, e ainda em 1855 se insiste na conveniência de mandar viajar por conta do Estado dois professores da Faculdade «a fim de estudarem entre as nações mais ilustradas da Europa o ensino prático e as applicações mais importantes dos diferentes ramos dos estudos físicos e naturais».

Conseguiram em 1857 encarregar duma missão científica no estrangeiro o Dr. MATIAS DE CARVALHO E VASCONCELOS, que durante três anos, na França e na Bélgica, representou a Universidade, e em especial a Faculdade de Filosofia, por uma forma brilhante e digna. Fôra em Paris discípulo de WURTZ.

Infelizmente o Dr. MATIAS DE CARVALHO não prestou à Faculdade os serviços esperados. Levado para a direcção da Casa da Moeda, foi logo atraído pela política e pela diplomacia.

Seguiram-se as missões científicas dos professores JACINTO DE SOUSA e SANTOS VIEGAS. Pelo seu estudo nos meios científicos da Inglaterra, França e Alemanha, pelo convívio com os grandes físicos da época, voltaram aqueles professores habilitados, o primeiro a montar e organizar o Observatório Magnético e Meteorológico, o segundo a imprimir ao ensino teórico e prático da Física a elevação que conservou até ao fim da sua longa carreira.

Dentro dos mesmos dez anos o intuito de refundir o ensino da Química, manifesta-se por outra forma — *pela tentativa de entregar a um químico estrangeiro de competência reconhecida* a direcção dos trabalhos do Laboratório Químico. Devidamente autorizada, a Faculdade contratou para êsse fim o ilustre químico alemão Dr. TOLLENS. Infelizmente pouco se demorou em Coimbra. Em 1870, passado um ano, deu a sua demissão e regressou à Alemanha.



Ora é neste periodo de renovação que o Dr. JÚLIO HENRIQUES cursa a Universidade e inicia a sua vida de professor.

Os seus estudos foram acidentados. Pelas tendências de espírito era o môço estudante solicitado para as Ciências Naturais; mas, obedecendo à vontade de seu pai, veio para Coimbra formar-se em Direito. Apesar de contrariado, fez um curso regular, que amenizou com a freqüência das cadeiras do Curso Administrativo.

Com todo o seu ar de afabilidade e brandura, o Dr. JÚLIO HENRIQUES é dotado dum forte carácter, duma vontade que não desarma para conseguir o que é justo.

Quantos exemplos na sua vida pública e alguns do maior valor. Lembremo-nos da célebre questão dos RR..., conhecida de nós todos na Universidade.

Perante a vontade paterna, a sua não desarmou. Concluída a formatura em Direito, completou os seus cursos na Faculdade de Filosofia.

Em 21 de Novembro de 1864 foi aprovado o ponto para a sua Dissertação inaugural; em 29 de Maio de 1866 era nomeado professor substituto extraordinário.

Eram, como se sabe, os professores substitutos chamados para tudo, para tudo eram oficialmente considerados habilitados. Nessa qualidade, regeu Química, Zoologia, Agricultura, Mineralogia. A sua orientação moderna mesmo nesta fase se revelou. No ensino da cadeira de Química orgânica que, de passagem, lhe competiu, deu comêço ao ensino prático da Análise Química. A umas dezenas de reacções, feitas pelo professor no anfiteatro de Química, substituiu o trabalho prático, obrigatório, dos alunos no laboratório.

Durante estes anos de entrada para a Faculdade ia completando a sua educação como botânico. Era o companheiro inseparável do Dr. ANTÓNIO DE CARVALHO, irmão de MATIAS DE CARVALHO, nas minuciosas herborizações em tórno de Coimbra.

Especializava-se, como agora se diz, no estudo da Botânica.

De 1869 a 1870 ensinou-a pela primeira vez. Em 10 de Janeiro de 1874, foi promovido a professor catedrático, entregando-lhe a Faculdade a regência da cadeira de Botânica.

Começa então, verdadeiramente, a sua carreira de professor.



O seu predecessor tinha deixado cair o ensino da Botânica no mais lamentável descrédito. Vivia longe de Coimbra, nas aulas lia, e liam depois os discípulos, as fôlhas dum compêndio cuja publicação não chegou ao fim. A aula de Botânica era no Museu, e havia como material de ensino os restos muito deteriorados do Herbário de BROTERO, umas dúzias de livros escolhidos sem critério, um microscópio NACHET de que ninguêem se servia. Tudo faltava.

Para se avaliar singelamente, rápidamente, dos serviços que o Dr. JÚLIO HENRIQUES prestou à Faculdade, basta comparar os meios de ensino que existiam quando começou a sua carreira e os que actualmente podem ser utilizados. Tudo se deve ao seu próprio esforço.

*Nem teve a facilitar a execução da tarefa que se impusera os*

*ensinamentos colhidos em viagens demoradas pelos centros scientificos estrangeiros. Como professor, fez-se unicamente pelo seu trabalho.*

Começou por estabelecer a sua aula numa dependência do Jardim, e foi pouco a pouco, dentro dum orçamento arrepanhado, adquirindo com método o material de ensino para ilustrar as suas lições e para apetrechar o laboratório de Botânica, que criara.

O ensino teórico era sempre acompanhado de demonstrações práticas em dias e horas diferentes dos das aulas. As turmas organizavam-se, atendendo ao material de que dispunha.

Nunca se lamentou dêsse acréscimo avultado de trabalho, feito sem remuneração alguma. Considerava-o um dever.

O laboratório convidava naturalmente os alunos. Na histologia e morfologia muitas preparações que se examinavam eram feitas na ocasião, verificando-se todas as operações e reacções que servem para distinguir os diversos elementos anatómicos, as suas modificações, etc.

Ia adquirindo os microscópios necessários, câmaras claras, aparelhos para microfotografia. Organizou também uma colecção de aparelhos para o estudo dos fenómenos da fisiologia vegetal.

As dissertações académicas, trabalhos de compilação sem valor, substituem-se por trabalhos de microscopia, de morfologia comparada e por herborizações.

Os alunos colecionavam pequenos herbários, trocando exemplares e concorrendo para o Herbário do Jardim. Entraram assim muitas plantas de localidades donde nada havia, entre elas algumas espécies novas para a flora portuguesa.

Com pequeníssimos recursos, menos de 400.000 réis anuais para expediente, compra de livros, de material, deve-se à sua perseverança, à sua tenacidade obstinada, o desenvolvimento do laboratório. Não fazia despesas vistosas e inúteis. Em cada ano aperfeiçoava o que tinha, ou alguma cousa inovava.

Quási no fim da sua carreira de professor tem a felicidade de dar ao laboratório as proporções actuais. Ao lado de salas amplas, uma galeria bem iluminada e alegre tem capacidade, comodidades e material para o trabalho simultâneo de grande número de estudantes.

Os assistentes e os alunos tinham o querido mestre sempre ao seu lado, não perdendo ensejo de lhes prestar esclarecimentos preciosos, de a uns e outros auxiliar com os tesouros longamente acumulados do seu saber profundo.

Na aula, como professor, não lhe faltavam as mais preciosas qua-

lidades. As lições eram organizadas com método, e a exposição era clara e simples. Não desprezava nenhum meio de a tornar animada, desde o emprêgo de exemplares naturais, criteriosamente escolhidos, de modêlos e estampas dos mais perfectos, e que adquirira, até às simples figuras no quadro, feitas com perícia, com a sua conhecida habilidade para o desenho.

Além de ser um naturalista que tanto nos honra e eleva no conceito do mundo scientifico, foi o Dr. JÚLIO HENRIQUES um professor notável, modelar.

A sua devoção pela Botânica bem se manifesta também no entusiasmo com que a ensinava. Transmittia-a com o mesmo ardor com que a cultivava.



Percorramos agora rápidamente a história do Jardim Botânico, para vermos em que condições começa a direcção do Dr. JÚLIO HENRIQUES. Vejamos, depois, embora de fugida, os factos mais importantes que a distinguem.

A história do Jardim Botânico mostra-nos o seu desenvolvimento quasi sempre contrariado pelas estâncias superiores. Aos esforços empregados em Coimbra para lhe dar disposições úteis e belas, dignas dum estabelecimento universitário, ainda há pouco único no país, oppunham-se tendências para o fazer restringir dentro de proporções mesquinhas.

Por ter sido muitas vezes publicada, é bem conhecida a célebre carta do Marquês de Pombal ao Bispo Reformador Reitor, D. Francisco de Lemos, cortando os vôos às aspirações dos professores VANDELLI e DALLA BELLA para darem à Faculdade que se acabava de criar um Jardim Botânico digno dêsse nome.

Deviam limitar o seu Jardim, dizia o Marquês, «a um certo recinto cercado de muros, com as comodidades indispensáveis para um certo número de hervas medicinaes e próprias para o uso da Faculdade médica; sem que se excedesse delas a comprehender outras hervas, arbustos e ainda árvores das diversas partes do mundo em que se tem derramado a curiosidade já viciosa e transcendente dos sequazes de LINNEU, que hoje teem arruinado as suas casas para mostrarem o *malmequer* da Pérsia, uma *açucena* da Turquia». Ordenava que «se calculasse por um justo orçamento o que há de custar o tal Jardim de estudo de rapazes e não de ostentação de príncipes ou de particulares, daqueles extravagantes e opulentos que estão arruinando grandes casas na cultura de *bredos*, *beldroegas* e *poejos* da Índia, da China e da Arábia».

Êste critério estreito tem perseguido o pobre Jardim. Com raras tréguas, tem sôbre êle pairado sempre o espírito do Marquês.

Para ser um estabelecimento útil ao ensino, disposto para o estudo das mais variadas questões botânicas, para dar também uma impressão de beleza, como é indispensável, um Jardim Botânico precisa de ser construído e mantido com uma dotação generosa. Pois ainda nestes terríveis anos em que todas as despesas subiram enormemente, tem o Jardim e dependências um orçamento dentro da limitada verba de 2.400.000 réis.

Em 1775 estava plantado o modesto hôrto botânico, cumprindo-se rigorosamente a vontade do Ministro de El-Rei D. José. Ocupava pequena parte dos terrenos adquiridos por D. Francisco de Lemos e que pertenciam às cêrcas dos religiosos de S. Bento e de S. José dos Marianos. O Reitor, da opinião dos professores italianos, e pensando em dar maior extensão e regularidade ao que estava traçado, tinha ainda aforado às religiosas de Santa Ana parte dum olival contíguo aos terrenos mencionados.

Ainda no seu primeiro govêrno da Universidade, foram alinhadas as principais ruas, ordenados os terraplenos, marcadas as escadarias em tôrno do quadrado em que se confinava o hôrto primitivo. Êste foi mais tarde cercado de muros com parapeitos, deu-se-lhe entrada por pórticos e escadas com certa beleza.

Assim o encontrou BROTERO, quando em 1791 tomou a sua direcção. Viera o já então célebre botânico chamado do estrangeiro para reger a cadeira de Botânica e Agricultura, para êle expressamente criada na Faculdade de Filosofia.

Durante os vinte da sua permanência em Coimbra, é realmente criado o Jardim Botânico. O autor da *Flora Portuguesa* e da *Phytographia Lusitaniae* encontra no grande Bispo, que em 1799 voltou ao govêrno da Universidade, todo o apoio para executar o que delineara. Conhecedor da organização dos principais jardins da Europa, era seu grande empenho seguir no de Coimbra o plano dos estabelecimentos desta ordem pertencentes às mais célebres universidades.

BROTERO foi jubilado em 1811 e, em seguida, nomeado director do Real Jardim Botânico da Ajuda.

Pelo que diz respeito à conclusão e embelezamento do Jardim de Coimbra, segue-se uma longa pausa. Na parte scientifica, entra numa decadência tal que o conselho da Faculdade reconhece em 1822 ser necessário acudir-lhe de pronto. Resolveu repovoar a Escola segundo o sistema de LINNEU, plantar os terraplenos superiores segundo o método de JUSSIEU.

Em 1825, reconhecendo-se alguns progressos, ainda era notável a falta de plantas.

Em 1836 é cedida para a Faculdade de Filosofia toda a cêrca dos Bentos e mais uma parte da que fôra dos religiosos de S. José dos Marianos e mais tarde das religiosas Ursulinas de Pereira. Assim se constituía a actual cêrca que, entregue primeiro aos professores de Agricultura e tendo variados destinos, só depois de 1862 é realmente anexada ao Jardim Botânico.

Até 1860 o Jardim arrastou uma vida miserável. Também ficava barato ao Estado— a sua dotação anual não passava de 4507000 réis. Viviam de esmolas. Plantas e sementes eram com freqüência oferecidas por pessoas generosas. Nas actas da Faculdade muitas vezes se mencionavam votos de agradecimento por dádivas. A todos os protectores do Jardim excedeu o Dr. WELVITSCH, que tanto trabalhou para o conhecimento de Portugal e da África portuguesa.

De onde a onde completava-se um terraço, dava-se comêço a um lanço de escadas, assentava-se um portão. Poucas plantações se faziam, e o Jardim estava fora do convívio com os grandes estabelecimentos congêneres; não se trocavam plantas nem sementes.

A conclusão das estufas em 1866 marcou para o Jardim o princípio duma nova era. Já nesse ano se contratou em Paris o jardineiro EDMOND GOEZE.

Êsse contrato foi devido ao ilustre e opulento açoreano José do Canto. Levando o jardineiro GOEZE à Ilha de S. Miguel, êle, António Borges da Câmara, José Jácome Correia e Ernesto do Canto fizeram-no portador duma riquíssima colecção de plantas raras com que se ornou a nova estufa.

A êste generoso impulso segue-se o estabelecimento de relações com os Jardins de Paris, Kew, Hamburgo, Berlim.

Do Dr. DECAISNE, director do Jardim das Plantas e do Dr. HOOKER, de Kew, recebeu também o Jardim valiosas ofertas.

Nesta época a direcção do Jardim foi entregue a uma comissão administrativa, que em pouco tempo realizou trabalhos notáveis, como a plantação da avenida das tilias, plantações e arruamentos na cêrca.

O ilustre açoreano António Borges de Medeiros prestou assinalados serviços.

Seguiu-se a demolição de casarões de feio aspecto situados no local do vasto terrapleno em frente do edificio de S. Bento, a adaptação de parte dêste edificio para habitações do pessoal do Jardim e para acomodação do seu material.



Em 1874 foi entregue a direcção do Jardim ao Dr. JÚLIO HENRIQUES. Fica em boas mãos.

Nos primeiros anos melhorou as condições da estufa, continuou as plantações no Jardim e na cêrca. A publicação anual do catálogo de sementes facilita as trocas, sempre crescentes.

Já em 1884 êsse catálogo oferecia sementes de 2.000 e tantas espécies. Treze Jardins estrangeiros pediram e receberam sementes.

O Jardim passa a assumir o papel que lhe compete, saído dêle, além de sementes, grande número de plantas vivas para estabelecimentos públicos, para as Câmaras Municipais, para particulares.

Tornou-se também útil para os agricultores das nossas colónias, remetendo-lhes grande número de sementes e plantas. O impulso dado à cultura das *quinas*, em S. Tomé, em Cabo Verde e Angola, à cultura da *Vanila aromática*, das árvores da cânela, etc., é notabilíssimo.

Promoveu também a aclimação em África das plantas americanas produtoras da borracha.

De *quinas*, só em 1883, mandou para a África 824 plantas, além de número avultadíssimo de sementes.



Não descurava os aspectos ornamentais do Jardim, fazendo dispôr nos terraços contíguos às ruas e alamedas, de preferência, as plantas ornamentais, convenientemente agrupadas. No grande quadrado do hôrto pombalino foram as plantas dispostas por ordem geográfica. Era sua intenção ter ali representados os tipos de organização característicos das várias regiões da terra.

Dentro da pequena, da mesquinha dotação do Jardim Botânico realizou o verdadeiro milagre de o engrandecer, de o embelezar e de o tornar um estabelecimento capaz de prestar ao país, sobretudo às colónias africanas, serviços do mais alto valor.



O Museu Botânico é obra sua. Numa das salas estão dispostos exemplares de criptogâmicas, gimnospérmicas e monocotiledóneas, e modelos representando essas plantas ou parte delas e, a par, os produtos naturais — frutos, fibras — ou artificiais. Era esta sala o antigo refeitório do Colégio de S. Bento.

Numa outra que mandou construir encontra-se o que diz respeito às dicotiledónias. Vêem-se frutos naturais ou artificiais, madeiras, produtos muito diversos. Uma bellissima estante é feita de madeiras das colónias portuguesas, especialmente da África. As mesas do centro são construídas de madeiras da Índia.

É notável a colecção de produtos das nossas províncias ultramarinas.



A organização do Herbário bastaria para tornar o Dr. JÚLIO HENRIQUES digno das mais elevadas homenagens, crédor de todas as benemerências.

Nele se encontram diversas colecções:

1.º O herbário da região mediterrânea coligido pelo professor WILKOMM, adquirido graças aos esforços do Dr. JÚLIO HENRIQUES. Conseguiu do seu colector o pagamento em prestações tiradas da sua exígua dotação;

2.º O herbário portuguez, que contém os resultados da exploração botânica do país feita pelo Dr. JÚLIO HENRIQUES e pelos empregados seus auxiliares, a contribuição da Sociedade Broteriana e outras;

3.º Colecção de plantas europeias, australianas, etc., obtidas por trocas;

4.º O resultado das herborizações em S. Tomé, por Adolfo Moler e Quintas; muitas plantas das explorações botânicas na África Portuguesa, por WELWITSCH.



À Sociedade Broteriana, de que foi o fundador e de que sempre foi a alma, muito deve o conhecimento da flora portuguesa. Nos 27 volumes do *Boletim da Sociedade Broteriana* publicou perto de 60 artigos e notícias. Fundou esta Sociedade em 1880 com 20 sócios; o primeiro número do *Boletim* foi publicado em 1882.

Além dos serviços que a Sociedade Broteriana prestou na exploração botânica do país, tirou o Dr. JÚLIO HENRIQUES da publicação do *Boletim* magníficos resultados para a formação da biblioteca botânica. Por trocas com o *Boletim*, e auxiliado pela maneira por que era considerado por todos os botânicos seus contemporâneos, conseguiu reunir essa famosa biblioteca botânica que em 1882 era formada por 1:113 volumes. Em 1912, como se vê do seu catálogo, continha já 2:162 volumes. Quási duplicava em dez anos. Enriquece a de publicações raras e de manuscritos de valor. A oferta que obteve do célebre manuscrito de TOURNEFORT, *Topografia Botânica*, no qual estão enu-

meradas todas as plantas colhidas por aquele distinto botânico durante a viagem que fez a Portugal em 1684, oferta devida aos seus esforços, é um facto que não pode deixar de se mencionar.



O Dr. JULIO HENRIQUES nunca aceitou condecorações que tantas vezes lhe foram oferecidas.

Foi feito doutor honorário por ocasião do bicentenário de LINNEU na Universidade de Upsala. Recebeu o diploma, o anel de ouro e a corôa de louros.

Entre tantos sábios europeus e americanos representava dignamente o nosso país, cuja sciência pelo seu valiosíssimo e intensivo trabalho sempre honrou e afirmou perante o estrangeiro.

Exemplos, como êste, duma alta intelligência, duma capacidade de trabalho extraordinária, votadas exclusivamente à cultura da sciência, são infelizmente poucos num país de indolentes como o nosso.

DR. ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO.

---

DISCURSO DE ENCERRAMENTO  
DO DIRECTOR DA FACULDADE DE SCIÊNCIAS  
DR. TEIXEIRA BASTOS

SENHOR MINISTRO  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

O professor que tanto illustrou a cátedra durante mais de meio século, e em honra de quem nos reunimos aqui hoje, deve sentir-se bem feliz, ao atentar no longo caminho percorrido, na boa sementeira — largamente esparsa — de iniciativas e ideas, e no concôrto unânime de aplausos e louvores à sua obra de labutador infatigável, ao seu intenso e aturado esforço.

Desde o ano remoto de 1865 — há cincoenta e dois anos — que o Dr. JULIO HENRIQUES exclusivamente se dedica ao ensino, ao estudo da flora nacional, à vulgarização da sciência botânica, ao progresso da nossa agricultura, tanto do continente como das colónias, ao engrandecimento da sua Faculdade e desta Universidade. Na sua aula travou conhecimento com muitas centenas de estudantes, uns já fale-

cidos, outros espalhados por todo o país; e foram seus discípulos todos os actuais professores em exercício das Faculdades de Medicina e Ciências, com excepção dos Drs. FILOMENO DA CAMARA e SOUTO RODRIGUES — duas velhices ainda verdejantes e floridas, ainda felizmente apumadas e louçãs. A clareza, a exactidão do seu ensino, a feição prática, tão educativa, que sempre lhe imprimia, o culto sugestivo das plantas, a singeleza e a afabilidade do trato — reflexo da sua bondade natural — tornavam-no um dos professores mais justamente escutados, queridos e respeitados. E, quando um dia veio a fundar a utilíssima *Sociedade Broteriana*, foi em muitos dos antigos discípulos que encontrou os mais assíduos e valiosos colaboradores.

Dotado de organização robusta e excepcional capacidade de trabalho, amante apaixonado das plantas e da Natureza, com uma alma de artista, sensível às emoções e aos encantos das belas paisagens, é a constantes excursões botânicas que tem consagrado todos os seus ócios, percorrendo de norte a sul o nosso campo, escalando as nossas montanhas mais interessantes e mais pitorescas, embarcando-se finalmente para S. Tomé, em idade já avançada, a fim de realizar um antigo e persistente sonho: o não cerrar de vez os seus olhos, sem os haver primeiro deslumbrado com a imponência e a exuberância da vegetação tropical. Esta longa vida, de deslizar tão suave, tão cheia de labor útil e severa simplicidade, resalta como o mais nobre dos exemplos. Numa época de enfunadíssimas vaidades, de ambições desenfreadas, de lutas ferozes, o Dr. JULIO HENRIQUES viveu sempre acantado, entre os seus livros, as suas plantas, os seus discípulos e os seus ideais, como que alheio ao fragor ambiente.

Apesar de formado em Direito (circunstância pouco conhecida), nunca exerceu funções administrativas ou políticas, uma única embaixada aceitando — a representação desta Universidade no bicentenário do nascimento de LINEU, celebrado na Suécia em 1907.

Nos seus cinquenta e dois anos de vida pública, nada mais que professor, só professor quis ser, acumulando com êste durante muito tempo um único cargo — o de presidente da extinta *Associação Filantrópico-Académica*, que tantos benefícios derramou, e sob cujo amparo alguns moços, tão ricos de talento, como minguidos de bens, puderam um dia atingir as cumiadas sociais.

É esta fase da sua vida que um telegrama, há pouco lido, comovidamente relembra.

Nunca vãs honrarias o seduziram. Há cêrca de três meses, escrevia-me êle: «Nos quási cinquenta e dois anos de professorado, apenas duma vez houve a lembrança de me concederem uma condecoração; e essa mesma regeitei, apesar de ser proposta dum amigo,

que eu muito respeitava. E regeitei-a, porque não me julgava com merecimento bastante para a aceitar. Tendo a consciência de ter cumprido os meus deveres, estou satisfeito; e não desejo, nem tenho em conta manifestações de qualquer ordem, com excepção das da amizade». Quando li estas palavras austeras — espelho dum carácter —, ocorreu-me logo a passagem duma carta do nosso HERCULANO a Mon-senhor Pinto de Campos, que não resisto a citar. Diz, falando de D. Pedro V: «Fez-me comendador da Torre e Espada, cousa que se dá a poucos; não lho aceitei. Deu-me um retrato seu e o *Ancien Régime* de TOCQUEVILLE, anotado por êle: aceitei-os e guardo-os. São cousas pequenas, que me cabem na cova; hão de lá ir comigo».

‡ Almas de eleição estas, cuja fina estrutura moral difficilmente se comprehende nos rudes tempos que correm!

Meus Senhores: Tenho esboçado, a largos traços, a biografia duma pessoa feliz, que — sendo grande amator de plantas e flôres — nunca deixou de cultivar também com desvêlo, no melhor recanto da alma, a branca flôr do ideal. Nada mais triste do que uma existência sem rumo. Alimentemos um nobre ideal, e amêmo-lo através de tudo: só pode reinar a alegria de viver no ambiente em que flutua o seu delicado perfume.

‡ Grandes dívidas acaba de cóntrair a Faculdade de Ciências! É nosso primeiro dever agradecermos ao Sr. Presidente da República a bondade com que quis acompanhar-nos hoje, testemunhando assim que do seu eminente pôsto continua a vêr com os mesmos olhos de sempre o velho Instituto, em que formou o seu belo espírito e de que é uma legítima glória. Cumpre-nos depois agradecer ao Sr. Ministro da Instrução Pública e aos exímios colegas e naturalistas de Lisboa e Pôrto todo o rebrilho que deram a esta solenidade, que de outra sorte ficaria bem apagada por certo. O Sr. Ministro — honra do Poder e ornamento do Magistério Superior —, a quem tanto deve o professorado e a Instrução Nacional, veio trazer-nos o fulgor da sua palavra eloquente. A sua comparência neste lugar, — por si e pela superior representação que encerra — é mais que um aplauso, é um incitamento e uma grande lição de civismo.

As provas de solidariedade e confraternização que acabamos de receber das duas Universidades irmãs — tão alta e brilhantemente representadas — essas ficarão inscritas bem fundo na nossa memória e nos nossos corações. Tocou-nos sobretudo a gentileza do Sr. professor GONÇALO SAMPAIO, tomando sôbre si o mais pesado encargo desta comemoração, e aliviando-se magistralmente dêle, com uma facilidade toda feita de bemquerença e de saber. É, sem dúvida, estreitando cada vez mais os vínculos de boa e leal camaradagem que as

três Universidades poderão realizar do modo mais profícuo a sua elevada missão social. Consola registrar que assim o compreendem tanto professores como alunos: as Academias de Lisboa e Pôrto — dois pujantes núcleos de generosa e culta mocidade — acham-se hoje aqui ao nosso lado, uma na pessoa dum professor tão novo como ilustre, a outra nas pessoas de dois dos seus membros mais distintos. As mais efusivas e comovidas graças lhes são devidas.

As laboriosas *Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais* e *Sociedade de Ciências Agronómicas de Portugal*, de tão luzida representação nesta sala, são igualmente credoras do nosso maior reconhecimento: ainda uma vez se verifica não haver laços mais íntimos do que os espontâneamente criados entre aqueles que se encontram na árdua e interminável jornada da Ciência, trilhando o mesmo atalho, fazendo parte da mesma caravana.

Bem merecem também a nossa gratidão o valioso apoio do preclaro Reitor desta Universidade e dos colegas das outras Faculdades e Escolas, e a vinda a esta sala — aquiescendo amávelmente ao nosso convite — do venerando e bondosíssimo Sr. Bispo-conde, das autoridades civis e militares, dos representantes da imprensa e das associações locais, e emfim de tantas donairosas damas, que com a sua presença conseguiram perfumar a festa de graça, elegância e beleza. Agradecimento especial é devido à Academia de Coimbra — cujo benemérito orfeão é uma escola de gosto, de disciplina e de elevação moral — pelo seu tão caloroso e tão delicado concurso. É no convívio íntimo, na constante comunhão de sentimentos e ideas que mestres e discípulos aprenderão a conhecer-se e a estimar-se.

E uns e outros lucrarão: os moços temperarão os seus impulsos juvenis e a sua ância de novidade, tantas vezes irreverente; os mais velhos rejuvenescerão o espírito, encanecido pelo tempo ou pelos desenganos, ao contacto fresco e vivificante da mocidade. A Universidade ganhará em fôrça, em prestígio e em valor social. O viver universitário e o viver académico devem constantemente penetrar-se: que os alunos possam vêr na Universidade uma verdadeira *alma mater*, sempre benévola e solícita, à qual se sintam saudosamente presos toda a vida; e que da vasta família assim criada aflua a esta antiga Escola uma corrente de simpatias, affectos e benefícios, capaz de a manter sempre forte, sempre nova e progressiva.

Mais um voto para terminar:

! Oxalá o festejado de hoje continue por largos anos ainda os seus estudos dilectos, gozando a feliz e repousada velhice a que tem direito!

## MENSAGEM DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

EX.<sup>MO</sup> SR. DR. JÚLIO HENRIQUES:

Na sessão do Conselho Académico da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto de 26 de Fevereiro do corrente ano apresentaram os nossos colegas professores Gonçalo Sampaio e Augusto Nobre a proposta seguinte:

«Realizando-se no presente ano lectivo a jubilação do illustre professor de Botânica da Universidade de Coimbra Ex.<sup>MO</sup> Sr. Dr. Júlio Henriques, e atendendo aos grandes serviços prestados por êste notável catedrático a favor do progresso científico do nosso país, pois que à sua extraordinária iniciativa e acção proficiente se deve não só a criação dos museus e gabinetes botânicos da sua Universidade, que elevou à categoria dos de 1.<sup>a</sup> ordem na Europa, mas também o renascimento e um estudo constante dos estudos fitológicos em Portugal, congregando todas as vontades isoladas, estimulando todas as vocações dispersas pelo país, fundando a *Sociedade Broteriana*, a que se devem principalmente os conhecimentos, já bastante elevados, da nossa flora no continente e colónias, facultando ao trabalho de todos os especialistas que a sua obra creou os auxilios do seu sábio conselho e os recursos, em livros e colecções, do já hoje rico Instituto Botânico da sua Universidade, propomos:

«1.<sup>o</sup> Que o pessoal científico dos gabinetes do 2.<sup>o</sup> grupo, 3.<sup>a</sup> secção (*sciências biológicas*) desta Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto, seja autorizada a, em nome dêsse grupo, ir colectivamente a Coimbra, em ocasião oportuna, para apresentar as suas homenagens áquele venerando e sábio mestre, verdadeira glória da sua Universidade e do nosso país, cuja acção no desenvolvimento das sciências naturais em Portugal há de ficar assinalada como uma das mais poderosas e das que mais nos teem elevado no conceito dos centros cultos estrangeiros.

«2.<sup>o</sup> Que as despesas a realizar com esta missão sejam cobertas pelos recursos privativos dos respectivos gabinetes.

«3.<sup>o</sup> Que a esta missão dos gabinetes do 2.<sup>o</sup> grupo da 3.<sup>a</sup> secção possam agregar-se quaisquer outros elementos universitários, quer de professores e assistentes, quer de estudantes, desde que isso não agrave as despesas dos mesmos gabinetes».

Não sómente os professores da Faculdade de Ciências deram

assentimento caloroso a esta proposta, mas também julgaram do seu dever associar-se colectivamente à homenagem que vos era prestada.

É que a maior parte dêles se honram de ter sido vossos discípulos, e conhecem de perto o vosso infatigável zêlo pelo ensino, o vosso levantado saber e a nobreza do vosso carácter de eleição, leal e bondoso.

Julgam assim que vos é devido o preito do seu reconhecimento, da sua veneração e do seu affecto.

Os nossos colegas professores de sciências biológicas vieram dizer-vos que tendes prestado ainda mais serviços pelas vocações e incentivos que haveis determinado do que pelos trabalhos próprios que tendes feito.

Realizastes assim a missão dos grandes mestres; honra vos seja!

Mais de meio século tendes percorrido, trabalhando sempre, ensinando sempre, e comunicando sempre aos vossos discípulos o impulso vivificador e o entusiasmo pela cultura da sciência botânica.

Deixando depois de um tão largo tirocinio o ensino e usando por legítimo direito de um descanso relativo, quereis ainda consagrar os dias aos vossos estudos predilectos e ao melhoramento e progresso das colecções do vosso *Herbário e Jardim* e dêsse esplêndido *Museu Botânico da Universidade de Coimbra*, que é um dos vossos mais legítimos títulos de glória.

Gozai, querido mestre e amigo, por largos anos ainda dos dons que Deus vos tem concedido: a saúde que os anos não teem sensivelmente alterado, a felicidade íntima, que resulta do dever cumprido, a benevolência do coração para com todos, uma autoridade superior a todas as apreciações, a respeitabilidade pessoal incontestável, a afeição sem quebra dos vossos colegas no professorado e o reconhecimento e estima affectuosa dos vossos antigos discípulos.

28 de Maio de 1918. — (*Seguem-se as assinaturas dos professores da Faculdade de Ciências*).

---

## MENSAGEM DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

MESTRE E AMIGO:

Passando hoje o aniversário da vossa investidura no professorado, que acabais de deixar, vimos aqui, em cumprimento dum dever, agradecer-vos todos os altos serviços prestados a esta Universidade durante mais de meio século.

A simples fôlha de papel, coberta de assinaturas, que em vossas mãos depositamos, — autêntico título de glória para os vossos descendentes, servirá de atestar também a nossa dívida de gratidão para convosco.

Abandonastes a cátedra; mas continuais a viver neste belo *Jardim* entre as vossas plantas e os objectos familiares e queridos que vos teem acompanhado toda a vida. Não é, pois, um adeus que vos trazemos com as nossas saudações, antes ferventes votos de longa existência ainda, para vosso contentamento e proveito da nossa terra, da Universidade e de todos nós.

Coimbra (Jardim Botânico), 29 de Maio de 1918.

*(Seguem-se as assinaturas de todo o corpo docente).*

## Notas Vicentinas

PRELIMINARES DUMA EDIÇÃO CRÍTICA DAS OBRAS  
DE GIL VICENTE

### III

#### Romance à Morte del Rei Dom Manuel e à Aclamação de Dom João Terceiro

Vou considerar neste estudo como *uma* só obra — embora bipartida — o Romance à Morte del Rei D. Manuel: *Pranto fazem em Lisboa dia de Santa Luçia* e aquele em que, no mesmo estilo popular, GIL VICENTE narra o entronamento do sucessor: *Dezanove de Dezembro, pela era do Natal*. E isso apesar de a assonância diversa dar a cada um individualidade e independência, e de os assuntos opostos, lutooso um, e jubiloso outro, exigirem melodia diferenciada.

Para assim proceder baseio-me não só na continuidade da matéria, mas também de um lado numa impressão antiga, avulsa (de fins do século XVI) até agora desconhecida — que será objecto basilar desta Nota — e do outro lado nos dizeres da *Taboada da Copilação* de 1562, relativos às Trovas e cousas miúdas que constituem o *Livro Quinto*.

Se na fôlha volante, cuja existência relevo, os dois romances (sem os prelúdios e os epílogos artísticos que os acompanham nas *Obras*) aparecem como um só, dividido em duas Partes <sup>1</sup>, é assim mesmo que figuram na aludida *Taboada*, pois nela se regista apenas um único *Romance aa morte del Rey dom Manuel e de quando foy leuantado por Rey el Rey dom Ioam terceyro de gloriosa memoria* <sup>2</sup>.

Escritos quer nos últimos dias do ano de 1521, quer nos primeiros do imediato, ambos eram conhecidos até hoje apenas pela edição de 1562 (e suas reproduções).

Os pormenores que comuniquei na *Nota Primeira e Segunda*, a respeito do importante privilégio, outorgado por D. Manuel a GIL VICENTE para a publicação de todas as suas composições, tornavam todavia *ab initio* muito provável a existência de folhetos avulsos de ambos os Romances juntos, imediatamente depois dos acontecimentos.

Muitíssimo provável mesmo.

*Romances novimente feitos, Continuações de Romances velhos, Contrafacções e Glosas* eram o género mais divulgado em *pliegos sueltos*, o género mais cultivado de 1500 a 1550, o género predilecto de quantos liam na península, ou ouviam lêr <sup>3</sup>.

Sirva aqui de exemplo o *Romance de Dom Duardos*, de GIL VICENTE, que, desligado da Tragicomédia do mesmo nome, se vulgarizou de 1525 ou 1530 em diante, a ponto tal que ainda nos nossos dias é cantado pelos judeus de Tânger, em redacção diminuída; e em versão portuguesa ainda no Arquipélago dos Açores <sup>4</sup>.

; Quanto maior e mais intenso deveria porêm ser o gôsto geral de romances sôbre pessoas coevas, e actualidades políticas! Sobretudo, sendo elas de tanta monta como as vitórias de Carlos Quinto (Pavia—Tunes, etc.), e como a morte do *Grande rei de muitos nomes*: <sup>5</sup>

o Algarvio d'aquem e d'alem mar  
o Arabe, o Indico, o Persa, o da Guiné,  
o grande senhor das terras africanas,  
do Congo, do Manicongo, e de Zalopho, <sup>6</sup>

o da esplêndida expedição de Tristão da Cunha ao Papa Leão X com elefante e onça, leopardo e cavalo pérsico <sup>7</sup>.

Êsses sim, tinham venda certa e ouvintes certos, tanto na capital como nas províncias; tanto nas Ilhas como no reino vizinho.

Se, por serem lidos e treslidos, nem um só exemplar sobrasse, não seria de admirar.

Folhetos de apenas quatro páginas, (de oito, ou doze, e quando muito dezasseis, vinte ou vinte e quatro) estavam naturalmente expostos a perecer.

E maravilha é que ainda existam colecções importantes, não sómente na Península <sup>8</sup>, mas ao longe: em Praga, em Cracovia, em Kjöbnhawn, em Göttingen, Munich, Viena de Áustria <sup>9</sup>.

A fôlha volante, de que estou a falar, não contém exclusivamente os dois romances de que trato. Êles servem, pelo contrário, apenas de enchimento final a um *Auto* sagrado que, não cabendo na disposição tipográfica que o impressor adoptara, o obrigava, a gastar em vez de doze, dezasseis páginas e a preencher as últimas com composições relativamente curtas <sup>10</sup>.

Facto êsse que se dava numerosas vezes.

A peça a que me refiro, é o *Auto de Santiago* de Afonso Álvares, o laborioso familiar do Bispo de Évora D. Afonso de Portugal. Julgado perdido, ela existe na Biblioteca Nacional de Madrid, entre

as vinte e quatro preciosidades dramáticas de Portugal, descobertas por D. Ramon Menendez Pidal <sup>11</sup>, quando, em 1909, a meu pedido, procurava exemplares eventuais da *Trilogia das Barcas* — preciosidades que fac-similadas sairão breve, e em edição crítica, no *Teatro Antigo Español*, admiravelmente iniciada com a edição da *Serrana de la Vera* <sup>12</sup>.



Um exemplar de outra edição, do mesmo impressor, conserva-se na esplêndida livraria do Conde de Sabugosa <sup>13</sup>.

O de Madrid consta, conforme já indiquei, de duas fôlhas, de oito páginas cada uma, impressas, como era costume para economizar, a duas colunas cerradas <sup>14</sup>.

O frontispício é ocupado por uma gravura tôska que representa o Apóstolo mata-mouros a cavalo, brandindo o chicote de três pontas contra a moirama que foge, e em parte já está vencida no chão.

No fundo dêsse rôsto aproveitaram-se cinco linhas para o título: *Auto do bêaventurado señor Sãtiago feyto per Afonso aluares, no qual êntã as figuras seguintes: hũ Mouro, hũ ca / tiuo, Sãtiago: hũ diabo em abitos de Ermi / tã: hũ Anjo, hũ pastor, huã Serrana, hũ Ermitã de nossa se / nora.*

### fim com música

**Segue se há romãcc e vul  
gar citilo pera câtar ao som  
de Emperatriz y Reyna, que  
lhe vem muito natural**

#### Romance

**Cipriano fazem em Lixboa  
dia de sancta Luzia  
por el Rey dom Manuel**

O texto do *Auto*, ocupa doze páginas (2-13) e ainda metade da primeira coluna da imediata. Duas estrofes, de onze versos cada uma, que aí estão, são rematadas com a fórmula: *Fim com música.*

No espaço que resta dessa coluna, há o título do *Romance à Morte de D. Manuel* mas sem indicação do assunto, e sem nome de autor.

Há, pelo contrário, uma Nótula extremamente curiosa e nova, que diz:

*Segue-se hũ romance e vulgar estilo pera câtar ao som de Emperatriz y Reyna, que lhe vem muito natural.*

Falarei dela no fim dêste tratadito.

Primeiro, vejamos o texto. Reproduzo-o literalmente, rectificando apenas a pontuação e o emprêgo das Maiúsculas. No fim vão as variantes da Copilação.

Pranto fazem em Lixboa  
dia de sancta Luzia  
por el Rey dom Manuel  
que se finou nesse dia.

- 5 Choram duques, choram condes,  
cada hũ quem mais podia,  
as donas e as donzelas  
muito tristes em porfia.  
Os infantes dauam gritos,  
10 a Infanta se carpia;  
seus cabellos, fios douro,  
arrincaua e destruhia;  
seus olhos maravilhosos  
fontes dagoa parecia[m].  
15 bem merecem ser escritas  
as lastimas que dezia:  
«Paço tam desemparado  
«derribado merecia  
«pois a sua fortaleza  
20 «se tornou em terra fria!

«Oh raynha, minha senhora,  
 «raynha dona Maria,  
 «quem a vos levou primeiro  
 «muy grande bem vos queria,  
 25 «pois que vos liurou da pena  
 «que passamos neste dia».  
 E outras magoas que de tristes  
 contar nam nas ousaria.

O Principe daua sospiros  
 30 que a alma se lhe sahia ;  
 suas lagrimas prudentes  
 como a gram senhor compria :  
 de dia sempre velaua,  
 de noite nunca dormia.

35 A Raynha estrangeira,  
 que ja chorar nam podia,  
 com palauras dolorosas  
 desta mane(i)ra dezia :  
 «Oh raynha (*sic*) desemparada,  
 40 «que haré sin compañía,  
 «pues que en esta triste vida  
 «sola una vida tenia ?  
 «y pues que la llevó la muerte  
 «para que quiero la mia ?  
 45 «Oh sin ventura casada  
 «tres años, no más auia !  
 «Quan presto que eres biuda !  
 «triste, para que es nascida ?  
 «pues quedas desamparada,  
 50 «niña, sola y sin alegría».  
 Se hũa vez acordaua,  
 outras sete esmorecia.  
 Assi pide a dios la muerte  
 como quien pide alegria.  
 55 pidia que la lleuassem (*sic*)  
 con tristeza en demasia,  
 diciendo : «Lleven me luego,  
 «que esta tierra ya no es mia ;  
 «por la mar por donde fuere  
 60 «algun peligro vernia ;  
 «que me mate a mi sola,  
 «saluando la compañía».

O hom rey (*sic*) en su acuerdo  
 deste mundo se partia :  
 65 conociendo la su muerte,  
 con mucha sabiduria  
 por palabras piadosas

los sacramentos pedia ;  
hablando siempre con todos  
70 dio su alma a quien devia.

Muerto lleuã el gra(n) rey  
señores de gran valia  
diziendo unos a otros :  
75 «O que triste romeria !  
«que grande amigo perdemos  
«y que dulce compañía !»  
Passada la media noche,  
tres oras antes del dia  
metido en vn ataude  
80 el que la India regia,  
el gran señor de Oriente,  
de sus palacios partia.  
Seyscientas hachas ardian,  
escuras a quien las via.  
85 Triste planto hasta Belen  
no (*sic*) palacio se hazia.  
En tierra fria enterrado,  
porque assi mandado auia.  
Conociendo que era tierra  
90 la mundanal señoria,  
dixo que los vanos triumphos  
a la muerte pertenecian.

Desque quedó enterrado  
cada uno se despedia.

FIN.

#### Variantes da *Copilação* <sup>15</sup>.

5 Choraram duques, mestres, condes — 7 os fidalgos e donzelas  
— 21 Oo minha senhora madre — 36 ja chorar o nam podia — 37 com  
rouca voz dolorosa — 38 estas palavras dezia — 39 reyna — 43 y pues  
que me la llevó la muerte — 47 quien tan presta que beuda — 49-  
50-51 Niña sola en tierra agena, huerfana sin alegria —

53-55 Assi pedia a deos morte  
como quem pede alegria,  
dizendo: «Lleven me luego

60 venia — 61 matase — 63 em seu acordo — 65 sua morte conhe-  
cendo — 66 com muytas — *E de ai em diante tudo em português* —

79, Ja passada a mea noyte — 80 o que ainda ha pouco regia — 83 seiscentas tochas acesas—86 nem passo, nam se esquecia (2) — 87 fica — 91 os vãos tesouros — 92 aa morte nam pertencia—93 Des- que ficou enterrado—95-96 *Como transição para o Epilogo de que falo no texto, acrescenta*

dizendo estes versos tristes  
aa gloriosa Maria.

Siguese la segunda parte que es un Romance que cuenta de como fue leuantado por Rey el muy alto Principe don Joã terceiro Rey de Portugal.

**Sigue se la segunda parte q̄ es vn Romance que cuenta de como fue leuantado por Rey el muy alto Principe don Joã terceiro Rey de Portugal.**

**Romance**

**Diez y nueve de Deziembre cerca era de Navidad en la ciudad de Lixboa muy noble y siempre leal fue leuantado por Rey de los reynos de Portugal el principe don Juan principe angelical Salio en vna haca blanca**

- Diez y nueve de Deziembre,  
cerca era de Navidad,  
en la ciudad de Lixboa  
muy noble y siempre leal  
5 fue levantado por Rey  
de los reynos de Portugal  
el principe don Juan,  
principe angelical.  
Salio en una haca *branca*, (sic)  
10 parecia de christal  
guarnecida de *maneyra* (sic)  
que nam se vio sua *ygal* (sic).  
Roupa leua roçagante  
toda fio douro tal  
15 forrada de ricas martas,  
bem parescia real.  
Pellote de prata fina  
prata muy oriental,  
barrado de pedraria,  
20 vinha-lhe muy natural.  
De perlas nam fazem conta  
porque he baixo metal.  
Soo um colar que leuaua  
toda Alexandria val.  
25 Na cabeça leva preto  
por seu padre natural.  
Sahio com lagrimas tristes

como filho muy leal,  
o seu rosto tam fermoso  
30 que parecia diuinal;  
seus olhos resplandeciam  
como estrellas sem yqual,  
os cabellos da cabeça  
douro eram, que nem de al,  
35 sua boca graciosa  
com aar muy angelical,  
hum sembrante soberano,  
hum olhar imperial.  
Nam foy tal' contentamento  
40 no pouo todo em geral  
como ver na Rua Nova  
yr ho seu Rey natural  
com tanta graça e lindeza  
que nam parece humanal.  
45 Os forasteyros deziã :  
«muy ditoso he Portugal».  
Ho Infante dom Luys  
leua ho estoque real,  
o Infante dom Duarte,  
50 oútro seu yrmão carnal,  
ao estribo direyto,  
a pee, nam lhe está mal,  
porque em tal solennidade  
tudo lhe vem natural.

55 Todos os grandes a pee  
quantos ha em Portugal :  
o Conde Priol leuaua  
a bandeyra principal.  
Assi chegou a sam Domingos  
60 onde estaua o Cardeal.  
Benzeo o muy alto Rey  
de bençam pontifical;  
deu-lhe logo juramento :  
jurou no liuro missal  
65 de fazer cumprir as leys  
como Rey Imperial.  
Confirmou os privilegios  
desta cidade real.  
E o pouo muy contente,  
70 de Rey tam especial,  
de pequeno sempre grande,  
magnifico e liberal  
(que he virtude julgada  
dos principes a principal).

- 75 Isto tudo assi acabado  
disseram Real Real!  
Alli tocam as trombetas  
atabales outro que tal.  
Todos lhe beijam a mão
- 80 os senhores em geral.

Variantes da *Copilação*: 1-9 *Em redacção portuguesa, como o resto.*  
—13 Opa —14 todo —32 com estrelas ygual —34 que nam dal —  
49 dom Fernando —52 nam lhestava mal —59 Chegou assi —63 e  
deu logo juramento —64 jurou num livro —66 como ley emperial  
—69 Os povos muyto contentes —76 arrayal! arrayal! —78 outro tal.

\*

Como se vê, a fôlha volante divulga unicamente às partes narra-  
tivas e exclamativas, épico-líricas, das composições de GIL VICENTE:  
os verdadeiros romances.

Falta ao *Pranto* o prelúdio moralizador: as quatro décimas em  
que o Poeta entôa o salomónico *Vanitas, vanitatum vanitas*, pondo  
em contraste sentido as sumptuosas festas, celebradas na despedida  
da Infanta D. Beatriz, com as trevas do entêrro do Rei que o mundo  
mandara, há pouco tão são e tão forte, e agora estendido no esquife,  
hírto e frio.

E falta igualmente, como já indiquei, o Epílogo, em que os  
Grandes do reino rezam, a Nossa Senhora, depois do entêrro.

Essas íntimas expansões dos palacianos, que o Poeta conhecia  
um a um, claro que não tinham importância para o geral do público,  
sobretudo além das fronteiras.

Á Segunda Parte faltam do mesmo modo as décimas finais, em  
que GIL VICENTE finge revelar os pensamentos dos mesmos Grandes  
no acto do beijamão, e envolve no mel abundante das lisonjas ao  
novel rei, alguns conselhos excelentes <sup>16</sup>.

Ambos os Romances tiveram evidentemente a princípio redacção  
portuguesa. Apenas o *Pranto* de D. Leonor de Áustria se reveste  
propositadamente de palavras castelhanas <sup>17</sup>.

Na fôlha volante, pelo contrário, impressa nos sessenta anos do  
cativeiro, a linguagem então dominante introduz-se injustificadamente,  
e atabalhoadamente, nas partes narrativas.

¿ Talvez porque a fôlha toda seja reprodução de outra mais antiga,  
impressa em Espanha, e totalmente castelhanizada?

A nótula relativa à melodia do *Pranto* quási que obriga a tal  
conjectura.

Com relação às divergências de redacção, independentes da língua, fica por decidir se as lições da fôlha avulsa são anteriores ao texto acabado de imprimir em 1562, — retocado como sabemos por Mestre Gil de 1536 a 39 — ou deturpações posteriores dos impressores populares.

Em geral, as lições da *Copilação* são superiores às das fôlhas avulsas. Mas nem sempre.

Duas emendas há entre as que reproduzi da Aclamação. No verso 32 *seus olhos resplandeciam como estrelas sem ygual*; o verso 66 *Jurou num livro missal / de fazer cumprir as leis / como Rey imperial* <sup>48</sup>.

\*

Afim de apurar, qual dos textos se cinge mais de perto à verdade histórica, primeiro fixada por escrito, provávelmente por GIL VICENTE, claro que conferi os Romances tanto com os elogios metrificados de GARCIA DE RESENDE <sup>49</sup> como com a prosa de DAMIÃO DE GOES e FRANCISCO DE ANDRADE, não esquecendo o *Memorial* que dos livros do Marquês de Castelo-Rodrigo passara para a biblioteca do Conde de Ericeira, e foi publicado por Caetano de Sousa nas *Provas* com que ilustrou a *História Genealógica da Casa Real*.

O resultado é que, sem indicar todos os pormenores registados pelos Historiadores, omitindo mesmo alguns bem significativos, GIL VICENTE deu ao todo, em ambos os Romances, uns quadros adequados e fiéis <sup>20</sup>, não se afastando da verdade, muito embora o seu palacianismo e a sua fantasia poética lhe inspirassem, como o leitor viu, uma série de exagêros e qualificativos superlativos (como *angelical* e *divinal*), inaceitáveis na seriedade da prosa histórica. Êles são relativos em parte ao exterior do jovem soberano, na ingenuidade dos seus dezanove anos — cabelos loiros e olhos claros, entre verdes e azues — em parte às virtudes principescas da liberalidade e justiça que dêle esperavam os seus validos.

Vejamus rápidamente como os acontecimentos narrados no Romance bipartido, se passaram <sup>24</sup>, segundo o critério dos Historiadores.

D. Manuel, de constituição sã e forte, apareceu adoentado repentinamente em Lisboa, nos Paços da Ribeira, numa quinta-feira, cinco de Dezembro, depois de o Príncipe e os Infantes Luís e Fernando se terem despedido dêle, de madrugada, para irem caçar em Almeirim e Salvaterra. Chamados, regressam no domingo, encontrando o rei já em perigo de vida, de febre epidémica, espécie de modôrra ou febre ardente, com inclinação ao sono, de que naquela ocasião morria

muita gente na capital <sup>22</sup>. Tendo consciência do seu estado, D. Manuel pede a unção, e faz o seu codicilo, falecendo ao nono dia da doença, 13 do mês, das dez para as onze da noite.

E, logo, às três da madrugada o cadáver é levado a Belém, num ataúde, acompanhado por dois mil cavaleiros e seiscentas tochas <sup>23</sup>.

No *Memorial* há a curiosa declaração: *vejo sua morte pouco sentida até o presente*. E RESENDE faz, mais circunspectamente, a mesma observação, dizendo, depois de se referir com veneração profunda, à vida e à morte do grande D. João II,

*e vymos pouco sentido  
huũ rey que depois morreo,*

explicando essa falta de sentimento pela proibição demonstrativa do luto por trages de burel, no dístico:

*porque o doo se perdeo,  
foy tambem nojo perdido.*

Não faltaram todavia lágrimas nem gritos aflitivos na cerimónia tradicional do *Pranto* ou da *Quebra dos Escudos*, realizada no dia 17 <sup>24</sup>.

Segundo a descrição de GOES e de ANDRADE e segundo uma das miniaturas de um *Livro de Horas* que vi no Palácio das Necessidades <sup>25</sup>, os Vereadores da Câmara de Lisboa seguravam varas pretas na mão direita. Deante dêles montado num cavalo bastardo, coberto de raso negro, ia o alferes da cidade, com bandeira negra derrubada sôbre o ombro, as pontas a arrastar pelo chão. Três juizes levavam cada um o seu escudo. E por três vezes, o cortejo parou: à porta da Sé, o primeiro, com pregão alto <sup>26</sup>, quebrou o seu nas pedras da escadaria, suscitando dolorosos prantos do povo. Na Rua Nova dos Mercadores, o segundo juiz quebrou o seu escudo sôbre um banco coberto de pano negro, com novo pregão e novo pranto, tal que pareceu que se destruía o mundo. No Rocio repetiu-se a scena com o último escudo e terceira lamentação.

¡ Solenidade certamente impressionante !

Mas: ¡ *Le Roi est mort!* ¡ *Vive le roi!*

Depois do luto, o regozijo.

Tudo estava preparado para o levantamento ou a aclamação do novo soberano se realizar no terceiro dia depois do entêrro. Tempestades desencadeadas não admitiram contudo festejos ao ar livre. Sómente no dia 19 êles se celebraram com a pompa que o acto requeria.

D. João saiu dos paços, vestindo opa roçagante de brocado, forrada de arminhos, cuja cauda seguravam dois fidalgos. Trazia colar de pedraria, muito formoso. *Apenas na cabeça levava preto.* O cavalo, arreado à bastarda, tinha guarnições de tela de ouro. Levava-o pela rédea o Infante D. Fernando<sup>27</sup>. A pé acompanhavam-no à direita, os Grandes titulares do reino: dois duques (o de Bragança e o de Coimbra); dois marqueses (Torres Novas e Vila Real), e sete condes (Alcoutim, Penela, Feira, Marialva, Portalegre, Vila Nova e Vidigueira). À esquerda iam os oficiais môres e a Câmara de Lisboa. Na frente cavalgava o Infante D. Luís, na sua qualidade de Condestável do Reino, com o estoque na mão, precedido pelo alferes (o futuro Conde de Tarouca), com a bandeira ainda enrolada; um arauto, reis de armas, porteiros e músicos com ordem de não tocarem perto do Paço, em sinal de respeito ao profundo dó da Rainha viúva.

Junto ao mosteiro de São Domingos estava armado um estrado de oito degraus; no último, cadeira com dossel e almofadão para o rei, e outra em que pousava o crucifixo e o missal. Ao pé esperava-o o Cardeal Infante D. Afonso, seu irmão, com todos os prelados. D. Luís postou-se à direita, D. Fernando à esquerda. Em frente discursou o Doutor Diogo Pacheco, o grande orador que fôra embaixador de D. Manuel, junto ao Papa Júlio II e Leão X, e tornou a tomar a palavra na recepção de D. Caterina<sup>28</sup>.

Em seguida, o rei prestou juramento, de joelhos, tomando-lhe homenagem na forma consagrada o escrivão de puridade. E estando a bandeira desenrolada, Grandes e Vereadores juraram, beijando a mão de D. João III. Dirigindo-se ao povo, chamando a sua atenção com triplice *Ouvide!* o Rei de armas entoou o pregão *Arrayal; arrayal! arrayal!*<sup>29</sup> *polo muito alto e muito poderoso principe el rei dom João o terceiro nosso senhor!*

No fim, depois de o rei haver orado na Igreja deante do altar de Jesus, houve *Te-Deum laudamus*. — As charamelas, trombetas e atabais tocaram-se até às Portas da Ribeira, nota que GIL VICENTE supprime com fino sentimento estético.

\*

Viro-me agora para a Nota relativa à melodia, pela qual se havia de cantar o *Pranto*. É nota que o impressor mal pode ter inventado. Repito que julgo proveio de outra fôlha volante, mais antiga. E por sinal foi mal transcrita. *Emperatriz y reina*, no singular, é êrro por *Emperatriçes y reinas*, no plural.

Se a melodia é desconhecida (para mim, pelo menos), o texto histórico que principia assim e tem a assonância *-ia* como o *Pranto* de GIL VICENTE, é conhecido e celeberrimo.

Composto em 1495, foi alterado depois (em 1497, e posteriormente) em conformidade com os sucessos da vida da principal protagonista ou das duas, de que se fala no Romance <sup>30</sup>.

E tem o lindo título de *Triste Reina* ou das *Tristes Reinas*.

Como seja provável que o leitor português o desconheça, vou dizer-lhe que houve duas rainhas viúvas que assinavam assim e que a posteridade distinguiu com êsse sobrenome. Eram mãe e filha. Ambas se chamavam Joana. Pertenciam àquele ramo da dinastia aragonesa que principiou viçosíssimo com Afonso V, o Magnânimo, e Humanista de Nápoles, e com seu irmão D. Pedro, o *melhor cavaleiro* que de Espanha saiu, mas sucumbiu logo em 1438 no cêrcio de Nápoles, batalhando heroicamente — dinastia de pouca dura, porque seu ócaso se deu antes de o século findar, em virtude daquelas vitórias do Grande Capitão, Gonçalo Fernandes de Córdoba, que a corôa comum hispânica de Fernando e Isabel soube explorar hábilmente.

Filho de Afonso (fal. em 1458), legitimado e seu sucessor, fôra Fernando I (*Ferrante* em aragonês).

Êste casara em segundas núpcias com a irmã do rei Católico: Joana (III), a mais velha das *Tristes Rainhas*. Pela rápida série de desgraças que em pouco tempo vitimaram a sua família, ela era realmente infeliz.

«Uma moderna Hecuba», no dizer classicista e exagerado dos poetas do Renascimento <sup>31</sup>.

O marido morreu a 25 de Janeiro de 1494 <sup>32</sup>. Seu sucessor, Afonso III, filho de um primeiro matrimónio, enteadado portanto da *Triste Rainha*, não reinou nem dois anos, expirando a 19 de Novembro de 1495 <sup>33</sup>. E não passara outro ano quando faleceu seu filho, Fernando II, genro dela, amado como filho carnal, por haver casado com sua única prole Joana IV (7 de Outubro de 1496) <sup>34</sup>. Por ser muito novo — como o Príncipe D. Afonso de Portugal, filho de D. João II, e o Príncipe D. João de Castela, e mais outro Príncipe D. João, prole de D. João III, e finalmente D. Sebastião que se sacrificou em Alcácer Kibir — chamaram-no *Fernandinho* (Ferrantino).

Ambas as viúvas, a Rainha velha e a Rainha nova, sem trono, se retiraram (1499) para a côrte de Fernando o Católico, que as entreteve com vans promessas de restauração. Lá ainda viram morrer também em verdes anos o único filho dêle e da grande Isabel; o Príncipe D. João, a que acabo de aludir <sup>35</sup>.

Desiludidas, regressaram em 1506 a Nápoles. Estabeleceram a sua côrte no antigo Castel-Capuano, normando, e lá acolheram diversas outras princesas, mais ou menos desafortunadas; mas também vários poetas, castelhanos e italianos, que lhes dedicaram versos laudatórios, originando fantasiosas lendas de amor e de maldizer <sup>36</sup>.

Lembrado da vida principesca e entretida que aí se passava, é que um dêles, Galeazzo di Tarsia, entreteceu num Soneto a seguinte exclamação jubilosa :

O felice, di mille é mille amanti  
diporto, e di regal donne diletto,  
albergo memorabile ed eletto  
a diversi piacer quest'anni avanti!

Segundo o espírito cavalheirescamente romântico do século do *Servo livre de amor* e da *Carcel de amor* e do *Passo honroso*, ambas as Joanas tinham adoptado como distintivo, com que assinavam aparatosamente cartas e diplomas, a fórmula *Io la triste Reina*.

Êste título e o éco das suas desventuras inspirou a um anónimo um belo romance em estilo genuinamente popular. Nêle uma Rainha de Nápoles—só uma, porque mãe e filha fusionaram na mentalidade popular—conta num dolorido monólogo a sua sorte, dirigindo-se às Emperatrizes e rainhas tristes do mundo inteiro.

E diz :

Emperatrices y reynas  
quantas en el mundo habia,  
las que buskais la tristeza  
y huis de la alegria.  
la triste reina de Napoles  
busca vuestra compañía <sup>37</sup>.

Outra redacção principia narrativamente, dizendo :

La triste reina de Napoles  
sola va sin compañía;  
va llorando y gritos dando  
do su mal contar podia <sup>38</sup>.

Em ambas há um trecho exclamativo :

Yo lloré el rey, mi marido,  
las cosas que yo mas queria;  
lloré el príncipe don Pedro,  
Vinome lloro trás lloro,  
sin haber consuelo un dia.

Ambas terminam com a chegada das naus do Grande Capitão, mandadas contra o pretendente Carlos VIII de França, despertando falazes esperanças nas Rainhas <sup>39</sup>.

Prova de grande popularidade do romance é o facto de ter sido contrafeito «ao devoto» — aplicado a Nossa Senhora e às dores que ela padeceu <sup>40</sup>.

Outra prova nova é a que se deduz agora do facto de o Romance de GIL VICENTE *Pranto fazem em Lisboa no dia de Santa Luíza* ter sido cantado ao som de *Emperatrizes y reinas* <sup>41</sup>.

A *tristeza* era o traço comum de todos os três textos.

\*

¿ Mas onde parará a música? Não sei de nenhum musicógrafo peninsular que a mencione e que nos possa facultar o gôsto de cantarmos em Portugal o Romance de GIL VICENTE. ¿ Escolheria o poeta português essa música alheia, como apropriada? ¿ ou seriam os pósteros que a elegeram?

Entre os Romances do *Cancioneiro Musical dos Séculos XV e XVI*, publicado por Barbieri, tão pouco encontro algum que me satisfaça.

Há um que se refere a uma rainha triste

*Triste está la reina, triste,  
triste está, que no reyendo,* <sup>42</sup>

mas não tem assonância em *-ia*, nem trata de nenhuma das Joanas que foram senhoras e donas de Nápoles.

O exemplo das duas rainhas frutificou. D. Germana de Foix, segunda esposa de Fernando o Católico, adoptou também a poética alcunha <sup>43</sup>. Dona Marina de Aragão assinava-se *La sin ventura princesa de Salerno*. Uma das irmãs de Carlos V, a Rainha da Dinamarca, D. Isabel, desamparada em terra alheia, para onde o esposo se refugiara, mereceu a mesma designação a GARCIA DE RESENDE <sup>44</sup>. E mesmo a grande e valente Isabel, a católica, homónima dela — *La gran leona* — recebeu a mesma alcunha de um autor de romance <sup>45</sup>.

Tam afávelmente se insinuara nos espíritos essa fórmula de *Triste Reina*.

## APÊNDICE

## I

## Miscelânea de Garcia de Resende

## ESTROFE 260

Neste ano se finou  
 ho gram rey dom Manuel!  
 quantos consigo leouo  
 ha morte triste cruel!  
 que rey, que gēte matou!  
 duzētos homēs honrados,  
 em q̄ hiã muitos destados,  
 vijmos que entam se finarã  
 de modorra, & escaparam  
 muitos ja quasi enterrados.

## 261

Vimos gram plãto fazer  
 pollos reys quando morriã;  
 burel, grande doo trazer,  
 cousa muy digna de ser,  
 pois tam gram perda perdiã.  
 Vijmos burel defendido,  
 & vijmos pouco sentido  
 huũ rey que depois morreo,  
 porque ho doo se perdeo,  
 foy tambem nojo perdido <sup>46</sup>

## 262

Vij el Rey nosso Senhor  
 quando foy por rey alçado;  
 nunca foy tã grande estado,  
 nem rey cõ tanto primor  
 se vio nunca alleuantado,  
 com tanto estado real,  
 iffantes & Cardeal,  
 duq̄s, marqueses, prelados,  
 condes, fidalgos honrados  
 com ha prol de Portugal.

## 263

Em Lixboa assi sahio  
 dos paaços polla ribeira,  
 gente sem conto ho seguio,  
 gentileza non se vio

morreo no ãno  
 de Dxxj a xiiij  
 de dezembro

oy no anno de  
 Dxxj a xix de  
 dezembro, hũa  
 quinta feira

Ho ifante dō Fer-  
 nando

nũca em rey tam verdadeira,  
 a cauallo muy galante,  
 & todos a pee diante  
 do gram triumpho nõ fallo,<sup>47</sup>  
 & has redeas do cauallo  
 a pee lauaua ho Iffante.

264

Pollas ruas nouas hia  
 & ho Iffante seu hirmão  
 com estoque alto na mão;  
 rey do mundo parecia  
 em poder & perfeiçam:  
 nos alpendres foy descido  
 de sam domingos, & subido  
 nũ estrado triumphal  
 por nosso rey natural  
 foy alli obedescido.

Ho ifan  
 Luis

265

Filho de pay excellente,  
 & de may muy virtuosa  
 de grandes reys descendēte  
 desd os godos, que foy gente  
 no mũdo muy poderosa;  
 nepto del rey dom Fernão,  
 de grã poder, de grã mando,  
 da poderosa raynha  
 dona Isabel, que tinha  
 grande nome gouernando.

266

Marido da esclarecida  
 raynha nossa senhora,  
 deste gram sangue nascida,  
 no mundo muy escolhida  
 de Deos grande servidora:  
 por crescerem seus estados  
 deulhe Deos mais acabados  
 mais reaes octo hirmãos  
 que nunca antre reys christãos  
 nasceram tam esmerados.

267

Veemos-lhe altos desejos  
 & propositos fundados,  
 hos espiritos apurados,  
 grã saber, graça, despejos  
 nos logares despejados,  
 em publico grauidade,

grã cōdiçam, grã bondade,  
magnanimo, liberal,  
em tudo grande, real,  
isento, sem vãidade.

268

Em obras muito polido,  
real edificador,  
em tudo muy entendido,  
em plâzres cōmedido,  
em monteiro & caçador,  
em jogos muy temperado,  
em comer muyto reglado,  
bem falado, bem regido  
muy sutil, leydo, sabido  
humano, muy avisado.

269

Seus concertos concertados  
de muy reaes paramentos,  
riquissimos atilados.  
na capella esmerados  
sumptuosos ornamentos;  
em esmolas caridoso,  
em virtudes virtuoso,  
no que compre gastador  
do que tem conseruador  
alegre, muy amoroso.

270

Veemo-llo sempre ocupado  
nūca ho vemos ocioso;  
tem gram siso, gram recado,  
tem seu reyno sossegado  
na justica he piedoso;  
*quanto bem faz fallo elle  
pollas grandezas q̄ kaa nelle,  
& non ho faz por ninguē,  
que seu natural he bem;  
se fizer mal nō vem delle.*

271

Veemos-lhe paz cō xp̄ãos,  
cō mouros guerra, imizade,  
nō como os Reys comarcãos;  
fez christãos muitos pagãos,  
accrescenta ha christandade;  
nunca em ligas quis entrar  
cō reys, xp̄ãos, né quer dar

a mouros pazes que pedem,  
soo por Deos se nõ cõcedem  
polla fee sancta exalçar.

272

E veemos ho gram poder,  
q̄ em Guinee & Indias tem  
tantos reynos de sostêr,  
tantos reys a seu querer,  
de que pareas lhe veem,  
tantas villas & cijdades,  
terras & cõmonidades  
ganhadas per cruas guerras  
cheos os mares & terras  
de suas prosperidades.

273

Tem aa noblé fidalguia,  
muy valentes caualleiros,  
mil victorias cada dia  
gram sòmma de artelharia,  
bombardeiros, marinheiros,  
tem gados demasiadõs  
& hos retornos dobrados,  
tê grã nome, gram louuor  
de poder, & vencedor  
tẽ muitos xpãos tornados.

274

Cijdades, & villas suas,  
em q̄ sempre se faz guerra  
a mouros dêtro ẽ sua terra,  
quatro sobre vijnte duas  
tẽem, se me a pena nõ erra:  
trezentas naos & nauíõs  
traz nos mares & nos rios  
de seus reynos alongados  
cõ has quaes tẽ subjugados  
muitos reys, & senhorios.

275

Tem Ceuta, Tanger, Arzilla,  
Alcacer, Paacer, Çafim,  
Mazagã, S. Jorge, Arguim  
Çofala, muy rica villa,  
Paul, Ceilam & Cochim  
Moçambique, Sancta Cruz,  
Malaca, Goa & Ormuz,

Maluco, & Cananor,  
Coulam, Sam Tomee, Zamor  
Quiloa, Chaale, Aguz.

276

Vijmos ho seu casamento  
Com hirmãa do imperador;  
vijmos tã gram jútamêto,  
em Eluas tanto senhor,  
que fallar em mais he vento :  
cinco mil encaualgados  
grandemente ataiados  
muito ricos, muy galantes,  
com hos senhores Iffantes  
na raya foram juntados.

277

Ho ouro, ha pedraria,  
cãnotilhos, & borlados  
has perlas, ha chaparca,  
hos forros, hos esmaltados  
nam tem conto nem valia :  
em Estremoz se juntaram,  
ha vodas hij celebraram,  
nunca tal par se juntou  
Deos assi os conformou,  
que em tudo se conformaram.

278

Veemos lhe largar ha mão  
grãdemête em dar dinheiro,  
vijmo-llo tam bõo hirmão  
da hirmãa tam verdadeiro,  
como sabem quantos sam :  
polla fazer moor senhora  
que foy no mūdo tee agora  
de imperio & reynados  
hũu cõto douro ẽ cruzados  
lhe deu de dote em hũa ora.

IIª

La triste reina de Napoles  
sola va si compaña;  
va llorando y gritos dando  
du su mal contar podia :  
«Quem amase la tristeza  
y aborreccese alegria  
porque sepan los mis ojos  
cuanto llofo yo tenia !

Yo lloré el rey mi marido,  
 las cosas que yo más queria;  
 lloré el principe don Pedro  
 que era la flor de Castella.  
 Vinome lloro, tras lloro  
 sin saber consuelo un dia.  
 Yo me estando en estos lloros  
 vino me mensageria  
 de aquese buen rey de Francia  
 que el mi reino me pedia.  
 Subiera-me à una alta torre  
 las mas alta que tenia:  
 vi venir siete galeras  
 que en mi socorro venian,  
 dentro venia un caballero  
 almirante de Castella.  
 ¡ Bien vengas, el caballero  
 buena sea tu venida !

II b

Emperatrices y reinas  
 que huis del alegria,  
 la triste reina de Napoles  
 busca vuestra compañía.  
 Va diciendo y gritos dando:  
 «De mi mal contar podria  
 quien amase á la tristeza  
 y olvidase el alegria,  
 porque viesen los mis ojos  
 el daño que les venia  
 en perder un tal marido  
 que jamas no cobraria !  
 Lloren damas y doncellas  
 la reina que en tal se via:  
 quen pensó tener consuelo  
 mal tras mal le combatia.  
 Un año habia y mas  
 que este mal á mi seguia;  
 vinome lloro tras lloro  
 sin haber descanso un dia.  
 Io lloré al rey Alfonso  
 por la muerte que moria;  
 yo lloré á su hermano  
 que otro hijo no habia (?)  
 Lloré al principe don Juan  
 cuando fraile se metia.  
 Estando en estas congojas  
 vinome mensajeria  
 que ese rey de los Franceses  
 el mi reino me pedia,

porque dice que fue suyo  
 y que a él pertencia.  
 Un consuelo me quedaba  
 para mi postrimeria:  
 estos fueron dos hermanos,  
 rey y reina de Castilla.  
 Demandéles yo socorro  
 que de grado les placia,  
 subierame á una torre  
 la mas alta que tenia  
 para ver si vienem velás  
 de este reino que decia.  
 Vi venir unas galeras  
 y unas naos vizcoenas.  
 Mas el tiempo fuera tal  
 que mi dicha lo desvia;  
 que las galeras y naos  
 vueltas son para Castilla.  
 Ya despues de esto pasado  
 estas y otras mas venian,  
 en ellas viene un caballero  
 de la noble Andalucia.  
 Este fué Gonzalo Hernandez  
 con muy gran caballeria,  
 Plegue a Dios que le guarde  
 de muy mala compañía  
 y á la reina que es de Napoles  
 su muy alta señoria  
 y dejar vivir alegre  
 en los dias de su vida!

## II b

Emperatrices y reinas  
 cuantas en el mundo habia,  
 las que buskais la tristeza  
 y huis del alegria,  
 la triste reina de Napoles  
 busca vuestra compañía  
 Va llorando y gritos dando  
 do seu mal contar podia.  
 «Quien amase la tristeza  
 y olvidasse el alegria,  
 porque lloren los mis ojos  
 cuanto lloro yo tenia!  
 Vinome lloro tras lloro  
 sin haber consuelo un dia:  
 yo lloré al rey mi marido  
 que de este mundo partia;  
 yo lloré al rey Alfonso  
 porque su reino perdia;

lloré al rey don Fernando,  
 las cosas que más quera ;  
 yo lloré una su hermana  
 que era reina de Hungria ;  
 lloré al príncipe don Juan  
 que era la flor de Castilla ;  
 lloré al príncipe mi hijo,  
 porque fraile se metia.  
 Lloran-me duques y condes,  
 y otras gentes de valia ;  
 lloran-me las cien doncellas  
 que en mi palacio tenia.  
 Estando en estos mis lloros  
 vinome mensajeria  
 de ese rey de los Franceses  
 que mi reino me pedia  
 porque dice que era suyo  
 y que á él pertenecia ;  
 y que si no se lo daba  
 que el me lo tomaria.  
 Un consuelo me quedaba  
 asentado en rica silla :  
 esto eran dos hermanos  
 rey y reina de Castilla.  
 Enviéles por socorro  
 que de grado les placia.  
 Subierame á una torre,  
 la mas alta que tenia,  
 por ver si venian velas  
 de los reinos de Castilla.  
 Vi venir unas galeras  
 que venian de Andalucia ;  
 dentro viene un caballero,  
 el gran capitan se decia :  
 ¡ bien vengais, el caballero,  
 buena sea vuesta venida !

<sup>1</sup> São sobretudo romances juglarescos, e de autores conhecidos, em que se dá êste caso. Nos populares passa-se de um Acto a outro ligando os dois por meio de uma frase convencional de transição.

<sup>2</sup> Na Anotação 16.ª do Estudo relativo à *Rainha Velha* arribuí êsse acresceto de gloriosa memoria a Luís Vicente, deixando indeciso se êle elaborara os Índices ou apenas os emendara. Cf. *Rev. de Hist.*, fascículo 24, pág. 294. Nos meus Apontamentos não registei se o texto da Copilação está encimado da mesma epígrafe que se encontra na Taboada.

<sup>3</sup> A mais curiosa ou extravagante das noticias que colleccionei, a respeito de leituras feitas em Portugal públicamente a analfabetos do século xvi, é a seguinte, tirada de um *Memorial* de FRANCISCO DE MORAIS: «Em sexta-feira de Endoenças do ano de 1521 vi no mosteiro de S. Francisco em Bragança um Diogo Lopes»

ferreiro, vestido em manto berneo e touca fonteada estar ante o Sacramento, em roda de mulheres, lendo por *Celestina* e parece-me que era no Auto que falla do Centurio».

<sup>4</sup> V. C. M. DE VASCONCELLOS, *Romances Velhos em Portugal*, pág. 133-153. — Na obra de T. BRAGA, *Gil Vicente e as origens do Theatro Nacional* faltam, no Capitulo bibliográfico, pág. 413-447, os títulos dos *Pliegos Sultos* em que figura o Romance de Dom Duardos. Ei-los aqui:

1) Romance sacado de la farsa de Dom Duardos que comienza *En el mes era de abril* nueuamente glosado por Antonio Lopez estudiante portugues, vezino de la villa de Troncoso (*sic*) estante en la uniuersidad de Salamanca, y vn testamento de amores y vna pregunta a vn amigo con su respuesta. Todo nueuamente hecho por el mismo auctor y en cabo de cada copla estan dos renglones del romance que se glosa.

Sin L. ni A. En 4º a 2 col. 4 folhas.

Contêm: Glosa de Lopez al romance de: *En el mes era de abril*, en coplas que dicen *En el tiempo qu'el amor*.

Villancico que termina la glosa y dice *Todos servid al amor*.

Testamento fecho por Lopes en coplas de pie quebrado que dicen *Pues amor me tiene herido*.

Pregunta de Lopes, en coplas que dicen *Queriendo yo bien mirar*.

Respuesta á dicha pregunta en coplas que dicen *Teneis tal gracia en decir*.

Vid. a) DURAN, *Romancero* Vol. I., p. LXXVIII, do Vol. X da *Biblioteca de Autores Españoles*.

b) GALLARDO, *Ensayo de una Biblioteca Española*, Vol. III, n.º 279, Madrid, 1888. No título emenda *Trancoso*. Treslada a primeira décima da Glosa.

c) GARCIA PERES, *Catálogo Biografico y Bibliografico de los Autores Portugueses que escribieron en castellano* — Madrid, pág. 328 e (repetido menos explícitamente) pág. 638, embora lá copie a décima comunicada por GALLARDO.

2.º) Siguen-se ocho romances viejos. El primero es de la presa de Tunez que dize *Estando en una fiesta, etc. etc.* El octavo que dize *En el mes era de abril*.

Vid. a) DURAN, l. c. pág. LXXIX.

b) GALLARDO, Vol. I, n.º 1121.

3.º Dos *Pliegos sultos* o Romance passou ao *Cancionero de Romances* de 1550;

4.º Ao *Romancero de Duran* n.º 288.

<sup>5</sup> In *Polyonymum* — sátira latina de JORGE BUCHANAM.

<sup>6</sup> Vid. M. GONÇALVES GEREJEIRA, *O Renascimento em Portugal*: CLENARDO, Coimbra, 1917, pág. 110.

<sup>7</sup> Vid. GOES, *Crónica de Dom Manuel*, Parte III, capítulo 55, 56 e 57.

<sup>8</sup> Do que resta, dá ideia o *Catálogo por orden alfabetico de Varios Pliegos Sultos que contienen Romances, Villancicos, Canciones, etc.*, coordenado e publicado por DURAN na *Bibl. de Aut. Esp.* — Vol. X. A 1.ª secção, de impressões do século XVI, abrange 153 números, se a minha contagem fôr certa. Desde 1863 é que o público teve notícia de muitos outros, por meio do *Ensayo* de GALLARDO, *Catálogo* de SALVÁ, o de HEREDIA, o de F. PALHA, etc.

<sup>9</sup> Tenho em vista: F. WOLF, *Über eine Sammlung Spanischer Romanzen in Fliegenden Blättern*, Wien, 1850; GIGAS, *Fliegende Blätter in Kopenhagen*, 1880; ED. POREBOWUZ, *Una Coleccion de pliegos sultos de Granada existente en la Biblioteca Universitaria de Cracovia*, Krakau, 1891. — DR. CHR. FASS, *Über eine*

*Sammlung Spanischer Romanzen auf fliegenden Blättern in der Göttinger Universitäts Bibliothek*, 1897.

<sup>10</sup> O folheto de que trato, não começa portanto com a fórmula usual: *Aqui se contiennen dos romances*, etc., ou *Aqui comiençan seis romances*. Pelo contrário, como mero recheio nem mesmo as composições de GIL VICENTE são mencionadas no cabeçalho.

Da mesma maneira não entrou no frontispício da *Historia de Deus* de GIL VICENTE o *Dialogo de hũs tres Judeus e dous Centurios*, etc., que está nas últimas seis páginas do folheto de vinte e quatro que no último quartel do século XVI saíu dos prelos de António Alvarez.

<sup>11</sup> A marca bibliotecária é R 8592.

<sup>12</sup> Madrid, 1916: LUIS VÉLEZ DE GUEVARA, *La Serrana de la Vera*, publicada por R. MENENDEZ PEDAL y MARIA GOYRI DE MENENDEZ PEDAL.

<sup>13</sup> *Catalogo*, pág. 105: Auto de Sanctiago.—Vinheta.—*Auto do bem aventurado Sanctiago*: Texto por AFFONSO ALVARES no qual entram, etc.—Impresso com licença: Por Antonio Alvarez, ANO MDXCVIII. No verso do rosto há vinheta, bem como em parte da penúltima página e na última toda. — In 4.º de 8 fl. — *Raro* — C-2-17.

<sup>14</sup> Vid. T. BRAGA, *Gil Vicente e as Origens do Theatro Nacional*, Porto, 1898. Na Bibliografia, registam-se uma edição sem data; outras de 1619, 1643, 1665.—Reservo os pormenores para o *Teatro Antigo Español*.

<sup>15</sup> Excluo as variantes meramente gráficas, ou lingüísticas, como *porfia Iffante princepe*.

Cinjo-me à transcrição de A. BRAAMCAMP FREIRE na *Rev. Hist.*, n.º 22, pág. 187 e n.º 24, pág. 294, porque os meus poucos apontamentos eram insuficientes.

<sup>16</sup> Avulta entre êles, não por ser o melhor, mas por ser frequentíssimo nas obras vicentinas, o desejo que os empenhos, *as aderências*, acabassem nos paços.

<sup>17</sup> Na *Egloga I* de CAMÕES, redigida em português, a viúva do Príncipe D. João, filha de Carlos V, pranteia também em castelhano, justissimamente.

<sup>18</sup> As variantes do Pranto são mais numerosas. O passo

Triste pranto até Belem  
nem passo nam se esquecia

não me agrada na segunda parte. E o mesmo vale da variante *no (= nel) palacio se haçia*. Cfr. nota 24.

<sup>19</sup> Quem se ocupar do reinado de D. João III precisará cometer muitas das afirmações do autor da *Miscelânea*.

<sup>20</sup> Variantes como a do verso 50 do Pranto não tem importância: D. Jorge, o bastardo de D. João II era Duque (de Coimbra) e Mestre (de Santiago e Aviz) ao mesmo tempo. Mas nem por isso era menos verdade que duques e condes acompanhavam o préstito (conforme diz GARCIA DE REZENDE) e além disso marqueses, prelados e fidalgos, com a flor de Portugal.

<sup>21</sup> *Hist. Gen. da Casa Real: Provas*, Vol. II, pág. 307. — FRANCISCO DE ANDRADE, *Cronica de D. João III*, Vol. I, cap. 7, 8 e 9. — DAMIÃO DE GOES, *Cronica de D. Manuel*, Parte IV, cap. 83. — GARCIA DE REZENDE, *Miscellanea*, Estr. 260 e seg. — FREI LUÍS DE SOUSA, *Annaes de D. João III*.

<sup>22</sup> Segundo REZENDE havia uns duzentos casos fataes, em homens honrados e de estado, e outros tantos escaparam «já quasi enterrados».

<sup>23</sup> Faltam pormenores a respeito dos eclesiásticos que seguramente lhe prestaram as devidas honras.

<sup>24</sup> É a miniatura descrita por RAMALHO ORTIGÃO (a pág. 74 do *Catalogo da Sala de Sua Magestade El-Rei relativo á Exposição de Arte Sacra Ornamental de 1895*). Conversas com meu marido a respeito das Iluminuras, abalaram todavia a minha fé.

<sup>25</sup> O *Pranto* era tradicional. Quanto à quebra dos escudos, tenho dúvidas. No extenso *Público instrumento do auto d'acclamação del rei D. João II pela cidade de Lisboa em 1 de Setembro de 1481*, impresso por E. Freire de Oliveira nos *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa* (Tomo I, pág. 339 e seg.), a cerimónia consiste na aclamação solene do novo monarca por um cortejo capitaneado por arautos e o alferes de bandeira levantada e música de trombetas. Em doze partes da cidade se levantou o pregão de «*Real! real! real! pelo muy alto e muyto poderoso rey Joam nosso Senhor!*» a que o povo respondia *Real! real! real!* Nada mais. Da quebra dos escudos, nem palavra. Quanto à cerimónia de 1495 na aclamação de D. Manuel, em Alcácer do Sal, e em Lisboa a 28 de Outubro, conheço apenas o conciso Cap. II da Primeira Parte da *Cronica de Goes* e o documento da Câmara de Lisboa, impresso na *obra citada* de FRANCISCO DE OLIVEIRA (Vol. I, pág. 369). Nele apenas diz vagamente que «*El-Rey dom Manoel nosso Senhor andando pela cidade com bandeiras e reis darmas e arauto e trombetas fez os autos e cerimoniaes que a tal caso pertenciam*».

<sup>26</sup> «*Certas palavras que trazia escritas por ordem da camara*». ¿Como se fôsse novidade? ANDRADE acrescenta todavia a explicação seguinte: «*Este costume antigo de se quebrarem escudos e se arrastar bandeira na morte do Rey, com pranto geral de todo o povo, dizem alguns que he significação de ser fallecido aquelle Rey e Senhor que era defensão do seu reyno e que levantava as bandeiras contra os inimigos d'elle*».

<sup>27</sup> D. DUARTE, na fôlha volante, é êrro evidente. Êste mocito tinha seis a sete anos. Nasceria em 1515.

<sup>28</sup> O discurso de Obediência de D. Manuel ao Papa Júlio II (1505) do qual um exemplar está na riquíssima biblioteca de F. Palha, foi traduzido para português por Rui de Pina (Paris, Ms. 10) e modernamente por J. P. da Costa (Coimbra, 1907).

<sup>29</sup> *Arraial* na Copilação; *Real* na fôlha volante e na *Cronica* de ANDRADE.

<sup>30</sup> Histórico, embora nas indicações genealógicas, e a respeito dos acontecimentos bélicos, haja confusão e erros.

<sup>31</sup> Quem alguma vez leu a grandiosa e verdadeiramente trágica *Hecuba de Euripedes* e conhecer o romance *Emperatrições y Reinas* fará ideia do tamanho do exagêro que há nesse sobrenome.

<sup>32</sup> Outro enteado de Joana III, o Cardeal D. João de Aragão, finara-se em 1484.

<sup>33</sup> D. Joana III faleceu em 1517; desconheço a data da morte de D. Joana IV. D. Joana I (fal. em 1382) e Joana II (1435) pertenceram à dinastia francesa (Anjou) que precedeu a aragonesa em Nápoles. São *as duas Joaninhas (las dos Janillas)*, infamadas por vícios e crimes a que SÁ DE MIRANDA alude na *Égloga de Andrés*. — Vid. C. M. DE VASCONCELLOS, *Sá de Miranda*, pág. 831.

<sup>34</sup> O último dos filhos de Afonso II (e último rebento do tronco), chamado Fradique, foi expulso de Nápoles em 1501.

<sup>35</sup> Assunto de quatro romances muito curiosos, recolhidos e publicados por D. MARIA GOYRI DE MENENDEZ PIDAL no *Bulletin Hispanique* (IV, n.º 1, 1904). Cfr. MENENDEZ PELAYO, *Antologia*, XII, pág. 546 e seg.

<sup>36</sup> Vid. BENEDETTO CROCE, *La corte delle triste regine a Napoli*—Nap. 1894.

<sup>37</sup> Saiu em diversos *Pliegos sueltos* do século XVI, e como *Romance de la*

reina de Napoles na *Silva de romances* de 1550 (fl. 76. Cfr. DURAN, *Romancero*, n.º 1249.

<sup>38</sup> Apareceu no *Cancionero de romances*, s. a. — Cfr. DURAN, n.º 1250.

<sup>34</sup> Ainda há terceira redacção no *Cancionero de romances*, 1550, pág. 277. Todas as três estão na *Primavera y Flor de Romances* de WOLF (N.º 102, 102<sup>a</sup> e 102<sup>b</sup>), reimpressa, como se sabe, por MENENDEZ PELAYO (*Antologia VIII*).

Vid. *Antologia XII*, pág. 310 e F. WOLF, *Ueber eine Prager Sammlung fliegender Blätter*, pág. 58.

<sup>40</sup> SALVÁ, *Catalogo* n.º 82; folheto s. l. n. a. (s. 1555), in-4.º letra gótica; 2 fô-lhas s. sign.

<sup>41</sup> O *Romance de la sacratissima virgen Maria, contrahecho a Emperatriçes y reinas, de los dolores que la virgen padescio* começava: *Emperatriç y señoira*.

É possível que êsse principio soasse no espirito de quem primeiramente escreveu a rúbrica relativa a *Pranto fazem em Lisboa*.

<sup>42</sup> Vid. Barbieri n.º 334, *música de Contreras*. Cf. n.º 324 *Yó me soy la reina viuda*.

<sup>43</sup> Antes de casar com o Brandenbarguês.

<sup>44</sup> *Miscelanea*, Estrofe 246.<sup>a</sup>

E vynos tambem el rey  
de Dinamarca perdido,  
desterrado, e destruydo  
pelos seus, sem dar por ley,  
e em Flandres acolhido.

Vynos ha triste Raynha  
sua molher, a qual vinha  
trabalhar por lhe valer  
em terra alhea morrer  
desemparada, mezquinha.

<sup>45</sup> *Revue Hispanique*, Vol. XIII, pág. 256.

<sup>46</sup> Não fala da quebra dos escudos.

<sup>47</sup> Ignoro a que *triunfo* RESENDE se refere.

<sup>48</sup> *Marido* foi substituído nas edições posteriores, por *nascido*; mas MENDES DOS REMÉDIOS mantêm aquella lição.—Sou de opinião contrária, visto que na estrofe anterior se falou do pai e dos avós; e que da esposa D. Caterina só se trata na estrofe 276. *A esclarecida raynha... de deos grande servidora...* deve ser D. Maria, a mãe dos oito reaes irmãos de que se fala na mesma décima: D. João III, D. Isabel, D. Beatriz, D. Luís, D. Fernando, D. Afonso, D. Henrique, D. Duarte. Cfr. Estrofe 285, êsses oito e mais a Infanta D. Maria, filha da terceira esposa de D. Manuel, dão a conta de nove. Ela foi escrita portanto antes da morte de D. Fernando, (1534) D. Afonso (1540) D. Duate (1540): D. Isabel (1539), e D. Brites (1538).

Isso seria antes de 1534.

<sup>49</sup> Vid. Dr. MENDES DOS REMÉDIOS, *Subsidios para o estudo da História da Literatura Portuguesa*, Vol. XIX; *Anotações* a pág. 155-157.

<sup>50</sup> *Canc. de Rom.* f. 262. — Cf. F. WOLF, *Sammlung spansicher Romanzen*, etc., pág. 60.

<sup>51</sup> *Silva de 1550*. — Cf. F. WOLF, l. c. p. 58. — Dividido em quadras.

# Francisco Rodrigues Lobo

ENSAIO BIOGRÁFICO E CRÍTICO <sup>1</sup>

XIII

## Vida póstuma

### Juízos e descendência do bucolista

Livros e autores andam à mercê da simpatia e gôsto do público. *Habent sua fata libelli*: fado e fado vário. Uns, mal conseguem vencer a indiferença dos coetâneos, e só dos pósteros recebem agrado; outros, vitoriados ao vir a lume, vão cedo ou tarde com o autor à sepultura, envolvidos no pó das coisas mortas. Ao homem de letras toca uma *vida póstuma*, às vezes mais acidentada do que a vida real: uma curva evolutiva com altas de favor e baixas de esquecimento, até que se conquiste ou se perca a imortalidade, até que se fixe de vez a craveira do seu aprêço crítico. A glória é, como todos os valores, de cotação oscilante no mercado literário.

Roiz Lobo gozou a ventura do aplauso das gentes do seu tempo. A sua feição bucólica foi saudada logo à alvorada. É o próprio informador fr. Manuel Coelho que prevê o successo da *Primavera*: «é obra muito curiosa e que ha de contentar a muitos». Contentou, e de tal arte que o moço poeta se tornou célebre dum dia para o outro, crismado logo em Lereno, o heroe da pastoral. Ao sonetá-lo necrológicamente, assim chamam os poetas ao desventurado cantor do Lis e Lena (v. cap. i):

A Lereno matou o vilão Eolo.

(T. de Noronha).

Pastor Lereno, a morte injustamente  
te acometeu...

(*Idem*).

---

<sup>1</sup> Continuado do vol. vi, n.º 3 e 4, pág. 421.

Si piedoso supiste enternecerte,  
O Tajo, de Lerenó al canto triste...

(Anon.).

Era uma antonomásia proverbial; o Soropita toma-se pelo pastor Lerenó, ao deslizar embarcado pelo «sacro Tejo arriba» — o Soropita, que consagrara a popularidade da *Primavera*, tecendo-lhe uma paródia infelizmente perdida.

Esta *Primavera* floriu em três edições (1601, 8 e 19) durante a vida encurtada do autor, caso que não é freqüente em o nosso meio mísero de letras. Na fervura da aceitação lisongeira buscavam os zoilos deitar a água fria do menospreço; contra estes invejosos ruins saíu êle de vergasta em punho nas sátiras das églogas. Mais tarde ao meter-se em segunda edição (v. cap. x), alude aos que contrariaram a primeira, aborrido já de arrostar com os censores mesquinhos do livro. «Não me deixou tão enganado o favor com que muitos o receberam, que porfiasse de novo com os que o reprovaram». E não reeditaria, acrescenta, se não fôra para evitar impressão de contrabando, tentada por interesseiros, sinal de que era lucrativo editar a *Primavera*.

De quem muito fiava o Lerenó, era das damas; ao seio delas, que êle ensopava em mel de lirismo, se acolhia para que o abroquelassem contra as invectivas dos maldizentes. A fé e o culto do *damaismo* a cada passo vislumbra em toda a obra; é a única religião que professa o seu espírito cavaleiresco e romântico. Captara um público de escol e disse se orgulhava justamente. As dedicatórias e prólogos denotam quanto os seus méritos medravam no ânimo da gente de letras e dos fidalgos ilustrados. Tal era o prestígio tanto do artista verdadeiramente admirável, como do homem de boa feição e liso carácter. A nobreza de sentimentos, a isenção moral, a rectidão de juízo, a excelência das intenções, transparecem da sua obra literária, testemunho patente de probidade e elevação de espírito.

Mostra-se sensível às pessoas que honram os seus escritos, e busca corresponder gratamente a essa afeição, esforçando a pena. No fecho da *Côrte na Aldeia* diz êle: «... se ao gôsto dos curiosos leitores fôr bem aceito, sairá brevemente à luz outro volume de diálogos que espera vêr o successo dos primeiros, pois esta virtude de escrever não tem no autor deles outro fruto mais que a satisfação dos ânimos afeiçoados a seus escritos aos quais com o trabalho de suas obras deseja pagar a vontade e a opinião com que os acreditam». Na carta ao Senhor de Sortelha diz que o *Desenganado* era o mais desejado dos seus livros.

A desgraça que o rojou morto à praia do Tejo, constitue um acon-

tecimento mundano. O folhetinista do tempo, o *Marcial de Alemquer*, deplora-o em crónica rimada; e um poeta mavioso afina a lira a unísono com o estro do poeta pranteado. A sepultura honorífica na crasta de S. Francisco, campo santo da fidalguia e das notabilidades, vem afirmar ainda a estima e conceito em que era havido na alta sociedade lisbonense o Cantor do Lis.

Os livros, cinzelados com tanto amor de arte, formaram um resplendor doirado sôbre a data triste da capela das Queimadas. Durante dois séculos não murchou a frescura da obra nem se desviaram das suas páginas as pupilas dos portugueses lidos. Dizem-no as edições sucessivas que se despejaram dos prelos, especialmente das casas impressoras do António Álvares e dos Crasbeecks. Poucos são seguramente os autores nacionais que beneficiassem de tão intenso movimento tipográfico. E pode inferir-se das contas dêsse rol (v. cap. XII) a predilecção diferencial que gozaram os volumes diversos que constituem o seu despojo literário.

Na evolução escritural de Roiz Lobo há que distinguir três fases, mais ou menos separadas e caracterizadas. A fase *bucólica* primeiro, a mais rica em fruto e seiva; depois a *épica*, a mais pêca; emfim, a do género complexo e indefenido da *Côrte na Aldeia*, mixto de didáctico, novelístico e dramático.

¿ Desta trípla florescência, qual a que teve mais amadores? A epopeia gozou apenas dum successo relativo; logo apenas quatro anos depois da morte do poeta, editora-a pela segunda vez Jorge Rodrigues. Benefício de estampa não o tornou a lograr senão nas *Obras* conjuntas de 1723 e na edição do Farinha de 1785. Nem o patriotismo acérrimo do poema serviu de condimento bastante para aguçar o paladar do público. A bucólica, essa sim, que proliferou, fecundada pelo amor com que a liam; teve, porém, sorte desigual nos seus tomos. As *Églogas*, apesar da sua excelência e do pregão da crítica autorizada, a custo tornaram a vêr lume nas grandes edições de 1723 e 1774. O *Pastor Peregrino* conta sete edições e o *Desenganado* seis. A *Primavera* é quem tem o prémio editorial; nada menos de dez edições. A *Côrte na Aldeia* aparece favorecida com nove impressões. O *record* toca portanto à trilogia pastoral, sobressaindo a *Primavera* que é de facto a melhor das três, e às *Noites de Inverno*. E estas palmas dever-se hão menos ao puro mérito artístico do que à sua qualidade de obras de aprazimento e recreio — uma, romance pastoril de género tão saboreado, outra, lição agradável e pitoresca de educação e ensino, numa feição tão em moda.

Os editores que assim foram surtindo o mercado livreiro dos trabalhos do Lobo, obedeciam à procura comercial, tendo por mira o

interêsse. Nem por isso deixaram de servir a memória do escritor, mantendo-lhe os monumentos. Seriam benemerentes, se ao vulgarizá-los os não vandalizassem. Já em vida o Lobo se arreceara das deturpações que poderia sofrer dos publicadores clandestinos da *Primavera*. Não escapou *post mortem* ao enxovalho. Com efeito, estas edições póstumas, pelo menos as que confrontamos, são peores umas que as outras. Viciam tudo, prosa e verso, transmitindo todavia as asneiras umas das outras com espantosa fidelidade. Teem até feito errar os antologistas modernos; citarei por exemplo nas voltas de Vilante um verso que tem sido por vezes trasladado tal qual se encontra nesses calhamaços — *Quando vai munir o gado. Munir* é verbo que nunca existiu senão no caixotim dos aleijadores; *mungir* é que é, e é como se lê na edição autêntica. É tal a demência mutiladora que nem lhes escapam os nomes próprios; até de *Natercia* fizeram *Natareja*.

Estes editores de pacotilha cometeram o destempêro de suprimir a dedicatória de cada obra; na mais comum, a de 1774 até as mesmas ofertórias em verso de cada égloga foram abaixo, e na de 1723 surripiaram uma porção de oitavas do *Condestabre*. Desgraçadamente o Rodrigues Lobo tem sido lido e conhecido, mesmo pelos eruditos, através dêstes troquilhas d'oficina. Já no século XVIII o crítico Tomás de Aquino, ao gabar-lhe os primores, se queixava: «Assim êste autor não andasse tão corruto e depravado pela ignorância tipográfica».

Judiam-no, não há dúvida, mas atenuem-se o delicto, reconhecendo quanto concorreram ainda assim para a conservação da sua glória. E por tal serviço merece especiais louvores a grande edição de 1723 que, compendiando as obras capitais do grande escritor, as entesoirou para a posteridade. Muito mais teria padecido a sua memória se não foram estes obscuros e grosseiros divulgadores de imprensa, já que pouco fizeram os letrados de cunho, então e atégora, para a sua justa perduração.



Nos gêneros onde o escritor provara mão hábil e afortunada, havia de sentir-se o seu influxo. A pastoral portuguesa, estreada na *Primavera*, enfia na peugada do Lerenio uma seqüela desprezada que não chega a fazer honra ao pioneiro nem à literatura. Submergiu-se toda na voragem do esquecimento, desfeita em vasa escura que veio sedimentar-se no pó das bibliografias e dos catálogos.

A esta progénie pertence o licenciado *Eloio de Sá Soto Maior* que, depois de no *Jardim do Ceu* (1607) ter acorrentado em fusis de sonetos todos os santos da côrte celeste, sem esquecer o S. Gonçalo

de Amarante e o Bom Ladrão, arriscou uma novela pastoril *Ribeiras do Mondego*<sup>1</sup>.

Livro de triste fado e total esquecimento em história literária, abre-o a dedicácia ao fidalgo Duarte de Albuquerque Coelho, capitão de Pernambuco<sup>2</sup>, com esta surpreendente declaração: «Muito antes que a *Primavera* aparecesse nas Ribeiras do Tejo, onde Lereno della autor e Cisne dellas acabou de cantar, corrião as minhas do Mondego encobertas com a espessura de altas árvores que lhes não davão mais de si que a sombra pera as escurecer e a folha pera as enturvar e lhe impedir o curso». Desgrudado o emplasto das metáforas, parece vir isto a dizer que as *Ribeiras do Mondego* estavam feitas há bom poder de tempo em 1601 quando rompeu o Lereno; só em 1623, ao chegar-se à «planta bem assombrada» do tal governador dos Brasis, é que as atirou à estampa. Isto é: vinte e dois anos rodados sôbre a aparição da *Primavera*, e quando já os olhos do bucólico se tinham cerrado na corrente do Tejo, sai-nos então a dizer que a sua pastoral nada deveria ao Lobo nem de água nem de sal. Se é isso o que pretende insinuar, a si próprio por todos os modos desmente.

Logo a primeira scena se esboça à chegada da «primavera prometendo verão». Afóra os contactos de fabulação, aliás inerentes ao género, tudo denota o mimetismo absorvente do Lereno. Se na prosa monótona e desbotada não soube ir-lhe no enalço, o estilo da poesia êsse é flagrantemente primaveresco. Embala-se mecânicamente na

---

<sup>1</sup> Constitue uma alta raridade, como já dissemos, de que só conhecemos o exemplar da Bib. Nac. e agora o de D. Car. Mich. Informa-me o livreiro Pereira da Silva que lhe passou apenas pela mão um outro, vendido para o Brazil por preço elevado.

*Ribeiras / do Mondego / dirigidas a Dvarte Dal / buquerque Coelho, Capitão & governador / perpetuo da Capitania de Pernambuco / no Estado do Brasil / Pelo licenciado / Eloyo de Sá Soto Mayor natural desta / cidade de Lisboa* (Segue-se o brasão de armas). *Em Lisboa Por Pedro Crasbeeck Imp. del Rey 623* = Em 4.º encasado. Fi. iv-187 numer. pela frente, A-Aa.

Tem passado quasi totalmente despercebido, apenas mencionado pelos bibliógrafos; a sua raridade ainda mais agravou a ignorância da obra. Quanto ao autor, nem migalha se sabe da sua vida. Manuseou-o Bouterwek, um estrangeiro, único a individuar uma obra que os nacionais de todo se dedignaram examinar. Apenas Innocêncio traz o tópico da pretendida reivindicação do Eloio a respeito da *Primavera* e opina pela analogia de entrecho das duas novelas. O crítico alemão dá-o como rival do Lobo na composição, mas sem comparação possível na poesia; transcreve dois trechos como indício do influxo literário do mestre.

<sup>2</sup> É a mesma personagem a quem o Gomes de Oliveira oferta os *Idilios maritimos* (v. cap. xi). O capitão de Pernambuco deixou escritos importantes sôbre a história militar do Brasil (v. Garcia Peres, *Catalogo*).

toada do mestre; um pastichio pegado, e tão cingido que chega a parecer proposital exercício literário, onde há que reconhecer de vez em quando facilidade e felicidade de adaptação reprodutiva. Sem nenhuma caracterização pessoal, sempre na mais completa servilidade, tanto amaneira e requinta a suavidade e doçura do Lerenio que se deixa derreter e dessorar. A composição é das peores do género; arrima-se à espécie pedantesca, carregado de mitografia, alegorias e erudição. Uma leitura impossível, peorada pela charreza da prosa, despida de elegância e de pitoresco. Das poesias, muitas são as que possam lêr-se com aprazimento, como apostilha ao Rodrigues Lobo. Logo as estâncias de introito quási dão a ilusão de que se não mudou de tom:

Deixai já de chorar, meus olhos tristes

Deparam-se-nos sonetos e canções apreciáveis; mas as melhores cabeças do rebanho são as redondilhas que o não envergonham entre os cultores da medida velha. Há voltas estimáveis sôbre motes próprios e alheios, e entre estes um do Lobo <sup>1</sup>.

As endechas são felizes, vê-se bem quanto o brilho do endechista da *Primavera* o seduzira; multiplica-as com predilecção <sup>2</sup>.

A conta dum pastor das ribeiras do Tormes, mete bastante verso castelhano, introduzindo na pastoral o bilinguismo em que haviam de segui-lo o Figueiroa e o João Nunes Freire.

O Lerenio figura em pessoa no elenco da pastorada; uma consagração ao mestre. Numas justas florais de amor constituem-se padrinhos Lerenio e Ondelio «que em florescentes Academias tinham gastado o melhor dos seus annos» (fl. 110). Ondelio, o galan, representa o próprio autor, que assim alude à frequência coimbrã e à

<sup>1</sup> É tirado do *Pastor Peregrino*, I, Jorn. v:

Aquele tempo que vi,  
Que só pude chamar meu,  
Como sonho se perdeu,  
Como verdade o senti!

glosa a fl. 16 v.º

<sup>2</sup> V. a fl. 27 v.º:

No Mondego manso,  
Claro e fresco rio,  
Lagrimas em fio  
Choro sem descanso.

A fl. 17 v.º:

Fugi pescadores,  
Que vai alto o pégo,  
E se amor é cego,  
Cegarei d'amores.  
etc.

licenciatura dos dois poetas (v. cap. iv). Noutra festança parnasiana e pírrica presidem o «ancião Alcido e o venerando Siralvo» (fl. 57). Siralvo deve ser o bucolista do *El Pastor de Filida*, Luís Galvez de Montalvo, que por êsse nome se pessoaliza na sua conhecida novela; Alcido, que canta a sua égloga tão celebrada — *Cantava Alcido um dia ao tom das aguas*», identifica-se assim com Diogo Bernardes <sup>1</sup>.

A lista dos «pastores conhecidos como insignes na poesia», disfarçados em criptónimos <sup>2</sup>, é encabeçada precisamente pelo Lerenó. Faz-lhe emfim a alusão de amores, tão vaga e escura que, como já vimos (cap. ii), nenhuma inferência presta.

Na escola dos pastoralistas vernáculos considero Sotomaio pelo seu relativo mérito poético o único seguidor apresentável de Rodrigues Lobo. Não merecia, quando mais não fôsse como fusil de cadeia literária, o desdem por todos infligido, contemporâneos e vindouros. Um olvido completo; a *Lusitania Transformada* logrou ressurreição no século xviii, e até os *Cristaes de alma* de Escobar, mas as pobres *Ribeiras do Mondego* tombaram na sucata das livrarias e ao cabo até de lá se sumiram. Bem merece esta entreaberta de luz, a primeira que desde a nascença o desentrevia <sup>3</sup>.

As *Ribeiras do Mondego* foram antecedidas dum ano na estampa por *A Paciencia Constante* de Manoel Quintano de Vasconcellos — espécie ainda máis ignota do bucolismo indígena <sup>4</sup>. É duma compacidade das mais rebarbativas esta pastoral. Não assenta os arraiais em nenhuma das pradarias trilhadas pelos zagais da arcadia nacional, do Lima ao Tejo; o seu cenário desenrola-se além nas ribeiras do

<sup>1</sup> É a égloga 14.<sup>a</sup> do Lima:

Cantava Alcido um dia ao som das aguas  
Do Lima que mais brando ali corria,  
Dizem que por ouvir suas doces maguas.

<sup>2</sup> Traz um Felício, que certamente representa o Fernão Álvares; não conseguiu matar os outros máscaras.

<sup>3</sup> Trouxemos já passagens referentes a Eloio (cap. i, ii e iv).

<sup>4</sup> Só agora tive conhecimento da sua existência pelo n.º 10 (1917) do Cat. da Liv. Manuel dos Santos, que expôs à venda um exemplar pelo preço de 45 mil réis (!). A raridade foi adquirida pelo amador o sr. José Agostinho, que me permitiu obsequiosamente examiná-la.

A PACIENCIA / CONSTANTE. / DISCURSOS POETICOS / em effilo Pastoral. / Por Manoel Quintano de Vasconcellos. / Dirigido a Dom Lopo de Azevedo, / Almirante destes Rynos (sic) de Portugal, Claveiro do Meistrado / de São Bento de Auis, Co- / mendador, & Alcayde / mór da Villa de Iu / rumenha, &c. / Com todas as licenças necessarias. / Em Lisboa, por Pedro Craesbeeck / impressor del Rey. Anno 1622. / Cum (sic) Priuilegio Real. = In 8.º — IV fls. prel. s. n., 301 num. pela fr. A primeira licença é de 1620.

rio Tera. É propriamente a pastoral alentejana, e não tem outro interesse o macisso das suas estiradas e cansantes aventuras. Está, como as suas maiores, inçada de versos de toda a espécie, inclusive romances. Entre tanta poesia pareceram-me de relativa qualidade os sonetos e as endechas. Não pude dilatar o meu exame até ao ponto de deslindar-lhe as afinidades, sendo aliás patentes as genéricas com a série da *Primavera*; é da escola do Lerenó, como o Sotomaior.

Em Portugal <sup>1</sup> tornou-se Coimbra a madre bucólica. As margens do Mondego, chão adubado de bucolismo, continuaram de exalar esta emanação dos restos fermentados do Sireno e do Lerenó. Ali se gereceu outra novela do mesmo estilo que não sei fôsse notada atégora — os *Campos Elysios* (1626) do ignorado poeta *João Nunes Freire*.

Flerício festeja, à imitação do Lerenó «a entrada da aprazível primavera», na companhia de «alguns pastores de sua conversação que com êle gastaram muitos anos em os campos do Mondego onde tinham aprendido todos várias artes, juntamente com a humanidade, na língua latina e toscana que todos sabiam porque a aprenderam nas academias e juntas dos pastores daquelas ribeiras para os quais Minerva transplantou com maior satisfação os favores que dantes os campos da celebrada Atenas possuíam». Os *Campos Elysios* partejaram-se desta emprehidão do latim e do italiano da escola coimbrã. Veem preencher uma lacuna sensível na hidrografia pastoril do território luso; Camões decantou o Tejo e o Mondego, Lobo o Lis e o Lena, Fernão Álvares o Nabão, Bernardes o Lima; Nunes Freire, na sua qualidade de tripeiro, toma conta do «caudaloso Douro». O teatro rústico são «as praias saudosas do Douro, pátria sua, onde se veem claramente as ruínas daquele Pôrto que deu o nome a todo o illustre Reino de Portugal»; os seus zagais sanfoneiam lá

... onde o Douro sereno  
Visita a relva fresca em Val de Amores.

---

<sup>1</sup> Em castelhano o capitão português *Miguel Botelho de Carvalho*, que da sua terra de Viseu passou às secretarias das embaixadas espanholas, editou também as *Prosas y versos del Pastor de Clenarda* (1622), que, apesar de encomiados na frontaria pelos confrades madrilenos, não passam duma corriqueirice indigna de atenção.

Uma raridade também (Bib. Nac.). Na chusma dos louvantes figuram os patrícos Miguel da Silveira, António Lopes da Veiga, Faria e Sousa. Secundou ao depois com a *Filis* (1641), poema já não propriamente bucólico, acolhido na censura com os gabos de Faria e Sousa. A única página de interesse do *Pastor de Clenarda* é aquela em que recenseia os poetas mais notáveis residentes ao tempo na ribeira do Manzanares «con que Madrid llega a ser un mero Parnaso». Pescamos no cardume os portugueses citados acima.

Arremeda, tanto quanto a submediocridade lho consente, o período e a rima do mestre, e tem às vezes alguma frescura popular. Serve-se do bilinguismo, trovando e romanceando de mistura em castelhano. O Douro impetuoso não quis saber dos cantares de Flerício, afogando-os na turva e ingrata veia <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Esta raridade, não estimada nem quasi conhecida, deparou-se-me na livraria Palha; é impressa no Pôrto (João Rodrigues), dividida em 12 jardins (324 pág.), e dedicada ao abade de Lordelo, Luís Correia, sobrinho do arcebispo D. Rodrigo da Cunha. O autor era clérigo, capelão-mór da Misericórdia do Pôrto e mestre latinista. Incitou-me a curiosidade este poema dum patricio que foi alcandorar a musa no respaldo do Candal, onde se quebra o saudoso Val de Amores — tão profanado pelos casais lascivos da cidade que os frades ao fundar o mosteiro nesta Citera ribeirinha o santificaram em Val Piedade. Verseja de envolta o Leça, já celebrado pelo Sá de Meneses:

Leça que vais correndo alegre e brando  
Com sutil movimento tam fermoso,  
Não sei se meu cuidado saudável  
Me quererás levar onde eu o mando.

Poetiza a toponímia das duas ribas do Pôrto e Gaia: a fonte de *Malmajudas*, assim chamada dos clamores da ninfa desesperada de amores:

«Amor bem mal me ajudas» eu gritava,  
E o visinho monte que co'o echo  
O mesmo repetiu em vozes mudas,  
O nome lhe ficou de Malmajudas (pág. 137);

o *Penedo das Lágrimas* que demoçava por perto, onomástica que julgo perdida, ao menos na minha lembrança; noto que um ontro portuense contemporâneo, Francisco António Francia da Costa, desafogava em Madrid as saudades da terra num poema *El Penedo de las Lagrimas* (ed. de 1623, Liv. Palha), consagrado à penedia que ressumava *lacrimae humores*. Bons tempos em que no Pôrto até choravam os fraguedos.

Outras marcas tipográficas mais, em endechas (pág. 292):

... O aprazível Douro  
Que alegre se espraia,  
Estenda na praia  
As areias de ouro.  
... Do Douro e da praia  
Por gabar não fique  
Monte de Monchique,  
Devezas de Gaia.  
Todo o engenho gaba  
Com razões melhores  
Água em Val de Amores,  
As fragas na Raba.  
Invejas e acintes  
Faz por ser mais dina  
Frescura na China,  
Esteiro em Avintes.

Uma contribuição à camonologia — Nunes Freire glosa primeiro em oitavas e

O género afunda-se de vez no enxurro, onde patinhavam as sujas e encodeadas ninfas do Mondego, as meretrizes da pastoral degradada, com os *Desmaios de Maio em Sombras de Mondego* (1635) do criado do duque de Bragança, *Diogo Ferreira de Figueirôa* <sup>1</sup>.

O título abona o livro, cuja vista, já não digo leitura, é para fazer desmaiar o mais intrépido. Seria inexcusável no reles essa salgada de prosas e versos nas duas línguas, se no derrancamento lhe não sucedesse a pastoral do fr. António de Escobar <sup>2</sup>, *Cristaes de Alma* (1673), mais um grito sórdido das barregãs do Mondego.

Estes incríveis espantalhos entram na procissão dos delirantes alcoólicos que invadiu as letras dos seiscentos na galegagem dum carnaval borracho.

O outro garfo bucólico, o das églogas, rebentou ainda com alguma

depois em dois sonetos (pág. 83) este quarteto de Camões, como preito admirativo a «engenho tão sublime» que deixou atrás Homero e Virgílio:

Lembranças saudosas se cuidais  
De me acabar a vida neste estado,  
Não vivo com meu mal tão enganado  
Que não espere dele muito mais.

Deixamos já anteriormente referências aos *Campos Elysios* (cap. VIII). Nunes Freire não merecia ser tão deslembado, ao menos como poeta local, muito embora não honre o parnaso duriense à altura dos grandes poetas nados no Pôrto. É verdade que não passam todos de filhos esquecidos da cidade madrastra que mais que nenhuma outra os engeita e até os devora.

<sup>1</sup> A obrinha que é rara (Liv. Palha), foi impressa «em Vila Viçosa no Paço do Duque por Manuel de Carvalho, impressor de S. Ex.<sup>a</sup>». A dedicatória ao príncipe D. Alexandre, irmão de D. João IV, está em tercetos, muito imitantes aos que Tagarro impingiu em homenagem aos Braganças na *Laura de Anfriso*; verdade seja, que me parecem melhores, tão maus são os do modelo. D. Francisco Manuel de Melo diz que o Figueirôa «tem igual zelo que harmonia», louvaminha descabida a um poeta de sexta ordem, como era o familiar do duque, que mais tarde reincidiu em poetamizar o acesso do amo ao trono no *Teatro da maior Façanha* (1641).

<sup>2</sup> Para juízo formal basta lêr o título — *Cristaes de alma, frases do coração, retorica do sentimento e amantes desalinhos* —, e logo o entroito:

#### FENIZARDO AUSENTE

Por mais que o mar aquela rocha bâte  
Com balas de cristal tão repetidas,  
Olha com que valor são resistidas  
As baterias de salitre e prata.

Êste mostrengo teve 2.<sup>a</sup> ed. em 1721 (Bib. Nac.). O frade assinou esta burundanga com o criptónimo de Gerardo de Escobar.

pujança. Gomes de Oliveira produz os *Idilios marítimos* de reputação sobrefeita (v. cap. xi). *Faria e Sousa* quis imitar o que êle chamava a égloga rústica do Lobo; mas no propósito resvalou ignóbilmente em fraseado grosseiro e charro de estrebaria (*Fuente de Aganipe*, t. iv, 1644). *D. Francisco Manuel de Melo* êsse sim; as suas églogas escritas em deliciosas quintilhas são na singeleza, no conceito e na elegância filhas castiças da estirpe do Lerenó.

Da *Corte na Aldeia* também não houve melhor representativo do que os *Apologos dialogais*, a obra póstuma do D. Francisco Manuel de Melo, conversação prestada em crítica de usos, costumes, sucessos e letras, traçada em frase incisiva e pinturesca que lardeou dum vocabulário rico e expressivo, arrancado em parte à linguagem arcaica e popular. Desmente porêem o seu êxito a única edição saída, a contrapôr à fortuna vitoriosa dos diálogos do Lobo<sup>1</sup>. Também a fortuna não bafejara o *Tempo de Agora* em diálogos (1622-24) de Martim Afonso de Miranda, de medíocre recorte literário, mas de viva sarjadura nos vícios do tempo, burilando com rasgo os ruins traços do carácter nacional, e enfeixando as mais interessantes notícias sôbre os desmandos do luxo de Lisboa, desregramentos da vida doméstica e pública — uma peça documental valiosa para a etologia portuguesa e história da nossa vida social.

Como miscelâneas recreativas, instrutivas, morais ou novelescas, além do Miguel Leitão de Andrade<sup>2</sup>, veem com relativo e acentuado

---

<sup>1</sup> É natural que a *Corte na Aldeia* não deixasse de influir na literatura congênere da Espanha. O nosso *António Lopes da Veiga* (v. cap. 1) compôs o *Heráclito e Demócrito* (1641), diálogos críticos e satíricos sôbre nobreza, riqueza e letras, escritos com singeleza e energia, como tais gabados outrora por Fr. M. de Melo, (*Hosp. das Letras*) e modernamente por Ticknor (t. 1, cap. 39). Trazem dissimuladamente uma trepa no Lope de Vega, já apontada pelos anotadores de Ticknor, e outra noto eu, também à surrelfa, contra Camões; não sei se já algum crítico reparou nesse passo. De género semelhante é *El Perfecto Señor*, seguido de *Discursos varios* (1626), obra de educação e crítica. Estas prosas do poeta bilingue de Madrid accusam em parte a influência mais próxima do satirista Quevedo.

O *Filosofo del Aldea* (1621?) de *Baltazar Mateo Velazquez* (ap. Ticknor) pelo título e contentos aparenta-se com os diálogos do Lobo. Tive ocasião de lêr esta curiosidade rara na Bib. Nac. de Madrid: um lavrador instruído muda de terra por motivo de perseguição, para lugar onde se junta em palestra em casa dum cavalleiro com pessoas doutas. Estas práticas estão recheadas de contos, trazidos *ad rem*, à relação da matéria de cada capítulo: «Del tomar estado, Del bueno y mal gobierno, De la buena y mala fortuna, Del bueno y malo lenguaje», etc. Mais uma côrte na aldeia.

<sup>2</sup> A *Miscelanea* do Miguel Leitão de Andrade é um livro heteróclito, um sortido de coisas e curiosidades das mais dispares, um pouco no teor, mas não no alinhó,

desmerecimento o *Alivio de tristes e Retiro de cuidados* do P.<sup>e</sup> Mateus Ribeiro (1688), *Serão Politico para divertimento dos curiosos* de fr. Lucas de Santa Catarina<sup>1</sup> (1695), *Divertimento erudito para curiosos* de fr. João Pacheco (1634-44), a *Academia Universal* de fr. Manuel da Consciencia (1732).

Destaque-se no coice desta procissão um presumido continuador da *Corte na Aldeia*, o Bento Antonio, fazedor da *Aldeia na Corte e Noites de verão seguidas às noites de Inverno de Francisco Roiz Lobo* (1750)<sup>2</sup>. O censor, que foi o José Freire de Monte-Arroio Mascarenhas, dando o livrito por curioso e corrector de abusos, diz que «o autor pretende imitar ao grande F. R. Lobo que com as suas obras acredita a nação». Para imitação é tão grosseira e caíha que antes se deve tomar por paródia. «Passado o tempo do nosso F. R. Lobo e não havendo na ocasião presente para onde passar tão impertinentes noites, se ajustaram uns amigos, que logo os nomearei, que para lograrem o passatempo mais cómodo era necessário fazer

da *Silva* do Mexia. Esta mistela, onde se colhem tantas espécies interessantes da vida e da crónica da época, só viu a luz em 1629; as referências à visita do Filipe em 1619 (Dial. 7.<sup>o</sup>) e aos sucessos de 1628 (Dial. 19.<sup>o</sup>) mostram que Miguel Leitão, apesar de andar às lançadas na moirama antes do Lobo nascer, compôs o seu livro no remanso da velhice quando já o autor da *Corte na Aldeia* não era dêste mundo.

<sup>1</sup> Publicado sob o disfarce anagrâmico de Felix da Castanheira Turacem, certamente porque o religioso se envergonhava de compor novelas, género de que no prólogo faz a apologia, como livros de passatempo e ensino para toda a gente, citando a propósito os contos de Trancoso. Vi a 2.<sup>a</sup> ed., pouco comum, de 1723 (Liv. Palha).

<sup>2</sup> Uma raridade de que possuímos um exemplar; a Bib. Nac. últimamente adquiriu outro.

ALDEA / NA CORTE, / E NOITES DE VERÃO, / seguidas às noites de Inverno / de Francisco Rodri- / gues Lobo, / OFFERECIDO AO / EXCELLENTISSIMO SENHOR / D. MARTINHO / DE MASQUARENHAS, / Filho do Excellentiffiimo Senhor / Marquez de Gouvea, / POR BENTO ANTONIO. / LISBOA. / Na Officina de Miguel Manefcal da Costa, / Impreffor do Santo Officio. / Anno M.DCC.L / Com todas as licenças necessá- / rias.

In-8.<sup>o</sup> peq. — 16 pág. s. n., 248 n.

Êste D. Miguel de Mascarenhas, filho do marquês de Gouveia, ao depois duque de Aveiro, o justicado, era uma creança de dez anos a quem — diz o Bento, ao dedicar o «pequenino livro a pessoa igual na idade» — «meninalmente peço perdão para os refugios do atrevimento, com a esperança de que será aceito no partacolo da sua exemplar protecção. O maior fromigante do seu serviço D. B.». Neste estilo de patacoada e miséria burlesca, que tinha ao tempo amadores, está também escrito o prólogo ao leitor. No miolo do livro não se tropeça felizmente em tal bebedice.

uma sociedade como a de F. R. Lobo, e que em lugar da Côrte na Aldeia se faria Aldeia na Côrte em um sítio mui ameno e onde a desembocadura do aqueduto das águas livres faz o seu recinto com o Tejo à vista e uma bela ribeira que a rega, cercada de quintas». Uma côrte aldeã em Campolide. Ali tomaram piso numa botica, como sócios de conversa, o Coiteiro, o Pardalício, o Boticário, um Cirurgião, o Sibero, o Letrado, e o moço Baláo, que derriçam parramente sôbre matérias de pouca monta, entre as quais toma espaço uma espécie de revista geográfica das nações europeias, e nomeadamente da Alemanha, Turquia e Itália, com referências a sucessos militares e políticos recentes. Por entremeio, alguma historieta de fraca fantasia e anedota corriqueira. Nesta insipidez ainda o melhor, se melhoria pode haver, é a instrução propinada pelos cavaqueadores a um galego novato sôbre rifões e anexins.

No que toca a ditos, sentenças e adágios, não faltaram anedotários, tais como os conhecidos *Apotegmas do Supico de Moraes* (1720), e as *Horas de Recreio de J. Baptista de Castro* (1742-3). Mais especialmente de índole parenética vieram as *Flores de exemplos de Francisco Saraiua de Sousa* (1624), e no mais alto porte literário os primores do Bernardes — *A nova Floresta* e o *Estímulo prático* — a que se seguiu a *Floresta novíssima* de fr. Manuel da Consciencia (1735-37).

Nem a contística, resumida quási à racolta do Trancoso, nem a novelística, apegaram neste solo refractário à invenção romântica. A irradiação do genial Cervantes mal rarefez entre nós as trevas do romanescos. Das admiráveis *Novelas ejemplares* (1613) descobro em Portugal o rasto imitativo; mas que froixa e enfezada prole esta, descendência indigna do novelário cervantino <sup>1</sup>.

A novela portuguesa nunca se desintanguiu, raquítica, escaça e sôrna, desde os infortúnios trágicos da *Constante Florinda* (1625-33) do P.<sup>o</sup> Pires Rebelo até àquele *Feliz Independente* do P.<sup>o</sup> Teodoro

---

<sup>1</sup> A proliferação portuguesa da novela do Cervantes parece que tem passado despercebida; pelo menos não a vi nenhures mencionada ou sequer indicada. Tão interessante julgo êste fenómeno literário que dêle farei objecto dum trabalho especial, — contribuição para um estudo projectado sôbre a história da novelística nacional. Representam esta série novelar de importação espanhola: as *Novelas exemplares* (1650) do P. Gaspar Pires Rebelo, 3.<sup>a</sup> parte da *Constante Florinda*, as *Doze novelas exemplares* (1674) de Gerardo Escobar, aliás fr. António de Escobar, e o *Serão Político* (1695) já citado, do fr. Lucas de Santa Catarina; e em castelhano temos ainda *Varios effetos de amor en cinco novelas exemplares* de Alonso Alcalá y Herrera, natural e residente em Lisboa (1641).

*d'Almeida*, opiatas que amodorraram as gerações, até à nascença do romance moderno nas *Lendas e Narrativas* de Herculano e à possante expansão do génio de Camilo.



Nas páginas que nos ficaram dos escritores do tempo, aparecem entalhadas palavras apreciativas e encomiásticas do prosador e do poeta. Dizem-no logo os contemporâneos ao tocarem na sua morte e sepultura, os poetas D. Tomás de Noronha, o anónimo do soneto necrológico, o Eloio Sotomaior, o historiador fr. Manuel da Esperança, o biblista Soares de Brito, o tradutor Morales (v. cap. 1).

Dois autores dos mais cotados do século, um na notoriedade de comentador, outro na ilustração de escritor, *Manuel de Faria e Sousa* e *D. Francisco Manuel de Melo*, puseram dedo conhecedor sôbre o seu vulto. Faria e Sousa que exerce nos seiscentos o alto magistério da crítica, inflexo na sua soberba autoridade e corrector de férula em punho, ergue ao galarim o egloguista. Ao destacar no *Discurso de las Eglogas (Fuente de Aganipe, P. IV)* as superioridades do género, chega, através de Camões e de Diogo Bernardes, ao idílico do Lis. «Después vino Francisco Roiz Lobo que escribió muchas eglogas en sus tres partes de la Primavera, Peregrino y Desengañado. Pero el tomo que solamente consta dellas y las más en redondillas, és ventajoso á los suyos y en aquel modo rustico el mejor de España. Yo llano rustico (aunque parece son casi todas las Eglogas) á los que hablan en las entrañas de la rustiquez. Y haciendo exemplo dello, dijo que Garcilaso y Luis de Camoens no escribieron alguna egloga rustica<sup>1</sup>. Ao espumar a massa dos bucolistas, apura como flor da panela, Teócrito e Vergílio nos antigos, Sannazaro e Rota nos italianos, Garcilasso, Luis de Camões e Rodrigues Lobo entre os peninsulares; e mais uma vez assenta esta trindade nos *Comentários às Rimas* (oct. 26) ao dar um balanço às sumidades das literaturas. Engeita pois do escol o Sá de Miranda a quem abona a rusticidade, mas não a poesia, o António Ferreira pela dureza, e o Bernardes, sem justiça invocável, que aliás nomeia em outros pontos. Vergílio e Camões remontam-se ao magestoso, ao transcendente, usando «menos de la flauta, que de la trompeta». Garcilasso e Sannazaro cantaram mais temperadamente. Em propriedade bucólica com

<sup>1</sup> É piramidal a sua classificação de églogas:—amorosas, venatórias, marítimas, rústicas, fúnebres, críticas, e ainda genealógicas, arbitrarias, monásticas, eremíticas, e até fantásticas. Desta espécie fantástica, era êle, o classificador.

que devem falar campesinos, «Teocrito és superior, y en vulgar Diogo Bernardes, y con ventaja Francisco Rodriguez Lobo»; «y sobre esto — remata com o seu autoritarismo — no hay cosa en contrario»<sup>1</sup>.

Como genuinidade pastoril, Lobo era o herdeiro nato do Teócrito. Seja; mas na sua análise meramente formal, Manuel de Faria esquece o lado finalista — a crítica e a sátira de costumes e sucessos, a observação e a correção sociais, carácter imanente ao género, larga e amargamente desembuçado nas églogas do Leréno.

Volta aos gabos no *Comentário dos Lusíadas* (§ 24.<sup>o</sup>) ao incluí-lo entre os melhores redondilhistas da península: «Francisco Roiz Lobo, poeta natural y dulce, se hizo entrada en el Parnaso (no aviendo escrito pocos versos mayores) con los pequeños y singularmente las Eglogas dignas de toda estima. Y no solo en la poesia sino en la

<sup>1</sup> Faria e Sousa tinha o sestro de reencaixar peças velhas em obras novas, pecha também dalguns escritores modernos. Assim o *Discurso das Eglogas* vejo-o traspasado da *Fuente de Aganipe* (P. IV, 1644), onde prefaciava as églogas próprias, para os *Comentários às Rimas*, onde encabeça as de Camões (t. v). No transporte, o texto aparece remanejado, — alterações feitas a curto trecho, pois que o autor faleceu em 1649 e a obra saiu póstuma em 1688. O período referente às églogas do Lobo ficou assim: «Pero el tomo que singularmente consta dellas, y son diez, y las más en redondillas, és ventajoso á quanto escribió; y en aquel modo rustico és el mejor de España».

No rol selecto dos egloguistas surde um *Francisco de la Torre* que «escribió bonissimas» églogas. Quem descobriu êste ignorado bucólico dos quinhentos, foi Quevedo, que, encontrando o manuscrito das suas poesias, as publicou em 1629; anteriormente esta publicação estivera para ser feita pelo português João de Almeida, Senhor de Avintes (ap. Fitzmaurice-Kelly). Quevedo supôs que o poeta fôra contemporâneo de Boscan. Sôbre estes e outros êrros saiu-lhe à barba o nosso Manuel de Faria que com júbilo de inimigo lhe ferrou um quinau em cheio (*Coment. dos Lusíadas*, I, cap. 75 e 136). Torre era terno, simples e natural; Fitzmaurice chama-lhe uma *doublure* do Garcilasso.

O fecho sôbre o estilo bucólico vem também retocado na introdução das églogas: «Sannazaro y Garcilasso se templaron más; ó, para decirlo mejor, eran menos arrebatados de aquella elevación: porque el que la tiene, no puede consigo en ella ó con ella en si. Esta és la causa de ser Rodrigues Lobo tan singular en la propiedad del estilo humilde; no tenia furor alto que le descomposiese». O Diogo Bernardes, já mal ferido, mais sofreu na reedição; põe-no abaixo do fr. Bernardo de Brito na *Silvia do Lizardo*, tiradas, já se vê, as églogas de que o alivia fraudulentamente.

Manuel de Faria, na conceituação dos bucólicos anteriores a Camões, inspira-se evidentemente do Soropita no prólogo das *Rimas* (1595). Nas églogas, «deixando a Teócrito e Virgílio, teve particular excelência Sannazaro, como nas Piscatorias Bernardino Rota».

prosa suelta». Nas mesclas de prosa e verso nomeia ao Sannazaro e «de los españoles los dós portugueses, Montemayor con su *Diana*, Francisco Roiz Lobo con su *Primavera*» (*Coment. Rimas*, oit. 25). Dá-o por mediano nas oitavas (*ib.*), e como elegista põe-no logo abaixo do mestre e acima dos outros quinhentistas, mas ajouja-lhe o Bernardo de Brito (*ib. Eleg.*).

As louvanças em prosa expô-las ainda em verso (*Fuente de Aganipe*, P. II, Poem. III):

Entre rebaños de torcidos cuernos  
Las humildes y rusticas avenas  
Suenen con propiedad que el Pindo estima,  
Lobo en el Lis, Bernardes en el Lima.

Contentará aqui o ânimo do justo leitor êste emparelho honorífico dos dois bucólicos do Lis e Lima, os parnasianos mais chegados à suprema plana lírica de Camões. Pois senhores, o trovador da *Fuente de Aganipe* denuncia-os, com a gana dum aguazil das letras, ladrões convictos de versos, furtadores das riquezas perdidas do Mestre a quem sonegaram peças líricas que encampam descaramente por suas.

Faria e Sousa, possesso de camonismo, no fervor de adereçar o ídolo, tombara na cleptomania; onde enxergasse poesia de coevos ou immediatos que fisgar, surripiava-a com a arteirice dum ladrão de golpe. É vê-lo então a patentear o cunho camoneano da peça roubada, e a desentranhar invencionices de restituição com a solércia dum falsário. Vai-se ao Diogo Bernardes, escolhe a dedo umas tantas églogas, desmarca-as onde os sinais traíam a autoria, e arruma com elas na lírica do Camões, embrulhadas em dezenas de sonetos e redondilhas, deixando o suave trovista do Lima despojado e infamado.

Quando em tempos vi nos praxistas que cinco églogas do Bernardes andavam sonegadas ao Camões onde a crítica conteste do Faria e Sousa e dos seus seguidores as encorporava como bem legitimo, pareceu-me inverosímil que o exímio feitor das outras églogas que lhe deixaram como suas, precisasse de recorrer a tão baixa fraude; ao meu fraco critério umas não desmereciam das outras <sup>1</sup>. Pois nem

---

<sup>1</sup> Vi depois que um juiz autorizado como o bispo F. A. Lobo, tivera a mesma impressão, e mandava o leitor cotejar as églogas para lhe dar ou não razão a êle que as tinha por conformes ao estilo do Bernardes e não ao do Camões (*Obras*, 1848, t. I).

êste simples exame deteve a crítica nacional que aceitou como verdade provada as artimanhas e malas-artes do comentador dos *Lusiadas*. Costa e Silva até lhe chama atilado, e não erra porque contou com a simpleza dos patricios; e T. Braga, em tempo, dava esta destrinça das églogas do Bernardes e do Camões como uma espécie de exercício de polícia literária «em que se pode educar o espírito crítico»<sup>1</sup> ; Quem havia de dizer que o bispo de Vizeu, Francisco Alexandre Lobo, que anteriormente imaculara o Bernardes<sup>2</sup>, perdera o tempo a reparar a usurpação? A calúnia é o mais tenaz escalracho do agro nacional.

O cantor do Lis não passou, como o do Lima, pelo saque da sua lira, mas nem por isso o poupou a mesma afronta. Bernardes locupletara-se com um tal *Parnaso* de Camões que ao sair da Índia o perdera. Pois pelos modos êsse mesmo *Parnaso* também caiu nas unhas do Lobo que o desfiou em rosário nos cantares da *Primavera*. O caso seria assim<sup>3</sup>: o Faria, quando menino, lia em casa da mãe um caderno de prosa e verso, encontrado nos papéis do avô, Estácio de Faria, pelos modos amigo de Camões. Logo que espigou em letras, ao lêr no Diogo do Couto que o Camões tinha um *Parnaso* que se extraviara, não logrando diligência alguma encontrá-lo, lembrou-se que o tal manuscrito que tanto o deliciara em creança, seria o encantado *Parnaso*. O diabo é que o caderno do avôsinho também levara ja sumiço: «Al tiempo que empezé á estudiar que fué por los años de 1600 y los onze de mi edad, me cogió esto libro un mozo que luego se fué a estudiar a Coimbra aonde entonces florescia Francisco Rodrigues Lobo que entonces publicó su libro intitulado *Primavera* que consta de prosas y versos, y siempre me pareció que en él habia algunas cosas de las que estaban en aquel libro, mas porque yo no ví esto de Lobo en el tiempo en que salió, tiempo en que

<sup>1</sup> V. *Contra um plagio do prof. T. B.*, 1917, pág. 52.

<sup>2</sup> A exposição ponderada do douto crítico abatia pelo alicerce o arrazoado do Manuel de Faria, movido de «crítica zeloza ou capricho» e por prejuízos, entre êles a manifesta desafeição ao Bernardes (*loc. cit.*, pág. 128).

<sup>3</sup> O calunioso libelo não consta dos *Comentários às Rimas* cuja impressão póstuma se cortou abrupto sobre a égloga vii. Manuel de Faria prometia no *Discurso das Églogas* o articulado contra o Bernardes, anteposto à égloga ix. Ficou no manuscrito donde foi ressuscitá-lo o seu servil admirador Padre Tomás José de Aquino na grande edição camoneana de 1779-80, pela terceira vez impressa em Paris em 1815, onde se lê o excursão do Faria no prólogo do t. iv, dedicado às églogas. Depois de vilipendiar o Bernardes, vira-se para o Lobo: «Ni és solo Diego Bernardes el que yo creo se aprovechó de las obras de mi Poeta, viendolas andar perdidas por su muerte». E segue a velhacada.

desotro teria algo en memoria, sino mucho despues quando yo no la tenia de el, no pudo asegurarme bien, pero imagino que unas octavas que alli tiene Lobo luego al principio, a que llama *historia de Sileno*, estaban en aquel libro, y tambien unas coplillas que estaban antes dellas, y tambien una canción que se vê à la entrada de la Floresta sexta»<sup>1</sup>.

E toca por ali abaixo com insinuações sornas para mostrar que as peças indigitadas teem lances e estilo de Camões, assegurando erradamente que em todas as obras do Lobo «no hay que igualem a esta Canción y aquellas otavas<sup>2</sup>; y que en ellas y ellas hay mucho de los modos de dezir de mi Poeta». E remata todo concho de consciência: «y de hurtos baste esto». Basta sim, para o furto e para o ladrão... da honra alheia.

É que basta olhar para a pasquinada — uma maravalha sem ponta de encabadoiro. Costa e Silva não caiu aqui na malhoada dêste trapaceiro: «A acusação reduz-se a isto: suponho que a *Primavera* é roubada dum livro que tinha meu avô, que eu perdi quando tinha doze anos, e de que me não lembrava já quando li a *Primavera*; já se vê que isto não merece crédito algum». E gasta umas poucas de páginas na refutação do aranzel, — um desperdício de pena para quem esteja no gôzo do senso comum.

Nem por isso se apagou de todo a nódoa da suspeita, deitada pela mesma mão que apontara as églogas do Lobo como a coisa melhor das Espanhas. O zum-zum era entretido pelo crédito prestado ao comentador na imputação contra o Bernardes, crédito fiado por quási todos quantos entre nós historiaram literatura, poupando-se ao trabalho de revêr o processo ou de escutar os protestos contra o assaque da malfeitoria.

Camilo Castelo Branco foi o primeiro a derrubar com pulso enérgico a probidade histórica e crítica do celebrado polígrafo. Nas cartas sôbre D. fr. Bartolomeu dos Mártires, de 1867, chama-lhe sem

<sup>1</sup> Estas coplillas são as que começam:

Quem pôs seu cuidado  
Em pastora loura,  
Nem veja a lavoura  
Nem sirva o arado.

A canção é:

Qual o cervo ferido,  
Da venenosa seta atormentado, etc.

<sup>2</sup> Manqueja deploravelmente em tal juízo. Canções superiores à do cervo ferido abundam a começar logo pela primeira da *Primavera*; o mesmo das estâncias do Sileno.

eufemismos «o mais velhaco, atraído e vilanaz escritor que ainda pôs mão em histórias portuguesas»<sup>1</sup>. Não tardou a articular-lhe o libelo acusatório (*Mosaico*, 1868, e *Lit port.*, 1875) e a algemá-lo sem piedade nos seus dedos de aço.

Veiu depois o golpe derradeiro de misericórdia ao escoliasta de Camões. A sr.<sup>a</sup> D. Car. Michaelis num trabalho esmerado de análise científica — *O texto das rimas de Camões e os apócrifos* (1885) — esfrangalha com gesto decidido o tecido repugnante de mentiras a que chama enfadadamente «fábula bi-secular», e opera a restituição do esbulho. O grande camonólogo Storck, que à versão e estudo de Camões dedicou o melhor da sua vida com paciência e escrúpulo, reivindicava também para seus donos a chusma de redondilhas, sonetos, églogas, oitavas e *tutti quanti* que a má fé do comentador das rimas e a febre cultural dos sucessores embutiram no Parnaso Camoneano.

Acêrca da desapareição do *Parnaso* e da acusação ao Lobo, escreve (*Vida de Camões*, nota 6, pág. 658): «tudo quanto Faria e Sousa diz sobre este roubo é fábula. Primeiro aventou timidamente na *Vida de Camões* algumas suspeitas; depois no *Discurso* publicado por Aquino (IV, pág. XLVII) teceu, em volta daquelas suspeitas, uma vasta teia de fantasiosas suspeições, destinadas a infamar de plagiário e ladrão o poeta Francisco Roiz Lobo, desfazendo o prestígio do autor da *Primavera*».

A ilustre escritora, ao comentar a *Vida de Camões* (1897) de Storck, de quem foi afinal colaboradora desinteressada na parte crítica, pormenoriza êsses «libelos do processo novamente instaurado contra o fanático camonista e déspota crítico que pôs a saque, para aumentar a lista das suas descobertas, todos os manuscritos ainda não explorados que lhe vieram à mão e todos os impressos de quinhentistas nacionais que na sua mente pudessem (e não pudessem) rivalizar com Camões, como poeta lírico» (pág. 127). E pesarosa, não por si — tão inabalável é a sua modéstia — mas pelo amor da verdade, zêlo da sua pátria adoptiva e reconhecimento ao douto alemão, acrescenta: «; Temos numa palavra materiais abundantes para desmascarar o falsificador, mas estes materiais, muito dispersos e redigidos em língua estrangeira, ficaram até hoje letra morta para os críticos portugueses!».

Como sempre, pela verdade e razão a doutíssima professora; verdade e razão sejam também a atenuação da pena do falsário.

---

<sup>1</sup> Coligidas no folheto intitulado *D. fr. Bartholomeu dos Martyres e a usurpação dos Filipes*, Braga, 1895.

Pois se os críticos portugueses, não só se tornaram ignorantemente cúmplices do Faria e Sousa, mas reincidiram no mesmo delicto, perpetrando as mesmas atrocidades, releve-se um pouco o seiscentista, aliviando-o com o imperdoável exemplo destes oitocentistas das luzes. Manuel de Faria foi, não há dúvida, o propagandista dentro e fora de Espanha e o glorificador por excelência de Camões. Dispunha dum cabedal copioso de literatura comparada que pôs infatigavelmente ao serviço da sua ampla exegese crítica dos *Lusiadas* e das *Rimas*, carreando abundantes materiais de interpretação e comentação. O épico acabou por lhe subir ao miôlo, cravando-se-lhe na moleira como concepção delirante; «mi Poeta» era Deus o único e êle Faria o seu profeta. Aos outros poetas vexava-os com a sua infimidade, e ao mesmo tempo, de alcorão em punho, criminalizado pelo fanatismo, desbalizava-os e deshonorava-os.

Ora os seus epígonos, passados mais dois séculos, praticam os mesmos feitos com não menor odioso e maior ridículo, sempre no influxo do mesmo vício redibitório — a *camonomania*. Êste género de maleita literária não é, valha a verdade, endemia estreitamente nacional. Lá por fora também se registram cervantófilos, molieristas e shakespeareístas. Tenho todavia a impressão de que em intolância, cegueira e paranóia ninguém excede certos camonistas da gema — os «camoístas», como os apelidava o D. Francisco Manuel de Melo. Nas proximidades do centenário a coreia desenfreou-se; na cubiça de ainda mais crescer a bagagem métrica do lírico não escapou nada, cancioneiros velhos e novos, édito e inédito, selecta ou pacotilha. A sobredoirar êste tacto e probidade a luz mágica da retórica de grande espectáculo: tudo o mais no escuro, e o próprio ídolo alumiado numa luz falsa de ribalta. Pelos modos o patriotismo é isto, um Camões intangível, indefectível no alto, e por baixo o resto em supedâneo, a laia do egrégio monumento do cimo do Chiado; e já não é pequena honra para o rebutalho escritural dos outros, enjeitados para a glorificação das letras portuguesas.

Bem diz Leite de Vasconcelos: quanto melhor não era que se trabalhasse a sério e a direito no estudo dessa figura máxima; sem esquecer, direi eu, os outros, os que são também filhos da arte e da pátria.

Sai-nos agora a figura grandiosa de *D. Francisco Manuel de Melo*, glória de duas literaturas, clássico nos dois idiomas, o rival de Quevedo como escritor máximo da península em seu tempo. No *Hospital das Letras*, fita cinematográfica de escritores onde se desenrola a sua pujança crítica e vasta erudição de literatura comparada, vem

à consulta dos quatro doutores de Apolo, entre a chusma dos poetas queixumentos, o Francisco Rodrigues Lobo com suas obras. «As de prosa teem perfeitíssima saúde, não há para que lhes pôr mão, porque foi claro, engenhoso, elegante, grande cortesão, e não menor jardineiro da lingua portuguesa que tosou, puliu e cultivou como bom filho e grato republico».

Dado êste testemunho obrigado ao prosista de quem se gereceu o autor dos *Apólogos dialogais*, e afirmado perentóriamente que a *Côrte na Aldeia* se avanta a Castiglione, sem que o interlocutor Bocalino proteste, ajunta êste juízo, que faz éco ao do amigo Faria e Sousa: «as Églogas me pareceram o melhor livro dêste poeta. — Tendes razão que em nenhuma lingua achareis versos de maior propriedade e energia». Uma reverência ao guia escolhido para as suas Églogas, modeladas na feição do Lobo. Na Carta de revista de autores, dirigida ao dr. M. Temudo da Fonseca em 1650 (Carta I.<sup>a</sup>, Cent. iv), saúda o Lobo como poeta «de veia abundante e felicíssima».

Depois de alçá-lo assim com uma mão ao capitólio da bucólica moderna a cavaleiro de todos os egloguistas, com a outra precipita-o no resto da obra pela Tarpeia abaixo. «Aos mais poemas que lhe diremos? Já se sabe que os mandamos lançar no Tejo donde seu autor se afogou, para que o vão buscar e lhe requeiram que os emende ou os sepulte». Sentença, sôbre cruel, iníquã e até desassissada. Que desfaça no *Condestabre*, e o mande deitar sem dó ao rio, vade, mas refugar às preciosidades líricas da *Primavera* é para descrêr do saber e gôsto crítico de tamanho homem.

Melo com as suas aptidões omnímodas também assentou praça na milícia de Apolo. Poetou bilinguemente em género vário, imitando como especial modêlo o seu amigo Francisco de Quevedo; o historiador admirado da *Guerra da Catalunha* distancia-se bastantemente do lírico que obteve uma consagração menos assinalada, inferior aos seus mesmos méritos. Não dotara Apolo ao cantôr das *Três musas do Melodino*, de envergadura tanta que se pudesse guindar às paragens etéreas por onde o Lereno desferiu magnífico os vôos do lirismo.

Cinco deploravelmente ao formular conceito tão pêco em que por igual delinuiu ao apreciar outros poetas de absoluta grandeza. Assim é que desdenha nas primazias de Garcilasso, o admirável parnasiano, o mestre de Camões; e do Herrera fala com êste grosseiro desgarrô: «... clerigo muito humano ou muito deshumano poeta em quem se não acha verso algum donde se não descalvare uma nao da Índia de Portugal ou uma Mãona (?) de Florença, se chocarem com eles». Quem assim avalia o mais belo par de poetas

espanhoes, não admira que condenasse à submersão a lira peregrina da *Primavera*.

¿ E entretanto exalta poetas de meia tijela; quem se lembra hoje dum tal *Macabeo* do médico Miguel da Silveira e doutros abortos lambidos no *Hospital das Letras*? Camilo já o dera por «juiz nem sempre indeclinável». A frase é branda; a verdade é que no estalar da lírica, se revela a miude um inestético e um apaixonado, sem imparcialidade nem gosto.



Não podia deixar de zoar em Castela, onde se cunhavam ainda as reputações da arte peninsular, o nome do bucólico português, e na bôca se encontra êle das duas celebridades máximas das letras espanholas, *Cervantes* e *Lope de Vega*.

O genial novelista do D. Quixote versejara com o mediano êxito que sempre o acompanhou como poeta, no *Viage al Parnaso*, saído em 1614, onde, à imitação de *Viaggio in Parnaso* (1582) de Cesare Caporali (Fitzmaurice), passa uma revista de mostra aos poetas do seu tempo para incensar uns e zargunchar outros. No capítulo VII dêste monótono inventário, lê-se:

De la alta cumbre del famoso Pindo  
 Bajaron tres bizarros lusitanos  
 A quien mis alabanzas todas rindo  
 Con prestes piés y con valientes manos,  
 Con Fernando Correa de La Cerda  
 Pisó Rodrigues Lobo monte y llanos,  
 Y porque Febo su razon no pierda  
 Llegó con furia alborotada y cuerda.

Era e foi vivo o poeta quando Cervantes lhe aforava o nome em verso. Ladeiam-no dois poetas inéditos, um o Fernando Correia de Lacerda, conhecido das colectâneas, outro, pouco menos de ignorado, D. António de Ataíde <sup>1</sup>.

Mais tarde foi a oblata de Lope de Vega, o árbitro da poesia e da comédia, poeta grande do seu tempo e grande dramaturgo de

<sup>1</sup> Fernando Correia de Lacerda era pai do famoso bispo e político do mesmo nome (v. Barbosa, Inocência). Na *Femx Renascida* vem um romance seu, *Ardenio enfermo de amores* (t. v); no Cancioneiro de F. Tomás há bastantes poesias suas, algumas muito aceitáveis. Existe também dêle um poema ms. na Bib. de Évora, *Imperio Lusitano*.

D. António de Ataíde creio que seja o Conde de Castro Daire e general das armadas. Não sei onde remanesça poesia sua. Na Bib. de Évora há um ms. da sua lavra — *História de D. Paulo de Lima* (ap. Inocência).

todos os tempos. Embora no seu *Laurel de Apolo* (1630), espécie de parada de versistas da época, deixasse escapar alguns nomes nacionais que o nosso Jacinto Cordeiro corajosamente vindicou de tal olvido, não lhe falhou a menção do Lobo, que nos romances se confessava um seu discípulo. Também mal feito fôra que o não fizesse, pondo em procissão nada menos de trezentos poetas, a maioria dos quais sabe Deus de que quilate, sem deixarem por isso de ser louvaminhados a granel.

Ia Lobo que defiende  
 A corderillos nuevos  
 Que presumen de Febos  
 La entrada del Parnaso,  
 Y con razon pues tiene al primer passo  
 Y en las riberas del hermoso rio  
 Aquellas dós floridas Primaveras  
 Que nunca las poderá vencer Estio.

(Sylva, 3).

Alusão ao rechaço que na «Carta aos romancistas portugueses» o Lobo arruma aos poetastros. Não parece todavia ter noção exacta da pastoral, pois que fala em duas *Primaveras* — conta por demasia ou por defeito; há uma *Primavera* e três partes da *Primavera*. Duas é que se não sabe o que seja; talvez que o poeta fenix desconhecesse o *Desenganado*.

Facto bem mais significativo do que a trivialidade measureira do Lope de Vega, há que registrar por parte de *nuestros hermanos*. É a versão castelhana das duas obras capitais do Lobo — a *Primavera* e a *Côrte na Aldeia* (v. cap. XII).

Estas honras de tradução no idioma dominante da península, que a poucos portugueses coube em sorte, deve-se a *Juan Bautista Morales*. Nado e residente em Montilha, vila convizinha de Cordova e pátria do grande capitão, escasseiam noticias da sua vida e partes; pelo menos não as alcancei eu, e bem merece algum zêlo biográfico por parte de Portugal um espanhol tão benemerente das nossas letras. Era deveras um aceso lusófilo êste patricio do Gonçalo de Cordova, que do seu canto humilde da Andaluzia compunha e imprimia a *Jornada de Africa del rey D. Sebastian de Portugal* (1622), traduzia a *Arte da caça de Altaneria* de Diogo Fernandes Ferreira (1625)<sup>1</sup>, e realizava a empresa de apropriar ao castelhana o Rodrigues Lobo.

<sup>1</sup> V. *Mss. da Bib. Real de Madrid*, etc., de Ferreira Gordo, 1790, in *Mem. da Acad.*, t. III.

O bucólico e prosista de Leiria tinha grangeado um admirador entusiasta no ânimo do esclarecido montilhana; se a versão publicada é o penhor dêsse culto íntimo, não testemunha menos o conceito que em terras de Espanha atingira o poeta. Assim o comprova por estas formais palavras o termo da aprovação da *Primavera*: «Estos libros que ha puesto en castellano Juan Baptista de Morales, escrivió en su lengua Francisco Rodriguez Lobo, elegante ingenio Portugues, conocido en aquel Reino y en el nuestro por estas y otras obras que ha publicado, especialmente por la gala y energia de sus versos».

Não tinha atentado no subscritor do parecer, por costumeiramente não passar duma entidade qualquer, anónima e ignorada. Só agora notei que o informador régio se assina D. Juan de Jáuregui. Nada menos que um letrado de polpa — *Juan Martínez Jáuregui*, no paço escudeiro da rainha Isabel, mulher de Filipe IV, nas letras autor e tradutor festejado, estilista puro, poeta inspirado, que Fitzmaurice-Kelly rastreia ao de leve pela figura de Gabriel Rossetti. Toma outro relêvo o elogio do Lobo, proferido pela língua insuspeita dum artista assim, que sustentou em plena baralha gongorista os fóros estéticos da prosodia genuína.

Ensaçou-se no cometimento o Morales com a versão da *Côrte na Aldeia*, tirada à luz em Montilha em 1622 (v. cap. XII). Não mediamam mais que dois anos entre o original e a tradução. Rodrigues Lobo já não teve o prazer de vêr trasladada a sua prosa ao castelhano, o que deveria causar-lhe um legítimo orgulho.

O soneto liminar é um dobre funéreo sôbre a sepultura do Lobo, a sua primeira necrologia impressa (v. cap. I). Na dedicatória à marquesa de Montalvan expande o seu entusiasmo pelo mestre: «superior ingenio de aquella Nación, estimado en los estrangeros por las bien consideradas obras que ha sacado à luz, entre las quales dan à esta el primer logar los hombres que saben; por la excelencia de su argumento y por la variedad y lindeza de las cosas con que se ilustra, adornandolas con singular erudicion de sentencias agudas de Autores cristianos e gentiles con que procura no solamente deleytar los animos de los leitores sino mejorarlos».

Uma parte do interêsse do livro está nos preceitos relativos à propriedade e mais partes da lídima linguagem vernácula. Morales verte de forma que os preceitos e exemplos da locução portuguesa se ajustam à castelhana. Nada perde o livro na curiosidade e estima para o leitor de além da raia. O tradutor exalta o valor doutrinal e pedagógico dos diálogos (al letor): «... estos son utiles y necesarios a todo genero de gentes, y una Escuela universal donde puede aprender uno a ser hombre y merecer el nombre». Embora a lin-

guagem portuguesa, acrescenta, seja tão clara que não há necessidade de traduzi-la para muitos castelhanos, para outros essa necessidade dá-se, e são êsses os que mais precisam desta doutrina; a êles a oferece. Considera pois a sua tarefa como obra de vulgarização e ensino. Não era vão o seu intento, pois que veiu a atingir segunda edição (1793, Valência) já no final do século XVIII (v. cap. XII).

Esta prova de relativo êxito incitou o Morales a meter ombros à pastoral, de que saiu a amostra em 1629 com a tradução da *Primavera* (v. cap. XII). Ao amigo leitor explica «que para que gozes en castellano los excelentes escritos de Francisco Rodriguez Lobo, después de haberte hecho plato con la traducción de su *Corte en aldea y Noches de invierno*, por tu dinero ó el mio, intenté la traducción de las tres partes de su Primavera»; e procurando interpretar etologicamente a trilogia da pastoral como expressão emblemática das três fases sucessivas da vida humana, acrescenta sentencioso: «Moralidad tienen y sus títulos la contienen: pues en esta primera que es la Primavera, significa la juventud, urde las telas amorosas que en la segunda que llama el Pastor peregrino, significando los trabajos de la edad varonil, teje y perficiona: En la tercera que es el desengañado, significa el maduro juicio de un hombre experimentado que llega a vivir desengañado y contento». Esta espécie de alegoria aproveita-a o licenciado de Montilha, Francisco de Figueiroa, na versalhada encomiástica do entroito:

Parece que os retrató  
 Con su pluma el Portugues,  
 Porque en estos libros tres  
 Vuestra vida bosquejó.  
 Y como hallastes su intento  
 Conforme a vuestra opinion,  
 Fué facil la traducción  
 Y abrazar su pensamiento.  
 Gozoso a Lereno veo,  
 Mozo, viejo, y Peregrino,  
 Pues siendo Portugues fino,  
 Gana en Castilla trofeo.

Na mesma veia, e aludindo às outras publicações do montilhano, diz-lhe Juan Pacheco de Castro:

*Primavera, Peregrino,*  
 Y *Desengañado* pintas  
 Cõ aquellas mismas pintas  
 Que has pasado tu camino.  
 De eterno lauro eres dino,

Dejas nuestra patria honrada,  
 Con *Suertes*, y la *Jornada*,  
 La *Escuela*, *Noches de invierno*,  
 El *Caton*, que será eterno,  
 Y con la pluma cortada.

○ Padre Manuel de Morales gaba-o sonetalmente como aguentador da fama do insigne português, ameaçado de cair no olvido, se o Batista o não acarretasse para os jardins da Bética, eternizando-lhe pela segunda vez a memória celebrada:

Su inmensa fama fuera transitoria,  
 Si tu no hizieras de sus bellas flores,  
 (Que amenazaba el tiempo con rigores)  
 Segunda vez eterna su memoria.

Trocar sem quebra prosa portuguesa em castelhana passa por fácil tarefa, graças à sua germanidade, e em regra assim é. Mas o verso? *hoc opus* — e que verso, o verso cinzelado pelo Lereno, a primar de delicadeza na mais variada gama de metros e moldes, exgotando e profundindo as formas líricas. Temeu justamente o Morales cair no barranco, e à cautela vai-se sangrando em saúde na parlenda ao leitor: «Si la traducion tuviere defetos, considera la dificultad que tienen los versos para dezir su sentencia, muchas vezes en consonantes diferentes, haziendolos más dificiles, ofreciendose en ellos palabras esenciales de una silaba, de que la lengua Portuguesa está rica en nombres y verbos que en Castellano contienen más silabas, de que no traigo exemplos, mas si por experimentar este trabajo tomas la pluma para traduzir algunos, conocerás el que yo habré pasado en la traducción de tantos, como las tres partes contienen, sin perdonar modo de poesia de quantos hasta hoy se han usado en estas lenguas». Fala verdade o tradutor consciante.

A contracção verbal do português relativamente ao castelhano é um facto conhecido; dizia o Sismondi que o nosso idioma lhe parecia o castelhano *desossado*, aludindo à perda da consoante medial, como em *dolor* para *dôr*, etc. Esta diferença silábica havia de empêcê-lo no traslado do verso a *pleno renglon*. Estas e outras cincadilhas mandava Morales ao censor que as experimentasse, pegando na pena para ensaiar a versão de alguns versos; só assim faria ideia dos trabalhos que suou, a virar as grosas e grosas dos versos que se acamam nas três partes da *Primavera*.

Conheceu as dificuldades, não há dúvida; mas soube vencê-las, ou ao menos iludí-las, produzindo poesia castelhana apresentável, sem dano de maior à poesia original? Jáuregui, de competência provada

na sua espécie,— êle que ao verter o *Aminta* do Tasso fez na opinião do Cervantes a melhor tradução conhecida — aprova complacientemente no parecer a confeição do Morales. «Quien no alcançare la poca diferencia que hay de la lengua portuguesa à la castellana y quisiere gozar ditos escritos, podrá en este traslado que se ajusta al original y en muchas partes acertó a hallar facil tradución con igual elegancia».

É justo reconhecer que se empenhou e se esmerou na reprodução tão exacta quanto possível do teor e forma; cingiu-se estreitamente ao texto verso por verso, traduzindo literalmente palavra por palavra sempre que o podia, alterando só quando as necessidades do metro ou da consoante o obrigaram. Sempre que o verso se deixava naturalmente modelar no equivalente castelhano, sem perda de medida ou de rima, bem foi; quando tinha de meter artifício de casa para encurtar ou alongar a conta das sílabas, para agenciar as rimas, parece-me muitas vezes infeliz. Não me julgó competente para apreciar definitivamente os seus méritos poéticos; fica-me porêem a impressão de que Morales não estava treinado na técnica do verso, nem possuía a sufficiente destreza e recursos para se sair com arte dos passos difíceis.

Isto não quer dizer que se não leia com agrado, e se não adivinhem as belezas do original; a musa do Lis não sofreu aleijão de maior e mantêm até por vezes o seu donaire. Talvez que se o Morales tivesse envergadura para mais vôo, mais se sentisse a tortura da versão, sempre aliás inevitável. Trai o texto o menos que pode, e por muito severo que se seja, a justiça crítica manda honrar a sua meticulosidade em se adstringir ao portuguez e a rara probidade que na tarefa se impôs. Intenção de todo o ponto excelente, e aporfiada até onde as fôrças o deixaram. Deslises tinha de havê-los, alguns de assinallada fraqueza <sup>1</sup>, mas quando lhe deitei à primeira os olhos, ia de

<sup>1</sup> Veja-se esta quadra (*Prim.*, 1, Flor. 10.<sup>a</sup>):

Todos conhecem meu mal  
E ninguém a causa delle;  
Eu sei que morro por elle,  
Contra elle nada me val.

trocada nesta:

Todos conocen mi mal  
Y nadie la causa del:  
Yo sé que muelo por el  
Y el en todo es mi Fiscal.

Fiscal, que cainhice!

ânimo feito para encontrar muito mais; se surpresa tive, foi em favor do translator.

Depois, os espinhos saíam-lhe por debaixo dos pés; -aquelas en-dechas de verso curto e rima dobrada, às vezes tão objectivadas no dizer em minúcias de campo, desafiam a habilidade e a paciência. Há estâncias excelentes que nem por isso se desbalizam na versão. Quando fizermos a antologia, daremos as peças capitais da *Primavera* espanhola, ao lado do original vernáculo, para mais fácil cotejo dos entendidos.

Da equivalência de vocabulários seria fastidioso esmerilhar. Uma palavra notarei só que amiúde o engasga; é o portuguesismo da *saudade* e seus derivados. Morales adoptou sistematicamente para versão estes apagados termos, *deseo*, *deseoso*, *deseado*. Por exemplo (*Prim.*, III, Fl. 1.<sup>a</sup>):

Ó tarde saudosa  
Que ides aposentando a noite fria...

*O tarde desseosa*  
*Que aposentando vays la noche fria...*

Em meus olhos vereis  
A vossa saúde...

*En mis ojos vereys*  
*Cumplidos los desseos...*

Os portugueses orgulham-se desde muito com esta locução, decantada em nossos dias por Garret; os espanhoes recalcitram que possuem o seu conforme equivalente. O Manuel de Faria declarou-se por êles, espantando-se da pretensão dos patricios (*Com. Rimas*, t. 1, son. 24): «*Saudade*, palavra que se quiere hacer misteriosa en Portugal», «en castellano és *soledad* sin misterio alguno». Modernamente, a propósito da questão do *Amadís*, Menendez y Pelayo (*Orig. de la Nov.*, vol. 1, nota) escreve: «*Soledad*, en el sentido de melancolia que se siente por la ausencia de una persona amada ó por el recuerdo del bien perdido, és palabra tan legitimamente castellana como es portuguesa *saudade*; se ha usado en todos tiempos, dá nombre a un genero especial de cantares andaluces, y nuestro Dicionário académico consigna esta voz como de uso corriente». Assim será, mas em português há *soledade* e *saudade*, sem que se lhes possa conferir sinonímia. Aduz o illustre crítico um interessante trecho epistolar de Juan da Silva, conde de Portalegre, que, tentando finalmente identificar os dois vocábulos, mais me parece confirmar a tese lusitana de que o idioma de Cervantes padece de locução exactamente reprodutiva da

saúde portuguesa. A *Primavera* de Morales constitue precisamente um exemplo frisante desta falha <sup>1</sup>.

O benemérito tradutor tinha já no borrão o *Pastor Peregrino* e o *Desenganado*. Ou por insucesso pecuniário, ou por qualquer outro óbice, as outras *Primaveras* não viram o prélo, que se saiba. E perdeu-se êste fruto das vigílias do escritor de Montilha.

Um testemunho de quanto em Espanha se cotava alto a obra de Roiz Lobo, presta-o o vulto literário de *Baltasar Gracian* (1601-58), o jesuíta aragonês que, dentro e fora da pátria, de tanta autoridade e influência gozou em plena quadra de conceptismo, e restaurado hoje na celebridade cosmopolita. No seu livro capital *El Criticon* <sup>2</sup> (1650-53), espécie de alegoria dialogada e discursada, versando aventuras, moral, narrativas, e personalidades afamadas do tempo, lê-se: «Este si que será eterno — y mostró un libro pequeño — miradle y leedle que es la *Corte en Aldea* del português Lobo» (P. 3.<sup>a</sup>, Crise XII) <sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Saiu ao depois o tão delicado como erudito trabalho da prof. D. Car. Mich. sobre a *Saudade Portuguesa* (1914). Às versões castelhanas de *saudade* em traduções espanholas antigas, como as do *Palmeirim de Inglaterra* e da *Eufrosina*, que lá se mencionam, há que juntar o caso da tradução da *Primavera*; a análise cerrada da ilustre mestra tenho-a por confirmativo da conclusão que formulei no texto.

<sup>2</sup> Barbosa traz a citação como de Lorenzo Gracian, nome sob o qual vogam as suas obras. Baltasar Gracian nunca subscreveu os seus labores literários, sem apesar disso evitar as penas de desobediência da Companhia. Quem lhe publicava os livros era um amigo, Vincencio Juan de Lasianosa, que atribuía a sua autoria a um irmão, Lorenzo Gracian.

Gracian devia ser bastante lido em Portugal; ao seu livro *Arte y agudeza de ingenio* vejo referências, por sinal que de desfavor ao estilo, no Verney (*Verd. Metodo de estudar*) e no Francisco José Freire (*Arte-Poet.*, 1, pág. 20). No nosso mercado não são raras as obras de Gracian; nêle adquirimos a excelente edição de Jeronimo Verdussem de Antuerpia (1669).

<sup>3</sup> Nesta Crise XII, que se passa na ilha da immortalidade, o Merito que cancela as portas da fama aos grandes senhores desqualificados por inutilidade e aos escritores ajojados de farragem, profere esta exclamação, abrangendo no mesmo brado «las obras de Sá de Miranda y las seis hojas que dió Juan de Vega à su hijo, comentada y realçada por el conde de Portalegre». Como peça de filosofia cortesã, dispensa os maiores gabos às súmulas discretas dos dois privados (*Arte y agudeza de ingenio*, Disc. 43)\*. Depois de citar ainda a *Vida de D. João II* de

\* João de Vega foi vice-rei da Navarra e da Sicília, e presidente do conselho real. Quanto ao outro privado, era o 4.º conde de Portalegre, João da Silva (1528-1601), capitão general de Portugal, de costela portuguesa por sua mãe D. Brites da Silveira, dama da imperatriz D. Isabel. O papel a que se refere Gracian intitula-se: «Instrução que o Conde de Portalegre, D. Joam da Silva deu a seu filho D. Diego da Silva que depois foi neste Reyno mordomo-mor quando vindo para Portugal o

Quem profere tão calorosa apologia, não é personalidade confundível com a turba dos balofos ou louvaminheiros; tem a linha dum estilista e dum pensador êste homem raro que em nossos tempos era lido com entusiasmo por Schopenhauer, como êle pessimista, misogino e revoltado. O vigoroso filósofo considerava *El Criticon* um dos melhores livros do mundo, apregoando a glória do seu autor de quem traduziu o *Oraculo Manual*. A sua leitura tem ainda hoje um travo tónico; passa por ter influenciado nada menos que o creador do *Robinson Crusoe* e o Nietzsche do *zaratusthra*. Gracian rejuvenesce nos estudos que lhe consagram os criticos recentes <sup>1</sup>, crescendo cada vez mais na fiada literária peninsular. Foi duma boca dêste talho que saíu o brado de immortalidade em pró do discretheador da *Côrte na Aldeia*.



Na sua pátria não lhe escassearam louvores semelhantes, rendidos por parte de outros escritores do seu século.

*António de Sousa Macedo* (1606-82), um dos prohomens do Portugal restaurado — jurista, político, diplomata, ministro, poeta e polígrafo — nas *Flores de España, Excellencias de Portugal* (1631) fala de passagem dos seus talentos, ao arrolar as nossas illustrações poéticas: «En todas sus obras mostró mucha habilidad» (cap. VIII, esc. XI). «En la brandura de las eglogas, Diego Bernardes, Antonio Ferreira, Francisco Roiz Lobo...» (cap. XII, esc. VI).

Um moço jurista, envolto nas fachtas escolares da latinidade, *António Ferreira Durão*, tece corôas em metro vergiliano no seu *Laurus Parnassea* (1635), enfiando-as nos crâneos, que mais argutos lhe pa-

---

Agostinho Manuel, remata por dizer «que los más de estos autores portugueses tienen pimienta en el ingenio». Uma homenagem ignorada aos talentos da nossa terra que merece grato registro. As suas alusões amáveis a Portugal são frequentes.

Não dei fé que na *Arte y Agudeza de ingenio* faça menção do Lobo. Do Camões é que transcreve algumas poesias, e faz sobre êle o trocadilho *el que amo es* (*Crit.*, P. 1, Cr. 4.<sup>a</sup>).

<sup>1</sup> Nada menos de três e em diversa língua menciona Fitzmaurice: o do alemão Borinsky, 1894, do italiano Benedetto Croce, 1899, e do espanhol Liñan y Heredia, 1902. Depois disso saíu o complexivo e importante estudo de Ad. Coster, 1913. Ocupei-me de Gracian, a propósito duma falsidade cometida por T. Braga (*Contra um plagio do prof. T. B.*, 1917. pág. 76 e segg.).

deixou na côrte de Castilla; adindo a Instrução que Joam da Veiga deu a seu filho quando o mandou à Secilia e a Flandres na ocasião que Phelippe 2.<sup>o</sup> de Castilla foi á Italia a visitar o seu Pay o Imperador e aquelles Estados». Assim se encontra encabeçado o texto castelhano da Instrução que se me deparou na Bib. Nac. (Ms. do fundo geral, n.<sup>o</sup> 1551).

receram, dos vates pátrios<sup>1</sup>. Depois de entubar caliopicamente o *Ludovico de Camoens, Tagidum Apollini durabile nomen*, leva a oito e a hexâmetros, Sá de Miranda, Manuel de Galesgos, D. Luís de Noronha, Gabriel Pereira de Castro, Diogo de Paiva de Andrade, até chegar ao Lobo a que sucedem as ilustrações suspeitas do gongorismo reinícola. O Lerenó é incensado assim:

Non illam effigiem taciturna silentia lædent,  
 Quando quidam de me tantum, Francisce, mereris:  
 Quamquam alii melius lacrymantia disthica fundant,  
 Dulcius arma, viros, adque horrida prælia cantent.  
 Tu fari urbano eloquio, Francisce, memento,  
 Indicat ecce tuos inscriptio docta lepores.

FRANCISCUM RODERICUM

Lupum Lyrici Carminis novum Pyndarum  
 Urbana eloquentia aeternis acumulat encomiis.

Hunc urbana Lupum decorat facundia tantum  
 Tantusque aspergit singula verba lepos.  
 Ut si ipsos superos audiret musa canentes  
 Istius alloquium crederet esse Lupi.

O conhecido poema de *Diogo Camacho* — a *Jornada do Parnaso* —, bambochata burlesca e sátira grossa atirada às manias poetástricas do seu tempo, sem poupar sequer na pasquinada os nomes de respeito, é oferecida a «Lerenó, Pastor Peregrino». O seu discípulo e seguidor, o médico de Ponte de Lima *António Peixoto de Magalhães*, no *Pegureiro do Parnaso*<sup>2</sup>, diatriba versejada contra «gongorantes»

<sup>1</sup> O *Laurus Parnassea* faz parte dum voluminho raro que existe na Liv. Palha — Antonii Figueira Duram Lisbonensis Opera omnia — Lisboa, 1635. Contem o *Ignatiades*, poema a S. Inácio de Loiola; e o *Laurus Parnassea* com vários ramos de églogas, epístolas, epigramas, dos quais o segundo é o *Lararium Apollinis* com as tiradas encomiásticas dos poetas do seu culto.

Nos elogios proemiais vem um dum médico, o conhecido sifilógrafo Duarte Madeira Arraes.

DOCTOR EDUARDVS MADEIRA ARRAES AD AUTHOREM

Instituit leges Christus, Loiola sequutus  
 Exequitur socius: tu tamen acta canis,  
 Tres igitur Christus, Loyola, Antonius ipsam  
 Virtutem colitis voce, labore, metro.

Até parece heresia.

<sup>2</sup> R. Costa e Silva, L. x, Cap. II.

e «triste cultanaria», ao falar dos poetas de água turva e da genuína fonte do Parnaso, diz:

Porque cristal tão puro  
 Não se deve tocar em tempo escuro,  
 Que um amigo do Lobo lhe dissera  
 Que sempre aqui bebeu na Primavera,  
 E que Camões, famoso  
 Poeta, ainda que torto, magestoso,  
 Só pelo tempo quente  
 Na fonte mitigava a sêde ardente;  
 Por isso assim cantou em altos brados  
 As armas e os varões assinalados.

No meio da insulsa chocarrice ressaie o juízo laudatório do Lobo, justamente emparceirado parnasianamente ao Camões. Ao tempo o poeta minhoto *Antonio Villas-Boas Sampaio* imita o glosador da «Leonor na fonte» no *Auto da Lavradora do Airó* (v. cap. VIII).

O abade de Sant-Iago de Anta, *João Soares de Brito*, o estremado defensor de Camões na *Apologia* que publicou (1641) em favor do «Príncipe dos Poetas de Espanha», deixou um *Theatrum Lusitaniae Litterarium* (1655)<sup>1</sup>, espécie de ementário dos escritores portugueses que não chegou a ter estampa: «Franciscus Rodrigues Lobo, patria leyriensis, professione jurisconsultus, in quo laudabiliter profuit, sed populari eloquentia, facilitateque in carminibus lusitanis pangendi multo commendatior».

Ao dá-lo como exercitado distintamente na profissão da advocacia, suponho que haverá confusão com o homónimo Soropita. Menciona a *Pastoral* «fabulam venustissimam more bucolico», as três partes da *Primavera* «quae in diversas jam linguas translatae passim leguntur», alusão exagerada à versão espanhola, pois não sabemos doutra versão. Segue-se a *Côrte na Aldeia* «elegantissimum et omnium rerum amœnitate variegatum». No *Condestabre* tropeça: «hoc tamen ut facilitatem promptitudinemque ingenii satis ostendit,

---

<sup>1</sup> O P.<sup>e</sup> Tomás d'Aquino dizia que o ms. se conservava na «Livraria de El-rei Christianissimo» (Pref. à ed. de Camões de 1779-80). Na Bib. Nac. de Lisboa existe um exemplar (Ms. n.º 6915 do fundo geral). *Theatrum Lusitaniae litterarium sive Bibliot. Scriptorum omnium Lusitanorum. — Auctore Joanne Soares de Britto lusitano Mathosiniensi Sac. Theologia Conimbr. atque Ebor. Doctore Sedis Apostolico Prothonotario Antiqui D. Jacobi d'Antas Monasterii Abbate. Conimbricae Typis, Anno Christi 1665.* Estava prestes a prelo, honra que não chegou a gozar; ficou sumida como raridade apócrifa esta primeira amostra dum dicionário bibliográfico. O erudito matozinhense é o pioneiro dos Barbosas e Innocencios.

sic eum longe ante heroicum gradum subsistere ob humerorum impravitatem non difficile demonstrat». Apenas enumera as *Églogas* e nada mais, acusando que deixou outros vários géneros de poesia.

Outro latinista já dos setecentos, o P.<sup>e</sup> *António dos Reis*, decanta no seu *Entusiasmus Poeticus* (n.º 7, 1728) em hexâmetros o trovador do Lis e Lena:

Nobilis ille senex odio quem vastus habebat  
Oceanus, si quidem prohibebat ferre tributum  
In mare suspensum, cantus dulcedino Mondam.  
Tuque, Lupe, insontum quondam celebrator amorum  
Qua tenues rivi Lis, Lenaque flumina ducunt,  
Laurea pro meritis ab Apolline sarta tulistis,  
Inque choro Vatum primi nunc jure sedetis.

Tempos e costumes de ejaculatórias simili-vergilianas, de que tanto havia de chasquear o Verney.

Em pleno século XVIII, um frade inteligente, ilustrado e espirituoso, ía lançando num canhenho notas memoriais no remanso do mosteiro de Santo Tirso. Era o fr. *João de S. José Queiroz*, feito ao depois pelo Pombal bispo do Grão-Pará. O caderno do memorialista jazeu escondido na livraria do mosteiro de Tibães até que Camilo o arancou à luz <sup>1</sup>, como interessante subsídio para a história do seu tempo. Como em seu lugar referimos, dá notícia da sua morte e dos amores no palácio do duque de Caminha (v. cap. II), a propósito dumas citações facetas de duas passagens do poeta (págg. 122 e 123). Conta com malícia fradesca que numa merenda do Pôrto a uma menina desembargadeira subiu-lhe tanto o vinho à cabeça que fez uma saúde de indecência a uma honesta fidalga, que desafogou a sua confusão, dizendo: «Muito alta vai a lua». Esta matrona, reflexiona fr. Queiroz, «lembrou-se sem dúvida do que lêra algum dia no Lereno *Desenganado* do nosso Francisco Roiz Lobo, onde o poeta pôs na bôca do pastor Oriano a seguinte estrofe:

Adeus, Nizarda minha,  
Que se escurece o ceu e a luz me falta,  
Que para ver vos tinha.  
A lua vae mui alta,  
Descem as nuvens tristes  
Para o fundo do mar onde me vistes.

<sup>1</sup> *Memorias de fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará, com introdução e notas por Camilo Castelo Branco, Pôrto, 1868.*

Vem no Disc. v. Outra: «Esperava uma senhora a visita de pessoa que licitamente amava e lhe prometia em um correio a ida; no seguinte correio avizou que não ia. A pena que lhe fez a falta, explicou-a ela com as palavras de Rodrigues Lobo:

Tive enganos por ventura  
Para sentir mais meu dano;  
Se é mal viver dum engano,  
Como um mal tão pouco dura.

Lê-se na *Prim.* (P. 1, Fl. 10.<sup>a</sup>).

Estas citas trazidas a pêlo denotam quanto ao tempo era lido e sabido o poeta, facto que se acorda com o movimento da reimpressão dos seus livros no século XVIII, e especialmente a grande edição completa das obras em 1723, parcialmente rēpetida em 1774.



A erudição que se desentranhou com a implantação das academias e a restauração da literatura, fazia reviver os velhos mestres da linguagem e da arte. Bibliógrafos e académicos catalogavam e estudavam essas reliquias duma opulência admirada de elocução e feitura, que em vão se pretendia imitar e reviver. Roiz Lobo participou dēste movimento setecentista, não todavia na proporção dos seus quilates de clássico e de escritor.

Já o repositório do *Nicolau António* (*Bib. Hispana nova*, II) insertara o Roiz Lobo: «ameno ingenio vir et musarum operi quasi natus, multa scripsit, tam prosaica quam metrica, venustatis et elegantiae non vulgaris». A noticia do episódio do naufrágio no Tejo em companhia do Conde de Assentar (v. cap. 1) deixa crêr que Nicolau António possuía mais dados da vida do poeta, que por escassez de propósito ou sujeição de processo deixou de noticiar, escurecendo-lhe para sempre a biografia.

Igualmente sucinta é a noticia do Barbosa Machado (*Bib. Lusit.*). O douto abade dá conta dos pais do Lobo, e da sua morte. ; Não saberia nada mais da sua biografia, ou calou-o por concisão? Mal haja o seu laconismo, se tal foi. Louva a sua isenção em matéria de ambições da cōrte que largou pela aldeia, e as suas qualidades peregrinas de talento, rematando por uma fiada proveitosa de vários autores que professaram o seu elogio, nem todos os quais logrou saber. Exara, já se vê, um rol incompleto das edições.

A noticia dos dois biblistas peninsulares repercutiu-se lá fora, e pela primeira vez — que eu saiba — o nome de Roiz Lobo surdiu à

flôr da crítica na Europa ultrapirenaica. Deve-se esta consagração ao alemão *J. A. Dieze*, professor de Guetinga, que, ao traduzir as *Origenes de la poesia castellana* (1754) de L. J. Velasquez<sup>1</sup>, enriquecendo-a com anotações, destacou nas suas ampliações os poetas portugueses, tão curta e escassa era a menção dêles no original; para alguns levou a sua liberalidade até ao aditamento num apêndice final, dispensando nomeadamente essa honra ao bucólico de Leiria, de quem Velasquez se limitara a dizer — com o máximo elogio, é certo — que êle e Camões eram indisputavelmente os melhores poetas portugueses. Lastimando a penúria biográfica sôbre um homem que glorifica a pátria entre os seus maiores poetas, recolhe os dados do Nic. António e do Barbosa Machado, expressamente citados. Enumera as obras; louva a prosa e o verso da *Primavera*, a prosa bela, pura e elegante — *sehr rein, schön und zierlich* — e a poesia melhor ainda, duma extraordinária beleza — *ausserordentliche Schönheit*; associa-lhe na excelência e encanto as églogas; no poema do Condestabre encontra defeitos, mas ressalva o estilo, a versificação e a linguagem.

Na mó das ponderosas academias respigam-se apenas referências ligeiras. O camonista P.<sup>e</sup> *Tomás José d'Aquino*, copista servil do Manuel de Faria e divulgador dos seus erros, roça pelo Lobo nas notas (t. iv) à reprodução do prólogo às *Rimas* do Soropita: «O nosso Francisco Rodrigues Lobo meteu-se a fazer um poema épico, mas pela frouxidão de espirito, falta de génio e fôrças, veiu a perder aquele crédito que aliás conseguira nas composições humildes e pequenas que soube tratar. O presbítero tratava de composições humildes e pequenas a poesia lírica e bucólica do Lereno. «As suas dez églogas de versos menores — acrescenta como éco do Faria e Sousa — estimam-se naquele género por uma das melhores coisas de Espanha. Assim êste autor não andara tão corruto e depravado pela ignorância tipográfica». Justa e acertada lástima.

Ao deslindar com unha melindrosa a autoridade dos clássicos, o *Candido lusitano*, P.<sup>e</sup> *Francisco José Freire* (*Reflexões sôbre a lingua portuguesa*) exprime-se assim: «A Francisco Rodrigues Lobo não se lhe pode negar logar nesta classe, porque possuiu perfeitamente a língua e a praticou com distinção; pôsto que na *Côrte na Aldeia* com mais especialidade do que nas outras obras. No seu

---

<sup>1</sup> *Don Luis Joseph Velasquez, Geschichte der Spanischen Dichtkunst-Aus dem Spanischen übersetzt und mit Anmerkungen erläutert von Johann Adreas Dieze, Goettingen, 1796.* Rebusquei muito tempo baldadamente êste raro livro, até que a sr.<sup>a</sup> D. Car. Mich. conseguiu fornecer-me um exemplar.

poema do *Condestabre* é onde se lhe acha menos pureza e energia de linguagem». Fecha é certo com êle a camada primacial dos autores modelares; porém a sêca e frouxa referência não ajusta à valia do prosador. Muito embora o acadêmico insinue que não cura do *estilo*, mas da simples *locução*, assim mesmo denuncia miopia crítica perante um cultor e mestre por excelência da propriedade e pureza da dição. E entretanto reverencia culturalmente como textos magistraes de idioma, um Jacinto Freire de Andrade, um Duarte Ribeiro de Macedo.

O Lobo escovara-se da polilha dos arcaísmos; a sua prosa modernizada não seduzia os acadêmicos, tão prezadores do bafio quinhentista. No prègar incessante pela fala velha, o *Filinto Elisio*, depois dos autores do século áureo, não enche a bôca senão com o Vieira e o Freire a todo o propósito repetidos. Na justificação de *imigo* por *inimigo* abona-se com o Roiz Lobo de parçaria com Gabriel Pereira de Castro e o Veiga Tagarro, «que não são ainda dos autores que incorreram na excomunhão dos antigos» (*Obras*, t. II, pág. 324, 1817).

O prosista da *Côrte na Aldeia* não passava por suficientemente retinto de antiguidade para que se lhe entregasse a categoria de cultor igual aos de primeiro cartel. José Agostinho de Macedo havia de rir-se nos *Burros* da perrice dêstes caturras:

E da lista dos clássicos expunge  
*Corte na Aldeia* de Rodrigues Lobo.

Deram-lhe, como não podia deixâr de ser, praça assente de clássico no famoso *Catálogo da Academia*, onde veem inscritos como fontes glossológicas, toda a *Primavera* e *Églogas*, o *Condestabre*, a *Elegia ao Santíssimo*, a *Côrte na Aldeia*, e até o *Auto do Nascimento*.

O congregado *Joaquim de Foyos* deu mostras de se interessar eruditamente pelo bucolismo. Ressuscitou o Fernão Álvares, sob a gargalhada sarcástica do *Filinto*<sup>1</sup>, antemetendo-lhe um prefácio crítico e noticioso de suficiente aprêço. Bem somenos se mostra na memória *Sobre a Poesia bucolica dos Poetas Portugueses* (*Mem. da Acad.*, t. I, 1792), introito a um prometido estudo da bucólica nacional, que não passa dum curto e ôco nariz de cera. A poesia pastoril seria «a primeira que no mundo inventaram os homens», «pulindo-se e cultivando-se à medida dos progressos do entendimento humano».

<sup>1</sup> «Se depois da minha morte se imprimirem êstes meus destemperos, como imprimiram as sensaborias do Fernão Álvares de Oriente...» (Nota da ode ao *Sonho*, *Obras*, t. v).

«Muito se applicaram os nossos a toda a sorte de composições poéticas, e muito particularmente a esta de que agora trato. Á excepção da Itália, nenhuma outra nação pode, não digo eu exceder-nos, mas igualar-se connosco. Sete poetas clássicos, cujos escritos correm impressos, podemos nós contar em tempos em que a França, a Inglaterra, e outros povos, onde agora florescem todas as Artes de gosto, não podem produzir na sua lingua cousa que seja perfeita no genero. Nomea-los-hei aqui, porque hei de tratar individualmente de cada um e examinar o seu merecimento. Francisco Sá de Miranda, Antonio Ferreira, Luís de Camões, Diogo Bernardes, Fernão Álvares do Oriente, Francisco Rodrigues Lobo e Manuel da Veiga são sete poetas bucolicos em quem lemos não só partes admiráveis, mas eclogas inteiras escritas com grande perfeição e que podem competir com o melhor da antiguidade».

Esse estudo individualizado não chegou a tipo, o que talvez não seja grande perda. Quem atentar na fornada dos sete bucólicos, achará desconformidade que na fiada se mêta por cerrafla o Tagarro e se perfile entre o Bernardes e o Lobo o Fernão Álvares.

Não regulava direito o pesa-papeis do oratoriano; nem êle nem os árcades que parecem prezar mais ou tanto a *Laura de Anfriso* e a *Lusitania Transformada* do que a lírica da *Primavera*. O grave e ilustre Ribeiro dos Santos, na *Lição dos Poetas Portugueses*, endereçada ao Caldas (*Poesias do Elpino*, t. 1), depois de lisongear o «sonoro Veiga», ajoujado com o «thracio plectro e a lesbica teorba», é que escreve:

E o rico Lobo cuja voz divina  
Inda no fresco Lis e Lena sôa.

Na epístola a A. F. de Sampaio «sôbre o estudo da língua portuguesa pelo que respeita aos poetas», rasga mais as sedas:

Quanto não te dará, gentil Camena,  
Do Lobo cortesão e peregrino,  
Que com mil flores que colheu nos prado  
Que os graciosos Lis e Lena banham,  
Suas prosas bordou, bordou seus metros!

E ao vate volta, associando sempre além do Bernardes, o Álvares e o Veiga, nos versos ao Almeno (t. II):

Inda suspira amor nas aureas cordas  
Da lira de Lereno, e o Lis e o Lena  
Ao tom das mansas aguas vão soando  
Da clara ninfa o nome.

O Diniz nem isso; enleia no ditrambo o Montemor, o Fernão Álvares, deixando no tinteiro o Lereno que não entrouxou ouropeis bastantes para captar das arcádias e das academias a admiração merecida.

Os velhos académicos caturravam eruditamente sobre a genuinidade e variedade da locução portuguesa, embrenhando-se nos recessos da linguagem dos arquetipos clássicos. Neves Pereira, Dias Gomes, Cândido Lusitano, Pereira de Figueiredo e outros, benedictinamente carregam as riquezas mineradas nas laudas dos quinhentistas e dissertam filológicamente sobre lidimidade e propriedade de vocabulário. Estas lições magistrais de linguistas pátrios vão na esteira do doutrinador da *Côrte na Aldeia*; mas aos padres-mestres da Academia do Duque de Lafões, escritores mediócrs, falta a elegância e a eloquência do Rodrigues Lobo, ao mesmo par crítico e modêlo. As maçudas memórias linguísticas quasi que só podem ser deglutidas pelos esfagos do officio, ao passo que as páginas ligeiras e substanciais da *Côrte na Aldeia*, quasi dois séculos mais velhas, ostentam ainda frescura e aprazimento.



Ao mear dos setecentos a poesia portuguesa fez acto de consciência e caiu em si de vergonha. Como acto de atrição, batia-lhe nas bochechas arrebicadas a manopla de ferro do insigne reformador *Luis de Verney* <sup>1</sup>.

Nunca ninguem esbagachou assim a vacuidade literária, científica e filosófica duma sociedade balôfa a impar de asnidade; estoirou como um ôdre de vento, espèzinhada pelo audaciosíssimo crítico do *Verdadeiro método de estudar* (1749) <sup>2</sup>.

Os poetas não foram dos títeres menos cómicos que o *Barbadinho*

<sup>1</sup> Antes dêle, o conhecido espanhol Bento Feijó no *Teatro crítico* acusara já a miséria filosófica, científica e literária reinante no meio peninsular; é um precursor do Verney (Camilo, *Lit. Port*, t. II), que, para a razão, para o juízo e o gôsto, em Portugal como em Espanha, foi a principal alavanca da restauração intelectual no século XVIII.

Apesar do seu tacanho porte e de reu nos vícios, o historiador Fr. Lucas de S.<sup>ta</sup> Catarina no *Serão Político* já em matéria literária fizera o processo satírico à charreza da poesia dominante. Deparou-se-me ali com surpresa (2.<sup>a</sup> Noite) uma espécie de anatomia burlesca e realista dos romances, décimas, sonetos, oitavas, metro heroico, églogas, letras, vilancicos e mais bugigangas, em que desengonça com chiste e habilidade os poetastros. Damos em outro lugar duas amostras da gebada.

<sup>2</sup> V. Ric. Jorge, *Luiç Antonio de Verney*, in *Ensaio scientifico e criticos*, 1886,

de Itália desengonçou no tablado em que fez cabriolar os pseudo-intelectuais indígenas. Toda aquela salsada, acrósticos, silvas, anagramas, labirintos, poemas figurados, e outras nojentas frioleiras, toda a versalhada retorcida e parvoínha-de poetastros trocadilhistas e trocatintas, a surriada do satirista leva-a de escantilhão. Soava enfim a desforra do senso comum.

Verney todavia, filósofo e cientista acima do seu tempo, não dispunha por igual de critério e gosto literários; a sua critica quando se mete a professar as normas do género, padece não pouco de tacañhez impertinente. «Certamente neste reino, diz êle (Carta VII), é rarissimo o poema epico. O *Condestavel* de *Francisco Rodrigues Lobo*, o *Macabeu* de *Miguel da Silveira*, a *Ulissea* de *Gabriel Pereira de Castro*, por confissão dos mesmos portuguezes de melhor doutrina, não merecem este nome». A única epopeia era a de Camões, mas sôbre essa e sôbre êsse desanda em tal censura, que, deprimindo tanto o que deslustra como o que ilustra, se tolheu até à craveira dos zoilos dos *Lusíadas*, a espiolhar mesquinhezas impróprias de tamanho espírito.

«A égloga não tem uso em Portugal, em que se applicam a descrever a imagem da vida pastoril cujo character é a simplicidade e a moderação»; e à conta enfada-se com as de Camões. Não é verossimil a noticia de que naquele ano de graça Portugal andasse escapo ao signo bucólico; a pastorização era uma endemia arraigada e que não tardou a cevar-se com mais fúria, se é possível <sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A troça às églogas pastoris e à sua gíria especial fê-la com chiste e verdade o Fr. Lucas no *Serão Político* (2.<sup>a</sup> Noite): «Sae um poeta tentado de pastor e vem com uma égloga campestre ou poesia hervada que mate um pio leitor de meia légua; ali se acha um bosque que veste eternamente primavera, sem saber que coisa é parrilha; ali todas as fontes são de prata derretida que para boa sêde é um arrezoadado púcaro de água; ali está o chão coberto de miudas esmeraldas, sem haver um ourives curioso que lhe ponha os olhos; ali nasce a cada dois postres o dourado sol e a nacarada aurora, e aquele é o planeta ruivo e esta a *estrêla salmone*; isto pela roxa porta da madrugada por donde sai também a branca estrada de Venus que na verdade parece o oriente um pião de filhos». «Sai então um pastor chamado *Frondelio*, que é nome assás engraçado, e leva o lanudo gado a um vale que lhe aparece ali de repente e começa o conduzido gado a pastar na fresca esmeralda (porque ha poetas que ainda que não deitam perolas a porcos, dão esmeraldas a carneiros); êste tal pastor nunca teve outra vida mais que escudeirar o seu gado, mas faz mui bem os versos e tão bem abala os penedos que tem uma voz como uma alavanca. Dali a nada vem uma pastora vestida de arminho de estopa com um surrão do mesmo e um cajadinho feito ao torno, com uns Favonios que lhe veem brincando com os cabelos, vem por entre a alameda cantando uma canção contra Diana por meter tantas ninfas Cartuxas; e a boa da Diana tem tão claro

É com efeito sob a capa surrada e remendada da bucólica que se ensaia a reforma literária, intentada por aqueles que tomaram a peito sanear os estábulos do Pegaso, atulhados de estravo. Essa salubridade da arte, do estilo e do gosto, era, o objectivo das duas *Arcádias* ulissiponenses, imitação servil dos arcades de Roma. Os arcades da Ulisseia, à laia dos ultramontanos, entrajam-se à moda pastoril do Ménalo e do Lácio, e sarapintam-se com os nomes posições da bucólica clássica. Um presépio de fantasia, onde balam as ovelhas de Vergílio e muge a boiada de Teócrito, onde os zagais pagãos retoçam com as musas greco-romanas, e rezam cantos, em Roma ao menino Jesus, aqui á Senhora da Conceição, a protectora da Arcádia portuguesa.

Esfalfaram-se e esmeraram-se os arcades na feitura das églogas e dos idílios; a sua poesia perfuma-se a feno e a bosta, ou antes, féde às essências artificiais com que contrafazem os efluvios campestres. Nem sequer souberam retroceder à bucólica da renascença; o barôco que domina nas artes plásticas, deforma e caricatura as poéticas. Empapa-as até à náusea a mitologia e a fábula. Sai tudo affectado e piegas, dum mascavado enjoativo.

Entre tantos que perpetraram bucolismo, e foram a maioria, a quem de direito se concederam as palmas do género foi ao *Domingos dos Reis Quita*, tão meigo, correcto e delicado nas églogas e idílios <sup>1</sup>,

---

entendimento, que, vendo os apertos em que sua mãe se vira quando a pariu, temendo que lhe não chegasse também a sua hora, fez com todo o valor o seu voto de castidade, de donde fugindo aos homens como quem os não havia mister, começou a ser o lascarim das selvas e nelas foi a mais honrada fêmea que calçou coturnos...». «Sai outra égloga com dois pastores com seus rebanhos de cabras e ovelhas, sentão-se em um sítio que está ali de propósito, suspira Almeno, tira a sanfona e canta uma letra feita ali de repente a uma saudade bem sentida, que na verdade é para pasmar a facilidade com que um destes desembainha do çurrão um instrumento e dos cascos um cardume de versos, e no melhor entender era mais natural tirar uma borôa e duas cabeças de alhos; acaba-se a canção, dizendo às cabras e às ovelhas que dali por diante beberão das suas lágrimas; etc.

<sup>1</sup> Ao tempo introduzira-se uma distinção entre *églogas*, como as chamara Vergílio, e *idílios*, como os nomeara Teócrito, título a que Gessner deu voga; Quita, Diniz e Bocage etiquetam à parte as duas ordens de produções. Etimologicamente não há característica diferencial nem sequer definida: égloga quer dizer *trechos selectos* e idílio *pequenos paineis*. Quem olhar para as duas espécies, não atinará por certo qual fôsse o critério de estrema. As églogas são em geral dialogadas; aparece porêem uma ou outra que o não é. No idílio não há conversa; é uma narração ou um monólogo. Há muito que égloga e idílio passaram a sinónimos indistintos (v. F. Freire de Carvalho, *Poética Nacional*, cap. vii, e art. *Idylle*, in *Gr. Encyclop.*).

e no drama pastoral *Licoris*<sup>1</sup>. O bom do Alcino de rapaz se aperfeiçoara e temperára na lírica do Lereno. «As obras de Francisco Roiz Lobo desenvolveram o seu éstro poético, e as do famigerado Camões o familiarizaram com as musas; a beleza do estilo, a natureza, brandura e cadência do metro, a fineza dos pensamentos que se admirava naqueles dois insignes poetas, fizeram tal impressão no seu espírito que depositou na feliz memória a maior parte das suas composições»<sup>2</sup>. Quita é o sucessor arcádico do Lereno.

Este nome chega a prostituir-se na *Viola de Domingos Caldas Barbosa*, o dessorado *Lereno Seluntino*, o mulato improvisador das trovas requebradas à guitarra, vítima das gebadas do Bocage.

Á fartura indígena juntara-se a exótica, tal era a paixão das zagaladas. *Tomé Gonzaga* traduzia (1787) *Il Pastor Fido* de Guarini. Provava-se a mão perita *in utraque lingua* a aporuguesar a geórgica e a bucólica virgilianas. E Bocage desperdiçava-se em atafona de versões, trasladando à flux as môlhadas hortenses de Delille e as mascaradas pastorais de Florian.

Não é apenas na roda culta ou presumida que se goza a literatura das Nises, Márcias, Análias e Marílias, frandunas de curral e Prado. No Bilhar o poetastro esqualido do Tolentino, em propaganda lírica de botequins, fala

... por affectar musa campestre  
Em surrão e cajado muitas vezes.

A égloga desce ao vulgo e dependura-se nos cordeis.

Eglogas também dão fama;  
Fala em surrão e curral,  
E do vulgo os olhos chama  
Nas paredes do Arsenal,  
Cheia de aplausos e lama.

Conquistou-lhe a baixa popularidade o *João Xavier de Matos* com a égloga de *Albano e Damiana*, de que as regateiras, conta o Filinto, sabiam de cór as oitavas. O mordaz poeta ficara com «ce-

<sup>1</sup> Não espigou neste país tão dado ao bucolismo a pastoral dramática dos italianos, de que não haverá outro espécime senão a *Lycore* do Quita. Nem por isso encontrou menos estima o famoso *Pastor Fido* do Guarini, que beneficiou de duas traduções em verso, uma em castelhano (1695) de D. Isabel Correia, judia portuguesa de Amesterdam, outra em vernáculo (1787) de Tomé Gonzaga, irmão do cantor da Marília (v. Costa e Silva, *Ensaio*, t. v e vi). O Cândido Lusitano na *Arte Poética* (1784) arromba a máscara à tragicomédia italiana (Liv. II).

<sup>2</sup> V. *Vida de Quita* por Miguel Pedegache, ed. de 1781.

trina» à tal égloga, «não tanto porque ela não vale nada, quanto porque pôs a parir tantos engenhos que nos inçaram de églogas más»<sup>1</sup>. Dessa má nascença há na Livraria Palha uma colecção a atestar a fecundidade e a popularidade de tal frandulagem no último quartel do século XVIII — églogas e pastoradas de toda a casta, umas subcritas, outras anónimas, em *pliegos sueltos* apregoados pelos cegos e vendidos a cavalo no barbante das esquinas.

Estavam na última putrescência os despojos poluidos do Lerenó.



Não era fenómeno regional a febre bucolista; uma lufada montezinha fazia vibrar a harpa eólia da poesia campestre. Em Espanha, aliás menos calcada que nós pelos socos dos pegureiros, o corifeu da escola salamanquina, Menendez Valdez, conquista a fama e o prémio da Real Academia Espanhola em 1780 com uma égloga em que rescende o tomilho e ressôa a melodia de Garcilasso. Em França — onde as *bergeries*, desde a *Astreia* de Urfé, nutriam a arte literária e pintural, onde se pastoreava por moda ao ponto das mascaradas aldeãs do Trianon — Florian é coroado pela Academia Francesa em 1784, graças a uma égloga temperada em calda de verdura. A inspiração sentimental de Rousseau derramara o amor da natureza e da vida campestre; os seus idólatras erigiam aldeias, debuxadas pelo cenário da *Nova Heloisa*.

A grande bucólica dos oitocentos já não era a meridional; o cajado de maioral do estilo pastoril passara da Itália e da Espanha para a Alemanha. Gessner ascendera a mestre, de império incontestado nos domínios zagalescos, autenticado pela celebridade universal. Os seus poemas e idílios dão, desde Zurich, a volta à Europa, invadindo todas as literaturas. Alastram-se pela Alemanha, pela Gália, apadroados nada menos que por Grimm, Diderot e Jean-Jacques. Os gulosos deliciam-se com o sabor de alcaçús e o hálito rural da poesia gessneriana, o derradeiro avatar da bucólica.

Puritano na intenção artística, o poeta dos *Idílios* anima os pegureiros de corações abertos, justos e bons; quer prègar aos homens viciados a virtude pela bôca imaculada dos pastores antigos. A bucólica de Gessner, a meio caminho da rusticidade e da galantaria, tem uma finalidade moral; tal era já o espírito e a fórmula ética e artística da égloga do Lerenó.

---

<sup>1</sup> *Obr.*, t. III, pág. 130 e t. V, pág. 393.

Rolou também a vaga sôbre Portugal <sup>1</sup>, onde o gessnerismo veio esbater a espuma nas várzeas do Mondego, forradas da fértil herva onde foliaram as Camenas de Camões e de Bernardes, e orladas dos sinceirais onde silvou a fruta de Jorge Montemór, Rodrigues Lobo e Eloi Sotomaior.

Ali o bucolismo fizera o seu ninho, baloiçado sôbre as mansas águas nas franças dos salgueiros; ali solta o último pio, melodia perdida no brando sussurro do Mondego ao roçar pelas lapas da ribanceira.

Despertava a primavera de 1822, quando um rancho de estudantes de Coimbra abica à Lapa dos Esteios; era um piquete de Arcades, moços crismados pastorilmente em Elmiro, Anfriso, Josino, Albano, Francilio, Franzino *et alii* <sup>2</sup>, de ramilhetes em punho, em romagem ao gracioso retiro, escolhido para teatro do festejo ao romper da Primavera. Pontifica o entremês pagão, *Castilho*, ajaezado pelos amigos com listões de heras e grinaldas de loiros. Declamaram-se poemas mocissos de celebração bucólica, solfejados nas pausas com modulações de flauta. Castilho lê o *Dia da Primavera* em dois cantos, o irmão Augusto pespegá poemeto sôbre o mesmo tema, o mano Adriano repete um trecho traduzido da *Primavera* de Thompson; ouvem-se ainda, entre outras peças, a versão em quadras da *Primavera* de Gessner, e outra da *Primavera* de Cramer. Prima-

---

<sup>1</sup> De Gessner há traduções vernáculas; conheço pelo menos esta que tenho presente: *Idyllios e Poesias pastoris de Salomão Gessner; traduzidos em verso portuguezes, e dedicados ao ill.<sup>mo</sup> e exc.<sup>mo</sup> senhor D. Fernando José de Portugal da casa dos ill.<sup>mos</sup> e ex.<sup>mos</sup> Marquezes de Valença por Joaquim Franco de Araujo Freire Barbosa, Lisboa, 1784.* A tradução é em verso heroico; traz comentarios críticos e notícias sôbre a vida e obras do bucolista, assim como notas sôbre poetas alemães do tempo. Do prefácio em verso:

Se quês ver a Natureza,  
 Não só vê-la mas toca-la,  
 Se queres ver a beleza  
 Com que as almas move e abala  
 A campestre singeleza:  
 Lê Gessner só, porque encerra  
 Num volume tão pequeno,  
 Ele só, quanto ha na terra  
 Do bello, do estilo ameno,  
 Guiando o gado na serra.

<sup>2</sup> Debaixo destas máscaras sedições escondem-se alguns nomes que vieram a ter notoriedade, tais como os de José Maria Grande e Dr. Francisco Cesário Moacho; juntou-se-lhes na festa de maio António Ribeiro Saraiva, o famoso mi-guelista.

vera tudo! À merenda, servida por dois infantes Ganimedes vestidos de branco, funda-se a *Sociedade dos Amigos da Primavera*, que no dia 1 de Maio deita nova festança sôbre o mesmo fraguado onde montara o tablado da sua Arcádia <sup>1</sup>.

No desvão do altar de ramaria de verdes e rosas, em cima dum poial rústico tapeçado de hera, poisam o deusinho Maio — um loiro e alvo menino de cinco anos, coberto apenas dum aventalinho com recamos de cedro e buxo e ourela de cravos e rosas; calça coturnos de seda encarnada, e do braço pende-lhe um cabazinho de fruta. O pobre inocente, sacrificado à fúria poética dêstes fanáticos, aguentou, coitadinho, o estiraçado poema de Castilho *Festa de Maio*, e outros mais versejamentos inéditos, recitados em ritual litúrgico, com recortes de musicata. Não se sabe se o anjinho dormiu, chorou ou estarreceu, êle que figurou ao mesmo tempo de idolo adorado e de vítima expiatória <sup>2</sup>. No cabo merendou-se e bailou-se arcádicamente.

Quem ao lêr êste relato das primaveradas da Lapa dos Poetas encrespar um sorriso, haja por bem relaxar os zigomáticos; lembre-se que em nossos dias êsse apóstolo do belo, êsse fervente reformador da estética e do sentimento que se chama John Ruskin, inaugurou e radicou em terras britânicas as festas do Maio, a coroação da rainha de maio, na resplandescência lírica da música e da poesia, das flores e da mocidade.

Afinal a pieguice arcádica do Castilho ou a magestade sentimental do Ruskin promanam, como reminiscência atávica, do culto panteísta da natureza ao remoço anual da estação que derrama sôbre a terra o calor, a vida e a alegria. A essa comunhão de misticismo poético consagrava Roiz Lobo a sua *Primavera*. Os rapazes de Coimbra na ribeira do Mondego repetem e praticam a lição do Lerenio e seus zagais: êles, quando as boninas pojam do chão do inverno, as varas das árvores se rocam de flores e as aves gorgeiam saudações ao novo

---

<sup>1</sup> Mais de vinte anos depois (1844) os bardos do *Trovador*, João de Lemos, Rodrigues Cordeiro, José de Serpa e outros, renovaram a romagem à Lapa dos Esteios em homenagem à Primavera e ao Castilho, mais escoteiros já de adereços teatrais.

Quando o imperador do Brasil em 1872 visitou em Coimbra a Lapa dos Poetas, trouxe de lá como recuerdo uma fôlha de árvore, onde gravou a sua saudação ao Cantor da Primavera.

<sup>2</sup> Camilo num intermezo cómico, publicado nos *Serões de S. Miguel de Seide* (n.º 1) sob a epígrafe de *Infantilidade dos Poetas*, diz com graça que eram tantos os Herodes para um só menino.

sol, veem juntar-se nos vales do Lis, festejando com bailes de terreiro e cantares à porfia as «entradas do verão»:

Já nace o belo dia,  
Principio do verão formoso e brando,  
Que com nova alegria  
Estão denunciando  
As aves namoradas  
Dos floridos raminhos penduradas...

sanfoneia outrora o Lereno, a que responde agora o harpejo do Castilho:

Ei-la que chega a amante Primavera!  
Logo ao romper do dia, sussurrando,  
Vós, favonios azues, a anunciáveis.  
Chega... Chegou! as aves a festejam  
Desatinadas, doidas...

Ao reeditar a sua *Primavera* em 1836, quando melancolicamente olha já o livro «por todos os modos extemporâneo, porque a estação nem é dêles nem para êles», explica Castilho o estado de alma seu e da mocidade académica naquele primeiro quartel do século passado. Se quanto a feitura de estilo e metro, uns faziam seu ídolo de Boccage, outros o seu alcorão de Filinto, um poeta estranho exercia uma forte vassalagem — o Gessner e seus satélites da Alemanha e da França. Castilho vivia na magia gessnérica: «Gessner não era para mim um nome, senão um indivíduo presente, um suavíssimo contubernal; nem já suas obras me eram livros, mas realidade, vida e mundo»<sup>1</sup>. Cifra-se nele e nos seus imitadores a sua mais lograda leitura.

Da bucólica indígena dá-se por enfarado, e por carta trava uma polémica com o *José Agostinho de Macedo*, que proclama a graça e o viço da nossa poesia pastoril por sôbre a alemã e a suíssa, e que adora a maneira do Lereno: «Se a montanha de Pausilippo em Napoles escutou os dulcíssimos sons da flauta de Sannazaro, as ribeiras do Mondego e do Lis não repetiam menos harmoniosos ecos com as endeixas do Lobo» (*Oriente*, pref.). Castilho gaba-se de o ter levado de vencido na disputa, derrota confessada pelo duro polemista. Assim por seu mal seria; melhor lhe fôra ao bucólico da Lapa dos Esteios, um português castiço, que se não refratasse à *vis a tergo* dos velhos

<sup>1</sup> Garrett na sua fase ante-romântica também era praça assente da falange gessneriana. A *Lirica de João Minimo* abre pela *Primavera*, epigrafada por um verso de Thompson.

idilistas pátrios. Do maior dêles algum vinco ficou na eloquente defesa do pastorismo com que prologueia a *Primavera*; lá se lê, e é a única citação poética, um verso alado de Roiz Lobo:

A melhor fruta colhe-se mais tarde <sup>1</sup>.

A ilustre prof. D. Carolina Michaelis, numa carta em que me fala do Lobo, apelida-o «o Castilho do século xvii». A frase é feliz, como expressão do que num lembra do outro; os dois poetas inaugurais dos seiscentos e dos oitocentos afrontam paralelo. Ambos foram locucionistas impecáveis, ambos poetas de esmero parnasiano e prosadores de arte refinada. Trabalhadores perfeitíssimos da dicção, evitaram repuxamentos e deformações, no propósito da propriedade e da expressividade em liga com a elegância do período. Lobo dispõe de uma ductilidade sempre aprazível; Castilho implica às vezes por um certo tom de affectação e impertinência. O verso dêste, acepillado no tórno deixado por Bocage e Filinto, lampeja mais que o verso daquele; mas a veia lírica pulsa sangue mais caudal e mais puro no herdeiro directo de Camões do que no árcade serôdio. O egloguista do Lis e Lena sobrepuja o da Quinta das Canas. O Lerenó inspira-se, no fundo e na forma, do pastorismo peninsular, tradicional e até popular; é um nativista e um pré-romântico <sup>2</sup>. Castilho quasi repudia as fontes nacionais; humanista apaixonado pela poética antiga, cola-se ao padrão clássico, recortado do mantuano.

De medula latina, verte-se a si próprio em hexâmetros no *Carmen Galatea* e encharca-se na mitografia sediça, que o lírico seiscentista tanto refugou dos seus idílios. Lobo, em pleno renascentismo, ia dando de mão aõ fabular da Hêlade e do Lácio; Castilho, quando o romantismo despontava manhã radiante, sagra ainda nos altares dos numes d'Ascreu, como pagão relapso. Isso era êle, mais que o gessnérico que blazonava, pastor redivivo dos vales da Trácia e das ribeiras do Taigeto, contubernal de Títilo e de Sileno; tal como André Chénier que vinha repintar a bucólica descorada e expirante com as tintas genuínas arrancadas à paleta da antiguidade.

Visiona a paisagem como lha deixou o cosmorama greco-latino, foqueando campos e vales através das lentes da musa velha. O seu idílio quasi não passa de um mero exercício de retórica, pouco mais que um mosaico como o de Sannazaro, um pastichio ressalvado pelo milagre da introspecção e pela magia da arte.

<sup>1</sup> Dei com o verso nos tercetos do ofertório da égloga ii.

<sup>2</sup> Mais tarde Castilho produziu também lindíssimas endechas de sabor popular e rústico (*Excavações poéticas, Outono*).

Em vão ergue as palmas o neo-bucolista do Mondego à divindade pagã, a deusa do amor que palpita na espessura das devezas e se espreguiça no álveo dos rios:

Pois tu és quem me acorda e me inflama,  
A ti, deusa, os meus versos serão,  
Mas debalde o meu estro te chama,  
Os meus olhos jamais te verão.

¡ Trágica ironia! O derradeiro cantor da natureza idílica era cego: o panorama campestre coava-se-lhe no cérebro fremente de poeta através da opacidade de uma retina de empréstimo. Êsse o segredo fisiológico do relativo malogro do artista, contra o qual o seu génio se debateu em vão.

Ateado o fogo do romantismo, abraza-se logo o cenário bucólico, como a lavareda que leva num esfregar de olhos as lonas dum palco incendiado. Nos rolos do fumo esvaem-se pelos ares ninfas e silvanos; e da Arcádia, reduzida a Tróia, os zagais desertam para o arado e para a sachola, tropa fandanga de pelico roto, meia rebentada de pulmoeira de tanto soprar a gaita pastoril.

Contraregra desta teatrada secular, morria enfim de vez o grande Pan... ; De vez?



O século XIX viu logo de alvorada jorrar a luz analítica da crítica literária. Vinha-nos do norte essa luz pela mão de estranhos, solícita em alumiar os tesoiros da literatura pátria que nós abandonávamos ao armário escuro do rebutalho. Bouterwek e Sismondi, substituindo-se à ignávia dos naturais, dão-se à tarefa benemérita de balancear e aferir a melhoria das nossas riquezas escriturais.

O Lobo cresceu logo grandemente na avaliação de tais julgadores. Ao tempo *A. M. Sané*, amigo e tradutor de Filinto (1808), apreciava-o assim: «les images de la vie champêtre, les mœurs des bergers, les écarts d'une passion malheureuse, les plaisirs de l'amour, sont tracés avec autant de charme que de vérité. La prose est aussi fleurie que l'est en français celle de Fénelon»<sup>1</sup>.

Poeta, filósofo e crítico, o professor de Guetinga, *Friedrich Bouterwek*, conquistou celebridade duradoira na literatura com a monumental *Geschichte der Poesie und Beredsamkeit* (1801-19); o livro 4.<sup>o</sup>

<sup>1</sup> *Introduction sur la littérature portugaise*: in *Poésie lyrique portugaise ou Choix des odes de Francisco Manuel*, Paris, 1808, livro que só tarde pude vêr, tão raro é; obtive-o por compra.

tocou às letras nacionais, — *Geschichte der portugiesischen Poesie und Beredsamkeit* (1805)<sup>1</sup>.

Bem que um tanto desdenhado por Garrett no seu *Bosquejo crítico* (1826), a obra de Bouterwek constitue um monumento elevado piedosamente por mão estranha às ignoradas letras portuguesas; nem antes, nem ao tempo, nem tão cedo depois, surdiu trabalho complexo e crítico, que lhe fôsse sequer aproximável. Merecia por parte dos nacionais, que nem sequer o traduziram a êle ou ao seu seguidor Sismondi, honras maiores do que a de copiá-lo, às vezes servilmente.

Ao Rodrigues Lobo coube análise tão especificada que até à data de hoje representa o melhor e mais substancial texto crítico sôbre o velho mestre. Ocupa mais de vinte e seis páginas na edição original o capítulo correspondente, anotado com pequenos trechos exemplificativos em prosa e verso. Toda a obra autêntica é registrada, incluindo os romances; no decurso do nosso trabalho demos a devida conta e crítica dos seus juizos e opiniões sôbre cada espécie.

Bouterwek sobreestima dilectamente o poeta do Lis, levantando-lhe a têmpera e a influência literárias. «To nother poet, after Sá de Miranda, Ferreira, and Camoens, are the language and literature of Portugal so much indebted as to Rodrigues Lobo». O seu lugar como poeta é o imediato a Sá de Miranda e Camões. Elevou tanto em melhoria a prosa romântica, esmerou-se tanto na criação da prosa de puro estilo, que, tendo atingido a perfeição clássica neste ramo da composição, os escritores subsequentes não fizeram mais que seguir-lhe a trilha. Grande entre os prosadores, êle que introduziu no seu país a prosa genuína e elegante, maior é ainda entre os poetas. Há composições em que na simplicidade e na delicadeza nenhum poeta antigo ou moderno o excede. Pelo sentimento, intensidade, fluência e graça das cantigas, pastorais e canções, conquistou títulos para ocupar «one of the highest places among the lyric poets of all nations». Tal é a sua síntese global do grande artista.

*De Sismondi*, professor suíço, incluiu as engeitadas letras portuguesas entre as lições professadas em Genebra que estampou no seu sabido livro *De la littérature du Midi de l'Europe* (1815). A reputação desta obra grangeou-lhe, como à de Bouterwek, traduções, menos

---

<sup>1</sup> Do livro 3.º, dedicado à literatura espanhola, há tradução francesa; dos dois abrangendo as duas literaturas peninsulares safu edição inglesa por Th. Ross — *Hist. of Spanish and portuguese literature*, 2 v., 1823. A esta última são especialmente referidas as citações do texto. É de extranhar que na bibliografia histórico-literária de Fitzmaurice Kelly o livro de Bouterwek não tenha merecido menção.

também a portuguesa, a mais devedora de favor. Sismondi aprendeu principalmente na leitura do alemão, adoptando em regra as suas opiniões. Roiz Lobo participa portanto da mesma excelência de conceito (cap. 39, 10 págs.), como figura do mais alto porte da escriptura pátria. Do que nas linhas do professor suíço significa vistas pessoais, em seu lugar abrimos menção e juízo.

O bibliófilo e lusitanista *Ferdinand Denis*, no conhecido *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal* (1826, pág. 208), alude ao apelido de Teócrito português — «et personne ne peut être tenté de le dépouiller de ce titre, il le remplit dignement à quelques égards». Tem-no por um dos sucessores mais célebres de Camões; «il a beaucoup vu, il a beaucoup senti; sa poésie entraîne». Entende que êle pouco fez pela perfeição da linguagem, sem atentar aliás no progresso da sua prosa, mas justamente nota «qu'il commence à adopter des formes nouvelles de style». Com a mesma justeza observa uma certa analogia «pour la pensée» entre Bernardim Ribeiro e Rodrigues Lobo, e destaca a sua «*vague mélancolie qui caractérise si bien la poésie de notre époque*».

As suas reflexões críticas entremeiam-se de traduções de trechos. Muito ao depois, em 1860, ao publicar-se a *Nouvelle Biographie générale* de Firmin Didot, redigia F. Denis o artigo de Roiz Lobo (t. 31). Aí afirma, e bem, que «dans la prose il reste inimitable». As églogas, muitos críticos as tinham como a sua melhor produção; quanto aos romances, eram «ouvrage de jeunesse».

Era também a vez de os compatriotas dizerem dos méritos de escritor tamanho, no que infelizmente se não prodigalizaram.

Ao editar-se em 1826 em Paris uma vasta antologia sob o nome de *Parnaso Lusitano*, *Garrett* incumbia-se de redigir-lhe para introito o *Bosquejo histórico da poesia e da lingua portuguesa*. Êsse rápido lance de vista apanha o Lobo em perfil avantajado. Depois de notar que o seu «grande lugar como prosista não é aqui próprio de examinar», considera que «do seu merecimento poético a comum opinião tem com justiça decidido dando-lhe um dos primeiros (eu quizera o primeiro) lugares entre os bucólicos antigos». Mais um éco laudatório do juízo de Manuel de Faria e de D. Fr. M. de Melo. Exagera a nota da naturalidade e do realismo: «Seus pastores são verdadeiros pastores, sua linguagem é verdadeira do campo, não lhes saem pelos golpes do pelico as alfaías da cidade, tão mal encobertas pelos outros bucólicos, os quais, sem excepção do próprio Camões, todos pecam por muito sabidos e letrados, por discretos e galantes mais que soem ser aldeãos e pastores». «Além disso há derramados pela *Primavera*

pedaços líricos de suma beleza, romances excelentes, verdadeiramente dignos de admiração e estudo».

Até que enfim tem a exaltação merecida a riquíssima lírica do Lerenó. Dê-se todavia no gabo o devido desconto à excelência atribuída aos romances. Entre os épicos o lugar do Lobo é muito diferente e inferior. O *Condestabre*, «apesar de muitos e bons pedaços descritivos, é frouxa e morna composição; para a tuba épica falecem-lhe natureza e arte».

O moço Garrett começava de pôr pé na estrada de Damasco do romantismo; mesmo após essa revolução, e quando já a madureza lhe sazouava o espírito, não desdiria certamente do juízo curial formado ao tempo em que na emigração de Paris se levedava o grande poeta que veiu a ser. No prólogo da *Adosinda*, incorpora o Lerenó com Camões entre os clássicos predecessores do género romântico. «Francisco Roiz Lobo, segundo já observei, em muitas das pequenas peças que se encontram dispersas pelo *Pastor Peregrino*, pela *Primavera* e nos seus romances moiriscos e históricos, é eminentemente romântico».

O cónego *Francisco Freire de Carvalho*, professor liceal de oratória e crítico reputado de letras, discreteou didacticamente sobre poética nacional e crítica literária, com gravidade clássica de académico, associada às influências forasteiras do francês Villemain e do escocês Hugo Blair de quem se faz discípulo e porta-voz. Ao incutir o conceito de beleza, não como expressão do sublime, do patético ou do brilhante, mas como excitadora duma comoção suave e moderada, derramando no espírito uma feliz serenidade, dá como exemplo em português a impressão que «a mesma alma em si sente», lendo estâncias dos *Lusíadas*, os diálogos de Heitor Pinto, e a «delicada prosa de Rodrigues Lobo». (*Poética nac.*, 2.<sup>a</sup> ed., 1851, pág. 79).

Desta paixão pelo prosista deixou ainda sentido acento no *Primeiro Ensaio da História Literária de Portugal* (1845, Per. VII). Se nas poesias «desenvolveu um estilo suave, natural, affectuoso, puro e na sua esfera felicíssimo, que diremos da sua prosa com que aquelas poesias andam entrançadas?» Louvando as sentenças com que fecha os capítulos da pastoral, afirma que neste género de composição ninguém o excedeu no seu tempo: «as graças e delicadeza de expressão absorvem todo o sentir, arrebatam e extasiam»; «nestas suas prosas poeticas é um senhor absoluto dos sentidos e da alma de todos os leitores que são capazes de bem o apreciar».

José Maria da *Costa e Silva*, autor e tradutor de poemas de maçó e mona, fecha com o Freire de Carvalho o ciclo dos criticões clássicos, herdeiros dos padres-mestres do século XVIII. O *Ensaio*

*Biográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses* (1850-59), sempre comentado e citado, tem sido por vezes desestimado pelos seus processos serôdios. Peca de ingratidão este rigor; conceda-se benemerência ao ensaista que lidou caroavelmente a caterva dos poetas e os perlustrou com razoável conhecimento de literatura e por vezes feliz selecção de gôsto.

Coube ao Lobo um tomo inteiro (1853, L. VIII, 112 pág), atestado de três capítulos; mas mais de metade do recheio, segundo o bom ou mau costume do crítico, são longos excertos exemplificativos e antológicos. Sem nada catar de novo nas escurezas biográficas do poeta, registra-lhe a «decidida popularidade» junto de «doutos e indoutos», e «esta popularidade tem permanecido quasi intacta até aos nossos dias, pois que será mui dificultoso encontrar pessoa, que saiba lêr, que não repita de cór algum trecho de Francisco Roiz Lobo». Se, para não desfazer na palavra honrada do escrivão da câmara, assim era deveras, se pelo menos as pessoas ilustradas que trataram o erudito crítico, sabiam desfechar no meio da conversa versos do bucólico, de cór e salteados, como se fôra o padre-nosso, deve convir-se que sobre êsse ano de graça de 1853, tão longinquo em hábitos literários, parece ter rodado muito mais de um século. Há muito que nestes tempos áureos da lusa illustração o poeta do Lis esfaleceu de todo nos braços da universal ignorância das nossas letras em que se emparelharam lidos e não lidos. Que se não queixem seus manes da desdita, perseguidora dos mais preclaros. Sá de Miranda, dizia o mordaz Camilo, que só o conheciam de nome nos cenáculos característicos: *poeta português* —, Sá pela certa. O primaz Camões, se não figura nas charadas, serve apenas para fantasma adamastoriano quando os mares patrióticos se emprocelam.

Ao rastejar os méritos do linguista e do prosador, abordoa-se manifestamente ao Sismondi, seguindo o mesmo trilho crítico à *Côrte na Aldeia*, «uma das leituras mais amenas e recreativas que eu conheço». Do seu julgar do *Condestabre* demos já conta — «poema histórico que pela beleza da linguagem e de estilo palia até certo ponto a sua irregularidade e os seus defeitos»; a proposição invertida seria mais aceitável, pouco importariam as irregularidades e os tais defeitos, se realçassem as belezas de linguagem e a elevação do estilo. Não temos também que voltar sobre a catureira das *Églogas*, a respeito das quais se recusa a subscrever aos louvores tradicionais. Delicia-o, sim, a veia poética da pastoral, a correr «perene e inexaurível». «Nada mais suave e encantador que as suas pinturas e sentimentos tirados dos objectos e vida pastoral, e nisto é que se mostra inimitavel. O proprio Montemayor não pode rivalizar com

ele; os seus versos sempre harmoniosos e faceis murmuram aos nossos ouvidos como o murmurio de uma amena fonte, como o brando rumor dos ramos agitados por uma placida viração, como a suave ondulação que em dia puro e sereno se desliza sobre as areias da praia».

Na pastoral esteia o mais sólido fundamento da glória do poeta, a quem lava a nódoa de plágio, lançada pelo burlão Faria e Sousa. O que teve de bom livrar o Lobo de andar como o Bernardes aos baldões dos camonólatras fim de século.

Nota curiosa de amor entusiasta pelo bucólico traz êle à colação e por parte de um estrangeiro. «O meu amigo Angelo Talassi, poeta autor do poema que tem por titulo *L'Olmo abbattuto*, e um dos mais fecundos e faceis improvisadores italianos que tenho visto, mesmo na já avançada idade em que o conheci, havia concebido tamanha paixão e entusiasmo por estas obras de Francisco Roiz Lobo, que muitas vezes falando dele me dizia «*Sannazaro stesso é un fanciulin da scuola a parangone di questo Poeta*». E o Costa e Silva consente, se não na concepção do plano, mas na confeição, pois que capitula «a prosa e a poesia dos pastorais do Lobo muito superiores à prosa e poesia da *Arcadia* de Sannazaro».

¿ Quem era êste Ângelo Talassi, italiano convivente do Costa e Silva? Fui topá-lo na crónica do teatro lírico de Lisboa. No inverno de 1799 estreara-se em S. Carlos a ópera *Inês de Castro*, música do fecundo Paiziello, em beneficio do famoso soprannista Crescentini <sup>1</sup>. «O drama é do sr. Angelo Talassi, poeta extemporaneo (*sic*) ao actual serviço de S. Alteza Real» — diz o libreto. A moda da música italiana fez importar o versista de Ferrara que fornecia a D. João VI e a S. Carlos daquelas tiradas sonoras e rítmicas sôbre as quais maestros e maestrinos bordavam árias delambidas <sup>2</sup>. Amou ao menos a sua terra de empréstimo, consubstanciada na lira portuguesa do Lereno, que êle superiorizava sem vaidades pátrias à lira napolitana do Sannazaro.

Na crítica de além fronteiras repetiam-se as expressões elogiosas endereçadas ao bucólico. O grande erudito anglo-americano Ticknor na sua copiosa e excelente *History of Spanish literature* (1849) cita

<sup>1</sup> *Inês de Castro* na ópera e na coreografia italianas, de M. P. Almeida Carvalhais, 1908. Um capítulo profusamente documentado da história do nosso Teatro de S. Carlos.

<sup>2</sup> Em Lisboa publicou um poema dedicado ao futuro D. João VI — *L'olmo abbattuto*, 1795.

a *Primavera* «que és de las pastorales mejores y más completas que existem» (ed. espanh. de 1854, nota 31 do cap. 33); e das mesmas letras inglesas não tardava a receber o poeta mais ampla consagração.

Em 1856 o periódico literário e político *Dublin University Magazine* (n.º de janeiro), sob o título geórgico de *Leaves from the portuguese Olive*, traz um estudo sôbre Rodrigues Lobo documentado com versões antológicas, que entre nós passou atêgora creio que completamente despercebido. Três iniciais mudas *M. E. M.* o assinam — enigma que muito me penaliza não saber decifrar <sup>1</sup>. Benemerente das nossas ingratas letras é sem dúvida o ensaísta e poeta que na Irlanda vulgarisava e vertia o lírico português <sup>2</sup>.

Entre os críticos e bibliógrafos que se ocuparam do Lobo, *M. E. M.* conhece Barbosa, Bouterwek e Sismondi, e conhece directamente a obra do poeta; o estudo consta das impressões pessoais e alheias, amassadas com retalhos de apreciações literárias e históricas sôbre a época. Da vida nada adianta, lastimando que tão pouco remanesça de recordação biográfica. Sumamente dá conta da sua vida eremítica de sábio rural, tranquilo e isento, cometendo algumas equivocções, por exemplo sôbre a sua residência, e jogando com políticas espanholistas, o que já em seu lugar corrigimos. Considera-o «one of the sweetest and most admired of portuguese poets, excepting Camoens», calorosamente acolhido por leitores e crítica. Através da sua bucólica sentem-se as vozes dos rústicos, os cânticos das aves, os murmúrios das correntes e a beleza das paisagens; há uma realidade de sentimento, ternura e delicadeza nas suas efusões. Como defeitos, nota às vezes a prolixidade e por consequência o tédio; também lhe divisa ocasionalmente uns laivos de pedantismo, o que não obsta a que seja «infinitely superior in correctness of taste to his brother poets». Lobo repudia abertamente o maneirismo, as caretas e as contorsões que em seu tempo foram degradando as musas até à mais

---

<sup>1</sup> O mesmo periódico em 1845 e 47 traz a narração de uma viagem a Portugal e a critica da *História de Portugal* de Herculano (ap. M. Bernardes Branco, *Portugal e os estrangeiros*, t. 1).

<sup>2</sup> Já no cap. 1 fizemos referências ao crítico inglês. As *Fôlhas da oliveira portuguesa* formam uma série em que ao Lobo pertence o n.º vi. Não sei a que autores se referem os números anteriores — o último dos quais é, segundo se vê em nota, de 1854, nem sei se tiveram continuação. Também ninguem, que eu saiba, jamais referiu a sua existência que julgo desconhecida entre nós. Foi das mãos de Fernandes Tomás que colhi êste volume separado do primeiro semestre de 56, que continha felizmente a espécie que tanto me interessava. Ocupa onze páginas de duas colunas,

soez truanice. As *Églogas* qualifica-as de «too didactic», e põe em destaque a sua rústica simplicidade junta à delicadeza e gentileza expressas em verso suave e fluente. Marca a infelicidade da epopeia e o realce da *Côrte na Aldeia* no tema e no estilo; a prosa portuguesa deveria tanto ao Lobo como a poesia ao Camões.

O melhor do artigo é a tentativa de versão poética dalgumas peças líricas, dadas a saborear como manjar delicado ao paladar inglês. Assaz sabia M. o ingrato da tarefa, que confessa; a versificação na língua nativa deslisa com tal doçura e cadência musical que não é possível transpô-la com justeza à língua áspera do norte — «in our harsher northern tongue». O tradutor britânico verte a canção inaugural da *Primavera*, as respostas dos pastores aos motes nas justas de amor (II, Fl. VII), as endechas da trova dos amantes (I, Fl. I), uma cantiga em diálogo das *Églogas*, e dois romances; insere também dois sonetos, um o da queda de água, transcrito da tradução inglesa do Sismondi, outro o do epitáfio do Lobo <sup>1</sup>.

Quanto à técnica, modela na versão o tipo estrófico do original; assim a lira da *Primavera* tem as mesmas seis regras e o mesmo sistema de consoantes; as respostas aos quesitos amatórios veem também em quintilhas e quadras como no texto. Só a métrica variou, usando de versos mais longos. Na trova dos amantes nem dessas ensanchas se valeu; comete a proeza de reproduzir a endecha nos mesmos senários. Os romances traslada-os em quadras de dupla rima. Na antologia poremos a versão em face das peças idiomáticas. Escrupuliza a tradução na fidelidade e na exactidão, vasando as ideas, o sentido, e tanto quanto possível as palavras. Não posso servir de contraste ao seu quilate artístico; quere-me porêem parecer que M. deu ao verso a macieza comportável num idioma que o nosso Herculano se recusava a reconhecer como matéria prima de verso harmónico, digno de tal nome. Aquelas endechas tão correntias: — *Quem pôs seu cuidado / em pastora loira*, — chega a ser um milagre como pôde na sua língua reproduzi-las e afeiçoá-las na medida e no tom do original.



Para uso da mocidade estudiosa, como ainda há pouco se dizia com gravidade e talvez com alguma verdade, entraram de editar-se

---

<sup>1</sup> Sismondi verteu em prosa francesa o soneto; o tradutor inglês da obra, que não pudémos vêr, passou-a a verso, que M. julga excelente e como tal copia. O soneto do epitáfio que M. encontrou na notícia do Barbosa e traduziu, deixamo-lo transcrito já no cap. I.

florilégios e compêndios de literatura nacional. Nas antologias e selectas lá se foram arquivando algumas poucas poesias e prosas do Rodrigues Lobo; do seu nome e partes também não podia escapar menção nos manuais de literatura.

Desta série liceal é avoengo o *Cardoso Borges de Figueiredo*, praxista do ramo ao tempo em que eu frequentava a velha aula de oratória; no seu *Bosquejo histórico de literatura clássica* (4.<sup>a</sup> ed., 1856) tem casa à parte entre os notáveis o Roiz Lobo, «o qual pelas suas éclogas encantadoras mereceu o apelido de *Teócrito portuguez*, título de que não deve ser despojado, atendendo à pintura das belezas da natureza que nelas nos oferece».

Um dos mais recentes e autorizados entre os didactas da literatura escolar, o prof. *Mendes dos Remédios* (*Lit. Port.*, 1898, 3.<sup>a</sup> ed., 1908), exara fórmula análoga: «Pela suavidade das suas églogas mereceu o nome de Teócrito português. ... Possuía um fino gosto bucólico... A harmonia dos seus versos, a elegância da sua prosa, o colorido e vivacidade do seu estilo são qualidades primaciais».

Os dicionários bibliográficos não satisfazem a mais elementar curiosidade. O grande praxista *Innocéncio* (*Dic. bibliog.*, t. 3.<sup>o</sup>, 1859 e 9.<sup>o</sup>, 1870) deplora a usual indolência e incúria dos nossos antepassados, donde veio ignorarmos para o Roiz Lobo completamente «as circunstâncias individuais que já não haverá meio de averiguar». Assim desanimado nada apurou delas, balizando apenas o óbito entre 1623 e 27 (v. cap. 1). Arrola as edições, muitas das quais ignorou. Nada adiantam também *Gallardo* (*Ensayo*) e *Garcia Perez* (*Catálogo*).

Nos dicionários enciclopédicos como o *Dic. Pop.*, a *Enciclopédia Port.*, etc., encontram-se artigos insuficientes e inseguros formados de transcrições e de imaginativa. Assinale-se o de *Georges Paulowsky* na *Grande Encyclopédie* (art. Lobo): «il écrivit l'une des meilleures pastorales qui existent... Ses *Éclogues* confirmèrent sa réputation. Il se montra grand prosateur dans la *Côrte na Aldeia*, dialogues philosophiques et littéraires où l'on sent l'imitation de Cicéron».

Reedição crítica, dalguma obra ao menos, não a teve o escritor que padece da penúria editorial que a pobreza material e intelectual do nosso meio inflige a outras da sua esfera. Registre-se apenas a reimpressão do *Pastor Peregrino* (1888) e a da *Côrte na Aldeia* (1894) na série da *Biblioteca Universal*; esta última aparece com o título de 2.<sup>a</sup> edição em 1908. Um serviço às letras que maior seria, se não padecesse infelizmente o texto dos vícios das antigas edições.

Monografia ou sequer estudo crítico de algum fôlego ninguém

consagrou ao quasi olvidado mestre; apenas os historiadores da litteratura se detiveram por um momento no exame da sua figura artistica.

*Camilo Castelo Branco* foi quem chamou a atencão sôbre aquele drama dos amores no palácio do Caminha, ao editar as memórias do bispo do Pará; êle que conhecia de côr e salteado os clássicos, lavra na sua inconfundível prosa duas breves páginas ao remoto ancestral, o romancista e o poeta dos seiscentos.

«O autor do *Condestabre* estaria esquecido, se não resgatasse os favores da esquiva glória nos seus *Romances* (1596), na *Primavera* (1601, 1608 e 1614) e nas *Eclogas* (1605). Pertence-lhe um dos primeiros lugares entre os bucólicos antigos; e Garrett quer que seja o primacial. A linguagem dos seus pastores é rustica e singela, sem as desnaturalidades que tornam inverosímeis os pegureiros de Sá de Miranda, de Bernardes, e propriamente os das eclogas camonianas. O lirismo dos seus *Romances* e das três partes que formam a *Primavera* são belissimos como ideia e como purismo de língua; a frase é castigada sem arrebiques; lhaná sem os aderesses de epítetos superfluos, nem as delongas vinculadas nas interpostas prosas pastoris. Nas pinturas dos quadros da natureza distribue colorido admiravel, aformoseado por uns toques de saudade e tristezas do ermo em que nenhum poeta português se lhe avantaja, nem em Sannazaro, seu mestre, os ha mais encantadores. A poesia actualmente floreja por muito longe dessas belezas nativas que Francisco Rodrigues Lobo poetizou; não obstante, por mais desafecto à autoridade que se ostente o *realismo*, ser-lhe há sempre vantajoso, pois que Baudelaire escreve em bom francês, reparar algum tanto na arte de escrever com acerto, com elegancia e com as graças portuguezas do *Pastor Peregrino* e do *Desenganado*» (*Curso de Lit. Port.*, 1876).

No juízo da prosa embaraça-se. «As suavissimas eclogas do Lobo desluzem-lhe o merito das prosas, no intender de criticos cuja autoridade não acatamos. A *Côrte na Aldeia* vai, pelas suas infinitas conversações, tão uniformemente correcta e saturada de purismo, que chegamos a desejar-lhe mais desleixo no estilo e menos conspicuidade naqueles interlocutores gramaticais. Tirante os fragmentos alusivos às galas em que pompeavam os exploradores da India, á procedencia dos pomposos adornos, e á noticia da corrupção congenera do luxo — falsamente arguido pelos politicos daquela epoca — o livro, mais famoso que lido, de Francisco Rodrigues Lobo encerra o grande valor da dição estreme de estrangeirismos. Não era homem para arrojadas inovações, não tinha originalidade alguma; porêm no verso e na prosa acatou respeitosaente Camões e Barros, cunhando-lhes

a effigie em todas as obras da sua lavra. É digno de hombrear com os principais classicos». (*Ib.*)<sup>1</sup>.

O livro de Camilo, enxertado como complemento na obra do malogrado Andrade Ferreira, significa apenas o cumprimento duma tarefa profissional; trouxe espécies novas e conceitos próprios de tamanho espirito, mas ressentente-se do trabalho açodado de quem quasi sobre o joelho expede a encomenda imposta. Camilo dispunha de fôlego erudito e crítico muito acima d'este ligeiro ensaio. Traíram-no as suas reminiscências de leitura da *Côrte na Aldeia*, equivocou-se com os *Tempos d'Agora em Dialogos*, de Martim Afonso de Miranda; lá sim, é que se fala das galas da India, dos adornos pomposos e da corrupção do luxo. Desconhece o cunho da obra e o lugar em que se gradua na evolução da literatura. A negação da originalidade é outra estreiteza de vista. Certo que Roiz Lobo nem foi nem pretendeu ser um inovador; mas se pela inovação arrojada ou até não arrojada se vão abitoliar os nomes graduados da nossa literatura e até da alheia, quantos sairão a salvo? Pouquíssimos. O maior de todos, Camões, arriscava-se na prova. E quantos dos mais insignes se celebrizaram precisamente pela qualidade oposta, a da imitação.

A originalidade, como predicado de escritor, está sim na matéria e no estilo, está na sigla individual do cérebro e do punho, e essa tem o Lobo direito a exigir que lha reconheçam com uma inteireza raro atingida pelos autores de outrora. É o próprio Camilo quem, numa das suas impagáveis humoradas, diz algures que estes clássicos se ladroavam despejadamente. Nenhum como o Lerenó foi mais cioso da propriedade da pena; por essas páginas fora supomos ter deixado a prova da sua dignidade escritural. A linguagem, tanto na poesia como na prosa, não usurpa a effigie de ninguém, tem a sua; como sua é a glória duma lirica que só a de Camões cede, e dum período que ninguém excedeu em correcta elegância.

*Th. Braga*, no transcurso da sua longa obra, também apenas roçou pelo Lobo (*Manual*, 1875, *Curso*, 1885). Da sua inferência precipitada sobre o drama biográfico, e do prisma histórico-político, através do qual inflete a linha conceitual do escritor, dissemos já. Exalta a pujança e o brilho da lirica do Lerenó, embora com detrimento dos

---

<sup>1</sup> Este teiró de enfado reaparece no belo artigo consagrado a Elisa Loewe Weimar, a formosa das violetas de Julio Janin, que no Pôrto rematou a vida sentimental pela loucura e pelo suicídio: «Lia os livros portuguezes com rara intelligencia; achava os romances peninsulares fastidiosos como a *Côrte na Aldeia* do Rodrigues Lobo». Nas *Vinte Horas de Liteira* refere-se «aos estafadores da *Côrte na Aldeia*».

diálogos retóricos: «na pleiade do século xvii Roiz Lobo é o lírico mais completo e apaixonado». Friza as «relações do estilo com o de Camões» e as afinidades populares e tradicionais das suas redondilhas e endechas<sup>1</sup>.

No círculo dos grandes hispanizantes, mestres privilegiados da páleo-literatura peninsular a que se entregam com paixão estética e disciplina científica, o nome de Roiz Lobo é pronunciado com agrado sempre que eventualmente vem *ad rem*.

Hugo Rennert, o professor de Boston, no seu conhecido estudo sobre a pastoral espanhola (*The Spanish Pastoral Novel*, 1892, 1.<sup>a</sup> ed.), a-pesar-de se restringir à obra castelhana, recorda em nota a *Primavera*. De harmonia com o mestre Ticknor, exara êste terminante juízo: «it is good as the best of spanish pastorals», e fala da impressão que lhe deixaram as belas oitavas do — *Quam pouco tempo dura uma alegria*.

Menendez y Pelayo, o austero e eruditíssimo crítico, também mostra ter-se cativado das qualidades relevantes do escritor. Nas *Orígenes de la Novela* (1905, cap. v) tem como mais hábil defesa dos livros de cavalaria a do «ingenioso português», inserindo e comentando a passagem; quando se ocupa da *novela corta*, dispende duas páginas muito sugestivas para expôr e apreciar a teoria de Rodrigues Lobo sobre histórias e contos tirados dos seus «curiosíssimos diálogos». Dêste «preclaro ingenio de principios del siglo xvii» «más detenidamente he de tratar en otra parte de los presentes estudios, puesto que por la fecha de su primera edición és ya posterior á las Novelas de Cervantes» (*ib.*, 1907, cap. ix). Êsse estudo, determinando de vez o quilate superior da *Côrte na Aldeia*, seria o resgate definitivo do precioso livro, se a morte não tivesse vindo cortar em 1912 a carreira gloriosa do grande erudito peninsular.

Enfim a prof. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, a mestra exemplaríssima, gradua no *Grundriss* Roiz Lobo na sua devida altura literária. No *Romanceiro peninsular* (1909), como referência solta,

---

<sup>1</sup> Isto escrevêramos. Últimamente o prof. Th. Braga pôs mão a um pretendido estudo de Roiz Lobo, a abrir o vol. dos *Seiscentistas* (1916). Amanhou-o com dados emprestados pelos capítulos dêste livro, publicados havia muito na *Rev. da Univ. de Coimbra*, sem a correção devida à autoria alheia. Quanto ao mais, engendrou uma biografia do Lerenó, segundo o seu pernicioso sistema, cada vez mais agravado — erros, confusões, incongruências, falsidades e despropósitos — que o tem desbalizado e desreputado como historiador da literatura. Dêste triste exemplar de delitos deontológicos e delitos descritos tive a paciência de ocupar-me — *Contra um plagio do prof. Th. Braga*, 1917, onde os caps. iv, v, vi versam especialmente a questão Roiz Lobo.

apelida-o «corifeu entre os epígonos de Camões», um dos seus melhores imitadores, pelo menos no género bucólico. Em carta particular diz-nos quam boníssimas lhe pareceram à leitura as suas prosas e líricas.



¿ Terá soado a hora para êste escrito, concebido aliás mercê dum acaso? Salvos os seus deméritos, não o darão por malvindo e em má hora os raros lusitanistas; para êsses, nem o Lobo nem o que lhe respeite, sofrerão decerto engeitamento. Por outra bôca falarão aqueles que cortaram relações com o passado e se engulham com velharias; não querem coisas caducas a empecer as modernas, estes sectários do *miso-arquismo*, de espirito tão mesquinho como o misoneísmo, mas chaga mais mofo por mais alastrada e funda.

¿ Que terá que vêr o sedição escritor com as letras contemporâneas? Tem, antes de mais, o haver escrito em português de casta e ótimo estilo; nem o idioma acabou ainda, nem o aceio da locução se perdeu, para que se repudie êste padrão duma prosa talhada a primor, de feitura elegante, uma prosa plástica, hábil para todos os efeitos — epistolar, narrativo, discursivo e didático. Uma crestomatia completa.

Assim será: ¿ mas quem agüenta hoje diálogos, a título de ensinamento ou entretenimento? As letras modernas também cultivam o colóquio, outrora tão em moda. Ernesto Renan não há muito que compunha os *Diálogos filosóficos*<sup>1</sup>; quanto aos diálogos românescos, de ontem e de hoje, são tantos e tão apegados que chegam a praga.

Leia-se muito embora a sua ressaibada prosa, ¿ mas quem há de lêr-lhe a lira amaviosa? ¿ Para quê desencantar o espectro dêste tocador de sanfona? Bucólicas, pastorais, são uma arte extinta, absolutamente alheia à arte moderna.

¿ Será de todo assim?

A alma da bucólica não expirou, transmigrou; despedaçou, como a crisálida, os enleios duros do humanismo convencional da renascença e bateu as asas livres ao sol da natureza no romance moderno. Colha-se a prova nas mesmas letras francesas que há tanto marcam despóticamente o compasso das portuguesas. A novela pastoral, transitada da nossa *Diana* à França pela famosa *Astreia*, faz germinar o romance sentimental donde desabrocha o *Paulo e Virgínia* de

---

<sup>1</sup> Ainda agora o grande publicista e historiador Guilherme Ferrero escreveu *Entre Deux Mondes* — incidentes e diálogos duma viagem transatlântica, perfeitamente o padrão clássico em gôsto moderno.

Bernardin de Saint-Pierre, «a maravilha das pastorais em prosa» (Le Goffic). Pastoral também, a *Mare au diable* de Georges Sand; e quantas depois em fila cerrada. O romanesco pastoril, a novela campesina e aldeã, é género corrente entre romancistas contemporâneos, nas mãos de A. Theuriet, Pierre Loti, Léon Cladel, A. Daudet, René Bazin, Ferdinand Fabre e tantos outros.

A poesia idílica rebenta de novo com pujança de seiva. Bastou-lhe largar as scenas pintadas da Arcádia da idade de ouro, despedir as ninfas e zagais de fantasia convencional, e meter-se por montes e vales nesta idade de ferro a calcar o terreno das verdades e a tratar com a gente viva que os povoa. E nisso não fez mais que regressar à prática do patriarca do género, o Teócrito, que em seu tempo retratou do natural e transportou à bucólica as paisagens e os pastores de Siracusa.

Que soberbos idílios não teem brotado desta restauração da arte. Vejam-se: Brizeux, o cantor do rincão da Bretanha, o fazedor delicado do poema rústico *Marie*, e da epopeia armoricana *Les Bretons*; Mistral, a mágica cigarra da Provença, o trovador da *Mireio*; Vitor Laprade, amante da natureza alpestre, o autor dos *Idílios heroicos*, o epopeísta campestre da *Pernette*; e, mais chegados ainda, uma profusão de poetas a enflorar os versos nas boninas das selvas e dos prados — André Theuriet, o magistral da bucólica, Gabriel Vicaire, Léon Cladel, Rollinat, Jules Breton, Jean Aicard, Richepin, Le Mounet, e quejandos em exuberante pléiade.

Uma renascença naturista a que nem sequer falta por vezes o acento da velha égloga. Paul Verlaine e os seus seguidores, Albert Samain, Henri Regnier, a condessa de Noailles, sentindo rebates de saudade pelos trespassados casais de Tirse e Aminta, tentaram com êxito insuflar vida a êsses despojos fanados<sup>1</sup>; não aos que jazem nos escombros da mitologia, mas aos que se visionam nas creações irreais da pintura do século XVIII, nos pastéis e painéis onde se espelham as quimeras sonhadas nas estâncias vaporosas de Citera. O seu verso modula-se na prosódia do ritmo musical, impregnado de vaguidão e melancolia; sempre o mesmo, instinto artístico da carícia melódica que embala os idílios da *Primavera*.

Tropeça-nos a pena no nome apregoado de Francis Jammes, o poeta rural, ingénuo e apaixonado, por quem em França tantos apaixonados bebem os ventos; deu que fazer aos criticos<sup>2</sup> e aos snobs

---

<sup>1</sup> V. Cousat, *Les Poètes de la nature*.

<sup>2</sup> V. entre outros Ed. Pilon, *Francis Jammes*, 1908.

êste *jammismo*, servido já de manifesto e seita, espécie de coqueluche de certos meios parisienses.

Um vero poeta bucólico, de estirpe virgiliana, assim o considerou Remy de Gourmont; aferrado à aldeia, ao seu Béarn, trata acerbamente a vida e os homens da cidade; só tem emoção e prazer para as coisas e pessoas aldeãs, no seio da paz campestre. Vida útil, grande e bela, só ali na lavoira e na pastura. Arripiados trezentos anos, ouvimos já sob outro ceu o mesmo ardor rústico e o mesmo desdem urbano do poeta bearnês nas tiradas eloquentes e amargas do poeta dos campos de Leiria. Verseja ao som crepitante do *gave* pirenaico, de olhos postos nas quebradas verdejantes do vale — «la vallée brillante d'Ossau, où les pâtres sont assis sur des blocs d'émeraude, entre les filets d'argent des sources, dans la bruine des cascades, non loin du lac d'acier bleu». O mesmo acento da lira do Lereno, os mesmos tropos pinturais do vale do Lis, tapetado de pradarias esmeraldinas, encaixilhadas na rêde argentina das nascentes. Por entre as ervas e os ribeiros espreitam e gorgeiam, como as Hamadriades da fábula, como as Chloés da égloga, as raparigas frescas e vibráteis, a transpirar o feno dos estábulos e o tomilho do mel; o mesmo paganismo terno das pastorinhas e serranas do Mondego, cheias de candura e graça silvestre, feitas duma réstea de sol e de leite amaçado, a tocar as tranças de oiro à sombra dos salgueiros.

... vos bras, navettes blanches,  
Tordent vos cheveux devant vous.

As *jeunes filles* do painel jamista, na coreia das ceifas, vêem

... les pieds tour à tour sur la mousse neiger,

tal como a descalça Vilante que,

Se entre as hervas neve pisa,  
Não se julga qual é neve.

Sôbre êste renôvo da poesia serena e sã das florestas, das fontes, dos pastos e dos gados, paira a neblina luminosa do sonho e da nostalgia, — a saudade, a nossa saudade, a suma expressão da sensibilidade interna, que ensopa de ternura e melancolia a lira toda do velho idilista português. Não só no neo-bucolista do vale de Ossau revive a égloga <sup>1</sup>, mas a própria feição naturista e sensibilista, a singeleza, a

<sup>1</sup> E agora até a georgica pagã, mudada em cristã — *Les Géorgiques chrétiennes*.

doçura e a delicadeza, tão características do nosso cantor do Lis e Lena. À distância de três séculos, estas duas almas sequiosas de poesia e de ideal estancaram a sêde na mesma fonte remansosa que desde o antigo estila o fio de água pura, à sombra das faias e salgueiros, nas colinas do Parnaso.

Na nossa escrita contemporânea reconhece-se também a scena rústica como fonte de inspiração e tema de páginas de arte em prosa e verso.

Quando o romance se embrionou nas *Lendas e Narrativas* de Herculano, às pedras vetustas da lenda histórica agarrou-se logo como erva viçosa e tenaz a narrativa silvestre do *Pároco da aldeia*. Garrett nas *Viagens na minha terra*, espécie de pastor peregrino à cata de impressões pelas ribeiras, decanta o vale de Santarém — «harmonia suavíssima» «de plantas, ar e situação» — e bucoliza a paisagem deleitosa com a *menina dos rouxinois*, a Joanhinha, de olhos verdes como as ninfas prediletas das pastorais.

Logo que o romance, com Camilo, Júlio Dinís e outros, se desentranhou de vez numa evolução perfeita, a novela aldeã vem a lume e à farta. Que bela bucólica, entre as de Júlio Dinís, não são as *Pupilas do senhor reitor*, uma pastoral de ternura e sentimento; nem lhe falta a pecha do género, aqui e além o toque citadino de ideias menos ajustadas à singeleza do meio. Camilo, a mais alta expressão da locução e da arte genuinamente indígenas, grava a buril possante na sua vasta obra a natureza do norte, dos vales fragosos do Tâmega às ribanceiras do Cávado, das cristas da Peneda às Rodas do Marão; e na paisagem desfila cinematizada toda a nossa vida rural, personificada no geito, na fala, no sentir e na acção, apanhada em flagrante por quem a compreendia e amava, por quem se creou no côvo duma serra e acabou na soledade da aldeia. Pulsa toda a gama dos idílios na mais variada e vigorosa dramatização, da farça à tragédia, alma impressionável que tanto punha em gargalhar como em chorar; a nota mais desferida é a emoção do amor, ora risonha como o dealbar de manhã de primavera, ora serena como bafejo de tarde de verão, ora tétrica como caligens de nortada de inverno. Que admirável elegia pastoral, realista e trágica, aquela catástrofe de coração — *Como ela o amava*; que bucólicas bemaventuradas nos *Doze casamentos felizes*. Uma série vivaz e fecunda, desde idílios bíblicos até aos maravilhosos quadros de género das *Novelas do Minho*, *Eusebio Macario*, *Brazileira de Prazins* e *Volcões de Lama*, onde vibra a alma minhota, — a alma harmónica da natureza e do gentio, que rumoreja nas rancas do pinheiral e trôa na cal

da azenha, retumba nos covais da serra, estrepita no malhoar das eiras, descanta no arraial das romarias, tine no sino das ave-marias, e palpita de amor no peito dos conversados.

O próprio Eça de Queiroz, fermentado de urbanismo, depõe afinal a pena *Na Cidade e nas Serras* — apologética romanceada da alegria sã e tónica da aldeia portuguesa contra as misérias podres e doiradas da Babilónia parisiense.

Na lírica contemporânea corre ainda mais intensa a brisa oxigenada do sertão. João de Deus viceja adoravelmente idílios nas *Flores do Campo*, inaugurados pela encantadora *Carta a Maria*. Bulhão Pato modula o idílio da serra, onde caçadores, perdigueiros e lavadeiras das poças dos regatos substituem a Diana e as ninfas com o cervo ferido. Guerra Junqueiro inicia o avatar tolstoiano da sua riquíssima lírica, com aquela paveia campesina dos *Simplex*, feixe de églogas de magnificante singeleza, a estrear metro original: «... Encarnei no pastor grandioso e asceta, na moleirinha octogenária e sorridente, no cavador trágico, nos mendigos bíblicos, na mansidão dos bois arroteando os campos, e nas lavaredas de oiro do castanheiro, aquecendo a velhice, alegrando a infância, iluminando a choupana». Uma bucólica repassada de primitivo e de ideal.

Zagalzinho alegre, desde tenra infância  
 Já de surrãosito a tiracol,  
 A escalar montanhas com ardor, com ância,  
 Por pastagens bravas de amoral fragrância,  
 Branqueadinho a neve e doiradinho a sol!...

António Feijó desfralda a bandeira da égloga renascida:

Hoje, para compôr as églogas silvestres  
 ninguém trata de lêr nem compulsar os mestres.  
 Põe-se a gente à vontade e vai, a qualquer hora,  
 ao acaso, ao desdem, pelas campinas fora,  
 sem se preocupar com o que fez Vergílio.  
 Procura uma canção, deseja algum idílio?  
 É simples; basta olhar, lançar a vista em roda  
 e abraçar, num momento, a Natureza toda.  
 Nos prados, na floresta, ao pé do rio, ao largo,  
 na grandeza do mar profundamente amargo,  
 na nuvem que atravessa o ar como uma vela,  
 no infinito do ceu que às noites se constela,  
 por toda a parte enfim, ouvindo esta linguagem,  
 a poesia rebenta indómite e selvagem,  
 como na primavera as erupções de flores!

Essa florescência da lírica primaveril tinha de todos os lados rebentado, e continua a coroar-se de corolas multicores num abril per-

pétuo. Naturismo e bucolismo bafejaram a exclusão dos citarêdos, desde a elegia panteísta da *Mosca Morta* de Manuel Duarte de Almeida, uma gema incomparável do parnaso moderno, até aos versos refinados e puros de Correia de Oliveira, Lopes Vieira, Teixeira de Pascoais, Jaime Cortesão, Augusto Gil e tantos outros <sup>1</sup>.

Deslumbra, sim, êsse assômo impetuoso da onda lírica; ¿mas porque há de a sua admiração tolher que se leiam e compulsem os velhos mestres?! Se por mais não fôr, reveja-se o orgulho dos poetas de hoje nesses vates ancestrais, regozijem-se por amor da irmandade tradicional e do progresso da inspiração e da técnica. Pela mesma glote cantam o mesmo mote eterno — o torrão natal e o amor saudoso. Desde a era galiziana que a lírica pastoril polarizou a estesia portuguesa. Como da estátua de Memnon, ao roçar dos primeiros raios do sol da manhã, nunca mais deixou de exalar-se da dobra dos vales

---

<sup>1</sup> Em festas scénicas, consagradas a joias clássicas, inserta o poeta Afonso Lopes Vieira trechos de Roiz Lobo, por exemplo a cantiga de Vilante. A condessa de Proença a Velha publica no seu livro, *Os nossos Poetas — Melodias portuguesas*, uma ária feita às endechas do Pastor Gil na égloga vi (cit. por Th. Braga):

O bem tarda e foge,  
O mal chega e dura;  
Para que é ventura  
Que não passa de hoje?

Não falte a menção do engenheiro Oliveira Simões, que desconhecíamos ser o prendado poeta que se vislumbra dos *Versos perdidos* (1913). A sua musa campestre decanta a paisagem estremenha:

Vamos vêr o campo e o prado  
Que Rodrigues Lobo via.

A sua avó, mulher do médico Oliveira Simões, passava, dissémo-lo na nota do cap. II, em Leiria, por descendente do Leren. Parafrazeia delicadamente a *Leonor na Fonte*:

Vai á fonte com a bilha  
Na cabeça um pouco ao lado...  
Leva saia de estamenha  
Com barra larga de chita;  
Não ha duquesa que tenha  
A cinta tão delgadita...  
Está já cheia de agua pura,  
Vai levá-la á cantareira.  
Vai formosa e bem segura  
De achar o noivo que queira.

A ressurreição dos pitorescos vilancetes, tão queridos da nossa poesia clássica, tem tentado os versistas de hoje. Da malograda condessa de Almeida Araujo publicou-se uma paveia dêles; Oliveira Simões enfeixou-os também na sua *musa velha*. De vez em quando vem a lume um ou outro belamente torneados,

e da assomada das serras o hino dêste chão sagrado, entoado pelo côro druidico dos poetas indígenas nos altares da natureza materna. Ao arraiar do século xvii um poeta regional alçou a voz, tangendo uma corda nova ajuntada à lira de Gil Vicente e Bernardim, de Camões e Bernardes. Era o Lerenó, apaixonado e meigo, o poeta por excelência da saudade. Leiam-no que hão de amá-lo, os raros e delicados que estremecem esta terra, — «terra de Portugal e outrora de portugueses <sup>1</sup>, terra namorada do mais formoso ceu, terra sombreada de lorangeiras e montes, acobertada de verde e bordada alcatifa, amorosamente abraçada do oceano, talhada e regada de tão espedados rios, terra de tanta poesia e de tanto amor».

RICARDO JORGE.

---

<sup>1</sup> Castilho, *Primavera*.

# A cerâmica coimbrã<sup>1</sup>

SÉCULOS XVI E XVII

## VI

Os vasos de barro do sr. A. Augusto Gonçalves — Púcaros portugueses — Púcaros populares e púcaros aristocráticos — Exportação da louça portuguesa para Espanha — Importação da louça espanhola em Portugal — Oleiros coimbrões do século XVI — Faiança coimbrã no século XVI

¿ O que representam os vasos de A. Augusto Gonçalves na evolução da cerâmica portuguesa? ¿ Deverão ser considerados como produtos da indústria corrente ou como objectos de excepção? Não é fácil determiná-lo.

O sr. A. Augusto Gonçalves diz apenas:

«O que escreve estas linhas é possuidor de um vaso de pequena dimensão, infelizmente privado de base, que é uma peça de excepcional belleza, destinada de certo a offerenda de distincção e boas graças.

«No bojo entre cariathides relevadas e labores insculpidos está trez vezes gravado o anno de 1558.

«E ainda outro não datado do mesmo estylo e esmero, muito fragmentado e incompleto».

E alude, em nota, à opinião expressa pelo sr. Joaquim de Vasconcelos, no *Commercio do Porto* de 30 de Setembro de 1895:— *O apparecimento desses objectos em Coimbra constitue um facto de primeira ordem para a historia da ceramica em Portugal e até na peninsula, que não sabemos o que queira dizer.*

Dos mesmos vasos escreve o sr. José Queiroz:

«O copo de barro vermelho, em forma de alcatruz, em deposito

---

<sup>1</sup> Continuado do vol. vi, n.ºs 3 e 4, pág. 468.

no Museu do Instituto de Coimbra, com a data 1558, é peça que, pela graça e largueza do toque dos ornatos, medalhões, mascaras, cariatides e festões que a ornamentam, mostra á evidencia o apuro a que havia chegado a olaria nacional no meado do século XVI, — época em que, segundo Christovam Rodrigues de Oliveira, havia, só em Lisboa, 206 oleiros, 16 telheiros, 22 homens que faziam tijolo, e 32 ladrilheiros (azulejadores). Havia tambem 47 debuxadores, que davam os desenhos, e 76 pintores».

E mais adeante:

«... citaremos mais uma vez a peça pertencente ao sr. Gonçalves, datada de 1558, e os fragmentos congeneres, que denunciam não se tratar de uma produção passageira.

«Effectivamente, como o seu possuidor lembra, esta peça deve ter sido feita com fim determinado, pela riqueza da ornamentação relevada, e, ainda, quanto a nós, pela insistencia da era, tres vezes evidenciada.

«Alem da alludida e bem fundada hypothese, não nos custa a crer que o fabrico d'este genero de vasilhas fosse destinado a alguma especialidade de doce, que, ao tempo, qualquer dos conventos de religiosas fabricasse com primor.

«¿ Mas será a esplendida *coupe* producto de Coimbra? Talvez não — pelas razões que vamos apontar.

«A peça foi encontrada no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, n'um local privado das atenções da commuidade. Portadora de alguma especial gulodice, confeccionada por mãos delicadas de pessoa que, ao mesmo tempo, quiz relembrar a data que os algarismos referem, foi naturalmente alli escondida pelo destinatário.

«¿ Não iria a offerenda de algum convento de Aveiro para Santa Cruz, mimo que se repetiu antes ou depois de 1558, como fazem supôr os fragmentos recatados com a peça rica no mesmo local?

«Aveiro possuiu, entre os seus artistas, esculptores, que trabalharam no barro bellas imagens, baixos-relevos e outras peças ornamentadas com muito esmero, cuja tradição chegou até ao fim do século XVIII.

«De 167... é o trabalho que reproduzimos na gravura 178, assignado por um esculptor-barrista de Aveiro, José Dias dos Santos, e cujo barro é perfeitamente identico ao da peça em questão. É uma simples hypothese, que, todavia, nos parece plausivel».

E a mim não! Estudei levado por uma falsa orientação, o *amor*

dos conventos, e, em bibliotecas, coleccionei e copiei mais de três mil peças (a paciência dos meus verdes anos!) que hoje só por acaso releio, e sempre com desprazer, porque são da mais porca e sensabôr pornografia. Em prosa e verso, é tão desbragada a linguagem que não haveria hoje quem tivesse a audácia de publicar uma só peça que fôsse. A obscenidade das celas corre parelhas com a das anedoctas contemporâneas de sacristia, os *bons ditos* de reverendos sabidos a peçadores ingênuos e leva-lhes muitas vezes a palma.

A história do meu amigo seria uma excepção possível, se não fôsse desmentida pelas circunstâncias que a revestem.

As peças não foram na verdade encontradas num *lugar privado das atenções da comunidade*, onde as tivesse escondido o cónego freirático, mas sim, com outras de barro e de vidro, todas preciosas e todas partidas, por baixo do sobrado e em cima de uma abóbada, ali metidas portanto em ocasião de obra, e sugerem por isso estas circunstâncias a hipótese de terem sido escondidas por quem as partira.

Os namorados tem também formas de datar mais minuciosas, nunca se esquecem de mencionar o dia e o mês e por vezes a hora dos seus fastos de amor. A forma de datar não é de um namorado, é de um artista.

Não é também, à simples vista e de objectos colocados a légoas de distância, que se pode dizer com segurança que os barros de que são feitos são perfeitamente idênticos.

Nada se opõe a que os vasos do sr. A. A. Gonçalves tenham sido feitos em Coimbra. Não faltavam no mosteiro de Santa Cruz artistas capazes de os modelar, nem em Coimbra barro como o de que são feitos.

Mais aceitável seria a hipótese do sr. Joaquim de Vasconcelos:

«O vasilhame do sec. xv e xvi, que até aqui havemos descripto, foi sempre mais notavel pela sua ornamentação lisa, pintada, do que pela sua decoração relevada, embora algumas peças excepcionalmente se distingam por este realce apreciavel. Conhecemos apenas duas, ambas descobertas ha poucos annos em Coimbra pelo sr. Antonio Augusto Gonçalves e ambas em fragmentos. Uma d'ellas tem a data 1558, gravada tres vezes no bojo do vaso. A ornamentação é modelada livremente, com singular elegancia: cariatides relebadas alternando com mascaras e grinaldas de flores; no aro superior varias medalhas. Todos estes motivos estão emmoldurados e ligados por lineamentos decorativos de uma distincção rara, gravados na massa. Posto que truncadas, são peças de primeira ordem, um improviso

de mão de mestre. Forma e ornamentação n'um equilibrio perfeito e tão evidente que seria relativamente facil integrar o vaso truncado.

«A falta do esmalte e da polychromia parece-nos indicar que não era bem uma obra puramente ceramica a que o artista pretendia fazer, mas talvez um modelo para outra industria, a ourivesaria, hypothese que o caracter *sui generis* da ornamentação escolhida, em nosso parecer auctoriza. Não podemos justificar aqui a afirmação».

A mim pareceu-me a principio que se tratasse de alguma peça decorativa do apostolado de Udarte, em que havia *ha mesa cõ seu cordeyro e todas as cousas necessarjas ha dita cea, tudo mui bẽ feyto e naturall ẽ muyta pfeycã feyto tudo de barro*, mas tive de abandonar a hipótese tentadora, porque a data 1558 era diferente tanto da execução da obra (1530-1534), como da sua restauração e pintura das imagens e capela, em 1568, por D. Agostinho e D. Bernardo, no priorado de D. Jorge.

As duas peças, a datada e a que tem as argolas suspensas, pareceram-me depois, dois modelos apresentados a pessoa que pretendia fazer peça de ouro ou prata, para escolher o que deveria ser executado.

A decoração da peça datada parece feita por um grande ourives, conhecendo todos os segredos da decoração da ourivesaria da sua época. Não pode surpreender a ninguém tal facto, em Coimbra e no mosteiro de Santa Cruz.

As argolas suspensas do outro vaso parecem indicar também a prata ou ouro para sua execução, não devendo porém esquecer-se que a enfiada de argolas foi do capricho dos oleiros da antiguidade clássica e se conserva ainda entre nós na olaria popular.

Os vasos são feitos com o conhecimento perfeito da técnica do oleiro, de paredes de uma delicadeza extrema, mas tudo isso era bem conhecido dos artistas que trabalhavam no mosteiro de Santa Cruz.

As duas peças da colecção do sr. António Augusto Gonçalves não se pode afirmar que fôsem feitas para ser oferecidas a alguém, mas é certo que foram feitas por *alguém* que conhecia tanto a técnica do oleiro, como a do ourives, e é tanta a facilidade com que a decoração está feita, que nos custa a admitir que o vaso seja uma cópia de vaso de prata ou ouro. O vaso datado do sr. A. Augusto Gonçalves parece-nos ser uma obra feita por um cunho moldado sôbre uma peça de ourivesaria.

Que a faiança portuguesa do século xvi seja mais notável pela sua decoração lisa pintada do que pela sua decoração relevada, como quer o nosso mestre e venerado amigo sr. Joaquim de Vasconcelos,

não me parece justificado em face dos objectos cerâmicos reproduzidos nos quadros quinhentistas.

Os dois vasos podem muito bem ser produtos da cerâmica portuguesa. A falta de decoração pintada explica-se por outra ordem de considerações.

No século xvi era geral em Portugal o hábito de beber a água por *púcaros de barro*, nas mêsas do pobre como nas da mais alta aristocracia e até na mêsas de el-rei.

¿ Seria o costume muito anterior? É possível, mas não há meio de prová-lo. Desde o século xiv que a palavra *púcaro*, para designar vasos pequenos para beber água, se encontra em documentos portugueses e em muitos se indica que era o barro a matéria de que se faziam, mas em documentos da mesma época aparece a palavra *púcaro* para designar o vaso de beber feito de ouro, prata ou vidro <sup>1</sup>.

E por isso que de todas as citações anteriores ao século xvi se não pode afirmar que os *púcaros* da mêsas real fôsem de barro <sup>2</sup>.

<sup>1</sup> A sr.<sup>a</sup> D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, depois de fazer notar que a todos quantos se ocupam das origens da língua portuguesa se apresentou sempre como óbvia e indiscutível — desde os tempos de Lacerda pelo menos — para a palavra *púcaro* a derivação de *poculum*, apesar das evidentes e numerosas irregularidades da formação, e de demonstrar que o *poculum* teria dado em português *pôgoo*, *pôgo* e a sua variante rústica *poclum*, originaria *pocho*, palavras bem diferentes de *púcaro*, admite que êste vocábulo veio do latim — *poclu* — modificado em boca dos árabes.

«Na mente, escreve a insigne professora, que o que vale do artefacto, também deve valer do nome, e na fé que artistas populares romanos fabricaram dos barros finos do Alemtejo vasilhame para os peninsulares, á moda e pelos processos de Arezzo, os quaes foram adoptados pelos árabes (comquanto pouco a pouco os alterassem e aperfeiçoassem), procuro em *púcaro* um vocábulo latino, de feitiço vulgar — *poclu* e não *poculu* — modificado em boca dos árabes, cuja pronúncia peculiar se perpetuou nos dialectos neo-latinos populares do sul de Portugal. Assim se explicaria *u* — a não ser que *puclu* fôsse trazido prontinho do sul da Itália por legionários e colonos. E também *r* por *l* depois de consoante, como *setr*, *assêter*, *acetre* de *sillu* por *silulu*. Do mourisco *púkr*, ou do alemtejano *puclu*, vivo na Beira, chegaríamos a *púcar* pela introdução do suarabacti — *a* (em vez de *e*, por causa do contacto com *r*); e finalmente a *púcaro* pela analogia com dúzias de palavras esdrúxulas, cuja acentuação enfática é muito do agrado do vulgo meridional. (*Loc. cit.*, págs. 193 e 194).

(2) Não julgo provado, como afirma o meu velho mestre sr. Joaquim de Vasconcelos, que o uso dos *púcaros* de barro portugueses para água, nas mêsas dos reis remonte ao último terço do século xiv e que Santa Isabel, D. João II e D. Catarina já se houvessem servido dêles.

O texto citado de Rui de Pina, quanto a Santa Isabel, diz apenas:

«Estando ha Rainha em Alemquer, muito doente de humores frios pera que

No século XVI (1571), João Baptista Venturini, secretário do legado pontifício Miguel Bonelli, Cardeal Alexandrino, enviado por Pio V a Portugal para ultimar os desponsórios de D. Sebastião com Margarida de Valois deixou escrito, no seu diário:

«Sobre a mesa estava sempre um grande vaso de prata, cheio d'agua, do qual se deitava em um jarro, chamado na lingua portuguesa *púcaro*, do feitio de urna antiga, d'altura d'um palmo e feito de certo barro vermelho, subtilissimo e ludio, que chamam barro de Estremoz, pelo qual bebeu seis vezes»<sup>1</sup>.

A expressão *feitio de urna antiga* indica claramente que nos *púcaros* régios de barro, se copiavam as formas antigas que o Renascimento puzera em favor.

---

os fisiquos por meyzinha lhe mandavam beber vinho no puquaro porque bebia, ella ho nom quiz [fazer; trazendolhe agooa pera ella beber, milagrosamente, se tornou duas vezes vinho no puquaro».

Como *puquaro* designava apenas vaso para beber e *não vaso de barro para beber*, o texto nada afirma. Se o cronista quizer designar a humildade da rainha não faltaria a escrever *puquaro de barro* para a encarecer.

A anedota conhecida de D. João II, que valeu uma alcunha nobre a uma família portuguesa, não é mais claramente demonstrativa.

«E Pero de Mello, conta o cronista, fidalgo de sua casa era muyto bom cavalleiro e muyto desmanhoso; e hum dia levando de beber a el Rey á mesa, hia-lhe tremendo a mão e em querendo tomar a salva, cahio-lhe o púcaro com a agoa no cham, de que ficou muyto corrido; e algúas pessoas principaes começaram a rir, e el Rey disse alto: «De que vos rides? Nunca lhe cahio a lança da mão, ainda que lhe cahisse o púcaro?» De que Pero de Mello ficou muito contente e tornou-lhe a dar de beber».

É o mesmo que o caso precedente: o púcaro de D. João II, tanto podia ser de barro como de prata ou ouro. E, se fôsse de barro, o cronista não deixaria de descrever a confusão do fidalgo ao vê-lo partido no chão...

Resta a referência a D. Catarina, mulher de D. João III.

É de Martim Afonso de Miranda, no *Tempo de agora* (1622):

«Idade de ouro o tempo santo quando a Raynha Dona Caterina assi era continúa no trabalhar que da secura que lhe causava o fiar, tinha sempre a par de si hum pucaro com agua em que molhava os dedos».

O que Martim Afonso quer encarecer não é a humildade da rainha bebendo por um púcaro de barro, mas sim a sua perseverança no trabalho doméstico.

<sup>1</sup> *Viagens do Cardeal Alexandrino*, in A. Herculano, *Opusculos*, tomo VI, págs. 88 e 89.

É natural supôr que nos púcaros de barro se copiassem as formas dos púcaros de prata, vidro e materiais mais preciosos que com êles se conservavam em escaparates de ostentação.

O púcaro de beber era vaso tratado com particular cuidado pela olaria popular. Na taxa dos oleiros de Coimbra de 1573, citam-se: *púcaros para beber com seu alguidarinho para debaixo e testo; púcaros de corucheu com pé; púcaro para beber chão, sem pé.*

Duarte Nunes de Leão descreve os de Estremoz em que se faziam *muitas louçainhas por a fineza do barro que o consente: dentro dos quaes se formão raãs & cobras & outros animaes aquaticos, & vam sementeados de pedrinhas tam meudas que parecem area que com humas pedras brancas mais grossas que se lhes põe em q̄ se quebra a agoa, são mui aprasiveis; porque cada púcaro fica parecendo huma fonte.*

Se é certo que o uso dos púcaros de barro se generalizou no século XVI, não é menos certo de que já antes de 1571 êles tinham fama mesmo entre os reis, porque os vemos citados nos inventários de D. Isabel, mulher de Carlos V (1526-1539). O silêncio que se nota sob êste ponto, nos autores portuguezes explica-o, e a meu vêr muito claramente, a sr.<sup>a</sup> D. Carolina Michaëlis por ser hábito tão corrente e vulgar que não ocorria registá-lo, ao contrário dos estrangeiros a quem tal prática maravilhava por ser contrária aos seus costumes.

Os barros de A. Augusto Gonçalves parecem-me ser púcaros de ostentação, luxuosos vasos de beber para mesas aristocráticas ou reais, nada de estranhar no mosteiro de Santa Cruz onde a aristocracia portuguesa e os nossos reis tinham aposentadoria que os cónegos regrantes reclamavam sempre como privilégio da sua ordem e do mosteiro.

E deixem-me aproximar da minha opinião mais um texto da sr.<sup>a</sup> D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos que iremos ainda buscar à sua erudita monografia sôbre os *púcaros de Portugal*:

«Compreende-se, diz a mais portuguesa das nossas escritoras, que o humilde vaso de terra não tivesse nem tenha comunmente ornamentação alguma, a não se querer tomar por tal meras impressões dígitaes e linhas traçadas com um bocado de cana rachada. Só quando na era das prosperidades o luxo crescente e o desenvolvimento da escultura e ourivesaria começou a despertar as aptidões artisticas da nação, alguns oleiros de talento, fornecedores da côrte, meteram-se não só a dar em sumo grao aos púcaros as qualidades de porosidade, lisura, brilho, bom cheiro e sabor que os haviam tornado bem acreditados, mas também a adorná-los com decorações

em relevo alto ou baixo, tanto exterior como interiormente. Ora com medalhas, mascaras, cabeças, figuras, ora com festões, pendurados, arabescos — motivos que viam utilizados na baixela dos ourives de prata, os quaes pela sua vez lavravam salvas e sobre-copas, suportes e asas de metal precioso, ou invólucros de filigrana para algumas peças cerâmicas de ostentação»<sup>1</sup>.

Parece que a ilustre professora, que alia à máxima erudição a maior vibratilidade artística e o conhecimento mais profundo da alma portuguesa, tinha à vista as peças cerâmicas da colecção de A. Augusto Gonçalves.

O povo decorava também os seus púcaros de beber com extraordinário cuidado e muitos desses artefactos populares deveriam ter sido copiados pela ourivesaria da época, embora se não conheça nenhuma destas obras.

A sr.<sup>a</sup> D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos admite que mais freqüente porêem era, lavrarem-se apenas salvas ou bacios de púcaro, e também sobre-copas artísticas e asas de ouro com que se cobriam ou ornavam, e aduz como prova que na lista das jóias e da argenteria que uma das filhas de D. Manuel levou em dote (a. 1521) se acha:

«Hum pratel de prata, de levar púcaro, dourado de dentro e de fora.

«Huma sobre-copa d'ouro esmaltado, que serve com púcaro».

E mais abaixo se inscreve um púcaro de vidro com asas de ouro<sup>2</sup>.

No inventário da mulher de Carlos V, filha de el-rei D. Manuel, lê-se também: «um bucaro de vidro com dos asas de oro e en el pie quatro coronas d'oro e d'esmaltado por dentro, el qual dice que dio el Conde de Nassan».

Esta última referência é a um objecto de proveniência estrangeira; quanto às de 1521 parece-me que nada provam porque pratel e sobre copa podiam pertencer a púcaros de prata ou ouro esmaltado.

As montagens de bronze em porcelana oriental são muito antigas na arte francesa. Há soberbas applicações de bronze em porcelana de Sèvres, e delas conheço três deliciosas peças na colecção da sr.<sup>a</sup> Condessa de Ficalho.

<sup>1</sup> D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *op. cit.*, pág. 174.

<sup>2</sup> C. M. de Vasconcelos, *op. cit.*, pág. 148.

A casa Leitão pôs entre nós em moda as aplicações de prata em porcelana da China e do Japão <sup>1</sup>.

A ourivesaria francesa e americana montou em esplêndidas decorações de ouro, prata, e pedras preciosas os artísticos vidros de Gallé.

---

<sup>1</sup> Em França, o amor às porcelanas da China nasceu mais cedo do que em Portugal. Vallet de Viriville encontrou num manuscrito da biblioteca da Sorbonne, n.º 434, uma relação de 1447, em que se mencionam *trois escuelles de porcelaine de Ginant, deux grands platz ouverts de porcelaine, deux touques verdes de porcelaine, deux bouquetz de porcelaine, ung lavoir ès mains et un garde-manger de porcelaine ouvrée*, e Lecoy de La Marche, nos extractos que fez das contas do rei René dá notícia de um inventário de 1456 em que se escreve: *En la pet te chambre dessus la Saulcerie, a plusieurs amialles de verre, garde-manger de terre, plat de porcelaine et autres choses de verre dont y a plusieurs rompuz et cassez* \*.

O aparecimento da porcelana oriental nas colecções francesas deu-se na de Florimond Robertet, tesoureiro das Finanças em tempo de Carlos VIII, Luís XII e Francisco I, morto em 1532.

No inventário da sua colecção, obra enternecida e que se não lê sem um profundo sentimento de admiração por sua mulher Michelle Gaillard de Lonjumeau que o redigiu com amor, fazendo dêle o documento mais nobre da sua vida, mencionam-se *belles porcelaines des premières qui soient venues en France depuis que les Européens vont à la Chine, lesquelles sont d'un blanc si net et si bien meslangé de toutes sortes de petites peintures* \*\*.

Francisco 1.º colecionou também porcelanas *fort curieusement travaillées avec une infinité de petites gentillesses* que passaram depois para o *Cabinet des Curiositez* de Fontainebleau \*\*\*.

A paixão pela louça da China só se generalizou em França, porêem, na segunda metade do século xvii, continuando depois sem interrupção até hoje.

É do século xviii que datam em França as aplicações de bronze às porcelanas da China. Entre todos os coleccionadores franceses, deve distinguir-se o duque d'Aumont. Grande número das porcelanas dêste coleccionador vieram da colecção de Louis de France, filho de Luís XIV e foram por aquele mandadas montar em bronze por Gouthière \*\*\*\*.

A moda fez com que ao lado de *Gouthière, Caffieri, Prier, Duplessis, Osmont, e Saint Germain*, que tiveram voga no século xviii como cinzeladores, escultores, fundidores e retocadores da obra de bronze, aparecessem outros, como *Aze e Godille, renommés pour les garnitures de porcelaines et autres vases précieux*.

No século xviii e nobreza francesa *n'a d'yeux que pour la porcelaine* que é disputada por o *conde de Valentinois*, os duques *de Rohan, de Bonillon, de Châtillon, os principes de Richemont, de Monaco, de Turenne, a duqueza de Laran-guais, o conde de Monteclair* \*\*\*\*\*.

\* Georges Vogt, *La porcelaine*, Quantin-Paris, 1893, págs. 14 e 15.

\*\* E. Bonnaffé, *Les collectionneurs de l'ancienne France*, Paris, Auguste Aubry, 1873, pág. 23.

\*\* Id., *ib.*, pág. 60.

\*\*\*\* E. Bonnaffé, *Dict. des Amateurs français au XVII.º siècle*. A. Quantin, Paris, 1884, pág. 197.

\*\*\*\*\* E. Bonnaffé, *Le cabinet du Duc d'Aumont*, Ang. Aubry, Paris, 1870, pág. xxviii e 100.

Tudo isto se comprehende muito bem, o que se não entende é a applicação de tal género de decoração à faiança contemporânea lisboeta que o não justifica nem pela forma, nem pela decoração, nem pelo preço.

Não me parece também que o bom gôsto do século xvi pudesse cometer o êrro de aplicar a prata ou ouro esmaltado aos humildes barros portugueses, que, contra a opinião do sr. Joaquim de Vasconcelos, julgo se não pagariam ordinariamente por altos preços, dentro do nosso país, apesar mesmo do que deixou escrito Duarte Nunes de Leão.

Quando Filipe II veiu a Lisboa (1619) os oleiros encarecendo os barros portugueses, representaram no arco triumphal os *púcaros* de barro por vidrar, ao lado da magnífica cerâmica que já então se fazia em Portugal e podia rivalizar com a porcelana oriental que tanto nos custava.

Via-se na verdade no pedestal da mão direita a Natureza, coroada de flores, tendo em uma das mãos um vaso de barro vermelho e apoiando-se com a outra no barro, em figura de um homem saindo da terra. Por baixo a quadra:

*Para demonstração de mór grandeza  
Na perfeição da terra que pisais  
Atè o barro humilde dà sinais  
De quanto a quiç honrar a natureza*

Que êste vaso de barro era um *púcaro*, indicava-o outro quadro pequeno colocado em cima desta tendo pintadas duas mãos cheias de água, aludindo ao lavrador que assim oferecera de beber a Xerxes com a letra

ET TIBI PVRIOR, ET PVLCHRIOR.  
Para vos mais pura, & mais fermosa <sup>1</sup>.

Já em Estremoz, o juiz oferecera a Filipe II, em nome da vila *seis grandes taboleiros cheios de estremados Pucaros de diversos tamanhos & invenções, de que el Rey mostrou contentarse, olhando, & tomando algũs na mão, & mandou ao Iuiç que os guardasse, & compusesse em caixões, para que de alli se mandassem à Madrid aos Señores Infantes, como logo se fez.* (Lavanha, *op. cit.*, pág. 4).

Filipe II respondeu a amabilidade com amabilidade mandando

---

<sup>1</sup> *Viagem da Catholica Real Magestade...* por João Baptista Lavanha, Madrid, M.DC.XXII, pág. 30.

fazer, para levar às filhas, púcaros em Estremoz, conforme a outros que, em Espanha, usava ter com flores.

Talvez pelo púcaro de barro da colecção do sr. A. Augusto Gonçalves tenha bebido o Cardeal D. Henrique, quando visitou Coimbra em 1570 e os cônegos regrantes se serviram de várias e engenhosas manhas para lhe mostrarem o apêrto em que os puzera a cedência que D. Sebastião fizera à cidade das águas do mosteiro.

Conta D. Nicolau de Santa Maria:

«Sahio El-Rey da Capella mòr à Claustra principal do Mosteiro donde sobio à Claustra da manga que traçou, & mandou fazer El-Rey D. Ioaõ III. com oito tâques em cruz, & no meio hũa fonte muito fermosa com quatro jardins. Estaua a fonte sem lançar agoa, & os tanques secos, em que andauão a pè enxuto quatro fermosos Cisnes; o que vendo El Rey disse pera o Prior geral, que o hia acompanhando com outros Religiosos graues: *Porque causa estão estes tanques sem agoa?* Respondeo o Prior gèral: *Senhor, esta Claustra era a melhor cousa que tinhamos, & que muito estimamos, pello grãde Rey D. João III vosso Auó a mandar fazer, & a traçar na manga do seu roupão Real, de que estaua uestido, & sempre atègora a esta fonte, & tanques correo agoa, que vossa Magestade nos mandou tomar pera a Cidade, sem nos deixar sequer hũa das quatro fontes que tinhamos pera estès tanques, deque estes Cisnes parece se daõ por agrauados, & por isso virão as costas, & não vè chamandoos vossa Magestade, sentidos de lhes tirar a sua agoa.*

«El Rey ouuindo isto se sorrio, & festejou o dito, & como era bem inclinado, mandou q̃ logo se desse ordem, com q̃ hũa das quatro fontes que se tomãraõ pera a Cidade viesse àquella Claustra; & beijando o Prior gèral a maõ a sua Magestade pella mercè, acodio logo o Cardeal Infante D. Henrique dizendo, que a agoa era toda necessaria pera a Cidade, & que estauaõ já as fontes fechadas, & metidas nos canos, que o houesse sua Magestade assi por bem. El Rey como era moco, & não se governaua senaõ pellos que trazia à sua ilharga, se calou, & ficou tudo como de antes»<sup>1</sup>.

Parece-me desabrida de mais, tanto a intervenção do prior, como a resposta do Cardeal que, já antes, em 16 de Outubro viera visitar o mosteiro, com o pretexto de jantar nêle e devia por isso ter avi-

---

(1) D. Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes*, pág. 355, col. 1.<sup>a</sup>.

sado D. Sebastião da secura dos tanques e da atitude pouco cerimoniosa dos cisnes.

Melhor me parece a versão do diário da viagem rial que D. Marcos da Cruz deixou na *Parte 2. do seu cathalogo dos Priores do Mosteiro de S. Vicente*<sup>1</sup>.

«... Chegando a Claustra da Mãga foraõ Ver os tanques, q̄ estauaõ Secos e sem agoa, E dizendo El Rey ao P.<sup>e</sup> G.<sup>al</sup>: *Não tendes mais fontes, q̄ aquelas?* E dizendo lhe q̄ naõ, tornou El Rey: *Diçem q̄ tendes outra fonte.* E o P.<sup>e</sup> G.<sup>al</sup> lhe respondeo dizendo: *Mande V. A. ver por nos fazer m.<sup>ce</sup>* A q̄ acudio o Cardeal com o barrete na maõ dizendo: *S. A. mandaria fazer algũa equidade*<sup>2</sup>.

Tudo isto é mais dos costumes do século xvi e tem ar de mais vivido do que o relato de D. Nicolau de S. Maria que julgou dever levantar a voz para maior grandeza da ordem e mentir por costume conhecido.

Os cónegos tiveram o mosteiro aberto para os fidalgos poderem admirar a sua riqueza e a secura das suas fontes e tanques, *e todos vendo como os tanques estauaõ sem agoa, e os Cisnes q̄ a pediaõ, e naõ lha dauaõ, estranhauaõ m.<sup>to</sup> a sem razãõ, q̄ se uzara com hũ Most.<sup>o</sup> taõ illustre, e insigne*<sup>3</sup>.

O Cardial, com quem primeiro os Cónegos de Santa Cruz tinham ensaiado a artificiosa manha, respondeu no mesmo tom com uma saída de espirito, que reproduziremos do mesmo manuscrito, para lhe não tirarmos o sabor que estas coisas só teem nas palavras dos cronistas monásticos que muito bem as compreendiam e às vezes as inventavam:

«E chegando á Claustra da Manga se sentou junto dos tanques, q̄ estauaõ secos, e sem agoa algũa. Chamou os cisnes, q̄ andauaõ dentro, naõ lhe obedeceraõ, pairesse mostrandosse sentidos do agrauo, q̄ se fizera áquelle Most.<sup>ro</sup> em se lhe tomar a agoa. Aqui teue S. A. sede, e pedio hũ pucaro de agoa, q̄ logo lhe trouxeraõ»<sup>4</sup>.

Assim respondeu o Cardeal D. Henrique, com uma malícia, toda

<sup>1</sup> Existe manuscrita na Biblioteca da Universidade com o número 632. Vem descrito o manuscrito, pelo sr. dr. A. Mendes Simões de Castro no *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 1, 1914.

<sup>2</sup> Ms. 632, pág. 85 v.º.

<sup>3</sup> Id., pág. 87 v.º.

<sup>4</sup> Id., pág. 84 v.º.

clerical, à pantomima dos cisnes que para o embaraçar tinham montado os cónegos regrantés, adestrando com bastante trabalho as esquivas aves.

Provára o cardeal com o seu pedido, tão depressa satisfeito pelos cónegos, que, se no mosteiro não havia água para os cisnes e fontes de recreio, lhes ficara todavia a bastante para beber.

Muito tempo, quiz imaginar que tivesse sido êste pucarito de barro, joia verdadeiramente rial, o púcaro por que bebera o cardeal, mas opõe-se à hipótese a data de 1538.

Os púcaros de barro não costumavam servir nas mesas aristocráticas mais que uma ou duas vezes.

A beleza dos púcaros de barro consistia na sua côr vermelha, dissemos. Por isso quando a tinham perdido pelo uso, roçavam-se como com pedras por forma a tirar a camada superficial de barro e deixar a descoberto as mais profundas, em que a côr se conservava ainda. Os púcaros aristocráticos, cheios de labores, não podiam ser roçados, por isso deveriam servir poucas vezes e ser inutilizados e substituidos por outros, e essa a razão de se não conhecerem outros fora da colecção do sr. A. A. Gonçalves.

Os vasos foram encontrados com fragmentos de copos de vidro de Veneza. O decorado com laçarias brancas é pela qualidade do barro, pelas aselhas do bocal um vaso para arrefecer água. São todos objectos excepcionais de ostentação. Estavam no mesmo escaparate. Foram naturalmente quebrados ao mesmo tempo e escondidos debaixo do soalho em construção, entre êle e a abóbada.

E não faltavam então, pessoas de nobre estirpe a quem pudesse atribuir-se a propriedade dos deliciosos pucaritos.

¿ O que são, além disso, as tampas de púcaros ou bilhas que foram encontradas com os fragmentos de vasos de vidro? São tampas de *corucheu*, pois corucheo se chamava ao zimbório de remate e assim vemos designado nas crónicas o zimbório que cobre a fonte central do *jardim da manga* no mosteiro de Santa Cruz, são por isso tampas prováveis do que as taxas dos oleiros de Coimbra de 1573 chamavam *púcaros de corucheu* com pé. De *corucheu* se chamavam também alguns perfumadores da cerâmica coimbrã pela sua terminação hemisférica e perfurada para deixar sair os perfumes.

Resumindo: os vasos de barro da colecção *Gonçalves* foram encontrados partidos com restos de outros vasos para beber, de barro ou de vidro precioso, todos quebrados e escondidos na mesma ocasião. Teem a forma antiga que a arte do Renascimento vulgarizara na ourivesaria e nos púcaros para beber água das mesas aristocrá-

ticas e se conservavam com vasos de prata e ouro em escaparates, menos por ostentação, como se tem escrito, do que por habitualmente servirem nas mesas, mesmo quando o resto da baixela era de prata ou ouro.

Êstes vasos não foram esmaltados pelo seu destino especial de vasos para beber água. A sua beleza estava na côr vermelha do barro, na sua porosidade que os fazia chiar quando se lhes deitava a água que resumava logo para fora, deixando a de dentro tão fresca que Camões escrevendo da Índia lembrava com saúdade os beijos bebidos no *rosto de huma dama lisbonense que chia como pucarinho novo com água* <sup>1</sup>.

Para ser belo o púcaro devia ser bem vermelho, por isso quando começavam a escurecer se roçavam com uma pedra até aparecer barro novo, ou os poliam com cera para os fazer brilhar <sup>2</sup>.

Os púcaros do sr. António Augusto Gonçalves não são pedrados, o barro foi cuidadosamente escolhido e são da delicadeza que Camões gabava nos pucarinhos do Natal <sup>3</sup>.

Como vimos da citação feita noutro lugar, a sr.<sup>a</sup> D. Carolina Michaelis de Vasconcelos julga que a diferença que primeiro haveria entre o púcaro do pobre e o do rico seria que êste se serviria apenas poucas vezes de cada púcaro, não se dando, como aquele, ao trabalho de o mandar roçar, para o que havia em Lisboa mulheres que disso faziam profissão.

Parece estar de acôrdo com esta opinião o grande número dêles que se encontram nos inventários das pessoas reais, mas é de notar que nas boticas os havia também em grande número, naturalmente pelo seu pequeno volume e por os utilizarem para conservar medicamentos em pequena quantidade e frescos. Alguns eram aferidos e serviam de medida.

Assim se explicam no inventário da Infanta D. Beatriz de que mais adiante nos ocuparemos:

*E vinte e dous pucaros de barro — 22 pucaros*

*E trinta e seis pucaros e outros apedrados — 36 peças.*

<sup>1</sup> Ed. de Joromenha, vol. v, pág. 219, cit. da sr.<sup>a</sup> D. Michaëlis de Vasconcelos, pág. 152.

<sup>2</sup> Duarte Nunes de Leão, *Noticias de Portugal*, pág. 109; Diálogos de Francisco de Moraes, in *Palmeirim*, vol. 3.<sup>o</sup>, pág. 39.

<sup>3</sup> A. Braamcamp Freire, *Inventário da Infanta D. Beatriz* in *Arquivo histórico português*, vol. x, pág. 9.

Mais tarde as decorações dos púcaros aristocráticos não permitiram que fôssem roçados.

Com a ideia de que os vasos do sr. António Augusto Gonçalves sejam os únicos exemplares que até nós chegaram dos *púcaros* de barro mais luxuosos, em uso nas mesas fidalgas do século xvi, estão de acôrdo não só as circunstâncias em que foram achados, partidos com restos de vasos preciosos de vidro de Veneza da mesma época e as tampas de corucheu, próprias dos púcaros para beber, com pé, da cerâmica coimbrã, como até a qualidade da sua decoração.

Francisco de Figueiredo (1738 a 1822) em comentário que faz às comédias de seu irmão Manoel de Figueiredo, cita um oleiro de nome *Romão* e as muito celebradas quartinhas da *Maia*, *pucaros muito delicados em diferentes figuras, como côpos, de uma massa tão delgada como os bolos que se davão nas diferentes festas dos santos fora da terra, quando se usava tambem o ramalhete com as flores da estação, e as maravalhas: e erão feitos como as bandejas de prata com figuras levantadas em meio relevo... Era huma cousa de luxo, de gosto e de delicadeza. Erão muito baratos e foi até muito tarde constante no Paço o uso deste barro e dos limões doces e camoezes. Todas as personagens que entravão de semana no sabbado tinhão tantas quartas e púcaros do Romão...*

Como se vê conservara-se ainda no século xix a tradição do uso dos púcaros de barro, no paço, e conservara-se também a forma que não era a do *Romão*, mas a das quartinhas *da Maia*, decoradas de figuras levantadas em meio relêvo, como as bandejas de prata e... os vasos do sr. A. Augusto Gonçalves.

A referência aos púcaros da *Maia* foi descoberta contemporaneamente por o sr. Joaquim de Vasconcelos em uma peça de teatro de 1743 — *Comedia sem fama: com o amor não ha zombar* — e na *Pauta e Alvará da sua confirmação do Consulado geral da sahida e entrada da casa da India* de 1744. O sr. Vasconcelos considera geográfico o seu título <sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Não é o sr. Joaquim de Vasconcelos o autor contemporâneo que primeiro nos falou dos barros *da Maia*, mas sim o visconde de Juromenha na comunicação sobre *Azulejos*, feita em 17 de Outubro de 1844 ao conde de Raczinski e por êle publicada a pág. 429 a seguintes das *Lettres* (1846).

Esta citação escapou tanto ao sr. Joaquim de Vasconcelos como à sr.<sup>a</sup> D. Carolina Michaelis.

Aqui a deixo porque me parece ser de uma orientação fructuosa:

«Les tuileries étaient établies sous la protection de santa Iusta et de santa Rufina: elles avaient un règlement très ancien, comprenant la fabrication de quatre

A sr.<sup>a</sup> D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, encontrando no *Mappa de Portugal* de João Baptista de Castro mencionados os *púcaros de Lisboa, chamados da Maya ou do Romão* e em Magalotti referências à louça da Maia, como à de um oleiro — *un artefice di questo nome* — e conhecendo o apelido Maia como o de oleiros antigos portugueses, conclui que o nome tivesse vindo à louça, de alguma famosa vendeira de púcaros da família dos Maias e que por isso se chamasse a Maia, hipótese tão verosimilhante como a de ser a Maia a própria produtora e oleira <sup>1</sup>.

Em uma comédia de Lope de Vega — escrita muito antes de 1600, encontrou a mesma illustre professora referência aos *barros de la Maia*, donde conclui que a fama dos barros da olaria portuguesa, em Espanha, data pelo menos dos fins do século xvi <sup>2</sup>.

Se os produtos da nossa olaria eram importados em Espanha, os da espanhola tiveram entre nós sempre a melhor aceitação e eram do uso mais corrente.

No inventário da infanta D. Beatriz, mãe do rei D. Manuel (1507), e *Regimento del Rei nosso Senhor pera as cousas que Amtam dOliveira ha de fazer da fazenda da Senhora Ifamte que Deos tem*, publicado no tomo ix do *Archivo historico* (pág. 64-110) por o sr. Anselmo Braamcamp Freire, há referências à louça da botica da mesma senhora de que tinha cargo Isabel Lopes, às cousas que entregaram esta e a guarda roupa Maria Anes e que D. Beatriz deixara ao convento de Conceição de Beja com as arcas em que *se nam bolira e ficaram asy como estam pera serviço da dita casa*.

Foram esses objectos por prescrição do *regimento* entregues a Violante Rodrigues fazendo-se de tudo *hũu caderno pello dito espravam, que o tera em sseu poder pera se per elle saber as cousas que lhe foram entregues*.

Por os cadernos de entrega de Isabel Lopes e Maria Anes e pelo de recebimento de Violante Rodrigues se faz ideia da magnificência da botica em cujas cousas el-rei D. Manuel mandou gastar por esta ocasião 10.000 reais.

Entre os vasos de farmácia recebeu Isabel Lopez: *burneas, burneas de malega, burneas verdes, almotolias verdes e amarelas, arre-*

---

espèces de faïences: la blanche, la rouge, la jaune et une quatrième appelée *da Maia*».

<sup>1</sup> D. Carolina M. de Vasconcelos, *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal*, pág. 165. Sirva-nos de desculpa a tão numerosos extratos a raridade da memória da illustre professora.

<sup>2</sup> Id., *ib.*, pág. 164 e nota 2 da mesma página.

*domas embarcadas, potes, um dos quais verde, outro azul, alguidares vidrados grandes, àlêm de várias vasilhas de barro, contidas numa arca velha, bacios de malegua de vallemça, de bordas e chãos, peças de malega e barro para teer conservas, e duas procelanas, uma escudela grande, outra chã (p. 68 e 69).*

No número das peças recebidas da guarda roupa Maria Anes figura uma arca *bramca que estava cõ as proçelenas.*

Entre as coisas recebidas pela Abadessa e donas do moesteiro da Comceyçam de Beeja (pág. 87-94) figuram: *dez alguidares verdes sendo quatro gramdes, dez tanfores de malegua, com suas cubrituras, tres potes pequenos de conserva de borragões, hũu asado cheo dabobora de conserva, dous potes de Castella cheos despecie de lingoa de vaca daçuquar, duas panelas de Valemça gramdes com hũu pouco daçuquere rosado, hũu pote azull com hũu pouco daçuquere rosado, hũu asado de barro com hũu pouco de mel rosado, quatro jarros de barro de Rhodes, tres potes de Malegua de Castela, hoyto alguidarinhos vidrados, hũu açuquereiro de mirabolanos em conserva, tres jarros vidrados de Castela, huũa panella com especie de rosmaninho, hũu pote amarello de barro vaçio, seis panellas vidradas vaçias, duas jarras cheas de alcaparas, vimte e dous pucaros de barro, trimta e seis pucaros e outros apedrados, cimquo potes de barro forrados de vergua, trinta e nove pucaros de Momtemoor, dous potes de barro verdes com comserua de peras e fruitas, cimquo potes de Castela brancos, huũa burnea com ameixias de conserva, outra com mel rosado coado, outra com emxarope de marmelos, outra demxarope de rosmaninho dacuquer, outra com açuquar violado, dez burneas de Malegua vaçias, duas almotalias com arrobe damoras, hũua almotolia com oleo de raposa, hũua burnea verde vaçia, quatro arredomas embarçadas com oleos, tres arredomas pequenas d'emxarope davemca, vimte e oyto arredomas com emxaropes, huũa arredoma embracada com emxarope aviolado, quatro potes pequenos, duas burneas vaçias, quatro alguidares vidrados, quatro bacios de malegua de Valemça tres de bordas e 1 chaão, duas burneas com pesseguos em conserva, huũ pote com diaprunes, outro azul com peras em conserva, dez potes com algũas conservas.*

Nas peças de botica, entregues por Luis d'Atouguia a Violante Rodrigues (pág. 98-100) figuravam: *hũu pote vidrado de açuquer rosado, huũ asado de barro de mel rosado, huũ assador de castanhas, duas talhas de barro com defumaduras, quatro tamfores de malegua, verdes, com suas cuberturas, dous alguidares verdes, pequenos, duas porcelanas, uma escudela grande e outra chã, quatro bacios de Valemça, e duas almofias de Valemça com suas coberturas, e hũu cra-*

veiro de Valemça, e cinco altemias áe Valemça de quatro orelhas, e hũu barril de Valemça, duas escudellas de Valemça redomdas, treze pratees de malegua de Valemça, quatro bacios de pisa grandes, sete bacios mais pequenos, seis almofias sem coberturas, sete altemias de bordas grandes, quinze salsinhas de bordas, dez pratees de pisa, cinco salsinhas de Valemça tres altemias redondas.

Destas referências, únicas a objectos cerâmicos que se encontram no curioso inventário, se conclui que nos séculos xv e xvi se importavam para Portugal louças de Castela, Valença, Rodes e Pisa e que a importação maior parece ter sido a de Valença.

Quanto à nomenclatura dos vasos de botica encontramos: *burneas*, *almotolias*, *arredomas*, *potes*, *alguidares*, *bacios*, *procelanas*, *escudelas*, *tanfores*, *asados*, *panelas*, *jarros*, *açucareiros*, *pucaros*, *apedrados*, *almofias*, *craveiros*, *altemias de quatro orelhas*, *pratees*, *salsinhas*, onde há alguns nomes novos a acrescentar à nomenclatura do vasilhame neo-latino <sup>1</sup>.

*Burnea* é o nome árabe de um vaso de vidro (ou louça para líquidos).

Os castelhanos chamam-no *albornia*. A forma árabe *albarniya*. Dozy (p. 73) explica: *vas fictile in quo quid recondunt*.

<sup>1</sup> «Eis uma lista alfabética, necessariamente incompleta, de peças tradicionais de barro fabricadas em Portugal, ora toscas, ora vidradas, ora cobertas interiormente com um induto de cera ou de pez, conforme o seu destino. A simples lista pode dar idea da abundância de tipos existentes, e da importância do barro na indústria popular.

*Acetre* (em geral de pão), *adóbe*, *albarrada*, *alberto*, *albertinho*, *alcadefe*, *alcarraça*, *alcatruz*, *alcorça*, *alguidar*, *alguidarinho*, *aljofaina*, *almarraxia*, *almofia*, *almotolia*, *almude*, *ancoreta*, *artesa* (em geral de pão), *asado*, *atanor*, *assador*, *assadeira*, *assobio*, *bacia*, *bacio*, *baldosa*, *balharim*, *banco*, *barranha*, *barranhão*, *barrica*, *barril* (ambos também de pão), *bateza*, *bateia*, *bernagal* (ou barnagal), *bicheiro*, *boião*, *borracha*, *botija*, *braseiro*, *cabaça*, *caçoila*, *caço*, *cacoleta*, *caldeira*, *caldeirão*, *campainha*, *candeia*, *candeeiro*, *caneca*, *caneco*, *canjirão*, *cântara*, *cantarinha*, *cântaro*, *cantarinho*, *cântaro-talheiro*, *cantil*, *castiçal*, *chocolateira*, *cobridor*, *cocho*, *copa*, *copeta*, *copo*, *corneta*, *covillete*, *cucharrinho*, *cucharro*, *defumador*, *ferrado*, *flauta*, *fogareiro*, *frijideira*, *funil*, *gamela*, *gamelinha*. *gral*, *infusa*, *infusinha*, *jarra*, *jarrinha*, *jarrinho*, *jarro*, *lamba*, *lamparinha*, *lucerna*, *malga*, *masseira* (em geral de pão), *masseirão* (id.), *mealheiro*, *moringue*, *ola*, *panela*, *pana*, *pátera*, *pelangana* (ou *palangana*), *pia*, *picheiro*, *pichel*, *picho*, *pichorro*, *pingadeira*, *pinta*, *poço*, *porrão*, *pote*, *pratel*, *pratinho*, *prato*, *prato-teigo*, *púcara*, *pucarinha*, *pucarinho*, *púcaro*, *quarta*, *quartinha*, *quartilho*, *quarto*, *quartola*, *rouxinol*, *salgadeira*, *sangradeira*, *sartã*, *sumicha*, *taberneira* (ou *teborneira*, *tiborneira*), *talha*, *tanor* (*tenor*, *tinor*, v. *atanor*), *tarefa*, *tarro*, *teigo*, *telha*, *telhão*, *tento*, *testo*, *tijela*, *tijolo*, *tina*, *torradeira*, *vasado*, *vieira*» Carolina Michaelis de Vasconcelos, *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal*, pág. 192.

Eguilaz cita a forma catalã *alburnia* e explica: *vasya de barro vidriado en forma de taza* <sup>1</sup>.

*Tanforea* é forma alargada de *taforea* = *tasfurîya* (*Maccari*, II, 89 e 334) = *un plat, une écuelle, un bassin de maitre* (Dozy, 345).

No *Canc. de Res.*, I, 463, mencionam-se *tafureas d'Almeida(s)* ou *d'Almeirim*.

*Altemia* ou *altamia(s)* são também escudelas, malgas, de barro vidrado, ou de porcelana (Dozy, 187).

Corrupção de *al-(sol) tania* = *a regia* (por ser feita de barro muito fino).

Um autor castelhano receitou a alguém: que

*beba cada mañana por nueve dias,  
una altamia de este caldo* <sup>2</sup>.

As cores dos vidrados das peças de farmácia de D. Beatriz eram: o *verde* (alguidares e potes) *amarelo* (potes) *branco* (asados, potes de Castela, e *azul* (potes).

Mais se vê que era muito antiga e corrente a diferença entre *louça de barro* e *malega*, a que já tivemos ocasião de nos referir.

Não faltava também a louça de pau na botica da sr.<sup>a</sup> D. Beatriz e o inventário menciona *gamelas de paaõ de torno, bandejas com coberturas e sem elas, escudelas e trinchos* (pág. 99), *bacios, salsinhas, saleiros, culheres e castiçais* (pág. 92).

Alguma desta louça de pau viera de Flandres, outra porêem devia ser portuguesa, pois se fabricava em Portugal ainda no século xvi e

<sup>1</sup> R. Dozyt Engelmann, *Glossaire des Mots Espagnols et Portugais, dérivés de l'Arabe*, Leyde 1869.

L. de Equilaz Y Jauguas, *Glossario etimologico de las palabras españolas de origen oriental*, Granada, 1886.

<sup>2</sup> Devo estes esclarecimentos sôbre *burneas, altemias e atanfores* à Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, a cuja extraordinária erudição recorri mais uma vez com o bom resultado de sempre.

Transcreverei ainda da illustre professora uma nota do seu notável trabalho — *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal*:

«Na lista dos principais produtos da olaria rústica há muitos que pelo nome denunciam origem árabe. P. ex., *albarrada, alcadefe, alcatruç, alguidar, aljofaina, almofia, almarraxa, atanor*. Em Espanha creio que há mais inda (v. g. *alcarraça*). Ignoro se convêm ligar importância ao facto que o oleiro conservou em Portugal exclusivamente o seu nome romano, emquanto no país vizinho, sobretudo na Andaluzia, também se chama *alfarero*. As santas padroeiras de todos os barristas hispânicos, são, de resto, filhas de um alfarero de Triana (pág. 171 e 172».

havia, no nosso país, receitas para a conservarem sempre branca, o que a fazia muito estimada, não desdenhando os príncipes oferecê-la como presente.

Dela se faz menção numa carta de D. Bernarda Coutinho, datada de Madrid a 20 de Dezembro de 1566. Dando notícia a D. Catarina, mulher de D. João III, de ter recebido o presente que lhe ela enviara para ser entregue à princesa, sua nora, menciona ao lado de muitas e muito boas guarnições, âmbar, beijoim, e porcelanas, as melhores do mundo, a formosa louça de pau que a princesa estimara imenso <sup>1</sup>.

É para estranhar vêr apenas notados os púcaros de Montemór-novo e não encontrar referências aos de Lisboa e Estremós.

Parece que a fama dos barros de Montemór precedeu a dos de Estremós. No inventário da filha de D. Manuel, mulher de Carlos V (1526-1539) se encontram inscritos apenas *17 piezas de bucaros de Montemayor; otra pieza grande que es un jarro grande de Montemayor; otra pieza grande de Montemayor, a manera de botija*, sem referência alguma a barros de Estremós ou de Lisboa <sup>2</sup>.

A Duarte Nunes de Leão (1599) se deve a primeira relação dos melhores barros portugueses, num texto, hoje clássico, e que nunca é de mais reproduzir :

«Além destes vieiros de pedras que ha de diferentes generos, ha outros de barro fino, & de excellente cheiro de que se fazem pucaros & outros vasos maiores para beber & ter agoa de muitas feições, & de gentil talho, de que dam o primeiro lugar aos de Lisboa, por o bom cheiro que de si dam a quem por elles bebe. Outros sam após

---

<sup>1</sup> ... a louça de pau ystimou em estremo pera dar (?) às freiras e fallou mil oras na policia de vossa Alteza. Porem não bastaua quão fermosa A louça de pau era senão que jnda mandou arreçeita de como se hauia de lauar para ser sempre branca, as freiras estão as mais contentes do mundo de terem tão fermosa baixela, tudo vinha muito bem tratado porque este moço destribeira de vossa Alteza teve muito bom cuidado do que trouxe...

O theatro na Corte de D. Filippe II — *Sousa Viterbo* — in *Archivo historico portuguez*, vol. 1, pág. 6.

A louça de pau não servia por isso só, como deduziu o sr. Joaquim de Vasconcelos do exame dos forais, para medir líquidos e conservá-los em vasilhame de grandes dimensões (*Cerâmica Portuguesa*, série II, pág. 109), mas abrangia todas as formas de objectos de barro que copiara e substituíra, como hoje chamamos louça de ferro esmaltado, louça de alumínio a todos os objectos de uso doméstico do barro que elas substituem.

<sup>2</sup> *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal*, sep. do *Bulletin Hispanique*, 1905, pág. 150.

estes os de Montemoor o nouo, que em cheiro lhes nam dam lugar, porque sam pucaros que nunca sam velhos como os de outras partes: & a razão he, que sam feitos de barro mui cheiroso, & amassados com muitas pedrinhas, que parece que sam tantas as pedras como o barro: dos quaes quando querem vsar, os roção sempre com huma pedra, & assi descobrem outras mais pedras, & fica nouo barro, & assi cada vez os que querem fazer nouos, que tenham o cheiro que tinham quando nouos, os tornam a roçar, & começaõ apparecer outras pedrinhas. Outros pucaros ha do Sardeal de barro grosseiro & semeado de algumas pedras mais grossas que as dos de Monte moor que para o veram sam mui frescos porque reçuma por elles a agoa por serem mui porosos & assi a esfriam mui em breue.

«Ha outros da villa de Pombal quasi da mesma feiçam que sam mui estimados. Os pucaros de Estremoz nam se deixaram por de menor bondade. Antes sam de grande estima porque sam de hum barro tam fino & tam coado & tam liso como se fossem de vidro & de excellente cheiro & sabor quando são nouos, & em que se fazem muitas louçainhas por a fineza do barro que o consinte: dentro dos quaes se formão raãs & cobras & outros animais aquaticos, & vam semeados de pedrinhas tam miudas que parecem area que com humas pedras brancas mais grossas que lhes põe em q̃ se quebra a agoa, saõ mui aprasiveis: porque cada pucaro fica parecendo huma fonte. Pelo que se podem gabar os Portugueses que bebem as melhores agoas & pelos mais apropriados vasos para ellas que todas as outras nações onde os maiores senhores bebem a agoa por vasos de materia & de obra, porque se não dignaria beber hum lavrador dos nossos: & assim sam estes vasos taes, que os naturaes da India & de outras partes os mandão pedir a Portugal, & lhes mandão por mercadoria. E não he de espantar fazerem os Portugueses tanto caso de baxella de simples barro para beberem, porque (como delles screue Strabão) sam naturalmente bebedores de agoa, & por isso buscão vasos da terra para que sempre lhes pareça que bebem na mesma fonte»<sup>1</sup>.

Na tradução latina que desta obra fez o Padre António de Vasconcelos (1621), num periodo que lhe intercalou, acrescentou aos barros da relação de Duarte Nunes, os de Olivença e Aveiro, encarrendo a habilidade dos oleiros desta terra — *His perquam similia fiunt in oppido Oliventia. Averii argilla ob natura insitum purpu-*

---

<sup>1</sup> Duarte Nunes de Leão, *Descrição de Portugal*, Lisboa, 1785, pág. 109, 110 e 111.

*rissum & figulorum artificium est valde celebris. In oppido Columbario eiusdem artificii efficiuntur similiter quam plurima*<sup>1</sup>.

No seu *Mapa de Portugal*, João Baptista de Castro, cita em primeiro logar os barros de Estremoz e, logo a seguir os de Lisboa, chamados *púcaros da Maya ou do Romão*, feitos com *suma delicadeza ou formusura* e termina: *Os de Montemor-o-Novo, Sardoal, Aveiro e Pombal são fabricados de barros igualmente selectos, não sendo por desprezar a loiça de barro que se fabrica na Villa das Caldas.*

Pelas qualificações das cartas dos oleiros que deixo transcritas (pág. 36), como as encontrei nos livros de registo da Câmara de Coimbra se vê que aqui havia desde o comêço do século xvii oleiros de vermelho, e oleiros de louça vidrada branca, amarela ou verde, reunindo-se por vezes, no mesmo oleiro, as três especialidades, aparecendo separadas em outros casos.

Deduz-se também dos documentos que, em Coimbra, se imitava antes de 1608, por conseguinte, desde o comêço do século xvii, a louça de Talavera.

A referência mais antiga que tenho encontrado à louça branca em Coimbra é de 1603, e nesse documento se trata dela como de indústria corrente.

No *Regimento dos oleiros e malegieiros* de 1623 se dividem os officios em *officio de oleiro* (o de vermelho), *officio de verde amarelo* e *officio de branco*.

Das cartas de examinação se vê que desde o princípio do século xvii vinha esta divisão.

Os nomes dos oleiros do século xvii que deixamos atrás notados, não são todos de fabricantes de faiança ou oleiros e malegieiros de louça branca ou de branco, como então se dizia.

As cartas dizem muitas vezes oleiros e malegieiros sem mais qualificação, deixando em dúvida sobre qual dos três officios de vermelho, branco, amarelo e verde quereriam designar.

Eram, porém, segundo os termos das licenças, fabricantes de faiança em Coimbra: Pero Fernandes, *malegro de malega branca de talaueira*; Manoel Bernardes *malegieiro de louca branca*; Jeronimo Gomes, *oleiro de lousa branca*; Diogo Simões, *malegro de malega branca*; Manoel Gomes, *malegro de lloussa branca e pintada*; Manoel João, *malegieiro de lousa branca*; Diogo da Silva, *oleiro de lousa branca*, João da Silva, *mallegieiro de lousa branca*; Antonio Carvalho, *oleyro e mallegieiro de lousa branca*; Domingos Lopes, *oleiro de lousa branca*, Antonio Gomes, *malegieiro oleyro de lousa*

<sup>1</sup> Citação da sr.<sup>a</sup> D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, *op. cit.*, pág. 157.

branca vidrada e pintada; Manoel Correa, *oleiro de loussa branca*; Manoel Gonçalves, *oleiro de loussa vidrada de branco verde e amarello*; Simão Francisco, *Mallegeiro de loussa braqua*; Manoel Domingos e João da Costa, *malleg.ros de Branco*; Faustino Fernandes, e Manoel Rodrigues, *oleiros ambos de louça Branca*; Antonio Jorge *oleiro de Branco*; José Gomes, *malguejro de loussa branca*: José Rodrigues, *olejro de branco, verde, e amarello e vermelho*; Domingos da Cruz, *oleiro de lousa Branca*; além dos juizes que os examinaram e de que não encontrei registadas as cartas, André Martins e João Gomes, Jerónimo Gomes, Teotónio da Mota e João Simões, João Ferreira e Manuel Rodrigues Pôrto, André Vaz, Miguel Simões e José Carvalho <sup>1</sup>.

As indicações para estes são positivas; mas muitos oleiros de branco devem estar escondidos nas designações gerais de *oleiro* e *malegueiro*. Estes números indicam a importância da olaria coimbrã no século xvii.

Nestes documentos, há duas referências à *pintura* da louça branca: uma no registo da carta e licença de Manoel Gomes:

CARTA DE MALEGR.<sup>o</sup> DE LLOUSSA BRANCA E PINTADA  
DE M.<sup>EL</sup> GOMES DESTA ÇIDADE

Aos seis de julho de jbj<sup>o</sup>xxxiiij annos se pasou ha carta hacima por pase de jeronimo gomes juis do dito off.<sup>o</sup>

e maes se obrigou ha seruir a cidade e pagar para as festas e ioguos della dallos sendo lhe llansados e Renūsiou os preuillegios ha q̄ chamar se posa inda q̄ seiaõ emcorporados em dr.<sup>to</sup> e asinou

Manoel gomes <sup>2</sup>

outra no registo da carta de António Gomes:

CARTA DE EXEMINASÃO DE ÂTONJO GOMES MALEGEIRO OLEJRO DE LOUSSA  
BRANQUA VIDRADA E PINTADA POR PASSE DE TIOTONYO DA MOTTA E ÁDR  
VAS OLEIROS MALEGEIROS JUIZES E EXENINADORES DOS OBREIROS DO DITO  
OFFIÇIO E SEU TERMO.

Aos dezaseis dias do mes de setembro de 647. se passou a carta

<sup>1</sup> A. M. C., *Registo*, tom. ii, fl. 190 v.<sup>o</sup>, 288 e 288 v.<sup>o</sup>; tom. xviii, fl. 503 v.<sup>o</sup> e 504; tom. xix, fl. 160 e 160 v.<sup>o</sup>; tom. xxiii, fl. 23; tom. xxvi, fl. 329; tom. xxix, fl. 141 v.<sup>o</sup>, 142; tom. xxx, fl. 15, 33, 106 v.<sup>o</sup> e 107; tom. xxxi, fl. 34, 127; tom. xxxii, fl. 136 v.<sup>o</sup>; tom. xxxiii, fl. 143 e 143 v.<sup>o</sup>, fl. 144; tom. xxxvii, fl. 123, 125 v.<sup>o</sup>

<sup>2</sup> A. M. C., *Registo*, tom. xxiii, fl. 23.

assima e ho ditto ãtº gomes jurou no juramento dos sãtos euãogelhos em que pos a mão e prometeo no officio de mallegeiro fazer uerdade ao pouo e comprir ho Regimento

̄ mais se obrigou a seruir a çidade e pagar pera as festas e joguos della e a dallos sendo lhe lansados e aseitar soldados e en todo obedeser ao que a camara ordenar e renunciou os priuilegios a que chamar se possa posto que seião emcorporados em direiio e assinou aquy

Antonio gomes <sup>1</sup>

Não quer porêem isso dizer que em Coimbra houvesse em todo o século xvii apenas duas fábricas em que a louça branca se pintava, ou uma só se imaginarmos, como poderemos fazer, pela igualdade dos apelidos que António Gomes sucedeu a João Gomes, cujos dados biográficos ignoramos absolutamente.

A importância da faiança em Coimbra, neste século, deduz-se pelo contrário do aparecimento de um novo officio e logo na primeira metade do século xvii, o de *pintor de louça*, encontro designados como pintores de louça, nos registos paroquiais: *Manuel Antunes* por ocasião do seu casamento em 22 de Novembro de 1628; *João Correa*, casado com Maria Gaspar que baptizou na igreja de Santa Justa, um filho com o nome de Jerónimo, em tres de Maio de 1639; *Diogo da Silva*, casado com Francisca dos Anjos de quem houve um filho com o nome de António, baptizado na mesma igreja, em 29 de Abril de 1645; *Antonio Simões*, casado com Maria Ferreira, que baptizou com o nome de Maria, em Santa Justa, uma filha em 5 de Janeiro de 1648 e *Jeronimo de Oliveira*, *Antonio João*, *Antonio Pinto*, *Manuel Marques*, *Antonio Pinto*, *José Carvalho*, *José Fernandes*, *Manuel Gomes*, *Salvador Carvalho*, *Manuel Leal*, que morreram de Março de 1643 a 18 de Junho de 1698.

As cartas de exame eram passadas pelos *juizes do officio*, cujos nomes começam a figurar nelas desde 4 de Março de 1525.

São conhecidos, no século, xvi, por documentos encontrados por mim nos livros do Arquivo Municipal de Coimbra, os nomes de Pero Jorge e João de Coimbra *exsejnadores* (1525), Pero Jorge, *olº e juiz* (1533), João Fernandes e Pero Gonçalves *oleyros e juiçes examjnadores do dito hoffçio* (1558, 1559), Baltasar de Coimbra, *juiz examinador do dito ofycio* de oleiro (1560), Miguel Fernandes e Pires Mateus, *olros juiçes do dyto ofycio* (1572, 1573, 1574), Jerónimo Gon-

<sup>1</sup> A. M. C., *Registo*, tom. xxx, fl. 33.

çalves e António Pires, *juizes do dito officio* de malegueiro (1577), Francisco Fernandes e Pascoal Fernandes, *examinadores do dito officio* de fazer e lavrar telha e tegelo (1590). Neste mesmo ano de 1590, Francisco Fernandes e Pascoal Fernandes figuram como juizes examinadores do officio de oleiro <sup>4</sup>.

A maior parte das vezes o registo das cartas diz que os examinados o foram pelos juizes do officio, sem lhes mencionar os nomes.

A venda e fabrico da louça só era permitida no século XVI a quem a fabricasse, para o que era necessário ter carta de officio registada na Câmara.

Quando, porém, morria o dono de uma fábrica, e esta ficava sem administração, a Câmara permitia que até à sua liquidação a viuva a administrasse, ou ficasse por conta dela à frente do estabelecimento um dos seus criados, que, comquanto prático, não tivesse carta de officio.

Algumas viúvas de oleiros tinham prática do officio, por isso o acôrdo de 8 de Dezembro de 1602 permitiu que se lhes concedesse licença para vender *cõ licita causa e verdadeyra ãformação*.

É possível que o acôrdo estabelecendo a excepção que permitia a venda da louça às viúvas dos oleiros, não fizesse mais do que legalizar prática que era já costume antigo.

Nos livros de registo paroquial encontra-se às vezes a designação de *oleira* dada a mulheres, mas com tanta raridade que me leva a supôr que só se fazia quando elas exerciam a profissão.

Nos registos de baptizados, por exemplo, da Freguesia de S. João de Santa Cruz, encontrei em 1546 menção de uma Isabel Pires, oleira, que suponho viuva, e encontro, nos mesmos registos, casada em 1552 com o oleiro Pero Anes, que enviudara de Antónia Fernandes, com quem estava casado em 1548.

Como oleira, encontro também em 1601 designada Maria Braz, de quem sei apenas ter reecbido do cabido da Sé de Coimbra o preço de oito mil e oitocentos de quatro milheiros de telha e seu carroto.

No livro de óbitos de Santa Justa, anda finalmente em 24 de Agosto de 1640 o falecimento da *oleira* Isabel Bautista.

A oleira não era por isso a mulher do oleiro, como poderia supôr-se, mas sim a viuva do oleiro, quando continuava a fabricar e a ter tenda.

---

<sup>4</sup> A. M. C., *Registo*, tom. I, fl. 289, 351 v.º; tom. II, fl. 240, 260; tom. III, fl. 205, 285, 320 v.º, 665; tom. VI, fl. 115 v.º.

Assim se devem compreender também as referências dos livros de registo da Câmara.

A carta de oleiro era necessária para vender, porque o negociante de louça era responsável pela sua qualidade e não podia alegar ignorância do officio.

Alguns destes oleiros não tinham fornos próprios para coser a louça que fabricavam, e cosiam-na em fornos alheios, sendo porêem sujeitos os produtos à inspecção dos juizes do officio, e proibida a cosedura de produtos extranhos à fábrica a que pertencia o forno, quando não tivessem sido feitos por oleiros com carta de exame do respectivo officio.

A revenda de louça era proibida. O vendedor de louça era sempre um oleiro, exercendo a sua profissão em officina própria ou alheia.

A venda de louça podia fazer-se pelos servidores dos fabricantes, quando estes o requeriam à Câmara e justificavam o pedido.

Assim, encontro em vereação de 2 de Maio de 1587:

«nesta cam<sup>ra</sup> foy Dado l<sup>ca</sup> p<sup>a</sup> poDer VenDer lousa a cryada De Simaõ borge Cabya o tpo cõtheuDo na piticaõ q̄ apresentou nesta cam<sup>ra</sup> o Dto Simaõ borges p<sup>o</sup> cabral o sp̄j».

Não é fácil ter uma opinião determinada sôbre os produtos da olaria coimbrã no século xvi.

No primeiro documento da collecção que publicamos (19 de Fevereiro de 1556) designam-se por *louça de malega*, *louça de barro* ou *louça e malega*, querendo por *louça ou louça* de barro indicar a que fabricavam os oleiros e por *malega ou louça de malega* a que faziam os *malegueiros*.

Nêste documento não há referências aos juizes dos officios, nem à sua regulamentação (Doc. I).

Na primeira carta de officio de oleiro, registada na Câmara e que tem a data de 4 de Março de 1525 (p. 40), passada a Mendo Pires, oleiro, se faz já referência aos examinadores Pero Jorge e João de Coimbra.

Por outra carta de 13 de Setembro de 1532 se vê (p. 40) que era costume jurarem os oleiros na ocasião em que registavam a sua carta, fazer verdade ao povo.

Do exame das cartas se conclui que os officios de oleiro e malegueiro estavam organizados em Coimbra desde o começo do século xvi e que os artistas, para exercer officio, eram obrigados a fazer exame já antes de 25 de janeiro de 1556, data do primeiro regimento conhecido, o que nos leva logicamente a admitir a existência de outro ou

outros regimentos anteriores, hoje perdidos, apesar de naquele não haver referência alguma a estes.

Não se compreenderia o registo das cartas sem postura camarária que o tornasse obrigatório e conseqüentemente a regularização dos respectivos officios.

Como se vê da colecção de documentos que publicamos, os regimentos dos officios existiam manuscritos, nas mãos dos juizes ou dos artistas, isto é, dos interessados, e muitas vezes não ficavam registados nas actas das vereações que lhes faziam referências.

Dêsses documentos se conclui também: que desde o comêço do século XVI os officios de oleiros e malegueiros estavam organizados e eram officios distintos, com juizes e examinadores próprios, e que ninguêem os podia exercer sem fazer exame e haver carta de aprovação passada pelos juizes, sendo-lhes depois registado esse documento na Câmara, e recebendo dela carta em forma para servir e usar do officio, passada pelos regedores, selada com o sêlo da Câmara, depois de ter jurado fazer verdade ao povo, respeitar as ordens da Câmara, contribuir para os jogos e festas dela e obrigar-se a prescindir de privilégios, juiz de seu fôro e a responder perante os officiais da Câmara (p. 49).

A primeira menção dos juizes do officio, fóra das cartas, encontra-se no regimento de 26 de Janeiro de 1556, não fazendo porém referência ao seu cargo de examinadores e apenas à obrigação que lhes impõe de visitar as oficinas para não deixar vidrar obra que não fôsse bem cosida e feita da mistura de barros que o mesmo regimento manda.

No regimento de 26 de Maio de 1569 manda-se que os officiais do officio de oleiro elejam juizes para exercerem os seus lugares durante um ano e que a eleição se faça na Câmara para se evitar subornos e eleger juizes de boas consciências e aptos para tal cargo, impõe-se-lhes a obrigação de olhar pela mistura de barros, e fixação de seus preços, cosedura e vidrado da louça, mas nada se diz ainda sôbre o exame dos officiais e o aprendizado do officio (Doc. III).

A má qualidade da louça coimbrã, a facilidade com que estourava quando sujeita ao fogo e a regulamentação official das misturas de barro e dupla cosedura com que procurava remediar-se o mal e que originou o regimento de 21 de Março de 1556, deu lugar também aos de 26 de Maio de 1569 ao de 9 de Julho de 1571 (Doc. IV), 11 de Agosto de 1576 (Doc. VII), 3 de Março de 1584 (Doc. XII), 24 de Outubro de 1590 (Doc. XXV), 25 de Janeiro de 1595 (Doc. XXVIII), 19 de Outubro de 1596 (Doc. XXX) e 31 de Outubro de 1596 (Doc. XXXI).

Esta repetição das mesmas medidas não pode explicar-se apenas por se não porem em prática as respectivas posturas, mas pela sua insuficiência. A louça continuava a partir apesar da rigórosa aplicação das medidas, que não era bastante para remediar o mal que ainda hoje dura. E isso originou a prática, depois seguida, de mandar vidrar, em Coimbra, louça mais resistente doutras regiões (Cantanhede e Molelos) e servirem-se dela para ir a fogo.

Estes primeiros regimentos são simples posturas municipais com o fim apenas de garantir os interesses dos compradores, dados aos oleiros e malegueiros como *regimento* para por êle se *regerem*. Não são, pelo menos os que restam, regimento do ofício, regulando-o, por isso não é de estranhar a falta de indicações que nêles se nota sôbre a natureza dos produtos da indústria coimbrã.

¿ Produzir-se-iam, já no século xvi, faianças em Coimbra?

Nos primeiros documentos (do século xvii) em que se faz referência segura à faiança coimbrã, esta é designada por *louça branca*.

Os documentos do século xvi falam em louça que há de servir de fogo — cujo barro era formado de duas partes de barro vermelho e uma parte de barro áspero, barro portanto *vermelho*, e barro *branco*, mistura de partes iguais de barro de Treixomil e da Póvoa (Doc. II).

O regimento dos malegueiros de 21 de Março de 1556 em que pela primeira vez aparece esta distinção, nada diz sôbre a natureza do vidrado de uma e outra espécie de louça e sua diferença de composição, se por ventura a havia.

O regimento de 6 de Maio de 1569 manda primeiro *coser em branco* toda a louça vidrada, *a qual fariam e lavrariam dos barros dos sitios de Treixomil e da povoa do Bordalo, misturando o dito barro tanto de um como do outro* (Doc. III).

É, como se vê, o mesmo *barro branco* do regimento anterior. O *barro vermelho* dêste regimento era feito de uma mistura de *duas carradas de barro vermelho* de Alcarraques ou de Antuzede, com uma carrada de barro branco da Adémea (p. v).

O barro de S. Martinho não era usado senão para telha e tijolo. É neste regimento que se faz a primeira referência à má qualidade do barro de S. Martinho e manda que os oleiros o não tenham em suas casas e os carreiros o não levassem senão aos rocios e lugares públicos em que se fazia a telha e o tijolo, únicos produtos cerâmicos em que poderia ser utilizado (Doc. III).

No regimento de 9 de Julho de 1571, em que se determinou de novo as mesmas misturas de barro, se escreve: *E quanto ao barro de que se lavra para cousas vidradas, pela informação que se tomou*

miudamente neste caso ordenaram e mandaram que d'aqui em diante se não lavrasse barro para vidrado senão na maneira seguinte: do barro da Povoas das Duas e de Treixosmil a terça parte da qual massa de barro farão todas as vasilhas que não houverem de chegar ao fogo.

Donde se vê que no século XVI, em Coimbra, na linguagem corrente do ofício, *louça vidrada* era a dos objectos que não iam ao fogo comquanto estes fôsem vidrados também. Não pode porém concluir-se daqui que esta louça de barro branco, *louça vidrada* fôsse o ofício de branco por que nos regimentos do século XVII se designava a faiança. E não pode também concluir-se o contrário.

Em nenhum destes regimentos se faz referência à pintura da louça e natureza do vidrado.

As *taixas* dos oleiros e malegueiros nada nos dizem também sobre este ponto comquanto sejam preciosas para estabelecer as diferenças que havia entre os dois ofícios.

Os oleiros não faziam nem vendiam louça vidrada, esta era apenas da competência dos malegueiros (Doc. IV e VI<sup>1</sup>).

Os oleiros produziam segundo a taxa de 12 de Novembro de 1573 (Doc. V): talhas grandes com seu testo, cântaros grandes brunidos, alguidares, quartas, infusas, cabaças, púcaros para beber com seu

<sup>1</sup> O termo *malegueiro* ou *malgueiro* não se encontra nos dicionários portugueses nem antigos nem modernos. Apenas Bluteau inscreveu no seu vocabulário *malagueiro*, palavra diferente a que, na esteira de Tomás da Luz e Bento Pereira dá o significado de contratador de pano de linho. De Bluteau passou o termo para os dicionários mais modernos e assim se encontra com a mesma significação ou a de fanqueiro nos de Morais e Cândido de Figueiredo.

Não traz também Bluteau a palavra *malga* que se encontra em Morais com as formas *málega*, *malegua* ou *malga* e o significado de *tijela em que de ordinário se comem as sopas*, e em Cândido de Figueiredo na forma *malga* que supõe derivada do lat. *madiga* e do gr. *magis*, a que dá a significação de tijela vidrada de branco ou de côr.

Fr. João Pacheco nos *termos dos Alvaneos, Pedreiros Oleiros e outros semelhantes* do tomo II do seu *Divertimento Erudito* (1738) não insere o termo *malgueiro* ou *malegueiro* nem *malagueiro* e só *malga* que, segundo elle, é tijela de barro em algumas partes. Fr. Domingos Vieira apenas traz *malega* ou *malga* com o significado *provincial* de tijela.

Nos ceramólogos portugueses não se encontra nem a significação das palavras *malgueiros* e *malga*, nem a distinção entre oleiros e *malgueiros* ou *malegueiros*.

O sr. Joaquim de Vasconcelos, subtil perscrutador e informador escrupuloso, apenas estabelece a diferença, nos documentos, entre *teiero* e *telleyro* dos forais medievais portugueses (1055-1277), também designados por *tegularii*, fabricantes de telha, tijolo ou ladrilho, que pagavam dízima e os *oleiros* ou *olariii*, fabricantes de vasilhame, cujo fabrico era livre (*Cerâmica Portuguesa*, série II, pág. 108).

alguidarinho para debaixo e testo, púcaros de corucheu com pé, púcaro para beber sem pé, *chão*, janelas, almotolias, privados, tijelas para uma pessoa ou companhia, tijelas para salgar carne, vieiras para candieiro, potes para azeite, talhas para lagar, fogareiros, assadores de castanhas, bacios de barro para assar carne em forno real, telha (de canudo e outra), tijolo (de alvenaria, forçado, para fornos de ladrilho, mazaril para ladrilhar, chanfrado para portais e janelas).

Os produtos dos malegueiros eram, segundo a taxa de 5 de Dezembro de 1573 (Doc. VI:) alguidares *vidrados*, panelas *vidradas*, azados para coser *vidrados* por dentro somente, púcaras *vidradas*, málegas *vidradas* por dentro e fora, da feição de porçolanas, delgadas de bordas, málegas maiores repolgadas pelas bordas, bacios para comer *vidrados* por dentro, salceiras de mostarda, almotolias *vidradas*, candieiros *vidrados*, tijelas com seu cabo, privados *vidrados* com seu testo, perfumadores de dois cumes de coruchéus, cuzcuzeiros.

Donde se conclui que a louça vidrada era de competência apenas dos *malegueiros*, além das málegas que deram o nome ao ofício.

O malegueiro representa apenas, me parece, um grau superior do ofício, de produtos mais variados, perfeitos e vidrados, o que importava instalações mais importantes e fornos maiores. De acôrdo com êste facto está o ter sido sempre o número dos malegueiros muito inferior ao dos oleiros, que em si abrangiam, além dos produtores de vasilhame, os fabricantes de telha e tijolo, estabelecidos, ao ar livre, pelos rocios, tanto das olarias na cidade, como no arrabalde (p. 46 e 47).

Tanto oleiros, como malegueiros, lavravam o barro vermelho e faziam louça para ir ao fogo (Doc. II).

Como se depreende das *taixas* (Doc. V e VI), só os malegueiros faziam louça vidrada, o que é confirmado pelo regimento dos malegueiros de 21 de Março de 1556, mandando que se não *vidrem* as peças sem serem primeiro cosidas e não sendo desenfornadas da primeira cosedura sem a presença dos juizes do ofício que verificavam se eram feitas das misturas dos barros mandadas pelo regimento e estarem bem cosidos e pelo regimento dos *oleiros e malegueiros* de 26 de Maio de 1569 impondo a *oleiros e malegueiros* que não lavrassem obra com o barro de S. Martinho, o qual não poderiam ter dentro das suas casas, nem os carreiros levar senão aos rocios e lugares públicos em que se fazia a telha e tijolo, enviar produtos em que poderia ser empregado *especificadamente* aos malegueiros que não enfornassem louça *depois de a ter vidrado* sem ser primeiro vista pelo juiz do ofício.

No regimento de 9 de Julho de 1571 escreve-se porê:m:

j Primeiramente acordaram que daqui em diante nenhum *oleiro* nem *malegueiro* faça panelas vidradas nem outros vasos de barro em que se haja de coser ao fogo *vidrados*; sómente lavrarão as ditas panelas e vasos sem serem vidrados por dentro nem por fora e as farão do barro vermelho de Alcarraques, do forte, e não de favaca, e do barro de Adémia.

s. do barro vermelho de Alcarraques lançarão na massa do dito barro, para efeito dos ditos vasos, duas partes, e do barro da Adémia a terça parte, e, feita a massa da mistura e quantidade dos ditos barros, farão e lavrarão os ditos vasos para cozer ao fogo sem mais ter outra cousa nem vidro algum, e será bem cosido. E os ditos *oleiros* serão obrigados antes que lavrem a massa do dito barro nem a misturem a chamar o juiz do dito officio para ver e examinar se o dito barro é conforme a este regimento (Doc. VI).

Donde poderá inferir-se que *oleiros* e *malegueiros* eram por vezes abrangidos pela mesma denominação de *oleiros*, o que é verdade (Doc. XXV, XXVIII e LIII), mas nunca que os *oleiros* fizessem louça vidrada.

Se os *oleiros* e *malegueiros* são reunidos no mesmo *item* é porque a mistura de barros para que êle preceitua era comum aos produtos dos dois officios e a ambos impunha a obrigação de fazerem examinar pelos juizes *se o dito barro é conforme a este Regimento*.

E tanto assim é que no *item* immediato, quando trata do barro que se lavra para coisas vidradas que não houverem de chegar ao fogo, não menciona já senão os *malegueiros* que tinham por officio êsses produtos.

O *malegueiro* era, como se vê, um *oleiro* de vidrado.

Assim é que no *ttº do cozer da louça* em que há apenas referência à louça vidrada (31 de Outubro de 1596) se faz alusão simplesmente aos *malgueiros* (Doc. XXXI).

*Malegueiro* de louça branca (1609) e *malgueiro* de malga branca (1625) designam fabricante de faianças. Era no officio de *malgueiro*, *oleiro* de vidrado, que a faiança deveria naturalmente aparecer.

Como objecto vidrado por dentro e por fora, são designados na *taixa do officio de malgueiros*: *panelas, máleguas ou pequenas e de feição de porcelanas de bordos delgados, ou maiores de bordos repolgados*. Seriam também vidrados por fora os *candieiros*, *privados*, *perfumadores* e *cuscuzeiros* (Doc. VI).

É para notar que os *bacios para comer* são apenas vidrados por

dentro, o que nos impede de podermos atribuir a esta designação os bacios ou bacias que poderiam pela factura e pelo desenho supôr-se feitos nesta época.

Do que fôsse um candieiro vidrado de barro dêste tempo, nada tenho encontrado em esculturas ou pinturas que possa esclarecer. A mesma observação pelo que diz respeito ao *cuscuzeiro*, *salceiras* e *panelas de conserva*. Não me parecem equivalentes, como hoje, os termos *tijela* e *malga*.

O preço igual das malegas e bacios vidrados para comer, parece indicar que êstes produtos deveriam utilizar a mesma quantidade de matérias primas e ter usos idênticos.

A primeira referênciã que encontramos relativa ao vidrado é a da vereação de 11 de Agosto de 1576: *É que em quanto se vidrar com alcanfor, não era necessario mais que coser se uma só vez, e que sendo caso que se vidre com chumbo, então se cozerá duas vezes como no Regimento se contem porque tem por informação que é metal tão duro que cosendo se uma só vez ficava mais cosido do que ficava o vidrado com çhumbo duas vezes.*

Donde é lógico concluir, com uma certa probabilidade histórica, que em 11 de Agosto de 1576 se não empregava ainda em Coimbra a cuberta estanifera, visto que o *alcanfor* é uma galena de chumbo.

Não há, em todos os documentos de que tivemos notícia, até ao fim do século XVI, menção de outros vidrados que não sejam os de chumbo, quer em regimentos e posturas, quer em cartas de officio e nestas apenas a encontrei uma vez na carta de Brás Miguel (21 de Dezembro de 1584).

Por esta carta (p. 45), é Brás Miguel autorizado a servir o officio de malgueiro de *malega verde* e *amarela*. Donde não será talvez ilógico concluir que já em Dezembro de 1584 estavam em Coimbra separados os officios de *branco*, *verde* e *amarelo*, isto é, que já em Coimbra se fabricava faiança.

Esta hipótese adquire verosimilhança se atendermos à carta de Pero Fernandes (24 de Novembro de 1608), *carta do officio de malega branca de Talavera* (p. 50) comquanto só em 16 de Setembro de 1647 encontremos a primeira referênciã fora de dúvidas de interpretação a *louça branca pintada e vidrada* (p. 50).

O regimento de 1623 estabelece claramente também os três officios de louça branca, verde e amarela, e de barro singelo, o que indica que êstes officios eram já anteriores e tinham adquirido importância bastante os seus officiais para ser examinados e ter cada um juiz próprio que com outro adjunto examinasse os artistas e lhes passasse carta de officio, *como se costuma*, quere dizer como já se estabelecera

por costume; e a exigência de seis anos de aprendizado mostra que já anteriormente a 1520 estavam os ofícios separados e a prática mostrara serem necessários seis anos para o respectivo aprendizado.

Além disso os *regimentos* nunca fizeram indústrias, mas sim foram sempre o resultado do desenvolvimento destas ou das suas crises.

O regimento de 1626 faz por isso presupor uma indústria cerâmica anterior, desenvolvida e adiantada, o que aliás é confirmado pelo exame de Amador Francisco (p. 42) feito em Lisboa e estabelecimento dêste em Coimbra o que demonstra documentalmente que o desenvolvimento da indústria cerâmica nas duas cidades se não fez isoladamente, antes entre elas houve dependências recíprocas. Em 1570 se fabricava já faiança em Lisboa, e comquanto a carta seja de *oleiro*, não devemos esquecer que esta designação era genérica a *oleiros e malegueiros*.

Apezar do escrúpulo que temos pôsto sempre em não tomar por *faiança a louça branca* dos documentos do princípio do século xvii em Coimbra, não podemos deixar de notar a frequência com que nêles se encontra esta designação, coincidindo com o extraordinário desenvolvimento da indústria cerâmica em Coimbra nêsse tempo, que obrigou a Câmara a tomar providências contra a grande carestia da louça (19 de Maio de 1601), fornos de louça fora do sítio das olarias (26 de Julho de 1606), a venda da louça por preços superiores à taxa (6 de Abril de 1606), a exploração do barro nos olivais, rocios, caminhos e serventias da cidade (3 de Março de 1607), os fornos pequenos que para cozer louça se tinham feito pela cidade, (17 de Maio de 1608), o fazer das peças por dúzia e não a jornal (21 de Fevereiro de 1609), o cosimento da louça na caldeira dos fornos (23 de Março de 1609), o que mostra que no primeiro decénio do século xvii a indústria cerâmica se popularizou e generalizou em Coimbra.

Nem de outra forma o regimento de 1626, em que todo êste movimento se reflete e se condensaram e reuniram as posturas diversas da Câmara a tal respeito, poderia exigir seis anos de aprendizado e, como prova de exame do ofício de *oleiro de branco, huã botica com todas as pesas q̄ nella se requerẽ, e as mais pesas q̄ o juiz lhes ordenasse*.

O aparecimento da faiança em Coimbra deve por isso fixar-se, o mais tardar, no princípio do século xvii.

É muito provável que date do século xvi.

Há, porém, falta absoluta de faianças, que possam atribuir-se seguramente a esta data.

Nos documentos do século xvii fala-se em louça *vidrada de barro*

e branca (1 de Janeiro de 1603), *louça de barro e branca* (4 de Março de 1606), *louça de barro vermelho* e *louça vidrada* (17 de Maio de 1608), *louça vidrada de verde e amarelo* com dois cosimentos, um quando a louça estava em branco, outro depois de vidrada (último de Fevereiro de 1609). *louça vermelha e vidrada e branca* (27 de Abril de 1611), *louça branca*, *louça verde amarela* e *louça de barro singelo* (8 de Julho de 1623) <sup>1</sup>.

Só na última das citações é que se faz, por forma indubitável, referência a faiança (louça branca).

Nas outras, acentua-se apenas a diferença de côr entre a louça de barro vermelho e o barro de que se lavrava para coisas vidradas, mistura de barro da Póvoa e de Treixomil e portanto barro branco, donde o chamar-se-lhe *em branco* antes de vidrada e *branca* depois de vidrada.

Só em documentos posteriores a 1623 é que pode tomar-se sempre a *louça branca* por faiança.

O que não quer dizer que em Coimbra se não fabricasse antes desta época, mesmo não dando valor à carta de Pero Fernandes (24 de Novembro de 1608) de licença e exeminação do officio de *Malega branca de Talavera*, e interpretando o documento, não como de licença para fabricar louça, feição de Talavera, mas para vender louça de Talavera, como mandavam as posturas de 21 de Novembro de 1584 (Doc. XVII) e 9 de Março de 1585 (Doc. XX).

Louça de fora era provávelmente também a que apresentou Jorge Fernandes em vereação de 16 de Novembro de 1583 para lhe ser taxada (Doc. XII).

Mas nada disto destroe o facto de haver já no princípio do século xvii, em Coimbra, a indústria de pintor de louça, como se prova do documento transcrito (Doc. XXXVI) em que Bento Rodrigues, um dêles, veiu desistir perante a Câmara em 29 de Março de 1603 do privilégio de mamposteiro da igreja de S. Pedro, e portanto o fabrico de faiança, em Coimbra, nessa data.

Conquanto seja convicção minha que já no século xvi se fez faiança em Coimbra, nunca encontrei peça, nem nas que colleccionei, nem nas que estudei nas colecções alheias, públicas ou particulares, que pudesse com segurança attribuir ao fabrico conimbricense.

Estas considerações são reforçadas por algumas notas que encontrei também, num livro que achei perdido e não catalogado, no Arquivo Municipal de Coimbra, e em que se conservaram as actas dos

---

<sup>1</sup> Cf. Documentos, p. XXXV, XXXIX, XLIII, XLV, LIII, LVII.

repartidores das sisas no ano de 1567<sup>1</sup>, que vem corroborar e completar os dados dos documentos que deixamos citados.

<sup>1</sup> Este livro não tem já termo de abertura. O de encerramento lê-se no final do verso da fol. 240, a última do livro:

«Este liuro he da Repartição das sisas desta cidade de coimbra deste ano de quinhêtos e sesenta e sete anos. Em q̄ as tem taobem tomado p emcabecam<sup>to</sup> / o qual tem doçêtas e cuorenta folhas. Em dez quadernos jguais de uinta quatro cada hũ. as quaes forão cõtadas e asinadas por mj o doutor felipe de barbudo Cor na comarqua desta cidade ao prim<sup>o</sup> dia de feuo da 567.

Philipp . . . ».

Tem, como diz o termo de encerramento, 240 fôlhas não numeradas no verso, rubricadas por Felipe de Barbudo.

Abre na fôlha 2 com o *Auto Da elleicão Dos repartiDores* e respectivos juramentos que vai até f. 6. Segue-se-lhe (f. 6 v.º) a primeira acta dos fintadores de 4 de fevereiro, começando na fol. 8 a *Repartiçãõ do que coube este ano de 567 aos moradores na freguesia da See*.

A fol. 11: 1º *Dos q̄ forão esquesidos no año pasado Desta freguesia*

A fol. 13: 1º *Dos moradores Da freguesia De saõ xpaõ*

A fol. 16 v.º: 1º *Dos noveis e pas q̄ figuringaõ por repartir na sisa do Ano pasado de 1566. nesta freguesia de saõ xpaõ*

A fol. 18: 1º *Da freguesia de saõ Johaõ dallmedina*

A fol. 22: *freguesia de saõ pº*

A fol. 26: 1º *Dos noveis e pas q̄ figuringaõ por repartir nas sisas ho Ano pasado nesta freguesia de saõ pº*

A fol. 28: *Repartiçãõ do q̄ coube. paguarem este ano de 567 aos moradores na freguesia de salvador*

A fol. 30: 1º *Dos noveis e outras pas q̄ figuringaõ por repartir na sisa dos moradores desta freguesia do Sallvador q̄ se naõ fintaraõ ho Ano pasado / .*

A fol. 49: *Repartiçãõ do q̄ coube este ano de 1567 averem de pagar os moradores na freguesia de Santa justa*

A fol. 56 v.º: 1º *dos noveis e pas q̄ figuringaõ por repartir o Ano pasado / .*

A fol. 58: 1º *Da freguesia de saõ Johaõ de Santa cruz*

A fol. 69: *Reposicãõ do q̄ coube aõem de pagar este ano de 567 os moradores na freguesia de Santiago*

A fol. 84: 1º *Dos noveis q̄ figuringaõ*

A fol. 87: *Repartiçãõ do q̄ coube pagarẽ este ano de 567 os m.res na freguesia de Saõ br<sup>to</sup> (Saõ Bertolameu) / .*

A fol. 100: 1º *Dos moradores do burguo de Santa clara desta freguesia*

A fol. 115: 1º *Das pas q̄ figuringaõ por fintar nesta freguesia de saõ bertolameu ho Ano pasado de 1567*

A fol. 121: *Juram<sup>to</sup> dos refintadores*

A fol. 122: *Repartiçãõ q̄ os ditos refintadores fizeraõ nos fintadores e seus parêtes deste Ano de sasemta e sete e a seus parêtes he a se gujte*

As sisas eram repartidas segundo o *meneo e trato* de cada um por uma junta de *repartidores*, a que também se chamava *fintadores*, eleita em vereação composta das pessoas da governança e casa dos vinte e quatro dos mesteres. Eram em número de seis: dois pelos cidadãos, dois pelos mercadores e dois pelo povo. Além dos *fintadores*, havia os *refintadores*, escolhidos entre os que mais votos obtinham depois dos *fintadores* e tinham o encargo de repartir a sisa que competia aos *fintadores* e a seus parentes.

As actas dos *fintadores* são de um grande interêsse, porque nos dão o número de habitantes, as suas profissões e os seus haveres que naturalmente se deduzem da quantia que lhes era distribuída. As actas dos *refintadores* esclarecem-nos sôbre o patentesco dos moradores e particularidades biográficas que só nelas se encontram.

As actas dos *fintadores* parece não terem merecido um grande interêsse ao sr. dr. João Maria Correia Aires de Campos quando se não referiam a *finta* especial determinada por obra do município ou motivo político, pois deixou de as pôr a recato no arquivo e de as catalogar.

As que podemos ainda encontrar foram por nós catalogadas e algumas já utilizadas no presente trabalho e em outros em preparação sôbre as indústrias coimbrãs.

São estas actas também documentos valiosos para o conhecimento da topografia da cidade conforme as diversas épocas a que se referem, pois nos dão também o número das ruas em cada freguesia e os seus nomes, o número de habitantes e por elas se pode conhecer a evolução da cidade e as suas transformações sucessivas.

A eleição dos *repartidores* fez-se, neste ano de 1567, a 3 de Fevereiro, assistindo àlêm dos vereadores, fidalgos, cavaleiros e povo, chamados, segundo o costume, por sino tangido e porteiro da câmara, e foram eleitos para *fintadores*: pelos cidadãos, o dr. Jorge de Sá e Gonçalo Leitão; pelos mercadores e tratantes, João da Fonseca e Heitor Fernandes; por parte do povo, Afonso Nunes, ourives, e Domingos Lopes, luveiro.

A eleição dos *refintadores* fez-se no mesmo dia, pois eram escolhidos entre os que obtinham mais votos depois dos *fintadores* ou *repartidores*.

Tinham, como dissemos, o cargo de fintarem os *repartidores* e seus parentes dentro do segundo grau. Para êste ano de 1567 foram

A fol. 126: *Auto Do q̄ Requereraõ os pdores Desta cidade*

A primeira fôlha tem apenas a indicação: *Lº do ano de 1567*. Ficaram em branco as folhas 27 v.º, 32 a 49, 112 a 121, 125 v.º, 129 v.º a 240 v.º.

eleitos: João de Beja Perestrelo e João Gonçalves de Sequeira, pelos cidadãos; João Gonçalves e Bernaldo Pires pelos tratantes; Miguel Alvarez e João Fernandes, pelo povo. Prestaram juramento em 15 de Fevereiro.

Às sessões de fintadores e refintadores assistia o corregedor da comarca que, neste ano, era o dr. Felipe de Barbudo <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Nêste livro se encontram as referências curiosas seguintes :

Na freguesia da Sé :

Rxb	í	<i>bastiaõ paiz quantor trezêtos r̄s</i>	. . . . .	iijc̄rs
xxxxb	í	<i>Johaõ fr̄z trombeta trezêtos r̄s</i>	. . . . .	iijc̄rs
xxxxb	í	<i>Martim Vaaç saralheiro / Duçêtos e quorêta r̄s</i>	. . . . .	ijc̄R
Rxb	í	<i>Do botelho p̄tor cêto e vjte r̄s</i>	. . . . .	ct <sup>o</sup> xx

í *a molher q̄ foi De lois alluç ouriveç adiãte vay*

Na rua das fangas :

í *Sebastjaom de estoquame trezêtos e sasêta* . . . . . iiijclx

Na freguesia de S. Pedro :

Rxb	í	<i>Johaõ da bareira imprimidor trezêtos e vjte</i>	. . . . .	iijc̄xx
Rxb	í	<i>ao pra quantor Duçentos r̄s</i>	. . . . .	ijc̄
xxxxb	í	<i>Anto de castilho cem r̄s</i>	. . . . .	ct <sup>o</sup>
xx	í	<i>Antonio fr̄z saralho quorêta r̄s</i>	. . . . .	R

Na freguesia do Salvador :

xxxx	í	<i>Anto Cardoso jmaginario cem r̄s</i>	. . . . .	ct <sup>o</sup>
xxxxb	í	<i>damiaõ gill jnprimidor cêto e quorêta r̄s</i>	. . . . .	ct <sup>o</sup> R
xxxxb	í	<i>Jorge nuneç cantor do bpo cemto e sasêta</i>	. . . . .	ct <sup>o</sup> lx
xx	í	<i>Johaõ homẽ trôbeta</i>	. . . . .	nada

Na rua da Figueira Velha :

xxxxb
 í | *fr<sup>co</sup> coelho fereiro ojtocêtos r̄s* | . . . . . | biijc̄ |

Na rua de mestre Fernando :

ct <sup>o</sup> xx	í	<i>Simaõ vaaç de camoês seis cêtos r̄s</i>	. . . . .	bjc̄
xxxxb	í	<i>Anto piç Saralheiro cêto e vite r̄s</i>	. . . . .	ct <sup>o</sup> xx

Na rua da Moeda :

ct <sup>o</sup> xx	í	<i>Jrmo de castilho cidadão</i>	. . . . .	nada
xxxxb	í	<i>Jaques buçell jmaginario cê r̄s</i>	. . . . .	ct <sup>o</sup>

Na rua da madanela :

xxxxb
 í | *Antonio Roiç fereiro oitêta r̄s* | . . . . . | lxxx |

No terreiro de Santa Cruz :

Rxb	í	<i>Johaõ Dé ruaõ architecto Duçêtos r̄s</i>	. . . . .	ijc̄
xxxxb	í	<i>Simaõ fra ouriveç ct<sup>o</sup> e vjte r̄s</i>	. . . . .	ct <sup>o</sup> xx

Na rua de Esteuão Nogueira :

xx	í	<i>manoel dias saralheiro Duçêtos r̄s</i>	. . . . .	ijc̄
x	í	<i>ma fr̄z molher De bar De Coimbra ct<sup>o</sup> e vjte r̄s</i>	. . . . .	ct <sup>o</sup> xx
xx	í	<i>fr<sup>co</sup> velho pintor quatro cêtos r̄s</i>	. . . . .	iiijc̄

No terreiro da Freiria :

xxxxb
 í | *Anto Jorge Saralheiro Duçêtos r̄s* | . . . . . | ijc̄ |

Na rua do almoxarife :

xx
 í | *po fr̄z fereiro trezêtos r̄s* | . . . . . | iijc̄ |

Compreende-se o sem número de reclamações a que deveria dar origem o lançamento de cada finta, não só por corresponder a uma avaliação dos trabalhos de cada oficina, como por ficar servindo de base a uma finta futura, e estas serem frequentes por motivo de guerras, visitas reais ou necessidade de obras municipais. Por isso eram sempre muitos os *agravados* e múltiplas as suspeições sobre fintadores e refintadores.

Na rua de Cruche :		
ī	<i>Anto frz saralheiro Duçētos e sasēta r̄s . . . . .</i>	ijclx
xxxxb	ī <i>Dos piç saralheiro duçētos e quorēta r̄s . . . . .</i>	ijeR
	ī <i>Johaō frz ourives dos mesteres treçētos e vjte . . . . .</i>	iijcxx
Rxb	ī <i>aº nuneç digo aº nuneç ourives cento e sasenta rs . . . . .</i>	ctolx
xxxxb	ī <i>bernaldo mell pintor ojtēta r̄s . . . . .</i>	Lxxx
Na rua da Calçada :		
	ī <i>Mell peixoto ouriveç cem r̄s . . . . .</i>	cto
xxxxb	ī <i>A mulher de balthesar frz ouriveç quatro cētos r̄s . . . . .</i>	iiije
Rxb	ī <i>belchior frz ouriveç quinhētos r̄s . . . . .</i>	bc
xxxxb	ī <i>Johaom carvalho ouriveç duçētos r̄s Digo duçētos e sasēta r̄s . . . . .</i>	ijclx
xxxxb	ī <i>lianor lopç va mólher q̄ foj de Anto frz ouriveç Seis cētos r̄s . . . . .</i>	bjc
Na rua do arco de Jorge Vaaz :		
xxxxb	ī <i>Lois gllç ouriveç ojtō cētos r̄s . . . . .</i>	biije
Na rua das tanoarias :		
x	ī <i>simaō Roiç pytor quorēta r̄s . . . . .</i>	R
<i>a molher.</i>		
xxxxb	ī <i>Amtonio frz maginarjo cento e vimte r̄s . . . . .</i>	ctoxx
xx	ī <i>simaō frz ferejro quatº vimteis Digo cento e sasēta . . . . .</i>	ctolx
	ī <i>frco dazevedo treslador vjte r̄s . . . . .</i>	xx
Na freguesia de S. Tiago (sem indicação de rua) :		
xx	ī <i>Dos allvēç boslador vjte r̄s . . . . .</i>	xx
xxxxb	ī <i>fernaō tavares treslador vjte r̄s . . . . .</i>	xx
Na Portagem :		
	<i>nicolau vaaç treslador quorēta r̄s . . . . .</i>	R
xxxxb	ī <i>fernaō de anes saralheiro Duçētos e vimte . . . . .</i>	ijcexx
xxxxb	ī <i>gar Soares ourives quorēta r̄s . . . . .</i>	R
xxxxb	ī <i>Johaō frz cutilº treçētos e v̄ite r̄s . . . . .</i>	iijcxx
xxxxb	ī <i>Manoel piç cutilº quinhētos r̄s . . . . .</i>	bc
Na freguesia de S. Bartolomeu :		
	ī <i>Amadeu borges cantor . . . . .</i>	nada
xxxxb	ī <i>frco dias Saralheiro duçētos r̄s . . . . .</i>	ije
xxxxb	ī <i>Dioguo lois pintor cento e v̄ite . . . . .</i>	ctoxx
xxxxb	ī <i>Mell lois ferejro mill r̄s . . . . .</i>	j
xxxxb	ī <i>tome rabelo cidadaō digo saralheiro / Duçentos r̄s . . . . .</i>	ije
Em Santa Clara :		
xx	ī <i>Dioguo frz trombeta oito centos r̄s . . . . .</i>	biiije
xxxxb	ī <i>glo miç fereiro quatº cētos r̄s . . . . .</i>	iiije
xxxxb	ī <i>Jorge gomeç ferejro quatº centos r̄s . . . . .</i>	iiije

Transcrevemos as notas dos oleiros como as encontramos no livro mencionado <sup>1</sup>.

Na freguesia de S.<sup>ta</sup> Justa e rua de mestre Fernando:

Rxb	ī	J. <sup>o</sup> De Coimbr <sup>ra</sup>	ol <sup>ro</sup>	seiscētos	řs . . . x . . . . .	bj <sup>c</sup>	
xxxxb	ī	Domjgos	Johaō	ol <sup>ro</sup>	quat <sup>ro</sup>	cētos řs . . . . .	iiij <sup>c</sup>
• Rxb	ī	R <sup>o</sup>	frz	ol <sup>ro</sup>	trezētos	e vīte řs . . . . .	iiij <sup>c</sup> xx
Rxb	ī	fernaō	miz	ol <sup>ro</sup>	Duzētos	e quorēta řs . . . . .	ij <sup>c</sup> R
xx	ī	Johaō	piz	ol <sup>ro</sup>	cēto	e vīte řs. . . . .	c <sup>to</sup> xx

Na rua da Moeda:

ī	Ant <sup>o</sup>	a <sup>o</sup>	ol <sup>ro</sup>	seis	cētos řs . . . . .	bj <sup>c</sup>	
Rxb	ī	Ant <sup>o</sup>	esteueis	ol <sup>ro</sup>	mill řs . . . . .	ī	
Rxb	ī	Marquos	fřz	ol <sup>ro</sup>	setecētos řs . . x . . . . .	bij <sup>c</sup>	
Rxb	ī	Antonio	piz	maleg <sup>ro</sup>	mill řs . . x . . . . .	ī	
Rxb	ī	tome	fřz	ol <sup>ro</sup>	sejs	cētos řs. . . . .	bj <sup>c</sup>

Na rua da madanela:

Rxi	ī	simaō	fřz	ol <sup>ro</sup>	sejs	cētos řs . . . . .	bj <sup>c</sup>
xxxxb	ī	g <sup>ar</sup>	esteueis	ol <sup>ro</sup>	trezētos	řs . . . . .	iiij <sup>c</sup>
ī	Antonio	fřz	ol <sup>ro</sup>	morto	. . . . .	nada	

Na rua de Lopo miç:

Rxb	ī	bastiaō	seco	ol <sup>ro</sup>	quat <sup>ro</sup>	cētos řs . . . . .	iiij <sup>c</sup>	
Rxb	ī	Simaō	piz	ol <sup>ro</sup>	oito	cētos rs Digo	oito . . . . .	bij <sup>c</sup>

No terreiro das olarias:

Rxb	ī	Johaom	gliz	maleg <sup>ro</sup>	crjado	de Ant <sup>o</sup> Anes	Seis	centos	
řs . . x . . . . .								bj <sup>c</sup>	
Rxb	ī	Dominguos	fřz	ol <sup>ro</sup>	cadimo	quat <sup>ro</sup>	cētos řs. . . . .	iiij <sup>c</sup>	
Rxb	ī	Ant <sup>o</sup>	fřz	ol <sup>ro</sup>	oitocētos	řs . . . . x . . . . .		biiij <sup>c</sup>	
Rxb	ī	Antonio	frz	maleg <sup>ro</sup>	quat <sup>ro</sup>	cētos	e sasēta . . . . .	iiij <sup>c</sup> lx	
Rxb	ī	P <sup>o</sup>	Anes	ol <sup>ro</sup>	o	velho	trezētos	e sasēta. . . . .	iiij <sup>c</sup> lx
Rxb	ī	Amaro	piz	ol <sup>ro</sup>	setecētos	e vj <sup>te</sup> . . . . .		bij <sup>c</sup> xx	

<sup>1</sup> Os números que se encontram adiante dos nomes indicam as quantias que a cada um haviam lançado os fintadores. Os que vão antes indicam a que tiveram de pagar depois de satisfeitos os *agravamentos* e reclamações.

Na freguesia de S. Cristovão acharam-se agravadas oito pessoas; na freguesia de S. João de Almedina, quatro; na do Salvador, quatro; na de Santa Justa, vinte e sete; na de S. João de Santa Cruz, setenta e sete; na de São Tiago, trinta e quatro; na de S. Bartolomeu, trinta e duas.

A cidade queixou-se de que os repartidores a tinham esfolado *por rezaō das quebras grandes q̄ ouue nesta cidade por Rezaō das avēsas grosas q̄ paguavaō os xp̄aōs novos os quais eraō presos e outros fugidos e o trato todo delles quebrado.*

Rxb ī mat <sup>os</sup> piz ol <sup>ro</sup> mill řs . . . . .	ĵ řs
Rxb ī Ant <sup>o</sup> Roiz maleg <sup>ro</sup> seis cētos řs . . . . .	bj <sup>c</sup>
Rxb ī fr <sup>co</sup> frz ol <sup>ro</sup> quat <sup>ro</sup> cētos řs . . . . .	iiij <sup>c</sup>
Rxb ī Johaō lopz maleg <sup>ro</sup> mill e oitēta řs . . . . .	ĵlxxx
Rxb ī allv <sup>ro</sup> gllz ol <sup>ro</sup> seis cētos řs . . . . .	bj <sup>c</sup>
Na rua de Estevão Nogueira :	
ī fr <sup>co</sup> lois ol <sup>ro</sup> o gago Duzētos e quorēta . . . . .	ij <sup>c</sup> R
Rxb ī Domingos frz ol <sup>ro</sup> seis cētos řs . . . . .	bj <sup>c</sup>
xxxxb ī p <sup>o</sup> Jorge ol <sup>ro</sup> seis cētos řs . . . . .	bj <sup>c</sup>
Rxb ī Antonio bernaldez maleg <sup>ro</sup> setec <sup>tos</sup> řs . . . . .	bij <sup>c</sup>
Rxb ī manoell bernaldez maleg <sup>ro</sup> duzētos řs . . . . .	ij <sup>c</sup>
Rxb ī p <sup>o</sup> Anes ol <sup>ro</sup> o moco setecētos řs . . . . .	bij <sup>c</sup>
xxx ī A molher q̄ foj de Andre diz maleg <sup>ro</sup> mill řs . . . . .	ĵ
ī ha molher [q̄ 'foj] de fr <sup>co</sup> Anes maleg <sup>ro</sup> que se chama lianor bernaldez digo os herd <sup>ros</sup> e casa do defunto mill e duzētos	
Rxb ī fr <sup>co</sup> Anes maleg <sup>ro</sup> mill e oitēta řs . . . . .	ĵlxxx
Rxb ī Jer <sup>mo</sup> gllz maleg <sup>ro</sup> mill e quinhētos . . . . .	jb <sup>c</sup>
xxxxb ī gomez fřz ol <sup>ro</sup> mill řs . . . . .	ĵ
Rxb ī Antonio fřz ol <sup>ro</sup> aferidor setecētos řs . x . . . . .	bij <sup>c</sup>
Rxb ī miguell fřz ol <sup>ro</sup> setecētos řs . . . . .	bij <sup>c</sup>
Na rua do ferro :	
xx ī Jorge piz ol <sup>to</sup> ojtēta řs . . . . .	lxxx
Na rua do almoxarife :	
lx <sup>a</sup> ī Jorge piz maleg <sup>ro</sup> mill e quat <sup>ro</sup> c <sup>tos</sup> řs . . . . .	ĵiiij <sup>c</sup>
Na rua do arco de Jorge Vaz :	
Rxb ī Ant <sup>o</sup> symōis maleg <sup>ro</sup> mill řs . . . . .	ĵ
Rxb ī pasquall fřz ol <sup>ro</sup> oytocētos . . . . .	biiij <sup>c</sup>

Donde se conclui, como dos outros documentos, que a indústria cerâmica de Coimbra era das mais importantes da cidade, e que aqui se deveria fabricar faiança, embora dessa indústria se não conheçam objectos que possam atribuir-se-lhe com segurança.

A jarra que está pintada em um quadro do Museu Machado de Castro, datado em 1531, poderia ser, sem grande surpresa, um produto da olaria coimbrã dessa época.

Relativamente à indústria dos azulejos, que devia caminhar a par com a da louça vidrada, nada encontrei que me autorize a supô-la existente já em Coimbra no século xvi. É certo, porém, que, logo no primeiro quartel do século xviii eu possuo na minha colecção particular azulejos datados que levam naturalmente a admitir a possibilidade do fabrico do azulejo em Coimbra no fim do século xvii, e

poderemos documentar a assersão com exemplares de olaria e documentos de outra espécie, que a seu tempo virão.

O azulejo que existe no Museu Machado de Castro e que, segundo se afirma, estava em qualquer ponto do mosteiro de Santa Cruz, pintado a azul e amarelo, deve ser de fabrico lisboeta e é atribuível ao século xvi e ao oleiro Matos.

*(Continua).*

DR. TEIXEIRA DE CARVALHO.

## Dr. António Aires de Gouveia

(Arcebispo de Calcedónia)

«A Faculdade de Direito de Coimbra registou recentemente o passamento de dois dos seus antigos professores: os Drs. António Aires de Gouveia e José Joaquim Fernandes Vaz.

«O Dr. António Aires de Gouveia faleceu no Pôrto, em 17 de Dezembro de 1916, com 88 anos de idade.

«Doutorara-se em Direito em 22 de Julho de 1861, tendo escrito para o seu acto de conclusões magnas a *Reforma das cadeias em Portugal*, livro que no seu tempo produziu grande ruído no nosso meio literário e científico, já pelas ideas que expendia, já sobretudo pela côr, originalidade e bizarria estranha do estilo.

«Foi despachado professor em 10 de Maio de 1861 e foi jubilado por decreto de 28 de Julho de 1881. Regeu a cadeira de *Direito eclesiástico português*, regência que foi todavia cortada por largas intermitências.

«Em todas as carreiras que iniciou atingiu as mais elevadas situações. Na carreira académica chegou a professor da Universidade; na carreira eclesiástica chegou a bispo de Betsaida primeiro e a arcebispo de Calcedónia depois; na carreira política, que foi curta, chegou a ministro.

«Mas onde a sua individualidade se afirmou com um relêvo inconfundível e com uma grandeza desmedida foi na tribuna sagrada. António Aires de Gouveia foi o orador mais empolgante, mais arrebatador, mais perfeito que nos últimos tempos tem subido aos púlpitos das nossas igrejas. Ainda se conserva viva na tradição de Coimbra a memória da emoção extraordinária e profunda que alguns dos seus sermões, o do jôgo por exemplo, produziram em todos aqueles que o ouviram.

«Era uma fascinação, um delírio, um encantamento.

«E, coisa curiosa, tendo o Dr. Aires de Gouveia um estilo rebuscado, precioso, sensivelmente afectado quando escrevia ou quando expunha na cátedra as suas lições, na tribuna sagrada despiam-se dessas

extravagâncias de linguagem para ficar o orador sublime, duma correcção impecável, duma sedução inexcedível, dum poder de persuasão incomparável.

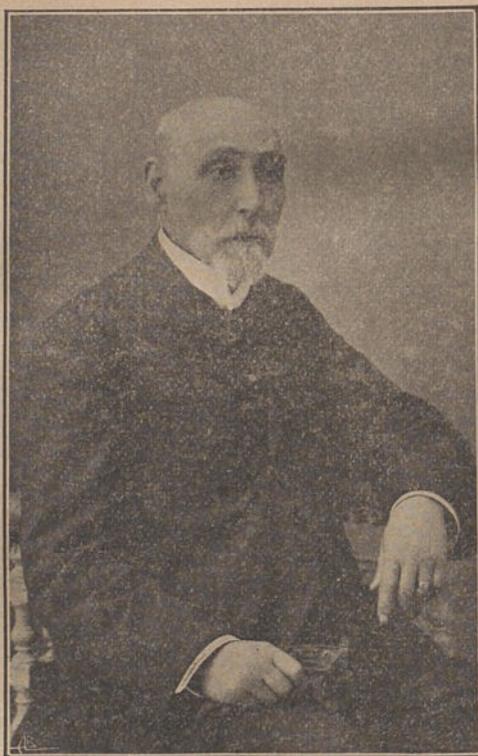
«Apurado, elegante, quasi um dandi, foi como um verdadeiro Príncipe da Igreja que o ilustre Arcebispo de Calcedónia viveu e morreu».

*(Do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, vol. iv, págs. 579-80).*

## Dr. José Joaquim Fernandes Vaz

«O Dr. José Joaquim Fernandes Vaz faleceu em Trancoso em 8 de Março de 1918, com 80 anos de idade.

«Doutorou-se em Direito em 8 de Dezembro de 1863. Para o acto



DR. JOSÉ JOAQUIM FERNANDES VAZ.

de conclusões magnas escreveu uma dissertação intitulada «*Do Crédito Predial*», em que tratou o seguinte ponto dado pela Congregação da Faculdade de Direito em 6 de Dezembro de 1862: «*Quais sejam os princípios, em que deva fundar-se a reorganização do sistema hipotecário, e organização do crédito predial entre nós*».

«Foi nomeado professor da Faculdade por decreto de 15 de Dezembro de 1864; era decano e director desde 3 de Fevereiro de 1899 e foi aposentado por decreto de 19 de Setembro de 1914, figurando portanto como professor efectivo da Faculdade durante 50 anos. É certo, porém, que nos últimos seis anos anteriores à sua jubilação, o Dr. Fernandes Vaz estava de facto retirado do serviço.

«Entretanto teve como professor um exercício excepcionalmente longo.

«Era titular da cadeira de *Direito comercial*, que regeu durante muitos anos.

«A sua actividade de professor foi freqüentemente interrompida pela carreira política. Foi governador civil de Coimbra, deputado em várias legislaturas, presidente da Câmara dos deputados e por fim par do reino.

«Tinha assento na Câmara dos deputados quando se discutiu o projecto do Código comercial, apresentado pelo já falecido juriscônsulto Veiga Beirão, ao tempo Ministro da Justiça. Na discussão dêsse projecto tomou o Dr. Fernandes Vaz uma parte activa e saliente, contribuindo eficazmente para o aperfeiçoamento da obra em que Veiga Beirão pusera o mais decidido esforço e a mais carinhosa solicitude. É que o Dr. Fernandes Vaz encontrava-se em condições excepcionalmente vantajosas para entrar, com brilho e com proveito, na apreciação do projecto do Código comercial. Tendo ensinado na Universidade o direito comercial, conhecendo de perto o Código comercial de 1833 e o Código civil e estando familiarizado com os trabalhos dos juriscônsultos italianos sôbre o Código comercial do seu país, fonte abundante do projecto, possuía uma preparação e uma competência especial para intervir nos trabalhos e nos debates tendentes a dotar a nação de um Código, que estivesse em correspondência não só com as necessidades novas da vida mercantil mas também com os progressos doutrinários do direito comercial.

«O Dr. Fernandes Vaz não era um trabalhador metódico, regular, assíduo; não tinha a disciplina mental, o espírito de tenacidade, de perseverança e de continuidade dos anglo-saxões; era bem um latino e um meridional. Trabalhava às lufadas, quando a fôrça imperiosa das circunstâncias tornava impossível qualquer dilação.

«Por isto e pelo desvio que a política imprimiu à sua vida de professor, não deixou uma obra jurídica digna do seu nome e dos seus merecimentos. Porque a verdade é que o Dr. Fernandes Vaz era ricamente dotado para poder produzir trabalhos jurídicos de alto valor.

«Com uma cultura humanista notável, com uma intelligência robusta e penetrante, com um poder de análise argucioso e subtil, com aptidões literárias pronunciadas, o Dr. Fernandes Vaz poderia ter deixado estudos jurídicos modelares. Foi, durante alguns anos, redactor da *Revista de Legislação e Jurisprudência*; e os artigos que para êsse semanário jurídico escreveu, tão apreciáveis pela pureza e correcção da forma como pelo vigor e firmeza da doutrina, aí estão a atestar as altas faculdades do illustre morto».

## Dr. Manuel Pereira Dias

O Dr. Manuel Pereira Dias, falecido em Rezeñde, terra da sua naturalidade, no dia 13 de Junho de 1918, foi um ilustre professor da Faculdade de Medicina de Coimbra, para cujo grémio entrou como substituto ordinário em 6 de Dezembro de 1860, sendo promovido a catedrático por decreto de 25 de Novembro de 1869.



Dr. MANUEL PEREIRA DIAS.

Nasceu a 4 de Novembro de 1833, contando, portanto, na data do seu falecimento perto de 85 anos, idade avançada que bem se explica pela robustez do seu organismo e pela serenidade da sua vida de homem bondoso e prudente, sem perda de um elevado grau de energia que mostrou em todos os actos da sua vida.

Oriundo de uma família modesta, de poucos haveres, de certo não teria vindo frequentar os estudos em Coimbra, naqueles tempos de comunicações difíceis e dispendiosas, se não tivesse mostrado desde os primeiros passos na carreira das letras notável agudeza de espírito e gosto pelo estudo. Na realidade, vêmo-lo em Coimbra, concluindo a sua formatura, no ano lectivo de 1858-59, no termo de um curso brilhante de estudante laureado, com as primeiras classificações com que a Faculdade de Medicina de Coimbra galardoava os seus mais distintos alunos. Teve

prémio no 1.º ano (40:000 réis), partidos no 2.º e 3.º (50:000 réis cada um), e prémio no 5.º, com 3 M. B. nas informações de bacharel.

Fez acto de repetição em 3 de Julho de 1860, e exame privado de Licenciado em 12 dêste mês e a 22 recebia o grau de Doutor, com a informação de 4 M. B. em merecimento literário. No curto espaço de um ano habilitou-se, portanto, após a sua formatura, para as provas difficilimas dos actos grandes, e com tamanho brilho se apresentou que a sua classificação de Doutor é uma das mais elevadas que encontramos no *Anuário da Universidade*, e em Dezembro do mesmo ano, com um intervalo de poucos meses, é nomeado substituto ordinário.

Poucos candidatos também poderiam aventurar-se a um concurso para o magistério, com dissertação e provas públicas, quasi em acto continuo à fadiga extenuante do exame de licenciado, téses e dissertação inaugural.

Em 1869, como já dissemos, é promovido a catedrático, e em 1893 ascende a lente de prima por decreto de 25 de Outubro.

O Dr. Pereira Dias gozou sempre a reputação de professor talentoso e de grande capacidade para o trabalho. Sempre que era chamado a reger uma cadeira, naquele tempo em que o substituto devia possuir o raro condão de ser mestre em qualquer disciplina em que houvesse uma vaga, o professor apresentava-se com dignidade, trabalhava e fazia trabalhar os discípulos. Quem escreve estas linhas foi seu discípulo em 1864, na cadeira de histologia, que fôra criada no ano anterior, e nomeado para a reger o Dr. António Augusto da Costa Simões, comissionado logo no ano seguinte para estudar nos laboratórios estrangeiros a organização dos trabalhos práticos da nova sciência. Não fômos a reboque das outras nações com um grande atrazo, pois que em França havia apenas dois anos que fôra nomeado Ch. Robin por Napoleão III para a regência desta cadeira, única em França nessa época. No Colégio de França só em 1875 foi creada outra para Ranvier, já célebre por diversas descobertas, e chefe de uma escola nova, que reagia contra o estado estacionário das doutrinas de Robin.

Em Coimbra, até 1864, só eram ministradas umas resumidas noções de anatomia microscópica dos órgãos ao iniciar-se o seu estudo macroscópico na anatomia descritiva. Nestas condições dificeis da regência de uma cadeira nova, o Dr. Pereira Dias desempenhou-se cabalmente da sua espinhosa missão, conseguindo dentro de pouco tempo orientar-se nas doutrinas então debatidas do desenvolvimento continuo ou *omnis cellula e cellula* e da formação livre dêstes ele-

mentos em blastemas e exsudatos; e mais do que isso, na prática das preparações, conseguiu habilitar os discípulos a dissociar e vêr elementos que só podiam ser obtidos por uma técnica difficil.

Mais tarde, incumbido da regência da cadeira de patologia geral, mostrou todos os recursos da sua lúcida intelligência e da sua grande capacidade para o trabalho, na metódica exposição que fazia dos factos mais gerais das sciências médicas, síntese e integração de factos particulares, cujo conhecimento precisava adquirir em longas lucubrações, porque, como vamos dizer, o Dr. Pereira Dias não era assíduo no ensino universitário.

É ainda em virtude desta reputação de homem de elevado mérito, que êle é indicado por alguns dos seus colegas para o elevado cargo de Reitor desta Universidade, cuja posse lhe foi dada pelo Conselho de Decanos, em 23 de Fevereiro de 1898. Exerceu o lugar com elevação e bom senso até 1906, mostrando ainda pelo modo porque debelou uma greve académica, que teve lugar durante o seu govêrno, com o costumado cortejo de incidentes inesperados e aggressões violentas dêstes movimentos, prudência, presença de espirito e essa astúcia que só os privilegiados possuem de rãpidamente descobrirem os meios de resolver os maiores embaraços.

O Dr. Pereira Dias teria deixado sem dũvida um rastro luminoso da sua passagem pelo ensino da Faculdade de Medicina, se duas paixões o não tivessem afastado de Coimbra durante uma grande parte da sua vida de professor: a agricultura e a política, Rezende e a rua dos Navegantes. Pequeno proprietário, dedicou-se à cultura do seu chão com aquele amor absorvente, que é um mixto de poesia e de avidez, quãsi avarenta na família, e uma escola de economia para os filhos. Era ali que o iam encontrar, qual outro Cincinnati, de sócos e fouce empunhada, quando os interêsses da política ou as exigências do ensino o reclamavam.

Após a sua nomeação de professor, foi eleito deputado ininterruptamente numa longa série de legislaturas, até ascender ao pariato, filiado sempre no partido histórico, que se denominou progressista depois da sua fusão com o partido reformista, pelo pacto da Granja em 1876. É a política a pedra de toque pela qual podemos aquilatar o carácter moral dos seus adeptos.

O partido histórico era o partido que tinha por lêma — economia e democracia —, cujo chefe, o Marquês, e mais tarde Duque de Loulé, era um honrado e velho fidalgo, liberal, setembrista e patuleia, da escola dos Passos e de Sá da Bandeira, cuja tradição de honradês e democracia foi a melhor arma do partido histórico, a maior fôrça de atracção para o provinciano liberal, patriota e probó.

Por morte do Duque de Loulé, em 1875, succedeu-lhe na chefia Anselmo José Braancamp, figura igualmente aureolada pela tradição de honradês e virtude, que tinha mostrado acêrto e competência nas pastas que sobraçara, e pertencera como ministro do reino ao ministério histórico de 1860, para que entrara por decreto de 21 de Fevereiro de 1862, ministério que assinalou a sua passagem no poder por medidas de rasgada iniciativa, como foram a supressão do monopólio dos tabacos e a lei dos morgados.

Por morte dêste prestigioso chefe, em 1885, toma a direcção do partido o Conselheiro José Luciano de Castro, homem de grandes qualidades, a que aliava o saber de um consumado jurisconsulto. Dêste estadista foi amigo íntimo e dedicado o Dr. Pereira Dias, prestando-lhe relevantes serviços, já no parlamento como orador que subia à tribuna em diversas discussões de administração ou de política, já nas reuniões do partido, em que a sua lealdade e autoridade moral desfizeram muitas intrigas e atritos. Em resumo, o papel representado pelo Dr. Pereira Dias na política, foi o de um democrata convicto, de um patriota devotado à felicidade do seu país, com instintos de govêrno económico, provenientes da sua educação de pequeno proprietário, e a de um partidário leal e sincero, sem as tergiversações, os amuos e as ameaças dos que mais procuram na política a satisfação dos seus desejos e das suas ambições pessoais, do que a victória dos princípios. Nada pedia para si e para a sua família, e se os seus conterrâneos alguma acusação lhe puderam formular, foi a de não antepôr aos interêsses gerais do país os interêsses do campanário. Uma qualidade que realçava o carácter dêste homem era a sua bondade. Conta-se que entre os seus adversários políticos se distinguiu um notário de Rezende. Por morte dêste empregado, o maior empenho que teve o filho para lhe succeder no emprêgo, foi o Dr. Pereira Dias.

Podemos concluir desta curta biografia que o Dr. Pereira Dias foi na sociedade portuguesa uma individualidade de notável destaque pelo vigôr da sua intelligência, pelo seu saber e pelo conjunto das suas qualidades morais.

Coimbra, 30 de Setembro de 1918.

FILOMENO DA CÂMARA.





## Índice alfabético dos assuntos

	Pág.
António Aires de Gouveia (Dr.), (Arcebispo de Calcedónia) . . . . .	168
Cerâmica coimbrã (A) — Séculos XVI e XVII, pelo Prof. TEIXEIRA DE CARVALHO (Cont. do vol. VI):	
— VI. Os vasos de barro do sr. A. Augusto Gonçalves. — Púcaros portugueses. — Púcaros populares e púcaros aristocráticos. — Exportação da louça portuguesa para Espanha. — Importação da louça espanhola em Portugal. — Oleiros coimbrões do século XVI. — Faiança coimbrã no século XVI. . . . .	127
Festa de homenagem ao Dr. Júlio Henriques . . . . .	5
— Palavras do Reitor da Universidade Dr. MENDES DOS REMÉDIOS . . .	6
— Telegrama do Sr. PRESIDENTE DA REPÚBLICA . . . . .	9
— A obra científica do Dr. Júlio Henriques, pelo Prof. GONÇALO SAMPAIO . . . . .	"
— O ensino da botânica e o Jardim Botânico, pelo Prof. ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO . . . . .	19
— Discurso de encerramento do Director da Faculdade de Ciências, Dr. TEIXEIRA BASTOS . . . . .	28
— Mensagem da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto. .	32
— Mensagem da Universidade de Coimbra . . . . .	33
Francisco Rodrigues Lobo — Ensaio biográfico e crítico, pelo Prof. RICARDO JORGE (Cont. do vol. VI):	
— XIII. Vida póstuma. — Juízos e descendência do bucolista. . . . .	62
José Joaquim Fernandes Vaz (Dr.) . . . . .	170
Manuel Pereira Dias (Dr.), pelo Prof. FILOMENO DA CAMARA. . . . .	172
Notas Vicentinas — Preliminares duma edição crítica das obras de Gil Vicente, pela Prof. D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS:	
— Romance à morte del Rei Dom Manuel e à aclamação de Dom João Terceiro . . . . .	35
— Apêndice — I. Miscelânea de Garcia de Rezende . . . . .	50
— Anotações. . . . .	57

## Índice alfabético dos autores

	Pág.
PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
<i>Telegrama lido na festa de homenagem ao Dr. Júlio Henriques . . . . .</i>	9
ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO (Dr.)	
<i>O ensino da botânica e o Jardim Botânico . . . . .</i>	19
CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS (Dr. <sup>a</sup> D.)	
<i>Notas Vicentinas — Preliminares duma edição crítica das obras de Gil Vicente . . . . .</i>	35
FILOMENO DA CAMARA (Dr.)	
<i>Dr. Manuel Pereira Dias . . . . .</i>	172
GONÇALO SAMPAIO (Prof.)	
<i>A obra científica do Dr. Júlio Henriques . . . . .</i>	9
MENDES DOS REMÉDIOS (Dr. J.)	
<i>Palavras ditas na festa de homenagem ao Dr. Júlio Henriques . . . . .</i>	6
RICARDO JORGE (Dr.)	
<i>Francisco Rodrigues Lobo — Ensaio biográfico e crítico. . . . .</i>	62
TEIXEIRA BASTOS (Dr.)	
<i>Discurso de encerramento da festa de homenagem ao Dr. Júlio Henriques . . . . .</i>	28
TEIXEIRA DE CARVALHO (Dr. J. M.)	
<i>A cerâmica coimbrã (Séculos XVI e XVII) . . . . .</i>	127
.....	
<i>Dr. António Aires de Gouveia (Arcebispo de Calcedónia) . . . . .</i>	168
.....	
<i>Dr. José Joaquim Fernandes Vaz . . . . .</i>	170
.....	
<i>Mensagem dirigida ao Dr. Júlio Henriques pela Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto . . . . .</i>	32
.....	
<i>Mensagem dirigida ao Dr. Júlio Henriques pela Universidade de Coimbra . . . . .</i>	33

## Índice das estampas

	Pág.
Dr. Júlio Henriques . . . . .	5
Gravura do frontispício do <i>Auto de Santiago</i> , de Afonso Álvares. . . . .	37
Dr. José Joaquim Fernandes Vaz . . . . .	170
Dr. Manuel Pereira Dias . . . . .	172











